



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

A MULHER VIRGEM ENTRE ESTABILIZAÇÕES E DESLOCAMENTOS: ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A VIRGINDADE FEMININA EM ROMANCES DE ÉPOCA E SUAS FANFICTIONS

São Carlos
2025



Aline Oliveira Amorim

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A MULHER VIRGEM ENTRE ESTABILIZAÇÕES E DESLOCAMENTOS: ANÁLISE DE
DISCURSOS SOBRE A VIRGINDADE FEMININA EM ROMANCES DE ÉPOCA E SUAS
FANFICTIONS

Aline Oliveira Amorim
Bolsista: FAPESP, processo n. 2023/13333-0

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Aline Oliveira Amorim, realizada em 08/08/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia (Unioeste)

Profa. Dra. Lígia Mara Boin Menossi de Araujo (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Amorim, Aline Oliveira

A mulher virgem entre estabilizações e deslocamentos:
análise de discursos sobre a virgindade feminina em
romances de época e suas fanfictions / Aline Oliveira
Amorim -- 2025.
225f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Roberto Leiser Baronas
Banca Examinadora: Dantielli Assumpção Garcia, Lígia
Mara Boin Menossi de Araujo
Bibliografia

1. Análise do Discurso. 2. Mulher. 3. Virgindade
feminina. I. Amorim, Aline Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Para os meus meninos Bud, Avatar e Alvin, dos quais não tive a chance de me despedir. Ofereço a vocês este texto como um último abraço. E também para João, meu eterno *sine qua non*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Roberto Leiser Baronas, que durante esses dois anos me acompanhou e guiou com enorme paciência e consideração. Também aos meus colegas do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais – LEEDiM e, em especial, Lauro, Caio, Nayhara e Renata.

À FAPESP, pelo apoio financeiro concedido através do processo n. 2023/13333-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

À minha orientadora da graduação, Lucília, por ter me ensinado como pesquisar com afeto e generosidade. Também aos meus colegas do E-l@dis, pelo companheirismo sem fim; especialmente, mas não somente, André, Marco, Karen, Beatriz, Melissa, Dantielli e Elaine.

Ao meu namorado, João, a pessoa mais próxima de mim nesse mundo. Obrigada por me apoiar quando questioneei minhas escolhas de vida e por dizer que me sustentaria quando eu quis desistir do mestrado e passar minhas tardes assando torta; sou ainda mais grata por você ter me incentivado fortemente a não fazer isso – afinal, você sabe que eu odeio qualquer atividade que envolva cozinhar.

Às mulheres que vieram antes de mim, com todos seus acertos e suas falhas. Val, minha mãe, Carol, minha irmã, e Cida.

Aos amigos que fiz ao longo da vida e dos quais não estou mais perto, mas sem os quais não teria chegado tão longe, Gabriela M., Paula, Stefany, Lucas, Arinara, Pietra, Matheus, Davi, Milena, Gabriela F., Bruna, Tawane, Leandro e Amanda.

Também aos amigos que São Carlos me trouxe, principalmente Samuel e (mais uma vez) Caio.

Aos colegas que alegraram minhas disciplinas durante o mestrado, especialmente Vivian, Bueno e Eli.

À minha psicóloga, Natália, e ao meu psiquiatra, (outro) João.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), bem como aos docentes, servidores e prestadores de serviço do Campus de São Carlos.

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. [...] Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo.

– Clarice Lispector

RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir acerca da virgindade enquanto tópico propício às discussões de gênero. Para isso, delimitamos a temática a discursos produzidos em “Os Bridgertons” (2013-2016), coleção de oito livros de romance de época ambientados no período regencial britânico, e *fanfictions* derivadas desse material canônico. Filiados teoricamente ao dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) materialista, mobilizamos os conceitos de sujeito discursivo, interdiscurso e intradiscurso, condições de produção, formação discursiva, paráfrase e polissemia. O *corpus* de análise abarca doze recortes ao todo, sendo seis da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e seis de *fanfictions* em inglês e português disponibilizadas em meio digital, em *sites multifandom*. Com isso, visamos investigar a tensão entre estabilização e deslocamento, nos livros da coleção e nas *fanfictions* deles derivadas, de efeitos de sentido sobre a virgindade feminina sustentados por distintas condições de produção. O dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso nos possibilitou chegar à leitura de que, no referido *corpus*, há a predominância dos processos parafrásticos, isto é, da estabilização, no que diz respeito ao tema da virgindade feminina, bem como da mulher virgem e de sua primeira relação sexual.

Palavras-chave: Análise do Discurso; mulher; virgindade feminina.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on virginity as a topic relevant to gender discussions. To this end, we have narrowed the theme down to discourses produced in “Os Bridgertons” (2013-2016), a collection of eight historical romance novels set in the British regency period, and fan fiction derived from this canonical material. Theoretically affiliated with the theoretical-methodological device of materialist Discourse Analysis (DA), we mobilize the concepts of discursive subject, interdiscourse and intradiscourse, conditions of production, discursive formation, paraphrase, and polysemy. The *corpus* of analysis covers twelve excerpts in total, six from “Os Bridgertons” (2013-2016) collection and six from *fanfiction* in English and Portuguese available in digital form on *multifandom websites*. With this, we aim to investigate the tension between stabilization and displacement, in the books of the collection and in the *fanfictions* derived from them, of effects of meaning on female virginity sustained by different conditions of production. The theoretical-methodological device of Discourse Analysis enabled us to arrive at the reading that, in the aforementioned *corpus*, there is a predominance of paraphrastic processes, that is, of stabilization, with regard to the theme of female virginity, as well as the virgin woman and her first sexual intercourse.

Palavras-chave: Discourse Analysis; woman; female virginity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 SOVANDO O BARRO (OU DESENHANDO INTENÇÕES)	20
1.1 Justificativa	28
2 ANÁLISE DO DISCURSO: UMA DISCIPLINA DA INTERPRETAÇÃO	35
2.1 Entre o já-dito da paráfrase e o ainda a se dizer da polissemia: sujeitos, posições e formações discursivas	61
3 ONDE GÊNERO TOCA A VIRGINDADE	72
3.1 Mulheres e virgindades	81
4 MODELANDO A MASSA: ANÁLISES EM TORNO	92
4.1 Tecendo o <i>corpus</i>	96
4.2 Tecendo análises	99
4.3 Constituindo o <i>corpus</i>	101
4.3.1 A coleção de livros “Os Bridgertons” (2013-2016), de Julia Quinn	101
4.3.2 As <i>fanfictions</i> em ambiente digital	104
4.3.2.1 Buscas no Archive of Our Own (AO3)	112
4.3.2.2 Buscas no Spirit <i>Fanfics</i> e Histórias	117
4.3.3 Constituição e organização do <i>corpus</i>	119
4.4 Apresentação do <i>corpus</i>	122
4.4.1 Das tramas dos romances	122
4.4.2 Da escolha das protagonistas	134
4.4.3 Das tramas das <i>fanfictions</i>	139
4.5 Gestos de análise	146
5 POLINDO A PEÇA (OU ESTIMANDO ALCANCES)	197
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE A – CORPUS DE ANÁLISE NA ÍNTEGRA	222
APÊNDICE B – GESTÃO DE DADOS	225

APRESENTAÇÃO

Tomo essa apresentação como um espaço para tecer, em termos mais pessoais e com a licença da primeira pessoa, algumas breves notas acerca das motivações que me atravessaram a ponto de tomar a virgindade feminina como tema de pesquisa há mais de cinco anos. Eu nasci no ano 2000 e vivi minha adolescência em meados e fins da década de 2010. Ninguém esperava – ou ao menos não me foram dados indícios – que eu me casasse virgem. Nem por isso a questão da virgindade foi banal durante essa época da minha vida. Lembro-me que uma amiga da minha irmã, mais velha do que eu, foi espancada pelo pai quando ele descobriu que ela havia "perdido" a virgindade com o namorado. Todas as minhas amigas mais próximas, pelo que me recordo, tiveram sua primeira relação sexual¹ dentro de relacionamentos sérios e relativamente longos.

Da minha parte, só fui namorar aos dezenove anos, e minha "primeira vez" foi com dezesseis, com o que nós chamávamos de um "ficante". Embora minha mãe fosse relativamente aberta a conversar comigo sobre sexo, eu ainda assim não senti que podia contar a ela quando "perdi" a virgindade. Como eu ainda era menor de idade e ela precisava autorizar exames, na época deixei de fazer alguns exames ginecológicos preventivos, para que ela não descobrisse que eu não era mais virgem. Antes mesmo disso, eu comecei a tomar anticoncepcional para tentar diminuir minhas cólicas, e lembro da irritação da minha mãe e insinuações que davam a entender que ela achava que eu queria tomar o remédio por estar pretendendo fazer sexo - ou já estar fazendo. Dava para sentir que o assunto era, no mínimo, delicado.

Como muitas (pré-)adolescentes, eu gostava de passar meu tempo assistindo a filmes e séries, lendo livros e *fanfictions* e virando as páginas das edições de revistas como *Capricho*, *Todateen* e *Atrevida*. Ocasionalmente – e, com mais precisão, bastante frequência –, a questão da virgindade feminina aparecia em todos esses entretenimentos. Uma das primeiras séries televisivas que acompanhei se chamava “Gossip Girl”. Inclusive, “Os Bridgertons” (2013-2016), e especialmente a adaptação conduzida pelo *streaming* Netflix, foi muitas vezes chamado despretensiosamente de “Gossip Girl da Era Regencial”, o que se deve ao fato de ambas as histórias apresentarem personagens de uma alta classe social – no caso de *Gossip Girl*,

¹ Ao longo do presente trabalho, utilizaremos a construção “primeira relação sexual” para nos referir à primeira relação com penetração. Embora não compartilhem do entendimento que limita sexo à penetração – até mesmo porque essa limitação diz muito sobre uma cis-heteronormatividade –, reconhecemos que esse é um sentido cristalizado acerca da “primeira vez” feminina, especialmente no contexto de relacionamentos entre homens e mulheres cisgênero – configuração a qual pertencem todos os casais presentes no *corpus*. Por esse motivo, bem como por uma decisão de buscar tornar o texto menos repetitivo, advertimos que, ao falar em “primeira relação sexual”, “primeira vez”, “primeira relação” ou outras formulações semelhantes, estamos nos referindo a “primeira relação sexual com penetração”.

adolescentes pertencentes à elite de Manhattan, em Nova Iorque – cujas vidas e atitudes são reportadas de forma pública por uma personalidade anônima protegida por um pseudônimo e que parece ser capaz de descobrir tudo – a *Gossip Girl*, por meio de um *blog*, e a *Lady Whistledown*, em sua coluna impressa.

Mas, voltando à época em que eu assistia *Gossip Girl*. Na história, se bem me recordo, havia uma determinada personagem, Blair, que iniciava a série virgem e namorando um garoto chamado Nate. Quando ele terminou com ela, Blair acabou “perdendo” a virgindade com Chuck, melhor amigo do seu (agora ex) namorado. Eventualmente, porém, Blair e Nate reataram, e não só ela escondeu a informação de que não era mais virgem, como depois fingiu ter tido sua “primeira vez” com Nate. Blair ainda foi chantageada por Chuck, que queria que ela ficasse longe de Nate, caso contrário ele contaria ao amigo como ela realmente tinha “perdido” a virgindade – com ele, na limusine que é marca registrada do personagem.

Chuck não chega a contar, mas Nate descobre de todo modo – junto com todo o resto da escola – e termina com Blair, que não só deixa de ser a garota mais popular da escola, mas também é rechaçada publicamente. Sem opções, ela procura Chuck, acreditando que ele ainda possa ter interesse nela. Mas o que ele diz a ela é: “Você era dotada de um certo fascínio quando era bonita, delicada e virgem. Mas agora você está parecendo mais com as éguas do haras do meu pai. Rodada e acabada. Eu não quero mais você. E acho que ninguém mais vai querer” (*Gossip Girl*, 2008, episódio 13)². E aproveito para adiantar a informação de que os dois, Blair e Chuck, ficam juntos no final da série, para a alegria de grande parte dos fãs que torcia por eles – dentre esses fãs, estava eu.

A ideia de que garotas virgens eram de algum modos especiais também chegou até mim através de alguns livros e de muitas *fanfictions*. É o que acontece, por exemplo, em “Belo Desastre” (2012), livro que li antes dos quinze anos e que lembro ter me impactado em relação à questão da virgindade. A história se passa em uma universidade e girava em torno do casal Abby e Travis. Quando ele, que é descrito como alguém que transa com qualquer mulher que quer, descobre que Abby é virgem, o interesse que já tinha nela ganha uma nova camada. Em “Belo Desastre” (2012) e em outros livros que li quando mais nova, a virgindade da protagonista a fazia especial, diferente, contrapondo-a frequentemente à figura de outras personagens femininas com uma vida sexual ativa, as quais, não raro, ocupavam o papel de antagonistas

² A tradução é da legenda da HBO Max, *streaming* que possui *Gossip Girl* no catálogo. Em inglês: “You held a certain fascination when you were beautiful, delicate, and untouched. But now you’re like one of the Arabians my father used to own. Rode hard and put away wet. I don’t want you anymore and I can’t see why anyone else would”.

dessas histórias. Enfim, o fato é que Travis era obcecado por Abby, ela eventualmente “perdia” a virgindade com ele aos dezenove anos e os dois terminavam o livro casados.

Por algum motivo, tudo isso me pareceu muito emocionante quando eu era jovem. Talvez, inclusive, não só para mim, considerando que o livro fez um sucesso considerável e a autora publicou outros volumes nesse mesmo universo fictício, e que em 2023 a obra foi adaptada para um filme de mesmo nome. Eu devo ter lido o livro com uns doze ou treze anos, e foi ali que decidi comigo mesma que também iria “perder” minha virgindade só depois que estivesse na faculdade e especificamente com dezenove anos – a mesma idade da protagonista. Não lembro ao certo porque cheguei a essa resolução. Acho que na época me pareceu simplesmente certo, ou que eu também queria me sentir e ser vista como especial. Quando você é mulher, é relativamente fácil que virgindade rime com idealização – embora eu não me lembre de desejar nenhum cenário particularmente romântico –; ou pelo menos foi essa a minha experiência.

Aos quinze anos eu beijei alguém pela primeira vez e, depois disso, comecei a explorar minha sexualidade com outras pessoas, mas sem cruzar o suposto limite da virgindade. Mas, desde antes disso, passei por muitas das ansiedades envolvendo o tema. Tive medo, por exemplo, do absorvente interno “tirar” minha virgindade – mais especificamente, de “romper” meu hímen, e recordo que na época não chegavam a nós adolescentes, ou ao menos a mim, tantas informações apuradas sobre o assunto. E, em determinada ocasião, estive realmente convencida de que tinha de fato “perdido” o hímen usando o absorvente interno. Depois disso, devo ter procurado incessantemente sobre essa questão na *internet*, e encontrei alguns *sites* explicando que várias atividades podiam causar a “ruptura” do hímen – na época, ainda era comum pensar em termos de um hímen (não) rompido –, e que isso não necessariamente fazia alguém deixar de ser virgem. Então, eu tentava me consolar com essa informação e pensar que estava tudo bem, meu estado de “virgem” ainda estava preservado e eu não tinha perdido meu plano dos dezenove anos.

Mas, como as idealizações e esperanças muitas vezes não chegam a vir a ser, não tive minha “primeira vez” com os sonhados dezenove anos, mas sim com dezesseis. Foi uma relação não consensual, com um garoto que eu já havia “ficado” algumas vezes. Muito se fala da primeira relação sexual como uma “perda” da virgindade, e, no meu caso, por muito tempo senti que foi uma dupla perda – afinal, eu também perdi a chance de ter a escolha de “perder”, de quando, de onde, de como. E, pelo que normalmente se transmite por aí, a virgindade é uma dessas coisas que não volta, algo que, uma vez “perdido”, nunca mais se pode ter de volta. Isso

me causava angústia – e, talvez por isso, iniciei minha iniciação científica analisando discursos sobre produtos de *sex shop* e cirurgias cuja promessa era, em diferentes níveis, recriar a virgindade feminina. Eu sentia que nunca ia poder reaver não só minha virgindade, mas também a chance de “perdê-la” como eu desejasse ou, ao menos, como eu escolhesse. E ainda me lembro como se fosse hoje que, depois de tudo acabar, esse garoto me mostrou meu sangue, orgulhoso, e fez algum comentário que apaguei da memória, mas que me recordo de ter alguma relação com o fato de eu não ser mais virgem – ignorando as grandes chances de que esse sangue não tivesse a dizer muito sobre a minha “perda” de virgindade, mas sim com a violência sofrida.

Diante de tudo isso, talvez devesse ter sido muito evidente que esse seria meu tema de pesquisa escolhido quando entrei na faculdade. Mas não foi. Embora tenha entrado em um laboratório logo no final do primeiro semestre da graduação, em 2018, passei muito tempo sem fazer ideia do que eu gostaria de pesquisar. Nenhuma das ideias parecia a ideia certa. Acho que foi só em meados ou fins de 2019 que, não me lembro como, o tema surgiu na minha cabeça, e esse sim pareceu certo. Alguns anos depois, como a vida gosta de correr muito rápido, era 2022, meu último ano da graduação no qual, além de todas os acontecimentos desestabilizadores que a vida joga no nosso caminho, eu me via vivendo a pressão de escrever uma monografia, terminar minha iniciação científica, saber que iria me formar, ter que deixar a cidade que tinha se tornado minha casa, encerrar o aluguel do apartamento em que vivi por alguns anos e começar a pensar em um projeto de mestrado. A pandemia estava relativamente terminando, mas não os danos que tinha causado a todas as nossas vidas. Foi nesse cenário que, em março, a segunda temporada de *Bridgerton* estreou na Netflix.

Eu já havia assistido a primeira temporada, em dezembro de 2020, quando muitos de nós já havíamos nos dado conta de que a pandemia que enfrentávamos iria durar mais do que previmos inicialmente. Em mim, a segunda temporada teve um efeito parecido com a primeira, uma certa forma de captura para um mundo absurdamente paralelo, cerca de oito horas em que tudo com que eu precisava me preocupar era em como o casal protagonista ficaria juntos e resolveria seus problemas. Quanto mais difícil e desafiador meu ano ia se tornando, mais eu ansiava por entrar naquele mundo e permanecer lá o quanto pudesse. Então comecei a ler cada um dos livros. Embora cada um deles contasse histórias diferentes, focando em casais diferentes, a estrutura geral era basicamente a mesma. Os protagonistas se conhecem, interagem e começam a se apaixonar, o que só eles parecem não perceber ou admitir. Eventualmente, eles finalmente se casam, se beijam, dormem juntos ou pelo menos confessam seus sentimentos um pelo outro. Mas os pequenos infortúnios que vão se criando ao longo da trama sempre culminam

em um problema gigantesco – e, sendo realista, muitas vezes sem resolução possível – que se estende e parece intransponível até praticamente o final da história, quando tudo é resolvido como que por um milagre de forma extremamente simples – e, honestamente, fantasiosa. E, para fechar com chave de ouro, um epílogo em que a felicidade final do casal era reafirmada: tudo tinha acabado bem.

Era exatamente o que eu precisava naquele momento da minha vida – talvez seja o que muitas pessoas acabam precisando em algum momento. Havia uma certa magia em não precisar se preocupar, por mais absurda que fosse a situação em que o casal se encontrava, porque se tinha a certeza de que tudo daria certo. A garantia do final feliz. Talvez isso fosse reconfortante porque com vinte e dois anos já deu tempo de perceber que, na vida real, muitas vezes as coisas simplesmente não dão certo e, às vezes, também não acabam nada bem; não há garantias de sucesso, de sobreviver a uma pandemia, de resolver nossos problemas, de realizar nossos sonhos, de se casar com quem a gente ama, de conseguir dinheiro para se sustentar na cidade em que você construiu toda uma vida, de ser aprovada em um processo seletivo e, depois, ter seu pedido de bolsa deferido.

E, naquele momento, independentemente de não ter conseguido escrever uma única página da minha monografia o dia inteiro, de suspeitar que nenhuma das minhas análises prestavam, de ter recebido péssimas notícias familiares, de não fazer ideia do que escrever no meu projeto de mestrado, aqueles livros sempre estavam ali para mim. Eu nem ao menos os considerava bons, eram mais o que eu considerava como “coisas que só são boas *porque* são ruins” – e aqui falo somente em meu nome, com total licença de expressar uma opinião totalmente pessoal. E, no fim, não importava muito se eram bons ou não; eles tornavam minhas madrugadas mais felizes. Quando os livros não foram mais suficientes, comecei a buscar *fanfictions* daquelas histórias – mais especificamente, em sua maioria do casal Penelope e Colin –, em que a garantia do final feliz também era frequente – e, quando a história não ia “acabar bem”, os autores já avisavam desde o começo, então eu podia simplesmente evitar essas obras.

Mas os livros de “Os Bridgertons” e suas *fanfics* tinham mais do que isso em comum. A essa altura, eu já estava pesquisando sobre virgindade feminina há alguns anos³. Com o olhar um tanto treinado, mesmo nesses momentos de lazer e escapismo, eu não conseguia deixar de perceber o quanto a virgindade feminina não cessava de se fazer presente nesses livros e em boa parte das *fanfictions* que eu lia. A cada aparição, a ideia de que aquilo poderia ser um

³ Minha monografia, inclusive, abordava o tema ao olhar para quatro livros *new adult*, dentre eles o já comentado “Belo Desastre” (2012), e para títulos de livros autopublicados pelo Kindle Direct Publishing (KDP), da Amazon.

interessante objeto de análise se esboçava na minha mente, enquanto eu pensava algo como “bom, tomara que alguém escreva isso”.

Levou alguns bons meses até eu decidir que, se eu queria ler sobre isso em um trabalho, talvez eu mesma também devesse começar a escrever sobre. Então é isso que vocês vão ler a seguir. E com essa dissertação eu encerro provisoriamente – será que posso falar em encerramento provisório? Acho que a AD me possibilita pensar em algo assim, espero eu – meus anos de tomar a virgindade feminina como tema principal de pesquisa. Pelo menos por enquanto acho que vou deixá-lo descansar, e descansar um pouco dele, para, quem sabe, revisitá-lo lá na frente. Espero que durante esse tempo outras pessoas se interessem em discuti-lo e que, quando eu voltar, possa dialogar com novas pesquisas. Porque ainda vale a pena falar da virgindade feminina hoje.

Mas antes de terminar esta apresentação, gostaria ainda de deixar aqui mais algumas palavras que, novamente, são de cunho extremamente pessoal. Vão fazer cerca de seis anos que eu estudo a questão da virgindade feminina. No começo dessa jornada, como eu mencionei, eu me sentia roubada, levava comigo a sensação de uma dupla perda. Ao longo desses anos de pesquisa, no entanto, fui pouco a pouco curada, daquela forma que só o conhecimento consegue nos tocar profundamente quando o buscamos e nos entregamos a ele em toda nossa ignorância. Neste trabalho, vocês lerão algumas vezes exercícios que colocam o dito em relação ao não-dito. Por que se falar em “perda” da virgindade quando se poderia dizer de um início, de um ganho, dizeres possíveis em outros lugares?

Saio – sem sair – dessa jornada com essa mudança efetivada dentro de mim; com minha pesquisa, pude deixar de perder e começar a ganhar. No mínimo, ganhei um tema de pesquisa que julgo potente, uma mudança de percepção, uma compreensão um tantinho maior, a recuperação de algo que parecia perdido dentro de mim, em mim. Não me sinto mais tão perdida para mim mesma, ao menos em relação a isso. E digo isso sem a intenção de nenhuma romantização – embora saiba que a intenção pouco tenha a ditar sobre o dizer – das experiências pelas quais passei. Ressignifiquei minhas dores, e não por meio de um suposto ideal de resiliência e força, mas pela vulnerabilidade, por um toque na ferida, por um arrancar – de novo e de novo – da casquinha toda vez que ela parecia pronta para ser arrancada, só para descobrir que embaixo a pele ainda sangrava aberta, até que em algum momento, pronta para arrancá-la e me deparar com o sangue novamente, fui surpreendida com vê-la cair sozinha, a pele cicatrizada – mas com uma textura diferente do resto, uma marca não apagável.

E cada vez que via o sangue, cada vez que agora vejo essa marca mais clara e fina que o resto da pele, venho me deparando com algo só meu, tão profundamente meu, impossível de ser tirado, roubado de mim. Algo da ordem do corpo, da ordem de algo mais intangível também. O sangue que me foi mostrado, orgulhosamente, como prova de um me roubar, é o meu sangue, de mais ninguém; é nas minhas veias que ele corre, só meu, sempre renovado, sempre presente quando me machuco, quando menstruo, ou mesmo dentro de mim sem que eu nem me lembre que ele existe. As lágrimas que se julgou serem arrancadas de mim também são minhas, em todo seu sal, água e seja lá do que mais são feitas as lágrimas. Se algum dia alguém pensou que tinha tirado algo de mim, feito-me perder algo de mim mesma, sentido orgulho de me mostrar uma suposta prova dessa perda encarnada em sangue e lágrimas, hoje sei que essa pessoa se enganou, e que meu eu do passado também se enganou; sempre houve e haverá algo em mim/de mim que ninguém pôde nem poderá levar embora, independente da prova que achar ser capaz de apresentar.

Há um pouco dessa parte imperdível de mim nesta pesquisa – e em todas as outras que escrevi sobre o tema. Há um pouco do meu sangue aqui, quente e pulsante, por vezes meio anêmico e ralo, mas quente e pulsante ainda assim, e que, em seu calor e pulsação me convocou a seguir, mesmo diante dos medos e das inseguranças, que por vezes compareceram por meio das minhas lágrimas, também quentes. Espero que seja possível senti-los nas páginas que seguirão. Mas há também aqui outras tantas coisas, tantas coisas que não são minhas, que vão além de mim e diluem os limites entre minha pessoa e o outro. Os achados de pesquisas que vieram antes desta, os ditos em outros lugares, os discursos recortados e analisados aqui, as experiências de outras mulheres – talvez semelhantes a minha em alguns pontos, tão distintas em outros, mas igualmente ou até mais relevantes de serem pensadas e ditas em voz alta, ou baixa, para todos, apenas para os íntimos, ou só para si mesmas.

Porém, confesso que, enquanto escrevia esta dissertação, e especialmente nos momentos finais, tive muitas reflexões sobre qual seria a importância dessa pesquisa. É claro, espero que o assunto possa ser cada vez mais debatido, junto a outras questões envolvendo gênero, sexualidade e direitos das mulheres. Porém, para além de uma nova referência possível a futuras pesquisas engajadas nas temáticas trabalhadas, de que poderia servir esse trabalho na prática? Sendo muito honesta, cheguei a pensar que a nada, ou a pouca coisa, e essa era uma grande insegurança minha diante do meu trabalho. Mas, pouco a pouco, enquanto finalizava a escrita, e principalmente tecendo esta apresentação, percebi que reflexões como as aqui promovidas – ou ao menos que tentei promover –, caso chegassem até mim, teriam tido o potencial de

transformar minhas experiências e minha visão sobre a questão da virgindade quando eu era mais nova, minhas versões pré-adolescente, adolescente e no início da vida adulta.

Sei que estou falando muito de mim, mas arrisco dizer que não estou falando exclusivamente por mim quando digo tudo isso. Creio que reflexões como essas poderiam transformar a relação de muitas meninas, garotas e mulheres com suas próprias virgindades, “primeiras vezes” e sexualidades. Talvez, então, o próximo passo mais importante seja fazer pesquisas sobre esse tema circularem, alcançarem outros pesquisadores e pessoas fora do meio acadêmico. E, então, essa pesquisa, dentre outras, poderá fazer a diferença. Para isso, acredito também que seja preciso haver um empenho maior em estudar como o tema se delineia diante das especificidades de diferentes opressões experienciadas por mulheres de distintas nacionalidades, classes sociais, raças, idades, sexualidades, etc.

Ademais, em um desejo um tanto quanto egoísta e revoltado, espero que meu ganho tire algo daqueles que julgo merecem, daqueles que acham que podem tirar algo nosso e se deliciam em sentir orgulho nisso. Dos homens que acharam que poderiam arrancar um “sim” do nosso “não”. Daqueles que abraçam esse (não tão) novo movimento de força do conservadorismo, que julgam nossas vidas sexuais e se acham no direito de decidir qual o limite de parceiros sexuais para que uma mulher seja considerada digna. Da sociedade que falha conosco mulheres – todas as mulheres, mas, como sei que falo aqui ainda de um lugar de imenso privilégio como uma mulher cis, branca, de classe média e com a oportunidade de me dedicar exclusivamente a uma pós-graduação, friso que essa sociedade falha ainda mais com as mulheres negras, indígenas, trans, em situação de pobreza, deficientes, em situação de rua, periféricas, enfim, todas aquelas cujas existências são sistematicamente invisibilizadas, silenciadas, marginalizadas, duvidadas, assassinadas simbolicamente e fisicamente.

Que tire também algo das instituições que, em diferentes medidas, falham conosco, com os quais sabemos raramente poder contar, que não nos protegem, que nos submetem à revitimização, que promovem o genocídio de muitas mulheres e daqueles amados por elas – seus filhos, parceiros, amigos, vizinhos –, cujas legislações deixam de fora tantas formas de violências contra nós, cujas configurações facilitam que abusadores e agressores sigam suas vidas impunes, principalmente se esses homens forem brancos e endinheirados. E que esse movimento não seja provocado só por mim, mas por todas nós. Que, novamente sem a intenção de romantizar as violências as quais somos submetidas, possamos mostrar que, em última instância, não podem nos tirar o direito de existir e de resistir, embora tentem incessantemente;

e que, quando tentarem tirar esse direito de outras mulheres, possamos defender o direito delas.
E que, com sorte, outras também façam isso por nós se precisarmos.

1 SOVANDO O BARRO (OU DESENHANDO INTENÇÕES)

Antes de começar a modelar a argila, é preciso sová-la: é esse o processo que irá garantir que todos os próximos possam ser bem executados e, no melhor dos casos, que a cerâmica resista às duas queimas pelas quais precisa passar antes de estar concluída – embora, aqui, não iremos nos apegar tanto à ideia de uma conclusão definitiva. E enquanto alguém realiza a sova, frequentemente já tem em mente o que irá fazer do barro que encontra diante de si, ou seja, visualiza suas intenções.

E uma pesquisa – por que não? – também pode ser pensada como um trabalho longo e artesanal no qual o pesquisador tem de, a partir de uma matéria inicial, conceber uma coisa outra na qual podem ser observados tanto a matéria que lhe deu origem quanto o trabalho realizado sobre ela. Por esse motivo, dedicamos este momento, nossa introdução, a sovar a massa: é aquilo que antecede qualquer trabalho que possamos conduzir daqui em diante. Processo de reconhecimento entre quem investiga e o que almeja investigar. Com isso desenharemos também nossas intenções – o vislumbrar do que esperamos que esta pesquisa possa se tornar.

Para esculturar, é preciso saber aquilo que se pode – mais do que isso, aquilo que se pretende e que pode ser mais benéfico – mobilizar ao longo do trabalho. É preciso então dizer, desde já, que o presente trabalho se localiza no arcabouço teórico da disciplina de Análise do Discurso, disciplina interpretativa que traz consigo seu entremeio constitutivo. Ela surge em um momento muito particular da história francesa, de meados para o fim de 1960, quando, a partir de algumas iniciativas e “[...] para além das divergências teóricas consideráveis, alguma coisa ‘pegou’ no terreno francês, que se denominou análise do discurso” (Maldidier, 2014, p. 18).

As iniciativas que resgatamos neste trabalho são aquelas desenvolvidas a partir de Michel Pêcheux, filósofo que, em 1966, passou a integrar o Laboratório de Psicologia do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Em 1966 e em 1968, M. Pêcheux publicou dois textos sob o pseudônimo de Thomas Herbert: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” ([1966] 2015a) e “Observações para uma teoria geral das ideologias” ([1969] 2015b). Desde esses primeiros escritos, o autor põe questões e faz provocações às ciências sociais, apoiando-se no materialismo histórico – mais especificamente, na leitura sintomal de Louis Althusser –, na psicanálise – que havia sido então reformulada por Jacques Lacan – e em aspectos do estruturalismo (Henry, 2014a).

Entre 1967 e 1969 há três publicações de M. Pêcheux, dessa vez assinadas por seu próprio nome: “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967), “Vers une technique d’analyse du discours” (1968) e o livro “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” ([1969] 2014a). Muito mais voltados à Linguística, são textos em que o autor começa a esboçar suas conceituações para uma teoria do discurso. A anterior adoção de um pseudônimo não foi banal, visto que os trabalhos de T. Herbert e de M. Pêcheux, voltados a diferentes leitores, faziam parte de uma intenção de, por meio do desenvolvimento de uma análise automática do discurso – ou seja, de um sistema pelo qual se pudesse realizar análises automáticas dos processos discursivos –, prover às ciências sociais um instrumento científico capaz de lhe colocar questões capazes de conduzir a uma transformação nesse campo teórico (Henry, 2014a).

Desse modo, até o ano de 1983 Michel Pêcheux e o grupo de pesquisadores que o acompanhava trabalharam em prol do desenvolvimento dessa teoria discursiva, processo que se deu por meio de formulações e reformulações, construindo maquinarias discursivas que, mais adiante, seriam desconstruídas. Essa disciplina, que se chamaria de Análise do Discurso, foi sendo construída nos (des)encontros entre as questões da língua, da história e do sujeito. Por isso, a AD colocou – e segue o fazendo – questões à Linguística, ao materialismo histórico e à Psicanálise (Orlandi, 2020a). O que cada um desses campos científicos excluía de seus interesses e trabalhos? Por que a historicidade se via afastada pela Linguística? Ao materialismo, interroga: onde está o simbólico? Quanto à psicanálise, como não considerar o inconsciente em sua relação com a ideologia?

Diante disso, o lugar de trabalho da Análise do Discurso, o já mencionado entremeio, não poderia ser um território calmo. A disciplina se insere precisamente no espaço dessas relações contraditórias entre as teorias citadas, precisando assim deslocar regiões teóricas a fim de produzir “[...] uma des-territorialização e, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz” (Orlandi, 2003a, p. 3). Por isso mesmo, não estamos diante de uma teoria positivista, tampouco idealista; o que se propõe aqui é uma análise materialista, isto é, construída a partir das coisas que se colocam materialmente (Fernandes; Vinhas, 2019).

Ao pensar a noção de valor em Saussure ([1916] 2012), a teoria da ideologia de Althusser (1999) e o inconsciente como posto por Lacan ([1957] 1998), Pêcheux ([1975] 2014b) pôde chegar a uma teoria não subjetivista do sujeito discursivo, o qual enuncia e por isso põe em jogo sentidos. Como desenvolve Pêcheux (2014b), é um sujeito dividido, já-sempre interpelado pela ideologia, afetado pelas estruturas-funcionamentos da ideologia e do

inconsciente, que “[...] diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (Orlandi, 2020a, p. 30). Enfim, um sujeito assujeitado (Pêcheux, 2014b).

Considerando a língua como um sistema que não pode se fechar (Gadet; Pêcheux, [1981] 2004), a AD trabalha com o entendimento de que discursos são processos, nos quais não há início ou fim absoluto, mas sim funcionamentos (Orlandi, 2020a). Os dizeres, portanto, só podem fazer sentido por já fazerem sentido no já-dito e esquecido da memória discursiva (Orlandi, 2020a). Todo discurso está no encontro entre interdiscurso – essa memória, de caráter objetivo e referencial, que diz respeito à constituição – e intradiscurso – a formulação que se apresenta no aqui e agora (Orlandi, 2022a). Além disso, os dizeres também se fazem na tensão entre os processos parafrásticos – da ordem da estabilização, da manutenção do mesmo, da permanência – e os processos polissêmicos – da ordem do deslocamento, do irrompimento do diferente, da fugacidade (Orlandi, 2012; 2020a). O discurso, portanto, sempre pode acabar por vir a se tornar um outro até então não visto ou previsto (Pêcheux, [1983] 2015a).

Em sua construção teórica, a Análise do Discurso não se pretende uma ciência exata, mas sim uma ciência da interpretação: não há sentido sem ela – a interpretação –, e o analista do discurso se dispõe a interpretá-la (Orlandi, 2013; 2020a). Sendo ele também um sujeito de linguagem, ou seja, também afetado pela interpretação, é através do seu deparar com a materialidade que o analista pode conduzir a análise, suspendendo as evidências e buscando compreender como os sentidos significam em um dado discurso em relação à filiação a certas redes de memória (Orlandi, 2023a). Esse olhar para a materialidade se dá pelo que Pêcheux (2015a) pensou enquanto descrição; é esse momento que possibilita a compreensão dos modos de produção dos sentidos.

Aqui, chegamos a uma boa oportunidade de apresentar nosso tema de pesquisa: a virgindade feminina, ou, dito de outro modo, a questão da virgindade relacionada à questão de gênero. Partimos do entendimento, já estudado por autoras com Altmann (2007), Castro, Abromavay e Silva (2004) e Rieth (1997) de que a temática da virgindade traz consigo reflexões acerca de problemáticas advindas da desigualdade de gênero. Em seu texto “Problemas de gênero” ([1990] 2017), a autora Judith Butler apresenta questionamentos à existência de uma identidade definida referente às mulheres. Segundo ela, esse era um entendimento por muito presumido pela teoria feminista, adotado na representação política desse grupo “mulheres” (Butler, 2017). Porém, no interior mesmo do movimento feminista, tais concepções passaram a

necessitar de revisão, de modo que “O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (Butler, 2017, p. 18).

Recusa-se, assim, a ideia de uma essência feminina, tanto quanto a de um sujeito estável do feminismo (Butler, 2017). Soma-se a isso a distinção entre sexo e gênero que, necessariamente, já causa contestação dessa unidade do sujeito, como alega a autora. No entanto, Butler (2017) tampouco se contenta com o entendimento de que sexo seria um fato biológico pré-discursivo, enquanto gênero seria a inscrição cultural desse sexo já-dado. Ao invés disso, gênero deve “[...] designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. [...] é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’ [...]” (Butler, 2017, p. 27).

Sexo como já-dado é, portanto, um efeito do próprio funcionamento cultural chamado de gênero (Butler, 2017). Isso posto, a autora irá formular como se constroem socialmente, por meio de acordos coletivos, performances (in)adequadas de gênero, ou seja, privilegiam-se certos modos de performar um gênero ou outro, enquanto se marginalizam modos outros; e tudo se passa com uma naturalização desses acordos, os quais, na perspectiva de Butler (2019), precisam ser desnaturalizados para serem compreendidos. De tal modo, a autora pontua ainda que “performar seu gênero de maneira errada implica um conjunto de punições, tanto óbvias quanto indiretas, e performá-lo bem garante a reafirmação de que, no fim das contas, existe uma essência nas identidades de gênero” (Butler, 2019, p. 225-226).

Tendo isso em mente, e retomando nosso tema de pesquisa, interessa-nos refletir sobre como essas performances de gênero, socialmente produzidas, dialogam com a questão da virgindade. Em outras palavras, pensar sobre quais seriam as performances adequadas e inadequadas quanto à virgindade se tratando do gênero culturalmente construído como “mulher”. A possibilidade dessa indagação se sustenta em estudos conduzidos anteriormente, dentre os quais destacamos o de Castro, Abromavay e Silva (2004), no qual as autoras demonstram que “A virgindade [...] permanece uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes” (Castro; Abromavay; Silva, 2004, p. 73). E, embora isso seja verdadeiro para ambos os gêneros, é preciso salientar que os norteamentos são específicos a cada caso, instaurando como norma, para o gênero feminino, comportamentos, atitudes e cenários diferentes daqueles previstos para o gênero masculino (Borges; Nakamura, 2009; Heilborn, 1998; Rieth, 1997).

A fim de estudar a temática proposta, delimitamos o tema de pesquisa a discursos produzidos acerca da virgindade feminina na coleção de romances de época “Os Bridgertons” ([2000-2006] 2013-2016) – composta por oito livros, cada um deles narrando a história de amor de um dos irmãos de uma família nobre inglesa durante a Era da Regência – e *fanfictions* – ficção escrita por fãs – derivadas desse material canônico, disponíveis em *sites multifandoms*, fora do espaço institucional promovido por uma editora. Maiores justificativas acerca dessa escolha, bem como da relevância de se refletir sobre a virgindade no(s) contexto(s) atual(is) serão apresentadas na Subseção 1.3, mais adiante. Por ora, planejamos apresentar de forma breve a coleção citada e as produções conhecidas como *fanfictions*.

“Os Bridgertons” (2013-2016) é uma série de livros escrita pela autora estadunidense Julia Quinn. O primeiro livro da coleção – que conta no total com oito romances, além de alguns livros extras –, “O duque e eu” (2013a), foi originalmente publicado em 2000, e o último, “A caminho do altar” (2016a), em 2006. No Brasil, a coleção começou a ser publicada pela editora Nova Cultural, que lançou apenas o primeiro título; sendo publicada na íntegra posteriormente pela editora Arqueiro entre os anos de 2013 e 2016. A coleção pode ser considerada como uma série de romance de época, mais especificamente, de romance regencial – ou seja, utiliza como plano de fundo o momento histórico britânico conhecido como Era da Regência, a ser seguido pela Era Vitoriana.

Cada um dos livros se propõe a narrar o desenrolar do relacionamento de um dos irmãos Bridgerton – a saber, Anthony, Benedict, Colin, Daphne, Eloise, Francesca, Gregory e Hyacinth, cuja família se encontra vinculada ao título aristocrático de Visconde – com seus respectivos pares românticos. Atualmente, a coleção é uma das mais conhecidas de seu subgênero e talvez a de mais notoriedade – aqui, não entra em questão sua qualidade superior ou inferior aos demais livros do subgênero, mas sim o fato de esses terem alcançado maior atenção entre o público. Muito disso se deve à adaptação conduzida pelo serviço de *streaming* Netflix, que conta atualmente com três temporadas da série e está em processo de gravação da quarta.

A produção cinematográfica estadunidense, cuja estreia se deu em 2020, durante a pandemia, tem alcançado recordes entre o público do serviço, ficando entre as mais assistidas em diversos países, inclusive no Brasil. Em 2024, ano de lançamento da terceira temporada, essa foi a série original mais assistida da Netflix, com vinte e um (21) bilhões de minutos assistidos, por exemplo. O sucesso da adaptação também resultou no fato de os livros da coleção voltarem a integrar listas de mais vendidos e procurados.

Outro modo de pensar o alcance da coleção – e da adaptação, embora não iremos trabalhá-la nesta pesquisa – é constatar o volume de *fanfictions* – também conhecidas como *fanfics* ou *fics* – produzido a partir dela. As *fanfictions* são definidas por Sachs (2017, p. 130) como “[...] produções ficcionais criadas por fãs de determinado universo ficcional, marca ou franquia do mundo do entretenimento a partir da reelaboração de seus personagens e/ou artistas favoritos”. São obras que fazem parte de um grupo maior chamado *fanworks* – ou seja, trabalhos de fãs –, em que os fãs criam materiais a partir daquilo que gostam e acompanham; os *fanworks* englobam as *fanfics*, mas também desenhos e artes gráficas, montagens audiovisuais, entre outros. Atualmente, os *fanworks* – e, por extensão, as *fanfictions* – vêm sendo estudados enquanto práticas da *fan culture* – cultura de fãs –, em pesquisas que refletem acerca de seus modos de produção, consumo – ou talvez fosse melhor falar em leitura – e circulação. Assim, no âmbito das *fanfics*, “[...] o fã leitor e consumidor é, ao mesmo tempo, produtor, editor e divulgador de seus próprios escritos, podendo alternar-se com outros fãs nesses papéis [...]” (Sachs, 2019, p. 54).

Em suma, a *fanfiction* é essa escrita ficcional em prosa na qual os fãs podem, a partir de um texto-fonte, expandir, modificar, misturar, repensar personagens – ou pessoas – e tramas (Camargo; Abreu, 2013). E, embora seu surgimento não tenha se dado no contexto online, podemos afirmar que esse meio tornou possível um crescimento não só da escrita de *fanfics*, como também de seu alcance e das possibilidades de troca entre autores e leitores (Camargo; Abreu, 2013). Essas obras são publicadas em blogs ou mesmo em redes sociais, mas se encontram majoritariamente presentes em *sites multifandom*, os quais, com suas especificidades, abrigam produções vinculadas a diferentes textos-fonte (Camargo; Abreu, 2013). Foi em *sites* desse gênero – a saber, no *Archive of Our Own* (AO3) e no *Spirit Fanfics e Histórias* – que realizamos as buscas das *fanfictions* de “Os Bridgertons” (2013-2016). Foram selecionadas *fanfics* em português e em inglês.

Como afirmamos anteriormente, a produção de *fanfics* relacionadas à coleção é significativa. No repositório *multifandom* AO3, que abarca diversos idiomas – embora a maioria dos trabalhos esteja em inglês – e conta com mais de sete (7) milhões de usuários, à época da consulta para a realização desta pesquisa havia um total de seis mil duzentos e oitenta e seis (6286) resultados vinculados a “Os Bridgertons” (2013-2016). Já no caso do *Spirit*, *site* brasileiro criado em 2003, anteriormente com o nome de *Amnsp*, à época se somavam cento e sessenta e nove (169) obras.

Assim, ao longo do processo de constituição do *corpus* discursivo e da composição do *corpus* de análise pela operação de recortes (Fernandes; Vinhas, 2019) foram selecionados doze (12) recortes para análise. Desses, seis (6) foram retirados de três (3) dos livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e seis (6) foram extraídos de *fanfictions*, sendo quatro (4) deles pertencentes a obras publicadas no AO3 e dois (2) a obras publicadas no Spirit. Os gestos de análise, por sua vez, serão conduzidos no batimento entre teoria e análise (Petri, 2013) e no batimento entre descrição – o olhar para a materialidade – e interpretação – compreensão de sentidos e posições do sujeito –, sendo que, neste segundo caso, há o primado da descrição em relação à interpretação (Pêcheux, 2015a).

Diante desses objetos – os livros da coleção e as *fanfictions* a eles ligadas –, a presente pesquisa buscará tratar da seguinte questão: no jogo constitutivo entre paráfrase e polissemia, há predominância de estabilizações ou de deslocamentos nos discursos sobre a virgindade feminina produzidos na coleção de livros de romance de época “Os Bridgertons” (2013-2016) e em *fanfictions* derivadas desse material canônico? Decorrente dessa indagação, chegamos à proposição de conduzir nossa pesquisa pautados no objetivo geral de investigar o funcionamento da tensão entre estabilização e deslocamento de efeitos de sentido em discursos sobre a virgindade feminina nos romances de época “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*. Isso posto, foram também definidos os seguintes objetivos específicos:

- i) Em conformidade aos estudos discursivos, refletir acerca da relação entre linguagem, historicidade e discurso como aquela da qual advém a constituição, estabilização, (re)produção e (re)atualização de efeitos de sentido;
- ii) Retomar os processos parafrásticos e os processos polissêmicos à luz da teoria de Análise de Discurso francesa de base materialista, conforme proposto por Michel Pêcheux e também desenvolvido por pesquisadores brasileiros como Eni Orlandi;
- iii) Discutir a temática da virgindade feminina em relação aos estudos de gênero, especialmente no que tange à possibilidade de tomá-la como local privilegiado para a investigação dos papéis de gênero designados para a mulher, bem como das relações de desigualdade de gênero colocadas em jogo por tais papéis;
- iv) Compreender como *fanfictions* inspiradas em obras antecessoras podem, no *corpus* em questão e a partir de condições de produção outras, marcar filiações discursivas similares ou distintas daquelas materializadas nos textos que referenciam;

- v) Analisar, no batimento entre descrição e interpretação, recortes discursivos que põem em circulação efeitos de sentido sobre a virgindade feminina, a mulher virgem e a primeira relação sexual feminina, extraídos da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*;
- vi) Ponderar, com base nas análises conduzidas, se no *corpus* prevalecem processos parafrásticos ou polissêmicos no que tange aos discursos sobre a virgindade feminina presentes nos recortes.

A fim de desenvolver os pontos levantados, dividimos este trabalho em sete capítulos, contando com este introdutório, os quais apresentaremos brevemente aqui. O primeiro capítulo, “Análise do Discurso: uma disciplina da interpretação”, o primeiro capítulo teórico, dedica-se a apresentar a disciplina de AD, recuperando aspectos das conjunções de sua origem na França e seu caráter materialista, a discutir as práticas vinculadas à disciplina em terras brasileiras, explorar os preceitos teóricos e os conceitos desenvolvidos no âmbito dessa ciência da interpretação – tais como o da opacidade da linguagem, assujeitamento do sujeito, efeito metafórico; o interdiscurso e intradiscurso, formações discursivas e ideológicas, paráfrase e polissemia, forma-sujeito e posição-sujeito. Enfim, fornecendo as bases que possibilitarão as futuras análises a serem realizadas.

O segundo capítulo, chamado “Onde gênero toca a virgindade”, visa construir um caminho de reflexão acerca dos modos pelos quais a temática da virgindade se demonstra um ponto propício a ser debatido no âmbito dos estudos de gênero. Para isso, em um primeiro momento nos dedicaremos a desenhar o campo dos estudos de gênero e o pensamento de autoras como Joan Wallach Scott e Judith Butler. A partir desta última autora, pensaremos a noção de gênero e, especialmente, as performances por ele instauradas. Depois, iremos tratar do papel da virgindade da mulher nas sociedades ocidentais – ou, por vezes, ocidentalizadas –, estruturadas sobre desigualdades de raça, gênero e classe. Pensaremos ainda sobre o que define, em diferentes conjunturas, o que (não) é a virgindade da mulher e quem pode ser lida como uma mulher (não) virgem.

A seguir, o terceiro capítulo, “Modelando a massa: análises em torno”, é aquele no qual exporemos os caminhos metodológicos traçados para a construção desta pesquisa e apresentaremos os gestos descritivos e interpretativos desenvolvidos a partir do *corpus* de análise. Nele iremos comentar em que consistem os modos de se trabalhar no âmbito da Análise do Discurso, ressaltando a impossibilidade de separar os aspectos teóricos e metodológicos da

disciplina, como foram direcionadas as leituras da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), tendo em vista nosso tema de pesquisa, e de como foram realizadas as buscas no repositório *Archive of Our Own* e no site *Spirit Fanfics e Histórias*, respeitando as ferramentas e as possibilidades oferecidas por cada um deles, além da seleção que se seguiu em relação aos títulos recuperados. Depois, partiremos aos gestos de análise dos doze (12) recortes selecionados para compor o *corpus* de análise.

Por fim, “Polindo a peça (ou estimando alcances)”, sétimo e último capítulo, diz respeito às nossas considerações – não tão – finais. Nelas, retomaremos as intenções aqui narradas, relembrando o leitor quanto à nossa questão de pesquisa, bem como aos nossos objetivos gerais e específicos e avaliando quão longe chegamos em relação a eles – nesse ponto, não nos limitaremos a enumerar resultados ou respostas, mas sim a dimensioná-los em relação ao que ainda ficou não atendido, além de chamar atenção aos questionamentos levantados ao longo do caminho.

1.1 Justificativa

É chegada a hora de apresentar as razões desta pesquisa existir nesse momento e desse modo. Também aqui nos permitiremos pensar uma alusão ao trabalho com a argila. Enquanto sova a massa – ou, por vezes, mesmo antes –, é comum que o escultor tenha em mente não só o que pretende fazer dela, mas também, em algum nível, os motivos que sustentam esse desejo. Trataremos então de expor os nossos.

Começamos com a licença de destacar nosso posicionamento enquanto analistas em relação ao que nos atravessa e incomoda em relação ao tema, motivando nosso recorte.

É justo dar sequência à exposição de nossas motivações com um ponto no qual já tocamos anteriormente: em nossa sociedade, a temática da virgindade representa um marco da distinção de gênero (Altmann, 2007), de modo que por meio dela – isto é, da concepção de virgindade – se sedimentam performances adequadas ou inadequadas para as mulheres. Historicamente, isso pode ser observado em discursos religiosos, jurídicos e científicos – aqui, temos em mente especialmente o discurso médico –, entre tantos outros.

Se pensarmos, por exemplo, os discursos vinculados ao início da Igreja Católica, quando o cristianismo ainda estava se constituindo no Ocidente, poderemos constatar que os tratados dos Pais da Igreja – lideranças os responsáveis por constituir o pensamento cristão nos primeiros séculos da Igreja, dos quais podemos citar Cipriano, bispo de Cartago, e Ambrósio, bispo da Sé

de Milão, entre outros – revestiram de um caráter doutrinal a virgindade da mulher (Amorim, 2021; Dias, 2018; Silva, 2021). Há de se falar, portanto, no funcionamento de formas de controle sobre o corpo e o comportamento feminino. No entanto, a virgindade da mulher é um espaço de disputas, o que se pode observar pelo fato de que, por meio da virgindade consagrada, mulheres tiveram acesso à oportunidade de recusar o matrimônio e a reprodução (Knibiehler, 2016).

Quanto ao discurso jurídico, um olhar para certas leis e códigos penais é bastante elucidativo em relação ao fato de a virgindade feminina ter sido tratada, em diferentes contextos, como algo a ser protegido pelo Estado por meio de criminalizações. No Brasil, podemos destacar o Código Criminal do Império de 1830, o Código Penal de 1890 e o Código Penal de 1940, os quais, com suas especificidades, descrevem tipos penais que tratam da defloração – no caso dos dois primeiros – ou sedução – referente ao último – da mulher virgem (BRASIL, 1830; 1890; 1940). Os tipos penais pouco resguardavam os direitos das potenciais vítimas, visto que, como consequência do processo-crime, essas mulheres eram culpabilizadas, estigmatizadas e tinham suas vidas inspecionadas minuciosamente, sendo relegadas ao papel de mulher perdida, desonrada e prostituída (March, 2009; Vasconcelos, 2018).

O discurso médico, por seu lado, por muito tratou de esquadrihar certos aspectos do corpo e da saúde da mulher, deixando outros de lado, instaurando parâmetros de normalidade e anormalidade, de saúde e doença para as mulheres. Ao longo do século XIX a ciência médica adquiriu um novo nível de prestígio, participando do controle e da disciplinarização das sociedades, como conta (Vasconcelos, 2018). A mentalidade higienista, por exemplo, foi responsável por patologizar o corpo feminino e fornecer diretrizes para, alegadamente, uma forma de vida sadia às mulheres; nesse enfoque, sua virgindade pôde ainda mais figurar como algo a ser resguardado pelo Estado, agora com o respaldo do discurso científico da época, visto que a restrição das relações sexuais ao casamento configurou como condição para a produção de filhos saudáveis (Maia; Maia, 2012; Vasconcelos, 2018).

Tais questões, e ainda outras, têm sido estudadas e produtivamente debatidas em estudos referentes aos seus campos do conhecimento, tendo algumas dessas pesquisas sido referenciadas acima. No entanto, no âmbito linguístico nacional, e mais especificamente em nosso caso no que diz respeito à disciplina de Análise do Discurso, há uma lacuna significativa em relação à temática da virgindade. É essa lacuna que visamos endereçar com o presente trabalho – ou seja: refletir sobre a virgindade feminina, situados no dispositivo teórico da AD – , auxiliados por conhecimentos do tema já desenvolvidos em outras áreas do saber.

Em trabalho anterior realizado por esta autora foi preciso iniciar argumentando que, embora a ideia de virgindade feminina pudesse parecer um assunto majoritariamente superado – ou quiçá ultrapassado – nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas do século XXI, esse poderia ser um pensamento superficial e prematuro, de modo que ainda era necessário realizar investigações a seu respeito (Amorim, 2022). Hoje, ao que nos parece, o cenário já é outro. Se naquele primeiro contexto a virgindade da mulher já era um tema que não se deixava apagar – significado em mais espaços do que se poderia imaginar, desde *sex shops* e *sites* pornográficos, passando por filmes, séries, novelas e músicas, e chegando às revistas adolescentes, por exemplo –, hoje, pouco mais de dois anos após a entrega daquele trabalho, soma-se a isso um (não tão) novo fator: o crescimento e a intensificação do conservadorismo nas citadas sociedades⁴.

Conservadorismo que abraça, recicla e impulsiona as performances de gênero socialmente (in)desejáveis. Nesse embalo, uma série de ideias/ideais ganham novo fôlego. A conveniente associação da mulher com o matrimônio, a maternidade e o espaço doméstico, revestida por ares de novidade e nostalgia postos em funcionamento por movimentos como o Tradwife⁵, com forte presença em redes sociais como o TikTok, que incentiva o retorno da mulher aos e a permanência exclusiva em serviços de cuidado com o lar, o cônjuge e os filhos. A necessidade de um dito resgate da feminilidade⁶, que, por meio de “dicas” e conselhos faz funcionar, para as mulheres, orientações quanto aos modos de se portar, falar, vestir e até mesmo pensar; não há nada aí de novo, exceto, talvez, mais uma roupagem de promessa para uma vida supostamente mais equilibrada, satisfatória e, sim, empoderada. A “volta” – sabemos, falar em volta é deveras inocente da nossa parte – de discursos de cunho

⁴ Para maiores reflexões acerca do fortalecimento do neoconservadorismo no contexto brasileiro, por exemplo, consultar Medeiros (2024). Outro estudo digno de menção é o de Mantovani, Santos e Nascimento (2023), no qual é abordada a relação entre a questão de gênero e as estratégias neoconservadoras mobilizadas durante a disputa eleitoral de 2022.

⁵ O nome se refere a “*tradicional wife*” - em português, “esposa tradicional”. Em suma, apela para o resgate de papéis de gênero bem definidos em um casamento, em que o homem atuaria como o - único ou principal - provedor e a mulher ficaria responsável pelos trabalhos domésticos e de cuidado. Embora isso já não fosse algo distante da realidade - considerando que, mesmo quando trabalham, a maioria das mulheres ainda assume jornadas extras de trabalho com a gestão da casa -, o que se conhece por Tradwife traz consigo elementos como uma satisfação plena diante das funções assumidas, o orgulho pela submissão ao marido e a criação de uma estética nostálgica da esposa, mãe e dona de casa perfeita. O perfil “Estee Williams”, que conta com mais de cento e noventa mil seguidores na rede social TikTok, é somente um exemplo da criação de conteúdo vinculada às traditional wives. Ver: https://www.tiktok.com/@esteecwilliams?_t=ZM-8thlbPYg7Yz&_r=1. Acesso em: 07 jan. 2025.

⁶ Em consulta à rede social Instagram, atualmente gerida pela Meta, podemos encontrar vários perfis voltados à promoção da feminilidade, sendo os que seguem apenas exemplos. O perfil de Dandara Maia, com duzentos e quarenta mil seguidores, conta com a seguinte apresentação: “Te transformo da menina que você é para a mulher que você pode ser”. Nicole Freya, seguida por mais de setecentas mil pessoas, oferece: “Transforme-se em uma mulher mais feminina, mais atraente e mais madura HOJE”. Ver, respectivamente, https://www.instagram.com/dandara_maia e https://www.instagram.com/nicolefreya_. Acessos em: 07 jan. 2025.

misógino declarado e da exaltação – talvez fosse mesmo mais adequado falar que o que se segue é posto como o mínimo esperado – da mulher “direita” ou “para casar”, ou seja e em termos muito breves, aquela que não é “rodada”, observada por exemplo, mas não somente, em falar pertencentes ao movimento Redpill⁷. Tudo isso, é preciso destacar, profundamente arraigado em lógicas de cis-heteronormatividade e da branquitude (Bento, 2022).

É verdade que a sustentação para a edificação desse cenário não vem de hoje e já estava em funcionamento mesmo antes de 2022, mas podemos agora ver seus produtos se espalharem mais e mais. Por que falar disso ao justificar a realização de uma pesquisa que trate sobre a virgindade da mulher? Ora, se a pensarmos como uma problemática concernente ao gênero, como estamos propondo, é impossível que não seja influenciada por tal quadro contextual. E se gênero não pode ser separado de raça e classe (Kilomba, 2019; Scott 1995), tampouco a problemática da virgindade o pode, como se constata através do estudo de textos como o de Alves ([1980] 2019), Davis ([1981] 2016) e Hooks ([1981] 2021). Não é absurdo considerar, portanto, que um retrocesso no âmbito das conquistas raciais, de classe e de gênero represente também um retrocesso no que tange à virgindade. Afinal, como defendia Beauvoir ([1949] 2009, p. 29), “[...] basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes”. Observar os discursos em jogo sobre a virgindade feminina é, principalmente, pensar sobre os locais designados e possíveis para mulheres na sociedade.

A escolha de que em objetos conduzir tais observações, portanto, não é banal: há inesgotáveis materiais possíveis de serem analisados e a opção por uns que não outros precisa também ser justificada. Poderíamos, por exemplo, analisar os artigos referentes à virgindade contidos nos códigos penais acima mencionados; ou o manual da Organização Mundial de Saúde⁸ que condena os chamados testes de virgindade – práticas que carecem de comprovação científica e que alegam averiguar se uma mulher é virgem –; ou, quem sabe, o que se disse

⁷ O movimento se vale da alusão à obra cinematográfica “Matrix” para caracterizar seus adeptos como aqueles que escolheram o despertar, ou seja, abandonar a ilusão para encarar a realidade como ela é (Vilaça; Andréa, 2021). A “filosofia” Red Pill ganhou espaço na chamada “machosfera”, tendo seu alcance crescido significante nos últimos anos. No Brasil, a título de exemplificação, o podcast RedCast, criado em 2021, já soma mais de duzentos e quarenta mil inscritos e dispõe de quase seiscentos vídeos. Seu canal em que posta só trechos relevantes dos vídeos completos é ainda mais seguido: são trezentos e doze mil inscritos; dentre os vídeos publicados nesse canal podemos encontrar títulos como “A verdade sobre a lei maria da Penha está vindo à tona”, “Quantos caras a mulh3r ficou importa?”, “Elas estão encalhando? 99% das mulheres não servem pra casar!”, “O custo do s3xo pra mulh3r é caríssimo”. Ver, respectivamente: <https://www.youtube.com/@redcastoficial5640>, <https://www.youtube.com/@cortesredcastoficial2694>, <https://www.youtube.com/watch?v=eFFyX0ABkvA>, <https://www.youtube.com/watch?v=4hsP2jhhtgo>, https://www.youtube.com/watch?v=H4d_W1xjjMc e https://www.youtube.com/watch?v=VOudBbn_gj8. Acessos em: 07 jan. 2025.

⁸ Ver: <https://www.hrw.org/pt/news/2014/12/02/264950>. Acesso em: 07 jan. 2025.

sobre a virgindade na revista *Capricho*, do Grupo Abril, cujo público-alvo eram garotas na fase da adolescência, ao longo de seus mais de cinquenta anos de publicação impressa. Todas as possibilidades são certamente interessantes.

No entanto, escolhemos pensar os discursos sobre a mulher virgem, sua virgindade e sua primeira relação sexual, nos livros e nas *fanfictions* de “Os Bridgertons” (2013-2016). Temos conosco nossos motivos, sobre os quais dissertaremos adiante, mas antes é preciso declarar que nossa pretensão não é a de fazer parecer que a opção aqui escolhida seria superior, mais pertinente ou mais necessária do que os exemplos elencados ou do que tantos outros caminhos possíveis. Esta é uma pesquisa que intenciona, nada mais que isso – e já não é muito? –, fazer o debate sobre o tema se movimentar, o que esperamos fazer com alguma dignidade teórica. Em uma aula de cerâmica, recorrendo novamente a essa comparação, há de se falar que a confecção de um copo é mais importante do que a de uma caneca, contanto que compartilhem entre si a mesma qualidade?

Como já dissemos, “Os Bridgertons” (2013-2016) é uma coleção do que no Brasil conhecemos como romances de época – em inglês, fala-se em “*historical romance*” ou “*period novel*” –, diferenciando-se, aqui, dos romances históricos. Nos romances de época, o contexto histórico serve apenas como plano de fundo para o desenvolvimento do enredo, predominantemente voltado a uma história de amor. Desse modo, o plano de fundo dos livros da coleção, que se passa entre 1813 e 1827, é o período regencial britânico⁹, compreendido dentro da Era Georgiana, que seguiu a Era Stuart e foi seguida pela Era Vitoriana em 1837. O nome do período faz referência ao momento no qual o Reino Unido foi governado por um Príncipe Regente – a saber, Jorge IV.

O período regencial, com seus costumes, vestuários e eventos, é abordado constantemente quando se trata de romances de época, motivo pelo qual há a especificação de certas obras como romances regenciais. É o caso de “Os Bridgertons” (2013-2016) que, além de focar nos romances de cada um dos oito irmãos pertencentes à nobreza, traz ainda a presença de uma autora misteriosa cuja coluna impressa relata, durante a temporada londrina – isto é, o momento do ano em que a nobreza se encontrava na capital inglesa – fofocas sobre os membros da sociedade aristocrática.

A coleção é um marco de seu subgênero, conhecida não só por leitores ávidos de romances de época, mas, após a adaptação conduzida pelo serviço de *streaming* Netflix,

⁹ Os fatos a seguir narrados acerca do período pertencem ao senso comum histórico, de modo que não se encontram referenciados.

também pelo público geral. Embora esta pesquisa não se proponha a abordar a série audiovisual, é inegável sua contribuição e impacto para a atual popularidade dos livros; à época da estreia de sua primeira temporada na Netflix, em dezembro de 2020, momento no qual o mundo se encontrava em meio à pandemia de Covid-19, a série proporcionou aos espectadores o escapismo de, durante cerca de oito horas, não se preocupar com nada além da história de amor dos protagonistas. O sucesso se repetiu no lançamento da segunda temporada, já em 2022, e no da terceira, em 2024. Todas as temporadas da série, até esse momento, bateram recordes de audiência na Netflix, fazendo dela uma das séries mais assistidas da história desse *streaming*¹⁰. Tudo isso culminou em um crescimento expressivo na procura pelos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016), conferindo-lhes uma alta circulação para além da bolha de seu subgênero.

Fato é: os romances de época, tão presentes e populares em nossa sociedade ocidental(izada), não recebem atenção suficiente das pesquisas discursivas atualmente desenvolvidas em cenário nacional, principalmente – e isso para nós é o ponto imprescindível a ser colocado – no tocante à dominante presença do tema da virgindade feminina em suas tramas. Isso não é exclusividade de “Os Bridgertons” (2013-2016), mas a popularidade alcançada por essa coleção específica propicia a discussão almejada por nós e aumenta, inclusive, suas chances de propagação.

Tendo em vista que os discursos sobre a mulher virgem e sua virgindade não são suficientemente investigados em relação aos romances de época, soma-se a isso nosso interesse pelas *fanfictions*. Também aqui são escassas as pesquisas que se ponham a investigar a recorrência da virgindade feminina nas ficções escritas por fãs. O crescimento de estudos que contemplem outros aspectos relacionados a esses textos parece demonstrar que as *fanfics*, produções numerosas, não devem ser ignoradas pela ciência. O mesmo também é verdadeiro para os sentidos acerca da virgindade, da mulher virgem e de sua “primeira vez” postos em funcionamento nessas produções. Além disso, estudar, além dos livros da coleção, as *fanfictions* relacionadas a “Os Bridgertons” (2013-2016) instaura a possibilidade de investigar discursos distintamente posicionados no mercado editorial, pondo em jogo, desse modo, diferentes condições de produção.

Por fim, cabe pontuar que, embora “Os Bridgertons” (2013-2016) não sejam livros nacionais – como dissemos, sua autora é estadunidense e seu cenário é a Inglaterra –, essas

¹⁰ Ver: <https://www.forbes.com/sites/nashasmith/2022/04/19/bridgerton-season-2-breaks-record-to-become-the-mostpopular-english-language-series-on-netflix/?sh=57fd86233951> e <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/tv/news/bridgerton-netflix-season-3-viewing-figures-b2550047.html>. Acessos em: 07 jan. 2025.

obras conquistaram seu espaço no Brasil¹¹, sendo ainda, em certo grau, um baluarte para os romances de época nacionais. Também por essa razão o *corpus* de análise contará com recortes em português extraídos de *fanfictions* publicadas em *sites* brasileiros. Desse modo, com nossas intenções e motivações postas, acredito que um trabalho nos termos até aqui apresentados possa ser capaz de contribuir tanto para os estudos discursivos quanto para os estudos de gênero, a partir da compreensão dos modos pelos quais a virgindade feminina é significada nos materiais elencados.

Dito isso, o barro está sovado.

¹¹ “O duque e eu” (2013a), primeiro livro da coleção, por exemplo, conta com cerca de 150 mil leituras e 92 mil avaliações no Skoob, rede social para leitores. Estimamos que o número real seja expressivamente superior a esse, visto que nem todos os leitores fazem uso de redes sociais como essa. Ver: <https://www.skoob.com.br/livro/169842ED652643>. Acesso em 07 fev. 2025.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: UMA DISCIPLINA DA INTERPRETAÇÃO

No começo do século XX se forma a corrente estruturalista europeia, muito a partir da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, “Curso de Linguística Geral” (2012) que alegadamente se propunha a apresentar os pensamentos expostos por F. de Saussure ao longo de seus cursos na Universidade de Genebra. A obra, como foi apresentada pelos editores, com as suas dicotomias – opondo *langue* (língua) a *parole* (fala) e forma à substância – proporcionou que a Linguística fosse alçada ao estado de ciência autônoma – mais do que isso, a ciência-piloto –, além de ter alimentado o que viria a se entender como estruturalismo (Henry, 2014a; Orlandi, 2009; Weedwood, 2005).

A Linguística era, nesse momento, notadamente estruturalista, ou seja, tinha como objeto a língua, aqui pensada como sistema abstrato formada por um conjunto de signos (Orlandi, 2009). E, por meio da oposição entre *langue* e *parole*, foi possível excluir o assim visto problema da fala do campo de estudos concernentes à Linguística; afasta-se assim a questão do sujeito (Robin, 1979). O movimento estruturalista, então, “[...] foi muito bem-sucedido desde sua origem. Além de servir a várias ciências, teve muitas formas no interior da própria Linguística” (Orlandi, 2009, p. 24); dentre tais formas a autora cita como exemplos o funcionalismo e o distribucionalismo. A análise dos significados, ou seja, o estudo do nível semântico, no entanto, sempre constituiu o limite diante do qual o estruturalismo esbarrava, ainda segundo Orlandi (2009).

Ainda assim, “Até os anos 1950, o estruturalismo dominou incontestemente na linguística” (Orlandi, 2009). Depois disso, porém, começam a surgir e conquistar espaço novas teorias. Aqui, podemos pensar na gramática gerativa de Noam Chomsky, alinhada à tendência formalista, e outras tendências voltadas à “[...] heterogeneidade e a diversidade, buscando um meio de sistematizar os *usos concretos* da linguagem por *falantes reais*” (Orlandi, 2009, p. 47, grifo da autora), como é o caso da sociolinguística, a etnolinguística, a pragmática e a teoria da enunciação, respeitando-se as divergências existentes entre elas.

É nesse contexto, entre meados e fins da década de 1960, que os escritos de Michel Pêcheux e de seu grupo viriam a balançar estabilizações de diferentes áreas do conhecimento (Maldidier, 2014). O autor era, por formação, filósofo, tendo concluído seus estudos na Escola Normal Superior de Paris em 1963. Três anos depois se torna membro do Laboratório de Psicologia Social, passando assim a integrar o Departamento de Psicologia no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), como conta Maldidier (2003). Inserido nessa conjuntura,

construiu relações com os estudiosos Paul Henry e Michel Plon, os quais viriam a se tornar “[...] interlocutores fundamentais para a formulação da Análise de Discurso” (Orlandi, 2005, p. 10). Assim, o que viria a balançar as estabilizações, pelo lado da Linguística, é a proposta da Análise do Discurso (AD)¹² de se pensar “[...] uma teoria crítica da produção da linguagem” (Orlandi, 2009, p. 58). A AD traz consigo uma ruptura metodológica diante de um quadro intelectual em que

Para os historiadores, o discurso não constitui um objeto [...]. No outro pólo, os lingüistas estão rigorosamente isolados no saussurismo, na lingüística estrutural e no transformacionalismo. A dicotomia inaugural de Saussure provoca um afastamento do sujeito, [...] um afastamento do fora-texto. Em resumo, dois recalcamientos simétricos. O historiador recalca o significante, a materialidade da linguagem, o lingüista recalca o sujeito e a história, em resumo, o discurso como prática social (Robin, 1979, p. 70).

Por esse motivo, Orlandi (2020a) irá nos dizer que a Análise do Discurso, disciplina que é interpretativa – ou seja, que visa interpretar o discurso, pensando-o como prática de materialidade linguística, em sua relação com as relações históricas e sociais –, se constitui nas contradições da Linguística, do materialismo histórico e da Psicanálise; também, por isso, uma disciplina de entremeio (Orlandi, 2020a). Em seu texto “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux (1969)” (2014a), o autor Paul Henry relata a preocupação de M. Pêcheux, no início de sua proposta referente à disciplina, em desenvolver um instrumento científico que pudesse atender as ciências sociais. O autor afirma ainda que “Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. É pelo menos isto que Pêcheux esperava de seu dispositivo: que ele fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva” (Henry, 2014a, p. 38). Não por acaso, o que podemos afirmar inequivocadamente é que a AD põe questões aos domínios em cujo entremeio se constrói, provocando-os¹³ quanto ao que deixam de lado (Orlandi, 2020a). Desse modo, Pêcheux ([1979] 2016a) viria a convidar os discursivistas a olhar e confrontar a língua, a história e o inconsciente.

Seu modo de pensar a história, cabe constatar, é filiado ao Materialismo Histórico, e aqui devemos ter em mente que M. Pêcheux foi, conta Orlandi (2005), um herdeiro não subserviente do Marxismo. Como relata Courtine (1999), entre o fim da década de 1960 e o começo da década de 1980, a linguística francesa e o marxismo se relacionavam proximamente, podendo-se falar entre aquela primeira ciência e o projeto político de esquerda naquele país. Desse modo,

¹²Aqui, estamos nos referindo ao que à época se formulou como a Análise do Discurso europeia, e não à Análise do Discurso americana.

¹³ Nesse sentido, a interrogação de Michel Pêcheux no Colóquio Materialidade Discursivas é exemplar: “De que nos protegemos, ao nos declarar lingüistas, historiadores ou psicanalistas?” (Pêcheux, 2016, p. 18).

“Alguns setores da pesquisa linguística eram, com efeito, filosoficamente amplamente dominados pelo marxismo, ao mesmo tempo em que eram concebidos como campos de atividade militante” (Courtine, 1999, p. 7). Isso também era verdade, segundo o autor, no caso da Análise do Discurso construída coletivamente por M. Pêcheux e seu grupo; tal fato pode ser constatado em obras como, por exemplo “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2014b). Tanto o que é que, nesse momento da disciplina, os *corpora* de análise privilegiados eram aqueles vinculados ao discurso político (Ruiz, 2019).

É dentro desse bojo que, nas formulações tecidas por M. Pêcheux ao longo das quase duas décadas de trabalho compartilhado com outros pesquisadores, a língua seria considerada como um sistema de impossível fechamento (Gadet; Pêcheux, 2004) dadas as suas relações umbilicais com a história, o inconsciente e a ideologia. A história – pensada a partir de uma filiação materialista, já entendemos – é, portanto, parte constitutiva da produção de processos de significação (Indursky, 1998). Deste modo, segundo Henry (2014b, p. 55), “[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação [...]. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido [...]”.

De tal modo, a Análise do Discurso, filiada ao materialismo, carrega em sua historicidade a recusa ao idealismo e ao sujeito que esse pilar filosófico desenvolve consigo. Isso pois, “Se, para o idealismo, o real são as próprias ideias, para o materialismo as ideias são afetadas por coisas materiais, deslocando o real para sua relação com a materialidade” (Guimarães, 2016, p. 809). O próprio trabalho desenvolvido por Althusser (1980) através de sua leitura sintomal das obras marxistas, parte relevante na construção das teorias de Michel Pêcheux, nega a noção de uma ideologia enquanto construção imaginária, ou seja, uma ideologia “[...] concebida como pura ilusão, puro sonho, isto é, nada. Toda a sua realidade está fora de si própria” (Althusser, 1980, p. 72). Ao invés disso, adotamos, na disciplina da Análise do Discurso, o entendimento de que a ideologia possui existência material, motivo pelo qual iremos pensá-la enquanto práticas (Althusser, 1999; Pêcheux, 1996).

Negar a posição idealista significa, para nós analistas do discurso, compreender que nosso trabalho analítico privilegia a práxis, “[...] encontrando o funcionamento ideológico a partir daquilo que se coloca materialmente” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 146). Estamos falando do primado do significante sobre o significado, isto é, da necessidade de partir da materialidade que se apresenta a nós, descrevendo-a para então poder interpretá-la, compreender os sentidos que ali se (re)produzem; pois é na e pela materialidade que os processos discursivos funcionam

(Lagazzi, 2023). Nisso consiste a Análise do Discurso, materialista e militante, proposta por Michel Pêcheux.

Após sua morte em 1984, no entanto, algo da Análise do Discurso vinculada ao seu nome se perdeu na França. Nesse mesmo ano, os membros do grupo de pesquisa construído ao seu redor, a Pesquisa Cooperativa Programada (RCP) em Análise do Discurso e Leitura de Arquivo (ADELA), anunciaram coletivamente, por meio da revista *Langage et société*, que o grupo optou por “[...] não continuar sem o seu fundador” (MICHEL, 1984, p. 85, tradução nossa). Retomaremos esse ponto mais adiante, mas antes pretendemos tecer algumas considerações acerca dos caminhos da AD no Brasil.

Retomar esse percurso histórico tampouco é tarefa simples, principalmente se buscarmos escapar de uma narrativa inserida em “[...] uma aparente transparência no fio da discursividade que tece a ordem do dizer” (Souza, 2021, p. 9). Afinal, seria irreal pensar que poderia haver uma única história de uma disciplina, homogênea, linear e aceita por todos, livre de contradições, apagamentos e tensões; por essa razão, Souza (2021, p. 9) argumenta que

O olhar que estabelecemos sobre a memória do passado depende de nossa relação com o momento presente. Nesse sentido, uma pergunta que não pode deixar de ser feita no processo de elaboração de um passado é: o que desejamos dar a ler? [...] é fundamental que o pesquisador faça essa pergunta não somente a si próprio, mas que a direcione também sobre as narrativas que se estabelecem numa dada área do conhecimento. E uma vez que uma narrativa ganha proeminência na história e na memória de uma disciplina, ela tende a estabelecer os seus próprios recortes e montagens, seja por meio daqueles que estão inseridos na disciplina, seja por um enquadramento institucional que seleciona determinados nomes como vetores na composição de sua própria história. Alguns sujeitos se tornam personagens maiores e outros menores nesse processo. Alguns, no entanto, sequer entram para o enredo: são esquecidos, apagados, silenciados (Souza, 2021, p. 9).

De tal modo, embora muitos trabalhos se detenham a discorrer sobre a inegável relevância dos estudos de Eni Orlandi para a Análise do Discurso em cenário brasileiro, podemos também pensar em outros caminhos que fazem dizer das relações entre a AD e o nosso país. Nesse sentido, cabe citar os escritos de Kogawa (2015) e de Souza (2021), os quais propõem reflexões sobre o papel de outros pesquisadores brasileiros na articulação das teorias discursivas em torno de Michel Pêcheux, a saber e respectivamente, Carlos Henrique Escobar e Maria Emilia Amarante Torres Lima.

Entre as décadas de 1960 e 1970, Carlos Henrique Escobar e seu grupo de pesquisa, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já realizavam leituras das teorias de Louis Althusser e de Michel Pêcheux (Ruiz, 2019). Não somente isso, mas também

realizaram a produção de textos nos quais se propunha a formulação de uma certa ciência do discurso a partir das ideias althusserianas acerca da ideologia (Gregolin, 2007). Kogawa (2015, p. 21) o descreve como “[...] um filósofo, historiador, teatrólogo e semiólogo que se encontra, hoje, obscurecido no panorama intelectual brasileiro” apesar do fato de Escobar ter publicado extensamente no âmbito dos estudos da Análise do Discurso no Brasil, de tal maneira que as discussões por ele elaboradas acerca das teorias foucaultianas coincidiam cronologicamente àquelas em voga na França das décadas 1960 e 1970 (Ruiz, 2019).

Cabe, portanto, reservar alguns momentos para apresentar algumas das contribuições de Carlos Henrique Escobar, um dos primeiros articuladores de uma teoria do discurso em conformidade ao que o grupo de pesquisa de Michel Pêcheux vinha desenvolvendo na França – isto é, uma teoria embasada na Linguística, na Psicanálise e no marxismo (Kogawa, 2015). Assim, embora Kogawa (2015) não negue a disciplinarização e institucionalização da Análise do Discurso a partir de 1980, bem como a relevância da escrita desse percurso, ele ressalta a necessidade de um retorno ao período anterior¹⁴, ali entre 1960 e 1970, abarcando os anos de chumbo, visto que

[...] é preciso não esquecer que foi em meio a lutas, situações de pobreza e exclusão intelectual, perseguições, torturas e violências nas prisões que as questões foram levantadas. Pêcheux e Althusser eram menos uma presença em congressos e mesas-redondas – e ressaltar que não estou questionando a importância das mesas-redondas e dos congressos – do que nas rodas clandestinas e grades de prisão (Kogawa, 2015, p. 22).

Não é difícil de compreender ao que Kogawa (2015) se refere se refletirmos sobre a declarada relação entre os textos althusserianos e pecheutianos – e também dos escritos de Carlos Escobar – e o pensamento marxista – mais especificamente, uma leitura antiempírica do marxismo realizada por Louis Althusser e mobilizada por Michel Pêcheux e Carlos Escobar em relação às teorias saussurianas e freudianas. Portanto, a produção de Carlos Escobar em defesa da reflexão quanto às teorias althusserianas não se deu em um contexto qualquer, mas sim tomou existência “[...] junto com um grupo de intelectuais da esquerda militante brasileira [...] [e] tinha como objetivo esboçar um programa teórico que, assentado na leitura de Althusser-

¹⁴ Acerca disso, Kogawa (2015, p. 45) argumenta que “A ausência do nome de Escobar na escrita da história da AD brasileira até 2007 - ano de publicação do texto já citado de Maria do Rosário Gregolin -, bem como da sua empreitada para a constituição de uma Ciência dos Discursos Ideológicos (CDI) e uma Semiologia Materialista, desnuda uma contradição entre, de um lado, uma espécie de apagamento fundado na concepção de que só é relevante o que se disciplinarizou e, de outro, uma necessidade de se retomar esse momento não disciplinarizado para, a partir de um Pêcheux menos comprometido com a disciplinarização da AD, refletirmos sobre a relação entre sua teoria do discurso e a Semiologia”.

Herbert-Pêcheux, delineava uma proposta de ‘análise do discurso’ no Brasil” (Gregolin, 2007, p. 32).

Kogawa (2015) chama ainda atenção para o fato de que Carlos Henrique Escobar era leitor de L. Althusser, F. de Saussure, M. Pêcheux, M. Foucault, produzindo a partir dessas leituras considerações que acompanhavam de perto as reflexões que vinham sendo intensamente discutidas na França, estando seus escritos “[...] em consonância com os trabalhos que se desenvolviam na França, o que pode ser comprovado pela retomada dos conceitos mais caros a Pêcheux naquele momento [...]” (Kogawa, 2015, p. 159). Ademais, sua iniciativa de desenvolver uma teoria discursiva amparada nos campos teóricos da Linguística, da Psicanálise e da História também instaura a possibilidade de, como o faz Kogawa (2015), considerar Carlos Henrique Escobar como o primeiro receptor das teorias pecheutianas no Brasil.

Assim, o percurso da AD no Brasil entre 1960 e 1970 apresenta distinções daquele que viria a se constituir a partir de 1980; naquele primeiro momento, a Ciência dos Discursos Ideológicos (CDI) proposta por Carlos Henrique Escobar carrega consigo a forte marca da militância política ali no antro dos horrores da ditadura militar, de forma que “[...] a teoria althussero-pecheutiana nesse momento é uma prática teórico-política determinada pelas urgências do momento histórico” (Kogawa, 2015, p. 59). Na década de 1980, embora o Brasil continuasse sob o regime da ditadura militar até 1985, o cenário ali já era o de uma assim dita abertura política (Ruiz, 2019).

Anteriormente, havíamos citado também a pesquisadora Maria Emilia Amarante Torres Lima como outra figura predecessora da Análise do Discurso no Brasil e cuja “[...] inscrição na história dessa disciplina não aconteceu. O seu nome é uma presença ausente. É como se Lima não deixasse rastros” (Souza, 2021, p. 18). Professora vinculada ao Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹⁵, Maria Emilia viajou para a França em 1973 na posição de bolsista, como nos conta Souza (2021), dando início a seu doutorado sob a

¹⁵ De acordo com Souza (2021), o Setor de Psicologia Social da UFMG nasce no ano de 1964, ano do início da ditadura militar instaurada no Brasil através do golpe de Estado que depôs o então presidente eleito João Goulart. O setor foi fundado por Célio Garcia, professor do curso de Psicologia da UFMG. Célio Garcia liderou esse setor - aqui, setor faz referência ao grupo constituído por esse pesquisador, engajado nas discussões acerca da psicologia social, e não o departamento de psicologia social como um todo - até o ano de 1973, momento em que se transferiu para o Departamento de Filosofia da mesma universidade (Abreu, 2012; Souza, 2021). A trajetória do Setor foi marcada por parcerias internacionais e intercâmbios intelectuais, cooperação que contou com o apoio inicial do Serviço Cultural da Embaixada da França no Brasil, possibilitando assim a ida de alguns dos pesquisadores do Setor para a França na condição de bolsistas (Machado, 2004; Souza, 2021). Surgiu ainda a parceria do Setor de Psicologia Social da UFMG com o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), a partir de um encontro daquele primeiro grupo com Michel Pêcheux em janeiro de 1972; parceria da qual decorreria a ida de Maria Emilia Amarante Torres Lima para a França em 1973.

orientação de Michel Pêcheux, o qual também era seu diretor de pesquisa no grupo do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

Na Universidade de Paris VII, em 1983, sob a orientação de M. Pêcheux, Maria Emilia defendeu sua tese, que posteriormente viria a ser publicada em português em 1990 sob o título de “A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas” (1990), na qual a autora explorou o funcionamento discursivo do populismo brasileiro a partir de discursos de Vargas, tanto como presidente eleito quanto como ditador, através dos quais Getúlio ocupa o papel do pai do povo, como aquele que provê, educa e protege. De tal forma que esse povo funciona em seus dizeres como criação própria sua, motivo pelo qual Lima (1990, p. 180) argumenta que “A ideia de que possa existir um outro organizador do povo brasileiro era evidentemente insuportável para Vargas [...]”. A tese de Lima (1990) é especialmente simbólica para pontuarmos como pesquisadora vinha desenvolvendo desde 1973, a partir de uma teoria discursiva alinhada às formulações pecheutianas, estudos acerca de questões políticas concernentes ao Brasil.

Ademais, embora a produção bibliográfica de M. E. Lima no âmbito da AD não tenha sido extensa, cabe ainda pontuar seu texto em coautoria com Jacqueline Léon, “*Études de certains aspects du fonctionnement de l'Analyse Automatique du Discours: Traitement des syntagmes nominaux en expressions figées et segmentation d'un corpus en séquences discursives autonomes*” (1979), no qual discorrem acerca da questão da segmentação do *corpus* discursivo em Sequências Discursivas Autônomas (SDA), o capítulo “A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas” (1999), em que aborda algumas das discussões originalmente promovidas em sua tese de doutorado, e o artigo “Análise do discurso e/ou análise de conteúdo” (2003), no qual a autora reflete sobre a análise de conteúdo – e, por que não dizer que a problematiza? – face às posições teóricas e metodológicas da AD alinhada aos pensamentos pecheutianos.

Durante os onze anos que Maria Emilia Lima passou na França, entre 1973 e 1984, a pesquisadora testemunhou de perto – e participou – do desenvolvimento das três fases da Análise do Discurso, disseminando-as ainda através de seu contato com os colegas do Setor de Psicologia Social da UFMG, aos quais “[...] deu acesso a textos de Jean-Jacques Courtine, Michel Plon, Paul Henry, Jacqueline Léon, Régine Robin e a diversos de Michel Pêcheux” (Machado, 2018, p. 14-15). Como bem chama atenção Souza (2021), mais do que mera espectadora, Maria Emilia Lima fez parte ativamente do empreendimento coletivo ao redor de M. Pêcheux, sendo citada, inclusive, em ao menos três textos desse autor, sendo eles: “*Analyse*

de discours et informatique” (1981), “Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982)” ([1982] 2014) e “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?” ([1983] 2015b).

Sendo assim, os questionamentos acerca do apagamento da figura de Maria Emilia Amarante Torres na história da Análise do Discurso não devem ser vistos como banais. Embora seja “[...] verdade que ela não participou do processo de institucionalização da área no país [...] não se pode compreender a partir disso o porquê de sua obra e trajetória intelectual não serem apresentadas na história da disciplina” (Souza, 2021, p. 24). Assim como ela, outra relação que parece ter se perdido – ou silenciado? – com o tempo é aquela entre a AD e a Psicologia Social¹⁶, da qual os textos “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” ([1966] 2015) e “*Sur la conjoncture théorique de la psychologie sociale. Bulletin de Psychologie*” (1969) são boas representações.

Apesar de suas inegáveis contribuições, tanto Maria Emilia Amarante Torres Lima quanto Carlos Henrique Escobar foram – e majoritariamente ainda o são – deixados de lado na constituição da memória acerca da disciplina da Análise do Discurso no Brasil. O que parece ter se tradicionalizado nesse âmbito – a AD no Brasil – é o fato de que a consolidação da disciplina se deve primordialmente a “[...] Eni Orlandi, que em seu trabalho como professora, orientadora, pesquisadora e autora fez da análise do discurso um lugar de referência consagrado no quadro acadêmico institucional” (Ferreira, 2003, p. 42). Certamente tal tributo não é injustificado, visto seu papel – conjuntamente com outros professores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – na institucionalização da Análise do Discurso enquanto disciplina e na difusão dos estudos discursivos dentre pesquisadores brasileiros, inclusive pela tradução de diversas obras de Michel Pêcheux (Ruiz, 2019).

Desse modo, Eni Orlandi vem, desde 1979, conduzindo pesquisas na área da AD com base nos pressupostos materialistas, e foi a partir de sua figura que a AD se tornou disciplina obrigatória nos cursos de graduação em Linguística e Letras da UNICAMP, além de linha de

¹⁶ Como nos fala Henry (2014a), a Análise do Discurso estabelece sua relação com a Psicologia Social já no começo da empreitada de Michel Pêcheux, desde os textos publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert (2015a; 2015b). Assim, “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de *A análise automática do discurso*, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal. Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu ‘retorno a Freud’, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo” (Henry, 2014a, p. 12-13, grifo do autor). A AAD-69 surge, portanto, com o objetivo de vir a ser um possível instrumento científico que pudesse colocar questões às ciências sociais, de forma a promover uma transformação nesse campo, tendo para isso utilizado estratégias de publicação que permitiram que seu sistema adentrasse as ciências sociais como um tipo de cavalo de Troia (Henry, 2014a). Para maiores considerações acerca do vínculo entre Análise do Discurso e Psicologia Social, ver Machado (2008).

pesquisa nos programas de mestrado e doutorado dessa mesma instituição. Também ela foi a primeira coordenadora¹⁷ do Grupo de Trabalho em Análise do Discurso (GETAD), vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e fundado em 1986 (Indursky, 1994). Desde seu princípio, o GETAD foi marcado pela participação de diversas vertentes teóricas interessadas em pensar o discurso,

[...] apresentando, assim, uma pluralidade de pesquisas, em lugar de priorizar uma única vertente. Esse modo de funcionamento faculta o desenvolvimento concomitante de várias pesquisas, sem haver imposição de um trabalho único e uniforme para todos seus membros. Essa política interna permite a administração democrática desse espaço institucional, sem que a usual disputa de poder/prestígio interfira no ritmo dos trabalhos. Por outro lado, o rodízio no exercício da coordenação, ao ser exercido por membros de diferentes tendências teóricas e diversas filiações institucionais, favorece a não-centralização na tomada das decisões (Indursky, 1994, p. 37).

Importante ainda ressaltar que as pesquisas brasileiras realizadas no âmbito da Análise do Discurso nunca se resumiram a reproduzir a teoria desenvolvida no contexto da França; não se tratou, assim, de uma mera importação, ao invés disso, devemos pensar em termos de contribuições originais à teoria (Ruiz, 2019). Segundo Orlandi (2005), a relação do Brasil com os textos de Michel Pêcheux não é de recepção, mas sim de leitura, de tal modo que a autora pondera que sua associação a Michel Pêcheux não se estabelece “[...] o vendo exatamente como um predecessor mas como um interlocutor” (Orlandi, 2003a, p. 13).

Em conformidade com o pensamento de Orlandi (2005), a Análise do Discurso desenvolvida no contexto brasileiro é considerada por Ferreira (2008) nos termos da singularidade e da liberdade. Isto é, “[...] sem romper os fios que nos prendem a uma referência, sermos capazes de buscar caminhos próprios dentro desse espaço e, assim, fazermos a diferença” (Ferreira, 2008, p. 140). Assim, considera-se que as determinantes sociais em jogo no Brasil não são as mesmas daquelas observadas na França, de tal modo que a teoria da AD precisou ser ajustada ao contexto do nosso país para que as pesquisas desenvolvidas pudessem se adequar às nossas demandas particulares (Ferreira, 2008). Em consonância com esse raciocínio, como alega Ruiz (2019, p. 91), “[...] toda movimentação teórica é determinada a partir da história. O Brasil tem outra história e, desse modo, possui outra análise do discurso”.

Sendo assim, desde seu princípio, a AD desenvolvida no Brasil se diferencia da AD inicialmente elaborada na França, por exemplo, pelo trabalho com *corpora* heterogêneos, indo

¹⁷ Em seu mandato, Eni Orlandi foi substituída pela pesquisadora Eunice Pontes durante o período em que a primeira esteve afastada do país (Indursky, 1994).

além do campo do discurso político, e não restritos à linguagem verbal¹⁸ (Ruiz, 2019). Esse é um marco importante na distinção entre o que Ruiz (2019) aponta como o *modus operandi* da AD brasileira e o *modus faciendi* da AD francesa, visto que podemos pensar em uma “[...] análise do discurso no Brasil que se pretendeu heterogênea desde a sua implantação no país. [...] reposicionando seu olhar às linguagens não-verbais, sincréticas” (Ruiz, 2019, p. 90).

Não se trata, portanto, de meramente expandir ou dar sequência à teoria da Análise do Discurso iniciada no contexto francês; mais do que isso, o que se pode observar, como pontua Ruiz (2019), é um verdadeiro deslocamento epistemológico realizado pela prática da AD no Brasil em relação a França, considerando um “[...] processo interdiscursivo que permite que a AD brasileira possa ser entendida, metaforicamente, como uma sinfonia, constituída por um conjunto de múltiplas vozes em um espaço bastante heterogêneo e singular” (Ruiz, 2019, p. 89). São inúmeras as pesquisas que demonstram tal alegação, mas talvez uma das mais exemplares seja a obra “As formas do silêncio: no movimento dos sentidos” ([1992] 2007), na qual Eni Orlandi desenvolve uma teoria do funcionamento discursivo do silêncio – que significa e é aqui pensado enquanto fundante.

Ademais, há de se citar outro fator que distingue, atualmente, o cenário da Análise do Discurso no Brasil e na França: trata-se da forte presença de trabalhos filiados a uma AD de base materialista – muitas vezes também chamada de pecheutiana em decorrência de sua herança dos pensamentos de Michel Pêcheux – observada no quadro de pesquisas brasileiras. Enquanto na França, após o falecimento de Michel Pêcheux em 1984 e o posterior desmembramento do grupo de pesquisa que o acompanhava, a Análise do Discurso passou por mudanças significativas, especialmente no que tange a seu distanciamento da história e da psicanálise e à perda de uma atitude revolucionária, militante e de intervenção política¹⁹ (Ferreira, 2008). No cenário francês, “Pêcheux e o grupo de pesquisadores responsáveis pelas elaborações teóricas que fundam esse campo disciplinar não ‘coincidem’ hoje com os que se

¹⁸ Cabe ressaltar, ainda de acordo com Ruiz (2019), que tais considerações acerca da Análise do Discurso em cenário francês dizem respeito à época de seu surgimento e não equivalem a um retrato do estado atual da área no país. Como argumenta Maingueneau (1995), embora a tradição da AD francesa em sua origem - a qual rompia com o estruturalismo e propôs uma linguística discursiva - se concentrasse em análise de discursos políticos e na linguagem verbal, atualmente as pesquisas conduzidas exploram linguagens de outras naturezas e discursos de outros campos. Assim, o autor salienta a necessidade de “[...] colocar em evidência a diversidade de pesquisas que o brilho da “Escola francesa”, há muito tempo, permitiu esconder. Na França, de certo modo, na contemporaneidade, a análise do discurso não poderia mais ser reduzida somente a essa corrente, cujos objetivos e métodos iniciais pertencem de certo modo à história das ideias (Maingueneau, *Présentation*, *Langages* n. 117, 1995, p. 5, tradução nossa).

¹⁹ Como nos diz Ferreira (2008), não se trata aqui de supor uma homogeneidade da AD desenvolvida contemporaneamente na França; pontua-se aqui uma tendência predominante, ainda que possam haver pesquisadores e pesquisas que escapem às configurações mencionadas.

autodenominam analistas de discurso da escola [...]” (Baldini; Zoppi-Fontana, 2014, p. 1). Assim, a figura de Michel Pêcheux sofreu no país que serviu de berço para a AD, tornando-se ali uma espécie de ferida aberta da qual decorre uma sensação de mal-estar, como relata Ferreira (2008):

Nesse sentido, quando se fala no percurso da Análise de Discurso Francesa, a referência a Michel Pêcheux se impõe, ainda que ninguém se detenha mais no quadro teórico construído à época por ele e seu grupo. Isso quer dizer que noções como *formação discursiva*, *formações ideológicas*, *interdiscurso*, *pré-construído*, *discurso transverso*, *memória discursiva* se perderam na poeira do tempo e raramente são empregadas nas análises em curso. Se quisermos ver tais noções em funcionamento e produtivamente empregadas na análise de distintas materialidades discursivas, há que se ficar no Brasil, que continua sendo considerado [aqui e lá fora] como o lugar mais representativo dessa linha pecheutiana. O Brasil é, então, hoje, pode-se dizer, a atual morada da Análise do Discurso da vertente francesa. Um fato curioso e que ilustra bem o que venho tentando traçar como panorama atual da Análise do Discurso na França é o comentário que me fizeram, quando eu disse lá na França que trabalhava na linha de Michel Pêcheux. Uma colega, então, me pergunta: ‘então, ele sobrevive no Brasil?’. Ao que respondi: ‘não, ele não sobrevive, ele vive’” (Ferreira, 2008, p. 138, grifo da autora).

Se os anos 1980 foram marcados, na França, por revisões teóricas com fortes críticas à Análise do Discurso articulada ao redor da figura de Michel Pêcheux, no Brasil essa década representa o momento da “abertura política” em relação à ditadura militar instaurada, através de um golpe antidemocrático, em 1964, fato que resultou em uma leitura outra das teorias pecheutianas (Ruiz, 2019). Ademais, há uma distinta relação com suas obras, visto que no Brasil “[...] a recepção e as traduções dos textos de Michel Pêcheux não seguiram a cronologia francesa de publicação e, dessa forma, as diferentes ‘épocas’, e suas sucessivas reconfigurações teóricas, foram lidas a partir de ordens diferentes [...]” (Ruiz, 2019, p. 92).

Desse modo, Baldini e Zoppi-Fontana (2014) pontuam que, enquanto durante esse período na França o pensamento pecheutiano experienciou uma desconstrução, também a partir daquele momento passa a se estabelecer uma relação entre o Brasil e a AD – mais especificamente entre as articulações formuladas por Michel Pêcheux, o qual, através de seu diálogo com figuras como Louis Althusser e Jacques Lacan, buscou explorar os desencontros entre Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico para formular um enfoque discursivo que considerasse a noção de materialidade. Dessa relação resulta a possibilidade de se dizer que

[...] o Brasil é um dos países em que mais se desenvolvem, com vitalidade e originalidade, estudos no campo da Análise de Discurso, especificamente no enfoque filiado aos trabalhos de Michel Pêcheux. A presença no Brasil da Análise de Discurso (doravante AD) de inspiração pecheutiana é constante

e marcante desde o fim dos anos 70 e se encontra atualmente amplamente difundida nos diversos Estados do país, com importante produção bibliográfica e incessante produção de trabalhos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado” (Baldini; Zoppi-Fontana, 2014, p. 2).

Assim, embora no Brasil estejam presentes – e não falamos aqui de uma mera presença, mas sim de uma presença forte e atuante – análises do discurso vinculadas a outras filiações – tal qual a bakhtiniana, a foucaultiana, a de base enunciativa e a análise crítica do discurso –, é inegável que a AD filiada ao pensamento materialista presente nas obras de Michel Pêcheux segue ocupando papel expressivo no quadro científico. Assim, o legado pecheutiano “[...] ganhou no Brasil desdobramentos e deslocamentos importantes e decisivos para a manutenção ainda hoje desse campo teórico com o prestígio que desfruta entre nós” (Ferreira, 2003, p. 46).

Dessa forma, a AD tem crescido em nosso país, inclusive não se limitando à Linguística e vindo a ocupar espaço em outras áreas das ciências humanas (Ferreira, 2003). Com isso, entretanto, ocorre por vezes o enfraquecimento de fundamentos teóricos importantes na articulação de análises desenvolvidas sob um dito “[...] ‘método de análise do discurso’”. Como se fosse possível fragmentar dispositivo teórico e analítico como entidades independentes e autônomas” (Ferreira, 2003, p. 45). Portanto, é preciso não perder de vista o fato de que é inviável realizar uma análise discursiva que não tenha como base a teoria dessa disciplina – teoria essa que deve ser mobilizada de acordo com o campo e a questão da pesquisa em pauta –, pois, na Análise do Discurso, teoria e metodologia são indissociáveis²⁰ (Ferreira, 2003; Petri, 2013; Orlandi, 2020a).

Impossível, por exemplo, mobilizar uma análise discursiva sem considerar determinadas noções de língua e de sujeito. Como realizar o necessário batimento entre teoria e análise, comentado por Petri (2013), ignorando que a AD não se pretende positivista, não apela à exatidão, aos resultados únicos, precisos e calculáveis? A Análise do Discurso propõe, justamente e ao invés disso, o desenvolvimento de um dispositivo interpretativo o qual considere não a existência de um sentido assim dito verdadeiro, mas sim o “[...] real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (Orlandi, 2020a, p. 57). Estamos falando, portanto, de uma disciplina interpretativa. Ao invés de buscar descobrir “o que diz esse texto?” e “o que significa esse texto?”, o que nos propomos enquanto analistas do discurso é a levantar questões

²⁰ Aqui, não estamos ignorando o fato de que, como pontua Orlandi (2003b, p. 10), na ciência da Análise do Discurso “[...] a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise. Não foi assim - a partir de uma teoria já pronta - que a análise de discurso se constituiu a partir de seu fundador Michel Pêcheux. Daí a fase dos ‘tateamentos’ teóricos e analíticos”.

que possibilitem a compreensão de como certos sentidos funcionam em um determinado objeto de análise, partindo da descrição da materialidade que marca sua existência (Orlandi, 2020a).

Lidar com tais questões exigiu da AD um posicionamento ímpar em relação a seu campo epistemológico, fato bem ilustrado pela provocação de Pêcheux (2016a, p. 18): “De que nos protegemos, ao nos declarar linguistas, historiadores ou psicanalistas?”. Para dar conta do trabalho com o discurso nos termos propostos, seria preciso se interrogar quanto às questões da historicidade, da não transparência, da ideologia; cada uma delas ora deixada de lado nesses outros empreendimentos (Pêcheux, 2016a). Como mencionamos anteriormente, a AD se sustenta sobre um tripé teórico que faz (des)encontrar a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

Em sua obra “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2014b), Michel Pêcheux faz considerações decisivas sobre a Linguística. Talvez uma das principais seja o fato de que, para se consolidar enquanto ciência, a linguística tenha necessitado subir fronteiras, demarcando o que estaria dentro de seu domínio e o que seria deixado de fora; é nesse contexto que a questão do sentido foi expurgada daquilo que a linguística se propunha a tratar (Pêcheux, 2014b). Mas então o que dizer sobre o fato de essa ciência ter passado, como argumenta Pêcheux (2014b), a ser continuamente requisitada para além daquilo que estabeleceu como seu limite? Vejamos, “[...] se a Linguística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito” (Pêcheux, 2014b, p. 78).

É diante desse entendimento que Pêcheux (2014b) parte em defesa da intervenção da filosofia materialista na Linguística, não tendo em mente, porém, o surgimento de resultados no domínio dessa ciência. O ganho da filosofia materialista aqui seria, na verdade, a instauração de campos de questões em relação a esse domínio e seus objetos eleitos (Pêcheux, 2014b). Essa abertura se torna possível “[...] por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais” (Pêcheux, 2014b, p. 80), mais especificamente as problemáticas históricas dos processos ideológicos e científicos.

Ainda em relação à constituição da Linguística enquanto ciência, outro ponto a ser considerado é o de que, segundo Françoise Gadet e Michel Pêcheux, na obra “A língua inatingível” (2004, p. 55), “[...] Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas lingüísticas atuais, o seu ponto de partida crítico. Em nome de Saussure, os lingüistas se dividem, porque o próprio Saussure carrega em si essa divisão [...]”. Desse modo,

falar em teorias saussurianas sempre põe em voga um posicionamento diante da língua, da linguagem e da própria linguística.

Tendo ciência disso, a Análise do Discurso irá se situar em uma não divisão entre um F. de Saussure do “Curso de Linguística Geral” (2012) – dito como o Saussure diurno, universitário – e um Saussure dos anagramas – noturno, hermeneuta, o que desfazia as dicotomias assumidamente tecidas pelo primeiro –; ao invés disso, o que interessa é justamente a relação entre ambos, “O que só pode ser concebível retomando as duas faces da obra saussuriana sob o domínio do conceito de valor” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 57). De fato, a noção de valor permanece primordial à Análise do Discurso, e isto devido a se tratar de uma definição pela negativa, ou seja, o valor de um signo é dado pelo que os valores dos demais não são, daí seu caráter relacional (Gadet; Pêcheux, 2004). Desse modo,

Colocar a noção de valor como peça essencial do edifício [saussuriano] equivale a conceber a língua como rede de “diferenças sem termo positivo”, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade; conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a “presença” do dizer e do sintagma; o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do “não-tudo” [...] (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 58, grifo do autor).

Cabe, porém, pontuar que, na prática da Análise do Discurso, a noção de valor não é mobilizada somente em relação à fonologia, morfologia e sintaxe, como ocorria na linguística saussuriana; na AD, essa noção é deslocada também para o âmbito da semântica – cujo objeto de estudo é o sentido (Orlandi, 2002). Mas o próprio entendimento de semântica também não passa inalterado. Pêcheux (2014b) propôs uma noção de semântica alicerçada em uma teoria materialista que excedesse o sistema linguístico e a dicotomia língua/fala, questionando precisamente o conceito de língua como sistema linguístico. Isso partindo do entendimento de que “[...] Saussure deixou aberta uma porta pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo; essa porta aberta é a *concepção saussuriana de que a ideia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual*” (Pêcheux, 2014b, p. 56, grifo do autor).

Pêcheux (2014b) irá então pensar uma semântica em termos que não reproduzam um caráter idealista, que negue uma teoria universal das ideias, posicionando-se ao invés disso em prol da história, quer dizer, do entendimento de que há objetos, pessoas processos materiais envolvidos na produção de significados, dessa forma recusando uma teoria lógica-matemática. Não devemos ainda esquecer que “[...] o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior [...] em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior*” (Pêcheux, 2014b, p. 73, grifo do autor),

o que, em última instância, culmina em defender que uma análise puramente linguística não é capaz de dar conta dos sentidos, visto que a exterioridade é parte constitutiva dos processos de significação (Pêcheux, 2014b).

Diante de tais entendimentos e retomando a noção de valor, ressaltamos que, no que diz respeito à análise discursiva, sempre se tem em mente esse caráter relacional do valor – cuja noção para nós, analistas, não se restringe ao linguístico, sendo sempre preciso levar em conta seu exterior constitutivo –, entendimento a partir do qual o analista irá considerar o que se analisa, pondo o discurso em relação à instância do outro – outros dizeres, aquilo que está ausente, os não-ditos. Em síntese, “É com a noção de valor que nossa escuta e nosso olhar se abrem em derivas possíveis e o processo de associação toma corpo no movimento analítico” (Lagazzi, 2019, p. 295). O discurso é compreendido, então, através do relacionamento de certos significantes e certos significados com outros significantes e outros significados; só assim se pode endereçar a interpretação (Lagazzi, 2019).

É justamente diante dessa consciência de que seria preciso olhar além do linguístico para se pensar a questão dos sentidos que irá se desenvolver uma intervenção com bases materialistas “[...] sobre a questão da ideologia, levantando questões sobre sua relação com a Psicanálise e com a Linguística” (Pêcheux, 2014b, p. 269). Ora, a questão da ideologia é central na teoria da Análise do Discurso que se filia ao materialismo, e o mesmo pode ser dito acerca do inconsciente. Consideradas por Pêcheux (2014b) como estruturas-funcionamentos, ideologia e inconsciente se aproximam “[...] não como realidades fenomenológicas ou ontológicas, mas como estruturas que produzem efeitos, uma estrutura que sustenta processos e posições [...]” (Barbosa Filho, 2013, p. 2). Não se trata, cabe firmar, de tentar integrar ideologia e inconsciente, mas sim de compreender que ambos compartilham algo que constitui o funcionamento tanto de um quanto de outro (Barbosa Filho, 2013).

Nesse sentido, Althusser (1967, p. 206) argumenta que a ideologia pode ser pensada em termos de um sistema de representações, as quais “[...] são na maior parte das vezes imagens, as vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar para a sua ‘consciência’”. Não estamos diante, portanto, de uma conceituação da ideologia como dissimulação ou falseamento, tampouco de um devaneio imaginativo, mas sim de um sistema de práticas cuja existência é forjada e colocada materialmente (Althusser, 1999; Pêcheux, 1996). Ainda por isso, como pontua Althusser (1967), é pouco benéfico pensar a ideologia em relação ao domínio da consciência – ora, falar em uma suposta “consciência” já deveria levantar por si só inquietações teóricas relevantes.

Diante dessa conjuntura, o autor desenvolveu uma teoria da ideologia em que recusa o entendimento positivista-historicista da ideologia enquanto mero “[...] *bricolage* imaginário, um puro sonho, vazio e inútil, constituído pelos ‘resíduos diurnos’ da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos [...]” (Althusser, 1999, p. 197, grifo do autor). Ao invés disso, pensou a ideologia nos termos de uma realidade que não tem história – tal qual o inconsciente eterno na proposição freudiana –, o que consiste em dizer que essa seria “[...] oni-presente, sob sua forma imutável, em toda a história (= a história das formações sociais que compreendem classes sociais)” (Althusser, 1999, p. 198).

Desse modo, há um afastamento da noção de ideias nos termos de uma existência ideal, visto que irá se formular que as crenças do sujeito – o indivíduo interpelado, e sempre o é – somente existem pelo material, ou seja, “[...] seus atos materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual dependem (como por acaso!) as ideias desse sujeito” (Althusser, 1999, p. 208). Novamente, estamos falando de práticas, sempre executadas por meio de e prescritas por uma ideologia; tais práticas são, ainda, reguladas por um ritual material (Althusser, 1999). E, se para o autor a ideologia é condição para a existência das crenças dos sujeitos, é preciso pensar de que modo se dá essa relação, a qual Althusser (1987; 1999) formulou nos termos da figura da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, compreendida enquanto ritual. Vejamos:

[...] a ideologia “atua” ou “funciona” de tal modo que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por meio dessa operação muito precisa que designamos por *interpelação* que pode ser representada a partir do próprio tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: “psiu, você aí!”. Se, para “apresentar o concreto” mais concreto, supomos que a cena teórica imaginada se passa na rua, o indivíduo interpelado volta-se. Por esse simples movimento físico de 180°, torna-se um *sujeito*. Por que motivo? Porque reconheceu que a interpelação se dirigia “realmente” a ele e que “era realmente ele que estava sendo interpelado” (e não outra pessoa). [...] Naturalmente, para maior comodidade e clareza da exposição de nosso pequeno teatro teórico, somos levados a apresentar as coisas sob a forma de uma seqüência, com um antes e depois sucessão temporal [...] Mas, na realidade, as coisas passam-se *sem qualquer sucessão*. *A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos acabam sendo uma só e mesma coisa* (Althusser, 1999, p. 212-213, grifo do autor).

No teatro teórico entre policial e indivíduo proposto por Althusser (1999), o cenário adotado é o de uma rua, mas o autor esclarece que a interpelação ocorre precisamente na ideologia – isto é, dentro dela –, embora seu próprio funcionamento gere o efeito de que tudo ocorre fora da ideologia, culminando no fato de que os sujeitos, que não podem nunca estar fora

da ideologia – já que somente são sujeitos, e sempre já o são, pelo funcionamento da ideologia –, ainda assim acreditam estar fora dela. Isso porque “a *negação* prática do caráter ideológico da ideologia pela ideologia é um dos efeitos da ideologia: esta nunca diz ‘sou ideológica’” (Althusser, 1999, p. 213, grifo do autor).

É por meio desses rituais de reconhecimento ideológico, os quais regulam as práticas materiais prescritas por um certo aparelho ideológico, que o indivíduo – eu, você – interpelado em sujeito se reconhece na evidência de ser um sujeito e na evidência das significações, da transparência da linguagem – evidências que só o são pelo trabalho da ideologia –, ainda que não se dê conta disso (Althusser, 1999). Por isso mesmo, no âmbito da Análise do Discurso, Orlandi (2020a, p. 43) viria a dizer que “Não há sentido sem interpretação”, sendo que a interpretação – e sua negativa – funcionam justamente no/pelo ideológico.

Desse modo, “Os homens ‘vivem’ a sua ideologia [...] *de modo algum como uma forma de consciência, mas como um objeto do seu ‘mundo’* – como o seu mundo mesmo” (Althusser, 1967, p. 206, grifo do autor). É sem ter ciência de seus efeitos sobre nós – ou seja, sem nos reconhecermos enquanto indivíduos sempre já interpelados em sujeitos precisamente pelo trabalho da ideologia, sempre já respondendo “sim, eu” ao “psiu, você aí!”, carregando desde sempre conosco a evidência primeira de que “é claro que eu sou eu e é claro que eu sou um sujeito” – que vivemos a ideologia, de tal modo que nunca somos não-sujeitos, nunca estivemos fora do ideológico, sempre vivemos a ideologia como o nosso mundo.

Esse entendimento é crucial na construção da Análise do Discurso nos modos formulados por Michel Pêcheux, embora, como adverte Barbosa Filho (2013, p. 3), aqui “[...] os conceitos althusserianos se colocam não como influências ou heranças, mas como ferramentas e instrumentos analíticos”. Nesse âmbito, Pêcheux (2014b) propõe uma teoria dos processos discursivos que se filie à filosofia materialista, passando para isso pela reprodução e pela transformação no que tange às relações de produção. Aqui, a efetuação da reprodução/transformação não passa somente pela ideologia, mas é também condicionada pelas determinações econômicas, isto é, “[...] o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes* [...] a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto [...]” (Pêcheux, 2014b, p. 130, grifo do autor).

Assim, há de se falar do aspecto ideológico da luta de classes, constituído pelas diferentes relações de desigualdade-subordinação; nunca se escapa dessas relações de desigualdade-subordinação já que, se pelo lado da dominação da ideologia da classe dominante,

a reprodução busca dominar a transformação, por outro lado, na luta pela transformação o que se objetiva é a imposição de outras relações de desigualdade-subordinação (Pêcheux, 2014b). Tal reprodução/transformação, que, como nos diz Pêcheux (2014b) sempre se assenta em configurações de desigualdade-subordinação, se dão em relação ao conjunto do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, isto é, os AIE pensados por Althusser (1987). Dessa forma,

[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (Pêcheux, 2014b, p. 234).

Assim, os indivíduos sempre-já interpelados em sujeitos pela ideologia, como postulado por Althusser (1999), são convocados a se identificarem com a evidência de ser um sujeito, bem como com a evidência dos sentidos. De tal modo que a constituição do sujeito e a constituição do sentido não podem ser vistas separadamente, evocando a necessidade de se compreender os modos pelos quais o sujeito interpelado recebe as evidências como evidentes, a fim de se evitar “[...] o ‘feito Münchhausen’, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso” (Pêcheux, 2014b, p. 144). Entretanto, esse processo de constituição do sujeito e dos sentidos não se relaciona somente com a estrutura-funcionamento da ideologia, mas também com a do inconsciente, também ele “[...] caráter de base para o assujeitamento ideológico” (Baldini, 2014, p. 128).

Dado o exposto, retomamos o tripé teórico da Análise do Discurso para pontuar que não basta, no entanto, adentrar em uma aventura que pretenda somar essas áreas – Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise –, juntá-las, condensá-las e anunciar a criação de sua união homogênea. Não é a isso que nos referimos quando alegamos o caráter de entremeio constitutivo de nossa disciplina para dar conta de trabalhar com o discurso, um “[...] objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística” (Orlandi, 2012, p. 21). Na verdade, falar em entremeio nos localiza em um outro lugar.

[...] remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Em que não faltam relações de sentidos mas também relações de força, por sua relação com o Poder (declinado pelo jurídico). Situando-se nesse lugar em que é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas, a análise de discurso se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a linguística e as ciências sociais) (Orlandi, 2003a, p. 3).

É saber, então, que há de se endereçar essa tríplice sem se deixar levar pela ilusão de um encaixe entre elas capaz de produzir uma estabilidade. O modo de se trabalhar é justamente nas fronteiras, nos pontos de desencontro, nas contradições levantadas a partir do momento que se pretende refletir sobre esses entremeios. “Há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente”, é o que nos diz Pêcheux (2016a, p. 17). Tratam-se, respectivamente, da incompletude – no que concerne à língua, não se pode dizer tudo – e da contradição – no que diz respeito à história, o impossível da síntese em um “uno” –, como foi retomado por Lagazzi (2009).

Desse modo, enquanto analistas do discurso, devemos ter em mente a necessidade de circundar o real, lidar com sua existência e com seus efeitos sem negá-los (Vinhas, 2023). O real não se apreende, mas tampouco o pensamento materialista – ou seja, aquele que considera a anterioridade da existência, da materialidade, em relação ao pensamento, ao ideal – pode evitá-lo, desviando de seu caminho (Adorno, 2019; Pêcheux, 2014b).

Tendo em vista a organização de uma disciplina interpretativa teoricamente sustentada pelo entremeio exposto, cabe ressaltar que esta traz consigo alguns entendimentos teóricos relevantes, os quais em larga medida definem o que é a Análise do Discurso. Isto é, são fundamentos que se encontram na base do arcabouço teórico de uma análise materialista do discurso e que, em essência, são indissociáveis uns dos outros. Se objetivarmos elaborar uma breve síntese inicial, poderíamos dizer que tais entendimentos se relacionam aos modos específicos pelos quais a AD pensa a linguagem – e, portanto, também a língua – e o sujeito, o que não se distancia do que já viemos abordando até o presente momento. Ou, nas palavras de Orlandi (2020a), como a Análise do Discurso atenta para a necessidade de se atravessar “[...] o efeito de transparência da linguagem, da literal idade [*sic*] do sentido e da onipotência do sujeito” (Orlandi, 2020a, p. 59). Tratemos então desses pontos.

Em seu texto “Língua, ‘linguagens’, discurso” ([1971] 2015c), Michel Pêcheux mais uma vez se ocupa de pensar os modos pelos quais a constituição da Linguística enquanto ciência-piloto passou pela elaboração de uma teoria geral da língua enquanto deixou de fora de seu domínio outros campos de conhecimento não “puramente linguísticos”. Aqui, Pêcheux (2015c) ressalta a distinção decisiva entre a semântica e os demais níveis dessa teoria geral – a saber e respectivamente, o fonológico, morfológico e sintático. Pois, ao se tratar da semântica, somos introduzidos a uma problemática:

[...] tudo ocorre como se a correspondência entre teoria geral e o estudo particular de uma dada língua desaparecesse no nível da semântica. Entretanto, ela não se libera de todo “dado concreto”: simplesmente, ela vai

buscá-los em outro lugar; por exemplo, na sociologia, na psicologia, na história, na literatura, etc., que lhe fornecem o concreto, mas recortado diferentemente do concreto linguístico de uma dada língua nacional. [...] Com efeito, o laço que liga as “significações” de um texto a suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações (Pêcheux, 2015c, p. 124-125).

Sendo assim, tratar dos sentidos – sua produção e sua interpretação – chama atenção à compreensão de que o exterior da linguagem constitui a própria linguagem – e o contrário também é verdadeiro (Orlandi, 2012; 2020a). Na Análise do Discurso – e isso em qualquer filiação dessa disciplina –, esse exterior é considerado, mas não como uma mera moldura ou cenário que acrescenta informações, como adverte Maingueneau (2015), isto é, como se pudesse ser separado do interior – o discurso –; não, para nós, a exterioridade é mesmo constitutiva da linguagem, constitutiva do discurso. “Não se dirá, assim, que se acrescentam dados históricos para melhor delimitar a significação; dir-se-á que o processo de significação é histórico” (Orlandi, 2012, p. 23).

Portanto, o “quem diz”, o “como se diz”, o “em que conjunturas se diz” não são de forma alguma meros fatores auxiliares, mas precisamente partes do processo discursivo, como nos lembra Orlandi (2020a, p. 28) ao afirmar que “[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Tudo isso congrega em pensarmos que, se o sentido das palavras não está dado nelas mesmas, numa espécie de relação intrínseca e literal, então tampouco podemos considerar que a linguagem seja transparente; ao invés disso, a tomamos em sua opacidade (Orlandi, 2012).

E se, não sendo transparente, a linguagem possa assim o parecer, isso se deve ao trabalho de recobrimento, exercido por ideologia e inconsciente, o qual apaga o fato de que tanto a produção quanto a interpretação dos sentidos são social e historicamente reguladas, ou seja, não são livres, não podem ser quaisquer umas (Orlandi, 2012; 2020a). Assim se instaura o efeito de que linguagem, pensamento e mundo coincidiriam entre si, conectados por uma certa essência unificadora, como se a linguagem fosse um vidro transparente pelo qual se poderia visualizar plenamente o lado de lá. De tal modo,

Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações

históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas (Orlandi, 2020a, p. 43-44).

A espessura e a opacidade da linguagem são precisamente os entendimentos sobre a linguagem e a língua sem os quais a Análise do Discurso não poderia estruturar sua proposta de leitura, isto é, uma leitura voltada ao questionamento da interpretação, a pensar os processos discursivos em seus modos de funcionamento – se distanciando, desse modo, das análises de conteúdo cuja questão “o que esse texto significa” não passa pela noção da não transparência da linguagem –, a interrogar os efeitos de sentido materializados na linguagem enquanto evidências – ou seja, como se o dizer não pudesse ter sido outro, como se o que se disse fosse clara e obviamente aquilo que tinha que ser dito e, mais do que isso, como se refletisse a assim pensada realidade –, enfim, a privilegiar as questões às respostas (Lagazzi, 2023; Pêcheux, [1980] 2016b). Afinal de contas, “[...] lembrando o provérbio chinês ‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar [...] sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (Pêcheux, 1999, p. 54-55).

Outro ponto que marca a forma específica da Análise do Discurso pensar a língua é sua forma de definir o que seria a metáfora. A metáfora aqui não é aquela transmitida nas aulas escolares, vinculada aos estudos literários, isto é, como figura de linguagem – mais especificamente, uma figura de linguagem semântica. O portal Brasil Escola²¹, por exemplo, traz a seguinte definição de metáfora: “apresenta uma palavra (ou expressão) com sentido figurado. Assim, podemos definir metáfora como sendo uma espécie de comparação, porém uma comparação implícita, pois não exige conjunção ou locução conjuntiva comparativa”²².

Recorremos a tais citações para demonstrar que esse – quer dizer, esse que advém dos estudos literários os quais são também transmitidos no currículo escolar – parece ser, hoje, o sentido mais cristalizado em sua produção como o sentido de “metáfora”. É importante tal delineamento para que possamos, enquanto analistas do discurso, posicionar-nos em um outro lugar. Justamente porque a AD põe em questão uma suposta correspondência direta entre mundo e linguagem, no âmbito dessa teoria não há por que se falar na existência de um sentido

²¹ O Brasil Escola é um portal da empresa Omnia - responsável também pelo portal Mundo Educação - que se encontra hospedado pela UOL. Segundo a Omnia, trata-se do portal de educação mais visitado do país. O conteúdo publicado diz respeito majoritariamente a disciplinas escolares do ensino fundamental e médio. A definição de metáfora apresentada no Mundo Educação, outro portal da empresa, é parecida com aquela presente no Brasil Escola: sua “[...] função é a comparação de dois elementos diferentes, estabelecendo-se uma relação de semelhança entre eles. A relação, que costuma ter um sentido figurado, pode ser entre conceitos, entre seres vivos, entre objetos inanimados [...]”. Ver: <https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/metafora.htm>. Acesso em: 07 jan. 2025.

²² Ver: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/metafora.htm>. Acesso em: 07 jan. 2025.

essencialmente próprio e, em um segundo plano, de outros sentidos figurados, como esclarece Orlandi (2020a).

Como já abordamos, “[...] uma palavra, uma proposição, não tem um sentido que lhes é próprio, preso à sua literalidade e nem sentidos deriváveis a partir dessa literalidade” Orlandi (2020a, p. 20). Ou seja, a língua não é transparente e não há relação direta e necessária entre palavra e sentido – o que não nos impede de afirmar a existência de alguns sentidos mais estabilizados que outros no jogo da discursividade –; de tal modo, e sendo esse par – sentido próprio x sentido figurado – fundamental na definição de metáfora para os estudos literários, essa noção de metáfora não nos pode ser útil (Orlandi, 2020a; Pêcheux, 2014b).

Negamos, assim, uma suposta “[...] existência evidente dos objetos de saber, ‘passando através’ dos processos discursivos nos quais eles se constroem, sem prestar a estes últimos uma atenção particular” (Pêcheux, [1984] 2015d, p. 152). Isso, pois, é no próprio processo discursivo, ou seja, na realização material da língua em jogo, que determinados sentidos podem constar com um efeito de sentido próprio e, outros, com um efeito de sentido figurado; tais efeitos nunca estão postos *a priori*²³ (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2014). Ademais, Pêcheux ([1984] 2015d) também irá recusar uma posição chamada poetológica em relação à metáfora, isto é, sua localização e restrição ao campo poético²⁴, sustentando, ao invés disso, que ela constitui o funcionamento da própria língua.

“[...] Como para a poesia, pode-se defender a idéia de que ela [a metáfora] não existe, se está em toda parte na origem da produção de sentido” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 160). Portanto, numa perspectiva discursiva a metáfora deixa de ser vista enquanto figura de linguagem – de uso pontual localizado e localizável – para ser compreendida como condição mesmo do exercício da língua. É nesse sentido que Nogueira e Fernandes (2017, p. 175) reiteram que “[...] os sentidos só existem nas relações de metáfora e são produzidos em certa formação discursiva, a qual é o seu lugar mais ou menos provisório”.

A metáfora, portanto, é situada pela AD em um lugar de matriz de significação, ou seja, na base da construção dos sentidos (Pêcheux, 2014b). No memorável Anexo III do livro “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2014b), intitulado “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, Michel Pêcheux

²³ No entanto, tampouco ocorre *a posteriori*, como pontua Cattelan (2021), mas sim precisamente na constituição do sentido.

²⁴ Retomando a alusão que fizemos anteriormente acerca da definição de metáfora trabalhada nos currículos escolares, podemos pensar em um exemplo clássico, em sala de aula, da observação das metáforas no contexto poético a partir do poema “Amor é fogo que arde sem se ver”, de Luís de Camões.

retoma Jacques Lacan²⁵ para acrescentar que “[...] ‘uma palavra pela outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]” (Pêcheux, 2014b, p. 277).

Assim, o autor postula o primado da metáfora sobre o sentido, colocando-a como a possibilidade mesmo do discurso vir a ser outro, de um abalo das regularidades, do sentido poder se mover, tropeçar, deslizar (Pêcheux, 2014b). Nesse âmbito, em seu texto “Metáfora e interdiscurso” (2015d), o autor demonstra como a metáfora pode aparecer “[...] fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (Pêcheux, 2015d, p. 160, grifo do autor).

É com base nessa concepção de metáfora que podemos então pensar, em uma perspectiva discursiva, o que Pêcheux (2014a) chamou de efeito metafórico, o fenômeno produzido por uma substituição contextual. Efeitos metafóricos se trata de deslizamentos de sentidos, de tal forma que o ponto “inicial” e o ponto “final” são distintos entre si, mas cuja diferença carrega em si um mesmo, informando o sentido tanto de um quanto de outro (Orlandi, 2020a; Pêcheux, 2014a). Por isso Pêcheux (2014a, p. 96) alega que “esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y [...]”. Também nesse âmbito, Orlandi (2020a, p. 78-79) alega:

Tanto o diferente como o mesmo são produção da história, são afetados pelo efeito metafórico. [...] Desse modo é que temos dito que a historicidade deve ser compreendida em análise de discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem. O efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. [...] Pensando-se a interpretação, esse efeito aponta-nos para o "discurso duplo e uno". Essa duplicidade faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido; na Psicanálise, isso envolve o inconsciente, na Análise de Discurso, envolve também a ideologia (Orlandi, 2020a, p. 78-79).

Por isso a metáfora está na matriz da produção de sentidos, como mencionamos anteriormente, e mais do que isso, considerando que o sentido é a contraparte do sujeito, também está na base da constituição dos sujeitos (Orlandi, 2020b; Pêcheux, 2014b). Dessa forma, cabe endereçar o modo específico pelo qual a Análise do Discurso pensa esse sujeito.

Primeiramente, o conceito de sujeito passa longe de ser exclusividade ou ineditismo da AD; basta lembrarmos da existência do sujeito da psicologia cognitivista ou da psicanálise, por exemplo, ou ainda do sujeito positivista ou do sujeito idealista; aqui, cabe acrescentar que o

²⁵ Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, Lacan havia posto: “Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora [...]” (Lacan, [1957] 1998, p. 510).

quadro geral das definições de sujeito em diferentes abordagens pode mesmo se assemelhar a uma disputa ferrenha (Pêcheux, [1984] 2015g).

De certa forma, podemos afirmar que o modo pelo qual uma determinada abordagem irá pensar a categoria de sujeito se relaciona necessariamente com a epistemologia adotada naquele campo – como apartar, por exemplo, o sujeito positivista, independente e responsável, da filosofia positivista em si, com seu apelo ao conhecimento científico imparcial e verdadeiro e à ordem? –, razão pela qual compreender as bases teóricas da AD pede que tenhamos ciência de que sujeito é esse do qual falamos (Pêcheux, 2015g). Para isso, tomamos emprestadas as palavras de Pêcheux (2015g, p. 229-230): “[...] a questão crucial para a análise de discurso é a do estatuto do sujeito enunciador, na fala e na escrita, na escrita e na leitura [...] ela supõe a divisão do sujeito como marca da sua inscrição no campo do simbólico”.

Como já esboçamos em momentos anteriores deste escrito, o sujeito pensado pela Análise do Discurso é um sujeito assujeitado pelas estruturas-funcionamentos da ideologia e do inconsciente; o que faz com que estejamos diante de uma teoria de um sujeito do discurso descentralizado (Orlandi, 2020a). Como pontua Mariani (2023), o movimento descentralizador do sujeito foi marcante nas disciplinas de interpretação a partir de influências como a freudiana, marxista e nietzschiana, colocando em questão o sujeito como aquele plenamente racional e consciente de suas ações, pensamentos e dizeres. Nesse ponto, os trabalhos de Louis Althusser e Jacques Lacan foram também decisivos, através das leituras sintomais que realizaram das obras de Karl Marx e Sigmund Freud, respectivamente (Mariani, 2023).

Desse modo, enquanto em outras abordagens – como aquelas que consideram o sujeito psicológico ou o sujeito empírico – o sujeito é pensado em um papel de origem, intencionalidade e onipotência, sem se explorar sua relação contraditória com o sistema, no âmbito da Análise do Discurso se irá “Recusar esse sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se iludir com o individualismo subjetivista que exclui igualmente o histórico” (Orlandi, 2020b, p. 26). Histórico, social, que como já mencionamos anteriormente, não é correlato da língua, mas sim constitutivo; o descentramento do sujeito se dá justamente na medida em que se compreende que esse não é origem nem tampouco centro, uma vez que se deve considerar a espessura da relação entre o linguístico e o histórico (Orlandi, 2020b).

Estamos diante, então, de um sujeito contraditório, dividido, que não existe em si mesmo, mas que se significa ao significar, isto é, ao (não) dizer (Orlandi, 2020b; Pêcheux, 2015g). E cujo domínio falha, escorrega, tropeça, ponto no qual podemos observar “[...] a

tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Essa ferida narcísica [...] constitui a estranheza familiar à qual todo sujeito humano é confrontado” (Pêcheux, 2015f, p. 290). Por isso, na Análise do Discurso, indagações como “o que o autor quis dizer com esse texto” não se demonstram frutíferas; o querer, a intenção do sujeito que enuncia pouco tem a ver com os sentidos postos em jogo nas tramas do (não tão) seu discurso. É esse entendimento que possibilita uma escuta que

[...] deve levar em consideração o permanente fracasso do voluntarismo consciente em (se) assegurar sentidos para o que (se) diz. No fracasso do voluntarismo do querer dizer, pode-se escutar o bem dizer do sujeito abalado por uma verdade outra na forma de um sonho, um lapso, um chiste. [...] Algo pode irromper sempre e inesperadamente – ça parle –, abalando a ficção que o sujeito construiu sobre si mesmo (Mariani, 2023, p. 36, grifo da autora).

Ademais, alegamos anteriormente que o dizer do sujeito só pode ser compreendido quando remetido a suas condições de produção, à historicidade, ao que já foi dito e que só por isso pode ser dito aqui e agora, significando (Orlandi, 2020a). Isso não culmina, entretanto, em considerar nem discurso nem sujeito como meras máquinas de repetir, já sempre previsíveis; se o voluntarismo consciente fracassa no/pelo discurso, também o ritual de interpelação do sujeito, para que possamos considerá-lo como ritual, traz consigo a possibilidade de falha (Mariani, 2023; Pêcheux, 1990). Falha que pode ocorrer das mais diversas formas, inclusive em pontos de resistência, de tal modo que é justamente nos tropeços da interpelação, nos seus entraves, que nos aproximamos do sujeito do discurso (Maldidier, 2003; Pêcheux, 1990). O discurso, sim, se relaciona a redes de memórias e a certos trajetos sócio-históricos, mas também,

[...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço; não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” [...] (Pêcheux, 2015a, p. 56).

Justamente por conta dessa possibilidade, é necessário ter em mente que é pela descrição da materialidade que podemos refletir sobre o que está dito e o que não está dito, o que poderia ter vindo a ser dito em outras condições de produção – que são, por sua vez, materiais –, o modo pelo qual comparece o que foi dito. É nesse jogo que se abrem os caminhos para pensar as possibilidades outras, o enunciado ainda a ser dito ou aqueles ditos em outros lugares; sendo justamente nessa tensão que podemos erguer as evidências de sentidos e começar a olhar para

a discursividade (Mariani; Medeiros, 2013; Orlandi 2023a). Ainda, segundo Ferreira (2023, p. 307-308),

Poderíamos arriscar que a problemática da materialidade discursiva estaria no ponto de junção da ordem tríplice do real. Ou seja: considerar as materialidades discursivas em jogo pressupõe levar em conta o ponto de cruzamento e de interseção onde o real da língua, o real da história e o real do inconsciente se encontram. E isso vai fazer toda a diferença. Nesse encontro, tecido pela linguagem, é preciso situar, especialmente, a falta, enquanto elemento estruturante; bem como o equívoco e a contradição, comuns aos conceitos de real aqui reunidos.

É necessário, portanto, interrogar a materialidade pelo que nela não está; o que de certo modo acarreta em interrogá-la pelo que nela está. Os sentidos em funcionamento em um certo processo discursivo se delineiam precisamente em relação aos sentidos que funcionam em processos outros, isto é, filiados a outras formações discursivas, e “Buscar as fronteiras entre as diferentes formações discursivas, entre as posições-sujeito faladas e que dão suporte a esse processo de produção de sentidos, é o trabalho do analista de discurso” (Lagazzi, 2019, p. 294). Para isso, o modo da AD lidar com a materialidade não busca nela completude e homogeneidade, mas sim considera sua “Incompletude e contradição que funcionam sempre em um processo relacional entre significantes [...] remetidos a suas diferentes ordens históricas” (Adorno, 2019, p. 129).

Ainda, sendo a Análise do Discurso uma disciplina interpretativa, como tratamos mais acima, não perder de vista o primado da descrição sobre a interpretação é o que permite que a análise se mantenha em uma perspectiva materialista pensada por Pêcheux (2015a). É também isso que assegura o rigor teórico-metodológico do analista face à análise, visto que, segundo Orlandi (2023a, p. 130), “Ele não ocupa uma posição neutra, pois está afetado pela interpretação, mas se deslocará de sua posição pelo encontro com a materialidade da linguagem, em sua não evidência, sua opacidade, o que relativiza sua relação ‘naturalizada’ com a interpretação”.

Desse modo, o primado da descrição é um princípio norteador durante uma análise do discurso materialista, especialmente se considerarmos que, segundo Orlandi (2020a), a interpretação está sempre já-lá, isto é, que não há discurso sem que haja interpretação, embora pelo trabalho das estrutura-dispositivos da ideologia e do inconsciente, essa interpretação seja negada, movimento pelo qual adquire também seu caráter de evidência – ora, só podia ser isso, só podia ser assim, é claro. É justamente esse funcionamento dos efeitos de sentido enquanto

evidências que recobrem as condições de produção daquele processo discursivo, as memórias às quais esse se associa, os pré-construídos que vão sustentar o que ali é dito (Lagazzi, 2019).

Na condução de uma análise, portanto, é preciso suspender essas evidências para poder se perguntar “por que isso aparece aqui e desse modo?”, e esse movimento é possível ao analista justamente pelo dispositivo teórico da AD, o qual abrange o princípio de se partir da materialidade – descrever – para pensar o sentido – interpretar, ou seja, do olhar para o significante ao olhar para o significado, movimento a partir do qual tem sequência esse batimento (Lagazzi, 2010; Pêcheux, 2015a). Como foi dito por Orlandi (2023a, p. 130),

A mediação produzida pelo dispositivo teórico da interpretação produz um deslocamento – expõe a espessura material da linguagem – que permite ao analista trabalhar as fronteiras das formações discursivas, seu jogo como regiões do interdiscurso. O analista entra, então, numa relação crítica com o conjunto complexo (à dominante) das formações.

Sendo assim, o “como”, o “de que modo” do discurso é parte fundamental para a compreensão do “o que” – isto é, dos sentidos – está em funcionamento em um dado recorte. Ao olhar para a materialidade é que podemos seguir mais adiante e pensar as tensões entre os processos parafrásticos e polissêmicos – jogo esse que constitui a base de todos os discurso –, as posições-sujeitos materializadas e as filiações a determinadas formações discursivas (Lagazzi, 2019; Orlandi, 2020a). Esses são os pontos sobre os quais discutiremos adiante.

2.1 Entre o já-dito da paráfrase e o ainda a se dizer da polissemia: sujeitos, posições e formações discursivas

Desse modo, a AD trabalha com uma noção de um sujeito descentralizado que, ao contrário do sujeito positivista, é um sempre-já sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, por isso mesmo, não sendo completo ou tampouco dono de si e de seu dizer (Orlandi, 2020a; Pêcheux, 2014b). É essa possibilidade que abre caminho para que possamos fazer o trabalho de análise do modo como o fazemos, isto é, pautado em “[...] uma escuta do sujeito se movimentando (e se revoltando) na sociedade, uma escuta da política dos sentidos divididos na contradição social, e em curso, em movimento na história” (Mariani, 2023, p. 39). Pois o sujeito que concebemos na Análise do Discurso é o sujeito que falha – falha essa estrutural –, tropeça, confunde, ou seja, sujeito assujeitado (Orlandi, 2020a). Por esse motivo, os gestos de análise perpassam as

[...] secreções de sentidos e de vestígios da estrutura e do acontecimento, tocando os suores do enunciado pelo que escorrega às margens. Não nos interessa a mensagem como bloco fechado, mas as fissuras que ela conserva, o minúsculo de um pêlo esquecido em um passo de equívoco, em uma troca de palavra e de som, em um caco de desarranjo que reclama acuidade de escuta (Sousa; Garcia; Faria, 2014, p. 96).

Poder refletir sobre sentidos a partir desse tipo de escuta se relaciona intimamente com a compreensão de que dizer algo de um modo não é o mesmo que dizer algo de um outro modo (Orlandi, 2020a). Mais ainda: de que, embora se diga uma certa coisa de uma determinada forma, essa não é a única coisa e nem a única forma possível de dizer (Orlandi, 2020a). Um enunciado marca em si suas relações parafrásticas pelo que diz e pelo que silencia – e pelos modos pelos quais faz ambos –, constituindo-se em uma dada posição-sujeito que não outra, a qual por sua vez se filia a certas formações discursivas (Lagazzi, 2019).

Compreender como tais processos se constituem é precisamente o que nos interessa enquanto analistas do discurso. E, como não nos pautamos em uma pretensa intenção daquele que diz – “o que você quis dizer com isso?” –, nossa compreensão depende de interrogar aquilo que se apresenta materialmente e que demarca a posição que aquele sujeito ocupa no campo discursivo (Lagazzi, 2023). Isso porque, no discurso, quem fala não é, por exemplo, a pessoa Maria, mas sim um certo modo que não outro pelo qual o sujeito se identifica com uma dada formação discursiva (Pêcheux, 2014b). Vamos nos deter nesses pontos por alguns momentos.

Se compreendemos bem o fato já discutido de que o sujeito não tem controle sobre o que – e como – diz – nem sobre os sentidos postos em jogo por “seu” discurso –, bem como o de que as palavras não possuem sentido intrínseco a elas, podemos então ir mais adiante e alegar que “[...] o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (Orlandi, 2020a, p. 40).

Em uma perspectiva discursiva – mais especificamente, no âmbito da AD filiada ao pensamento materialista –, são as Formações Discursivas (doravante FD) que determinam o que é possível de se dizer, bem como quais serão os sentidos em funcionamento daquilo que for dito (Orlandi, 2020a; Pêcheux, 2014b). Michel Pêcheux irá reformular a noção de formações discursivas a partir das exposições de Michel Foucault em “A arqueologia do saber” ([1969] 1971); ao trazer essa noção para seu trabalho, o autor desde cedo a entrelaça com a noção de ideologia (Haroche; Henry; Pêcheux, [1971] 2020; Pêcheux; Fuchs, [1975] 2014). Vejamos:

[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas*

interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 34, grifo do autor).

Desse modo, as formações discursivas atuam enquanto reflexos das formações ideológicas²⁶ (Pêcheux, 2014b). Além da ideologia, Indursky (2007) argumenta que é também o sujeito outra noção tomada como princípio organizador do que se começava a pensar por FD no contexto do pensamento pecheutiano. É a partir de seu posicionamento em uma determinada FD que não outra que o sujeito pode dizer, produzir (seu não tão) seu discurso, enfim, significar. Isso porque “O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia” (Orlandi, 2012, p. 23-24).

Como nos lembra Orlandi (2020a), o sentido é histórico, é construído, de tal modo que, para que algo possa ser dito aqui e agora, fazendo sentido, é preciso que essa possibilidade já encontrasse sustentação sócio-histórica, que aquilo já significasse em outro lugar. Somos então convidados a tratar da memória discursiva – ou, como também chamaremos, interdiscurso, equivalente ao nível vertical, da constituição – e da formulação – intradiscurso, equivalente ao nível horizontal (Courtine, [1982] 2016).

O interdiscurso, de caráter objetivo e efeito referencial – com isso, queremos dizer que esse não se altera de um sujeito para o outro, informando, por exemplo, *o* sentido de “feminismo”, e não o sentido de “feminismo” para x ou o sentido de “feminismo” para y – (Orlandi, 1998; Orlandi, 2007), corresponde ao “[...] conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. [...] Ele se apresenta como uma série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória”

²⁶ Acerca de discurso e ideologia, em seu texto “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, Pêcheux e Fuchs (2014) irão falar nos termos de gênero ideológico e espécie discursiva - ou seja, pertencendo esta última a aquele primeiro. Haroche, Pêcheux e Henry (2020, p. 33-34, grifo do autor) pensam a noção de formações ideológicas da seguinte forma: “Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras”.

(Orlandi, 2007, p. 87-88). Sendo assim, Pêcheux (2014b) classifica o interdiscurso como o “[...] *‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]*” (Pêcheux, 2014b, p. 148-149, grifo do autor).

O intradiscurso, por outro lado, diz respeito ao dizer materializado aqui e agora, ou seja, o discurso formulado pelo sujeito (Orlandi, 2020a). Ao contrário do interdiscurso – ao qual não temos acesso direto –, o intradiscurso pode ser acessado pelo analista, que se depara com a materialidade da linguagem, sustentando assim a possibilidade da análise (Courtine, 2016; Orlandi, 1998). Cabe mencionar que, “Dado o jogo da memória, todo dizer se encontra na confluência do eixo vertical – o do *interdiscurso*, da *constituição* dos sentidos (e dos sujeitos) – e no eixo horizontal – o do eu/aqui/agora da *formulação, intradiscurso*” (Orlandi, 2022a, p. 344, grifo da autora). Desse modo, os dizeres só podem existir precisamente na relação entre constituição e formulação, visto que é justamente do trabalho de determinação do interdiscurso sobre o intradiscurso que o dizer retira seus sentidos (Orlandi, 2020a). Nas palavras de Pêcheux ([1990] 2015e, p. 145-146, grifo do autor):

O termo *interdiscurso* caracteriza esse corpo [sócio-histórico] de traços [discursivos] como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. O não-dito da sequência não é, assim, reconstruído sobre a base de operações lógico internas, ele remete aqui a um já-dito, ao dito em outro lugar [...].

Assim sendo, pensar acerca do que “[...] é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro [...]” (Orlandi, 2020a, p. 32) é necessariamente refletir acerca das formações discursivas que determinam tais dizeres²⁷. Por que, por exemplo, em um certo dizer o que pôde vir a constar foi a palavra “feministas” e, em um outro, o termo “feminazi”? Justamente pelo modo pelo qual cada FD irá se relacionar de forma distinta com o complexo dominante das formações discursivas, isto é, com o interdiscurso – que, em sua objetividade material contraditória, cabe lembrar, não se altera; o que muda são as formas pelas quais as diferentes FDs dependem dele (Pêcheux, 2014b).

Portanto, segundo Courtine (2016), é no interdiscurso de uma dada formação discursiva – isto é, aqueles já-ditos retomados para ali funcionarem, dando sustentação e conferindo

²⁷ Devido ao fato de as palavras não possuírem significado em si mesmas, mas sim receberem seu sentido a partir das FDs nas quais foram produzidas, Pêcheux (2014b) discorre sobre como I) as mesmas palavras podem vir a receber sentidos distintos em formações discursivas distintas e II) palavras diferentes podem vir a receber, em uma certa formação discursiva, um “mesmo” sentido - ou, mais especificamente, um sentido próximo. Por isso, “A partir de então, a expressão *processo discursivo* passa a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos - “significantes” - em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 2014b, p. 148, grifo do autor).

sentido aos dizeres filiados a essa FD que não outra – que temos a constituição do domínio do saber dessa FD, o qual “[...] funciona como princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (‘ele determina o que pode e deve ser dito’) ao mesmo tempo em que como o princípio da exclusão do não formulável. Ele realiza assim o fechamento de uma FD [...]” (Courtine, 2016, p. 8). Esse fechamento, no entanto, não se trata de algo fixo, imutável²⁸ e intransponível, impermeável; as formações discursivas não são fechadas em si mesmas, tampouco suas fronteiras são inalteráveis (Courtine, 2016). Temos o entendimento de que

O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante pelo qual o saber de uma FD é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, para gerar sua redefinição ou retorno; para suscitar também a retomada de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também para lhe provocar, eventualmente, seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua degeneração. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transfor-
mação dos elementos do saber daquela FD, pode ser referido como *aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras* (Courtine, 2016, p. 9, grifo do autor).

Tendo em mente essa concepção de formação discursiva – e o modo pelo qual ela é (re)determinada por seu interdiscurso –, o modo próprio de operar das FDs é propriamente dissimular sua relação de dependência com o interdiscurso – bem como a objetividade material contraditória deste –, o que é possível pela produção, em seu interior, de uma transparência do sentido – embora, em verdade, o sentido não seja transparente nem evidente (Pêcheux, 2014b). Assim, Pêcheux (2014b) indica que é no interior da FD – mais precisamente, pela identificação com uma dada formação discursiva – que o indivíduo é interpelado em (sempre já) sujeito, de tal forma que

[...] o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento daquilo que o determina. [...] essa identificação [com a formação discursiva], fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 2014b, p. 150, grifo do autor).

²⁸ O mesmo também pode ser alegado acerca da memória discursiva. O capítulo de Pêcheux (1999), “Papel da memória”, publicado em livro de mesmo título, traz considerações elucidativas nesse âmbito. Pêcheux alerta para o fato de que “[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...]” (Pêcheux, 1999, p. 56).

Cabe apresentar ainda a noção de forma-sujeito: viés pelo qual ocorre a identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, segundo Pêcheux (2014b). Essa equivale, em uma determinada FD, ao sujeito do saber por excelência desse domínio discursivo, seu Sujeito ideal (Pêcheux, 2014b). Quanto ao sujeito – isto é, o sujeito do discurso propriamente dito –, há diferentes modos pelos quais ele pode se relacionar com a forma-sujeito, seja aproximando-se ou afastando-se do saber do Sujeito²⁹. Desse modo, no interior do funcionamento de uma mesma formação discursiva é possível descrever diferentes posições-sujeito, a saber, “[...] modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, com os efeitos discursivos específicos que lhes são associados” (Courtine, 2016, p. 24).

A possibilidade da forma-sujeito se fragmentar em várias posições-sujeito é sustentada pela própria natureza heterogênea das formações discursivas que, além disso e como já discutimos, possuem fronteiras porosas e provisórias (Courtine, 2016; Indursky, 2007). “Concebemos, então, a posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD dada” (Courtine, 2020, p. 78). E isso se relaciona com os processos de individuação do sujeito do discurso, isto é, “[...] seus modos de individuação pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos, daí resultando sua identificação com uma formação discursiva e sua posição sujeito que se insere então na formação social [...]” (Orlandi, 2022a, p. 341).

Como pontuamos, é pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito; e isso em qualquer momento histórico – embora diferentes épocas coloquem em jogo diferentes formas de modulação desse assujeitamento –, sendo por esse ritual que o indivíduo é afetado pelo simbólico, vindo então a se constituir enquanto sujeito (Orlandi, 2022b). Ainda de acordo com Orlandi (2022b), há de se pensar as formas pelas quais esse agora (já sempre) sujeito será individuado pelo Estado, isto é, as formas pelas quais suas correspondentes instituições e

²⁹ Pêcheux (2014b) irá falar em modalidades de tomada de posição. Aqui, achamos pertinente mencionar duas delas. A primeira seria a de superposição, do “bom sujeito”, quando o sujeito da enunciação se identifica de modo mais pleno em relação à forma-sujeito, “[...] em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’ [...]” (Pêcheux, 2014, p. 199). Já a segunda modalidade, de contraidentificação, do “mau sujeito”, é caracterizada por uma identificação menos plena em relação ao saber da forma-sujeito, por um “[...] discurso no qual o *sujeito da enunciação* ‘se volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno” (Pêcheux, 2014, p. 199, grifo do autor).

formação social individualizam a forma-sujeito-histórica³⁰. Assim, “Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta [...]” (Orlandi, 2022b, p. 109).

Desse modo, a posição-sujeito – que é, cabe mencionar, uma posição-sujeito na sociedade – diz respeito ao modo pelo qual o sujeito individuado irá se identificar com uma certa formação discursiva, isto é, com o sujeito do saber dessa FD – a forma-sujeito – mobilizando assim diferentes formas de (des)identificação com os elementos de saber dessa formação discursiva (Orlandi, 2022a). As posições-sujeito estão, portanto, constitutivamente relacionadas às condições de produção³¹ e, conseqüentemente, à memória discursiva, como pontua Zoppi-Fontana (2017). Isso pois, visto que a posição-sujeito é a modalidade específica da relação do sujeito da enunciação com o Sujeito universal de uma dada FD, é também ela que

[...] determina o [sic] sentidos dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, [logo] é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo (Zoppi-Fontana, 2017, p. 66).

Desse modo, ao produzir um discurso, o sujeito da enunciação – que fala, lembramos, a partir de uma posição-sujeito – se assenta em certos pré-construídos, relacionando-se assim com a memória discursiva (Lagazzi, 2015a). Nas palavras de Pêcheux (2014b, p. 151), “[...] o pré-construído corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’) [...]” (Pêcheux,

³⁰ Como nos diz Orlandi (2022a), a forma-sujeito-histórica da contemporaneidade é a forma sujeito capitalista, a qual se sustenta sobre a formação social da sociedade burguesa capitalista, atravessada pelo discurso do direito - isto é, do jurídico, caracterizando assim um sujeito de direitos e deveres. Através do Estado Capitalista, as instituições e discursividades individualizam o sujeito dessa forma-sujeito-histórica em uma determinada posição-sujeito na sociedade, a partir de sua identificação com uma formação discursiva (Orlandi, 2022a). Ao que Orlandi (2022, p. 349, grifo da autora) acrescenta: “Mas a ideologia é um ritual com falhas e o Estado capitalista é estruturado pela falha: há os que estão dentro e os que ficam segregados. É bastante desigual e há muita falta funcionando no modo como os sujeitos, individuados, se encontram *com*, se encontram *nas* instituições e discursos. E é já individuado, que o sujeito se identifica com uma formação discursiva e não outra e é nessa medida que uma palavra ou formulação, ao se inscrever em uma ou outra formação discursiva, adquire este ou aquele sentido. E é, identificando-se e fazendo este ou aquele sentido que este sujeito individuado, tem sua posição na formação social de que faz parte. Juridicamente constituído. Com ou sem direitos. Como dissemos, o Estado capitalista é o Estado da divisão: sujeito dividido em si, sujeitos divididos entre si. A formação social é dividida e constituída por relações de poder. O poder é simbolizado e nesta divisão também está investido o jurídico”.

³¹ As condições de produção envolvem os sujeitos e a situação no qual um determinado discurso pode emergir, sempre levando em consideração o contexto imediato da enunciação e a conjuntura sócio-histórica e ideológica (Orlandi, 2020a; 2022). Assim, também o interdiscurso é um elemento das condições de produção, acionando-a de forma a produzir um ou outro dizer (Orlandi, 2020a; 2022a; Pêcheux, 2014b). Por isso, “[...] sem a consideração do funcionamento do discurso em suas condições de produção, não há possibilidade de distingui-lo, pois o estabelecimento da propriedade do discurso é o estabelecimento do funcionamento típico de suas condições de produção” (Orlandi, 2012, p. 34).

2014b, p. 151). São esses pré-construídos, enquanto elementos do interdiscurso e em seu caráter de exterioridade e anterioridade, que sustentam o dizer do sujeito e os sentidos postos ali em funcionamento (Orlandi, 2020a; Pêcheux, 2014b), conferindo a eles efeito de evidência através do acionamento de “[...] sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes [...]” (Orlandi, 2020a, p. 29) os quais irão tornar possível uma certa formulação.

Portanto, é a observação desses pré-construídos (re)tomados em um dado processo discursivo que possibilita que uma análise possa demonstrar a compreensão dos sentidos produzidos por um discurso a partir de um sujeito em sua dada posição (Lagazzi, 2015a; 2015b; Orlandi, 2020a). Nesse âmbito, Lagazzi (2015a; 2015b) defende que é através da paráfrase – mais especificamente, do que chama de procedimentos parafrásticos – que o analista pode suspender as evidências para então passar a pensar acerca das memórias que sustentam um dado discurso, ou seja, que o tornam possível, conferindo a ele sentido pela já existência desse sentido no interior do interdiscurso. Para isso, sempre remitiremos o intradiscurso – a formulação apresentada a nós em sua materialidade – ao interdiscurso – o eixo da constituição – por meio da descrição da materialidade discursiva, sendo esta última o “[...] nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos [...] em uma conjuntura histórica dada” (Pêcheux, 2015d, p. 151-152).

Para compreender melhor o que acabamos de afirmar, é preciso tirar um momento para apresentar as noções de paráfrase e polissemia para a Análise do Discurso. Como nos diz Orlandi (2012; 2020a), todo dizer se constitui ali mesmo na articulação – que se dá na forma de uma tensão – entre os processos parafrásticos e polissêmicos, ou seja, entre o mesmo e o diferente, entre a estabilização e o deslocamento. A paráfrase é pensada como a matriz da linguagem, enquanto a polissemia é pensada como a fonte da linguagem, justamente por instaurar a possibilidade da multiplicidade dos sentidos (Orlandi, 2012). De tal modo,

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 2020a, p. 34).

Tanto a multiplicidade quanto a contenção – que se dá de forma institucional – são constitutivas da linguagem, motivo pelo qual ambos os processos estão sempre em funcionamento (Orlandi, 2012). Assim, pelo processo polissêmico, sempre há a possibilidade

de ruptura diante dos sentidos cristalizados – cristalização esta que põe em voga disputas de poder na linguagem –, das redes de memória, abrindo caminho para novos sentidos que, então, terão de se legitimar, visto que “[...] porque a linguagem é sócio-historicamente constituída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é sua ambiguidade” (Orlandi, 2012, p. 25).

É por isso que, embora a constituição determine a formulação, como indica Pêcheux (2014b), tal fato não equivale a dizer que os sentidos serão sempre os mesmos, em uma eterna repetição do que já foi dito. Pois como Pêcheux (2015a) iria formular, a discursividade é tanto estrutura quanto acontecimento, atestando assim a possibilidade do surgimento do acontecimento discursivo. Com isso, “Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria [...] independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que [...] não há identificação plenamente bem sucedida [...]” (Pêcheux, 2015a, p. 56), ou seja, levar em conta o ritual de interpelação enquanto um ritual com falhas, sempre passível de se partir no lapso (Pêcheux, 2014b).

É com base nisso que Orlandi (2012, p. 15) irá dizer que “[...] os sentidos balançam entre uma permanência que às vezes parece irremediável e uma fugacidade que se avizinha do impossível”. Sendo assim, visto que, como lembra Orlandi (2020a), todos os sentidos (re)produzidos balançam entre a estabilização da paráfrase e o deslocamento da polissemia, é precisamente nessa tensão que o analista pode começar a esboçar sua interpretação diante de um texto. Desse modo,

[...] as paráfrases ocupam, para o analista, a função de indícios, marcas linguístico-discursivas do processo de produção de sentidos, que permitem recuperar o modo como o enunciador se posiciona e se constitui como sujeito historicizado, inscrito em uma particular relação entre o já dito e o que está se dizendo, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, entendidos como constituição do sentido e sua formulação (Sarti; Chiaretti, 2016, p. 73).

Para que haja essa recuperação é preciso que o analista se ancore na materialidade a qual tem acesso, ou seja, na formulação, para então seguir adiante na compreensão das formas pelas quais a memória discursiva determina aquele dizer e do modo pelo qual o sujeito se constitui em seu discurso (Orlandi, 2020a). Por esse motivo, afirma Lagazzi (2023), falaremos do primado da descrição – ou seja, precisamente a tarefa de descrever como o significante se apresenta – sobre a interpretação – a saber, a leitura dos significados postos em jogo. Com base nisso, Lagazzi (2015b, p. 86) destaca que “[...] é somente ao dar lugar à descrição pelo exercício parafrástico que a evidência do conteúdo será relativizada e o analista poderá dar consequência ao movimento da interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos”.

Com exercícios parafrásticos estamos nos referindo ao movimento de colocar o dito em relação a outras possibilidades de dizer, levando em consideração o caráter relacional do valor (Lagazzi, 2011; a; 2015b). Pois a observação da relação entre um dizer e outro – possível, mas não dito – põe em voga a percepção de que “[...] Somos pegos em possibilidades que a língua nos oferece em sua relação com a história, pegos em evidências que nos identificam nas posições-sujeito que recortam os dizeres a partir das condições de produção” (Lagazzi, 2011, p. 503). Dizer uma certa coisa e não uma outra, e ainda, dizê-lo de uma determinada forma e não de outra, é precisamente o que dá indícios dos discursos possíveis em uma posição-sujeito diante de dadas condições de produção (Lagazzi, 2019). Afinal, Pêcheux (2015a, p. 53, grifo do autor) já havia nos dito que

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há um *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa relação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. De onde o fato que “as coisas-a-saber” [...] não são jamais visíveis em desvio, [...] mas sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação [...]

Ainda nessa obra, “O discurso: estrutura ou acontecimento” (2015a), o autor dedica momentos decisivos para tratar da questão da descrição e da interpretação. Qual o lugar da interpretação na prática da AD em relação à descrição? Pêcheux (2015a) responde que não estamos falando aqui em fases sucessivas, mas em um batimento; batimento que começa, no entanto, pela descrição. Não há como pensar as filiações históricas sem, pela descrição do enunciado, refletir acerca do discurso-outro que também o constitui, significando-o (Pêcheux, 2015a). É desse modo que se pode “[...] detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (Pêcheux, 2015a, p. 57).

Assim, diante do que se apresenta a nós analistas materialmente – a formulação –, somos convocados a descrever e, por meio dos exercícios parafrásticos, formular possibilidades outras que não vieram a ser – mas que atuam virtualmente sobre o discurso analisado –, possibilitando, desse modo, que compreendamos os pré-construídos que dão sustentação a esse dizer, ancorando-o a uma certa posição-sujeito a qual, através da formação discursiva que lhe

corresponde, mobiliza uns que não outros recortes do interdiscurso (Lagazzi, 2019; Pêcheux, 2014b). E aqui está o nível da interpretação, quando podemos compreender, mais do que o quê o discurso significa, como e por que faz funcionar determinados sentidos (Orlandi, 2013).

3 ONDE GÊNERO TOCA A VIRGINDADE

Em fins do século XX, os estudos de gênero adquirem o estatuto de campo de saber, inserindo-se nas universidades e nos debates científicos. Não é um caso isolado, visto que o momento é marcado por efervescências epistemológicas no campo da história; após as transformações advindas da primeira metade do século XX, vêm à tona conflitos e atores sociais que convocam urgentemente explicação e reflexão históricas (Scott, 1995). A questão das mulheres – que vinha ganhando força desde o início das lutas feministas, a princípio voltadas à obtenção do direito feminino ao voto – e, posteriormente, a de gênero são exemplos desses temas que irromperam para fazer mover as estruturas epistemológicas a partir de meados do século XX (Scavone, 2008). Como conta Scavone (2008, p. 174), não se pode ignorar o

processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal.

Em seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), Joan Scott alega que o termo “gênero” foi mesmo proposto no âmbito da crença de que pesquisar sobre as mulheres possibilitaria profundas alterações nos paradigmas disciplinares vistos até então. Segundo Scott (1995, p. 72), “Na sua utilização mais recente, o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. No que tange à História, por exemplo, pensar esse grupo “esquecido” pelas representações, como se as mulheres pouco ou nada tivessem a ver com a história de parte alguma, colocaria em jogo não apenas um acréscimo à disciplina, mas uma nova História como um todo (Davis, 1975-1976). Assim, segundo Scott (1995, p. 85),

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido.

Desse modo, estudar a questão de gênero viria a fazer funcionar o entendimento de que o que se entende por homem, mulher, masculino e feminino são concepções que carregam consigo sua historicidade (Pinsky, 2009). São muitos os nomes daqueles que contribuíram com o desenvolvimento desse conceito – o de gênero – e de seu campo de estudos, o qual buscou promover a compreensão dos “[...] problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos [...] Esses estudos contribuíram para mostrar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica de gênero” (Scavone, 2008, p. 176-177). Na presente seção, comentaremos acerca de dois desses nomes: Joan Scott, a partir dos textos “Prefácio a Gender and Politics of History” (1994) e “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), e Judith Butler, a partir dos escritos “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2017) e “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” (2019).

A autora Scott (1995) apresenta uma definição de gênero dividida em duas partes principais, começando com a proposição de que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” (Scott, 1995, p. 86). Em relação a essa primeira parte da definição, Scott (1995) apresenta ainda quatro elementos implicados pelas relações de gênero, os quais mantêm relacionamentos necessários entre si, sobre os quais cabe discorrer ainda que sucintamente. O primeiro elemento diz respeito aos símbolos, e as representações simbólicas deles decorrentes, presentes na cultura; como exemplo, Scott (1995) cita como símbolos da mulher Eva e Maria, pensando em um contexto influenciado pela tradição cristã. O segundo elemento fala acerca dos conceitos “[...] expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas [...]” (Scott, 1995, p. 86) que, de modo normativo, provém interpretações para esses símbolos, atribuindo significados para “homem” e “mulher”, para “masculino” e “feminino”, ao mesmo tempo em que limitam significações outras, elegendo assim uma posição dominante. Em seguida, a política, as instituições e a organização social, âmbito no qual devem ser considerados fatores como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político propriamente dito (Scott, 1995). Por fim, o último elemento proposto pela autora é a identidade subjetiva, ou seja, o exame das “[...] formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (Scott, 1995, p. 88).

A segunda parte da definição proposta por Scott (1995) argumenta que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 88), e essa é de fato a teorização de gênero da autora. Aqui, o que está posto por Scott (1995) é que as conceituações de gênero possuem papel persistente na modelagem da vida social, no que tange a sua percepção e organização, tanto simbólicas quanto concretas; e, visto que tais referências estão em jogo nos modos pelos quais o poder – de controle, de acesso aos diferentes recursos – é distribuído, tudo culmina de forma que o gênero está profundamente envolvido na construção do poder (Scott, 1995). Diante disso, Scott (1994) irá considerar gênero como uma forma de saber acerca das diferenças sexuais, sendo que

Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. O saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela. Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

Por sua vez, Judith Butler inicia sua obra “Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2017) problematizando a questão da identidade de uma categoria “mulheres” no âmbito da teoria e do movimento feminista. Segundo a autora, a teoria feminista por muito se voltou à tentativa de desenvolver uma identidade capaz de representar todo o grupo a ser representado pelo movimento, as “mulheres”, diante de um cenário em que a esses indivíduos era insuficientemente representada (Butler, 2017). Diante dessa tentativa, no entanto, houve um grande obstáculo, segundo Butler (2017): como estabilizar e unificar em um sujeito universal esse sujeito “mulheres”? A autora pontua, então, a problemática de o movimento feminista ter buscado esse sujeito em um movimento de suposição de que haveria algo – uma identidade em

comum – capaz de unir todas as mulheres. No entanto, ser mulher não culmina em dividir uma identidade intrínseca com todas as outras mulheres, visto que

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2017, p. 21).

Sendo assim, como pensar em um sujeito universal do feminismo? Não podemos. E ainda: como não reconhecer que, se o feminismo não possui uma base universal, tampouco o patriarcado pode ser tomado como universal (Butler, 2017). Não se deve recorrer, portanto, à ideia de que “[...] a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (Butler, 2017, p. 21). Segundo a autora, a existência de um suposto patriarcado universal foi criticada no interior do próprio movimento feminista, restando dela, na época de publicação de seu livro, pouca credibilidade (Butler, 2017). A crença em um sujeito estável do feminismo, no entanto, parecia ser mais resistente, de modo que a “[...] noção de uma concepção genericamente compartilhada das ‘mulheres’ corolário dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar” (Butler, 2017, p. 22).

Por isso, Butler (2017) convida a um modo de pensar que trabalhe com uma noção não estável de gênero e que compreenda a identidade em sua construção variável, ou seja, que problematize a unidade da noção “mulheres”. A autora pondera ainda sobre como tal intento, em seu caráter unificador e globalizante, contribuiu para a ascensão de uma “[...] categoria das 'mulheres' normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas” (Butler, 2017, p. 39). Porém, se as mulheres não são naturalmente unidas por uma – ou mais – característica universal, o que compartilham entre si? O que é (o) ser mulher? A mulher é, simplesmente, ou se torna? E nesse segundo caso, como poderia se tornar? Para endereçar tais questionamentos, cabe apresentar como Butler (2017) pensa a categoria de gênero. De partida, podemos afirmar que a autora se posiciona de forma contrária à ideia de que, em termos simples, o sexo equivaleria à biologia e o gênero à cultura; ou seja, recusa o entendimento de que, enquanto o sexo seria um fato natural, biológico, o gênero poderia ser entendido como uma interpretação culturalmente construída do sexo (Butler, 2017). Afinal, não seria problemático ou demasiado ingênuo simplesmente compreender então que "sexo" é algo intratável, biologicamente definido, um já dado? É isso que pensa Butler (2017) quando debate esse efeito de anterioridade do sexo:

E o que é, afinal, o sexo? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal[?] [...] Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nada. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou um "sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (Butler, 2017, p. 27, grifo da autora).

Desse modo, Butler (2017) não parte do entendimento de que os sexos – em uma lógica binária, cabe adicionar, restrita ao dito feminino e masculino – simples e naturalmente existem e são – e sempre existiram e foram – antecedentes ao gênero, que, por sua vez, viria depois para interpretá-lo socialmente. A autora segue outro caminho ao indicar que é o próprio gênero que produz o sexo, conferindo-lhe sua aparência de algo dado, anterior, pré-discursivo, embora esse tenha “[...] sido gênero desde o começo” (Butler, 2017, p. 29). O binarismo sexual, portanto, não está definido pela natureza, mas sim é produzido pelo gênero (Butler, 2017), de tal forma que “Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero” (Butler, 2017, p. 28, grifo da autora). Além disso, a aparente unidade do gênero se relaciona com a heterossexualidade compulsória, cuja instituição faz necessária a naturalização da relação binária entre feminino e masculino, pautada em diferenciação e oposição, quando em verdade a transparência desse binarismo é produzida, assim como a da relação entre sexo, gênero e desejo sexual (Butler, 2017).

Não há, portanto, correspondência direta e natural entre um certo sexo e um determinado gênero; do sexo feminino, por exemplo, não decorreria naturalmente o gênero mulher, especialmente se lembrarmos que o sexo – e seu efeito de transparência – é já produzido pelo gênero (Butler, 2017). Assim como não há de se pensar que haveria dois gêneros “naturais” – homem e mulher – por supostamente corresponderem diretamente aos dois sexos biológicos – que, como vimos, pouco também tem de natural –, mas sim ter em mente que há gêneros mais inteligíveis do que outros, ou seja, “[...] aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2017,

p. 43). A respeito disso, Butler (2017) ressalta que tal coerência e continuidade responde às leis que propriamente criam um efeito de naturalização entre sexo biológico, gênero e práticas sexuais, permitindo que certos gêneros sejam tidos como inteligíveis e outros não. Desse modo,

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidades” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do “gênero”. [...] Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural” (Butler, 2017, p. 44).

No entanto, se não há de se falar em uma unidade do gênero, se o gênero não corresponde a uma essência intrínseca e natural – não existindo, portanto, uma essência feminina original e inevitável, por exemplo –, o que ele seria? A resposta de Butler (2017) é que gênero não é um substantivo – ou seja, não é uma substância permanente –, mas sim um constante fazer. O corpo, como argumenta Butler (2017), sempre existe e significa já marcado por seu gênero, existindo já sempre nessas marcas e através dessas marcas. Trata-se de um corpo produzido pelos atos performativos aos quais se deve a impressão de naturalidade de ser mulher ou de ser homem, de tal forma que ser de um gênero ou de outro é um efeito (Butler, 2017). Desse modo, “[...] seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. [...] Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (Butler, 2017, p. 56, grifo da autora).

Desse modo, Butler (2017) formula que as expressões de gênero – que se marcam a um gênero não por natureza, mas por repetição – são propriamente o que constitui a identidade de gênero: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2017, p. 69). É sob esse ponto de vista que Judith Butler pensa a afirmação de Beauvoir (1967, p. 9), de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, visto que “[...] mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim” (Butler, 2017, p. 69). E, no âmbito desse fazer do gênero, há configurações que podem vir a adquirir o estatuto de reais e naturais, sendo aquelas hegemônicas e inteligíveis, enquanto outras são relegadas à ordem de um não-real e não natural (Butler, 2017).

Assim, se “[...] os corpos são transformados em gênero por uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo” (Butler, 2019, p. 218) e essa

performance se dá por meio de uma indução disfarçada por coerção, é possível pensar que essa performance, a ser eternamente sustentada, responde aos – e alimenta – atos performáticos sedimentados para os gêneros, ainda de acordo com a autora. Assim, há formas adequadas e inadequadas de se performar seu gênero – o gênero mulher, por exemplo –, sob o risco de sofrer punições caso as performances sustentadas sejam inadequadas (Butler, 2019). Já que “Gêneros discretos são parte das exigências que garantem a ‘humanização’ de indivíduos na cultura contemporânea; e aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são punidos” (Butler, 2019, p. 217), aqueles que performam seu gênero de maneira errada, denunciando seu caráter não essencial/natural, são marginalizados de diversas formas pela sociedade; ao passo que, aqueles que o performam de maneira correta, fazem funcionar as ficções culturais de gênero (Butler, 2019).

Tendo em vista o exposto, talvez este seja um momento propício para lembrarmos nossa filiação à disciplina da Análise do Discurso que, como pontuado anteriormente, é materialista. Assim, no âmbito dessa ciência interpretativa, é possível mencionar o interesse teórico-analítico ao redor da questão do corpo³², pensada por estudos como os de Orlandi (2023b), Ferreira (2011; 2013), Vinhas (2021) e outros mais. No quadro de pesquisas acerca do corpo na AD, portanto, se instaura a possibilidade de refletir acerca dos modos pelos quais os corpos produzem sentidos, são significados e, também, as relações entre corpo e interpelação ideológica (Zoppi-Fontana; Fontana, 2023). Desse modo, Ferreira (2013, p. 77) declara que

Corpo e discurso andam próximos no campo teórico da análise do discurso. E isso não deve ser motivo de espanto. Afinal corpo é tanto uma linguagem, como uma forma de subjetivação e, por isso mesmo, tem relação estreita com o discurso. Pelas características peculiares de seu quadro epistemológico, a análise do discurso que surge nos anos 60, na França, sob impacto de Michel Pêcheux e seu grupo, possibilita aos analistas um escopo amplo de materialidades concernidas pela teoria. [...] Por esse viés, encontramos espaço para inscrever o corpo como um objeto discursivo, submetido à intrincada rede de conceitos com que operamos no campo discursivo.

Ora, é digno tecer algumas considerações, ainda que breves, sobre como se sustenta essa tomada de interesse pelo corpo no quadro da AD. Sendo essa disciplina desenvolvida nos termos previamente apresentados – ver Seção 2 –, talvez o mais importante seja começar definindo que esse corpo de que falamos não é o corpo biológico (Ferreira, 2013; Vinhas, 2021). O que é objeto para a Análise do Discurso é o corpo discursivo, ou seja, a materialidade que irá

³² O interesse pela questão não se restringe à Análise do Discurso. Secundarizada pela tradição filosófica do cartesianismo – com sua distinção entre mente e corpo –, a questão do corpo enquanto objeto de investigação histórica e de observação de sujeitos passou a conquistar espaço a partir do século XX (Courtine, 2008; Ferreira, 2013). Como nos diz Courtine (2008, p. 7), foi esse o século que “[...] inventou teoricamente o corpo”.

produzir efeitos – e sobre a qual efeitos também serão produzidos (Vinhas, 2021). Compreendemos então o corpo como “[...] efeito de um conjunto de determinações envolvendo o complexo de formações discursivas, não desvinculadas dos efeitos sociais, históricos e ideológicos, conforme previsto pelo aparato teórico da AD” (Vinhas, 2021, p. 145-146). Além disso, ao ser tomado como materialidade discursiva, o corpo não só é visto em sua inscrição histórica e social, como também é entendido como sujeito à falha, ao equívoco (Zoppi-Fontana; Fontana, 2023).

Pela parte de Michel Pêcheux, as menções ao corpo não podem ser vistas como frequentes, mas se fazem presentes em escritos como “O discurso: estrutura ou acontecimento” (2015a). Ali, o autor propõe que a necessidade por um mundo semanticamente normatizado tem início já ali na relação de cada indivíduo com seu próprio corpo (2015a). Também nesse texto Pêcheux (2015a) trata das técnicas de gestão social dos indivíduos, ou seja, os atos de “[...] marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos [...]” (Pêcheux, 2015a, p. 30). Cassana (2018) irá formular que seria dessa ordem o “[...] trabalho da ideologia em relação aos corpos. Ao classificá-los e selecioná-los, há a divisão entre os corpos que merecem ser reconhecidos como corpos ‘normais’ ao passo que outros devem ser silenciados [...]” (Cassana, 2018, p. 61).

De todo modo, mesmo que a questão do corpo não tenha sido mais profundamente abordada por M. Pêcheux, Orlandi (2023b) e Vinhas (2021) apresentam argumentos que nos permitem compreender que as justificativas para o estudo do corpo enquanto objeto discursivo já se faziam presentes nos textos pecheutianos. Aqui, consideramos pertinente citar que a possibilidade de trabalhar com o corpo enquanto materialidade nos estudos da AD é sustentada pelas formulações pecheutianas acerca da materialidade discursiva, ou seja, desse “[...] nível de existência sócio-histórica, [...] que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (Pêcheux, 2015d, p. 151-152). Materialidade que é afetada pelo real da língua, da história e do inconsciente (Pêcheux, 2016a), de tal modo que, “[...] o corpo tomado como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva” (Ferreira, 2011, p. 95).

Sendo assim, em entrevista concedida por Orlandi (2023b), a autora argumenta que os sujeitos são significados e significam socialmente e historicamente e, mais do que isso, diz ainda da impossibilidade de se pensar um dado sujeito sem também significar o corpo desse sujeito: “[...] a materialidade do sujeito traz junto o corpo e o sentido, como um corpo que se

simboliza. [...] a simbolização do sujeito implica a simbolização do corpo” (Orlandi, 2023b, p. 20). O sujeito da Análise do Discurso, como sabemos, é tomado pelo simbólico (Orlandi, 2020a); ao pensar nele, não é frutífero se refugiar no empírico nem no abstrato, devemos olhar para o material, o concreto, que é justamente o simbolizado (Orlandi, 2023b). Por isso, e pelo trabalho com a noção de memória – o corpo tem em si a memória –, não estamos pensando aqui no corpo-carne, mas sim em sentido encarnado (Orlandi, 2023b). Encarnado porque concreto, como a autora irá defender ainda nessa mesma entrevista:

O corpo é pensado nessa materialidade do sujeito, porque o sujeito tem materialidade, tem historicidade; se ele é interpelado ideologicamente, é necessário pensar numa materialidade dele. [...] Então, como pensar a materialidade do sujeito, que não é empírica nem abstrata, mas é concreta. O que é esse concreto? É o corpo (Orlandi, 2023b, p. 22).

O corpo, assim encarado, não é alheio às dimensões de gênero, raça e classe (Vinhas, 2021). Os trabalhos de Cassana (2018) e Biziak (2019) são dignos de menção no que tange às possibilidades de se pensar gênero no âmbito de uma Análise do Discurso materialista. Assim, para Cassana (2018, p. 59) gênero pode ser entendido como “[...] uma questão de sentido, isto é, como algo que significa dentro e a partir de um dado discurso [...]”, razão pela qual, assim como o sentido, o gênero nunca está pronto e acabado, ainda segundo a autora. Desse modo, pelos efeitos de transparência do corpo discursivo e de evidência dos sentidos, a lógica do binarismo de gênero vem constar como naturalizada, óbvia, um já-dito sempre possível de ser recuperado (Biziak, 2019). “E esse movimento de deparo entre o corpo, a língua e o gênero, linearizado em é menino/a, tem o condão de inaugurar uma política de sentidos, que incide sobre o indivíduo e o chama (interpela) a ser sujeito pelo gênero” (Lins, 2023, p. 132-133, grifo do autor).

Mulher e homem, feminino e masculino, masculinidade e feminilidade, portanto, configuram domínios de saber que se (re/des)constroem nos/pelos discursos, formulados a partir dos diferentes modos de interpelação do sujeito que significa (Lins, 2023). Dito isso, são estabilizados certos sentidos sobre certos corpos (Orlandi, 2023b); por exemplo, sobre o corpo da mulher, o corpo magro, o corpo jovem, o corpo negro. Se assim o é, podemos partir disso para formular a seguinte ilação: há sentidos que são estabilizados sobre o corpo da mulher virgem. De certo modo, o presente trabalho é construído precisamente ao redor desse fato, buscando esboçar observações sobre alguns dos modos pelos quais é significado esse corpo mulher-virgem – que aqui pensamos como sentido encarnado, nos termos propostos por Orlandi (2023b). Pensar a (des)estabilização de sentidos sobre esse corpo, “[...] dimensionado em

relação constitutiva com a materialidade da língua” (Vinhas, 2021, p. 155), talvez seja mesmo a atividade central de nossos gestos de análise – ver Seção 6, mais adiante. Para isso, é propício tecer desde já algumas considerações acerca do tema.

3.1 Mulheres e virgindades

Ao falar sobre a virgindade desse gênero produzido como “mulher”, esperamos não nos deixar capturar por riscos demasiado reducionistas. Talvez o primeiro passo para os evitar seja manter em mente, desde o início, o fato de que, embora haja sentidos estabilizados sobre a mulher virgem, sua virgindade e sua primeira relação sexual, isso não é o mesmo que afirmar que pudesse existir uma totalidade e homogeneidade, ou mesmo que os discursos sobre essa virgindade estivessem fadados a uma pura e eterna repetição. A virgindade – e em nosso caso, mais especificamente a virgindade da mulher cisgênero e branca, é preciso ressaltar³³ – é palco de disputas, tema que marca controles, mas também resistências, como se pode observar no trabalho de Knibiehler (2016).

Cabe também salientar desde já que, no contexto da presente pesquisa, tanto seria inviável quanto não configura nosso interesse elaborar um vasto apanhado histórico sobre a virgindade feminina ao longo dos séculos que trouxeram até esse em que nos encontramos hoje. Tal empreitada, acreditamos, aqui não resultaria em sucesso; improvável dar conta de, junto a nossos objetivos, apresentar todas – ou mesmo uma pretensa maioria – as conjunturas envolvendo a temática. Principalmente porque, visto que alegamos não querer recorrer a reducionismos, é preciso reconhecer que essa virgindade não é universal, tampouco atemporal: a virgindade feminina – ou o que se pode considerar uma mulher virgem – não corresponde sempre a mesma coisa em todos os lugares (Knibiehler, 2016). Embora possa soar óbvio, mas ainda assim vale a pena ser dito que seus significados variam em diferentes contextos sócio-históricos.

³³ Esse nosso recorte – a saber, o de mulheres cisgênero e brancas – foi de certo modo definido pela coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), já que os protagonistas – homens e mulheres – desses livros são sempre brancos, cisgêneros e heterossexuais. A esse respeito, a série produzida pelo *streaming* Netflix colocou em jogo possibilidades outras ao apresentar como parte da alta sociedade personagens negros, não heterossexuais, deficientes e de nacionalidade/descendência distintas da inglesa e/ou britânica, por exemplo. Em alguns desses casos, isso ocorre inclusive dentre os protagonistas da série: o protagonista do primeiro livro, Simon Basset, ganha vida na série como um homem negro; Benedict Bridgerton, que protagoniza o quarto volume da coleção, envolve-se sexualmente com homens e mulheres; o par romântico de Francesca Bridgerton, protagonista do sexto livro, deixou de ser um homem – no livro, Michael Stirling – e passou a ser uma mulher – na série, Michaela.

Ainda, mesmo em um contexto delimitado, ao esboçar algumas questões aparentemente banais, é possível constatar que a transparência acerca do tema não passa de um efeito. O que é a virgindade feminina? Que mulheres podem ser consideradas (não) virgens, e por quê? O que configura – e, por extensão, o que não configura – a “perda” da virgindade, no caso da mulher? Tais interrogações permitem que surjam questionamentos sobre aquilo que pode ter sido tomado como óbvio e posto.

Se pensarmos que a mulher virgem seria, por exemplo, aquela que nunca teve relações sexuais, somos levados a perguntar: mas de que relações sexuais estamos falando? Elas estariam restritas à penetração, ou seja, “perderia” a virgindade somente quando fosse penetrada? Se sim, estaria aí incluída a penetração anal? Ou, mesmo que se trate da penetração vaginal, a introdução dos dedos ou de objetos, como um vibrador, poria “fim” à virgindade? E, caso não, por quais motivos? E se a mulher em questão não tivesse uma vagina? Além de se limitar à penetração vaginal, estaria a “perda” também necessariamente relacionada a um pênis? E se assim o fosse, diante de tal lógica cis-heteronormativa, não seria preciso então problematizar a invisibilização de relações com configurações outras, distantes da binariedade de gênero, da heterossexualidade compulsória, dos sujeitos cisgêneros? Não é nossa pretensão responder a todas essas perguntas – pelo menos, não nesse momento e de uma vez só, embora acreditemos que as análises a serem conduzidas posteriormente nos permitirão elucidar algumas delas –, mas sim deixá-las postas como forma de provocação inicial ao leitor e a também a quem escreve.

Isso posto, partimos aqui do entendimento, previamente formulado por estudos como o de Castro Abramovay e Silva (2004), de que a temática da virgindade coloca em voga distintas conjunturas e valores para os gêneros produzidos como mulher e homem. Sabemos que historicamente foi a virgindade da mulher aquela mais amplamente considerada como necessária de ser protegida, resguardada e defendida – tanto por parte do indivíduo em si, quanto pela família e pela sociedade (Maia, C; Maia, R, 2012; Santos, 2013; Vasconcelos, 2018). Além disso, mesmo em contextos de maior liberdade e autonomia sexual feminina, podemos ainda assim defender que a virgindade da mulher se vê desenhada a partir de diferentes significados em relação à virgindade do homem (Castro; Abramovay; Silva, 2004).

Assim, no que diz respeito ao gênero produzido como mulher, a virgindade e a primeira relação sexual são frequentemente associadas ao contexto de um relacionamento sério – como um namoro público, por exemplo –, ao sentimento amoroso pelo parceiro e a uma entrega romântica, além de constar ainda a referência frequente a um parceiro, momento, circunstância

e local considerados ideais; enquanto em relação ao gênero masculino o tema se desenha de outros modos (Altmann, 2007; Castro; Abramovay; Silva, 2004; Rieth, 1997). Borges (2007), por exemplo, em estudo com duzentas e vinte e duas (222) adolescentes da Zona Leste de São Paulo, conclui, dentre outras coisas, que

[...] a perda da virgindade não está totalmente banalizada, já que o arrefecimento do valor social à virgindade não diminui a importância que as mulheres lhe dão nem a atenção que os homens lhe dedicam [...] Mesmo que as mulheres estejam iniciando sua vida sexual cada vez mais cedo e que seu calendário de iniciação sexual esteja próximo ao dos homens, suas motivações para o engajamento sexual continuam, em certa medida, respondendo aos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher, qual sejam o amor, romance e compromisso como propulsores das primeiras práticas sexuais (Borges, 2007, p. 603-604).

Além disso, não podemos deixar de mencionar, como já havia sido previsto por Scott (1995), que gênero se relaciona com raça e classe. Também Kilomba (2019) nos lembra de que “‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. [...] construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ e na experiência do racismo” (Kilomba, 2019, p. 94). Ao se discutir a questão da virgindade, essa relação entre gênero, raça e classe tampouco é trivial. Nesse aspecto, e especialmente ao que diz respeito às problemáticas raciais, a observação das diferentes posições que puderam ser ocupadas por mulheres brancas e por mulheres consideradas racializadas é exemplar³⁴.

Afinal, se podemos afirmar que à virgindade da mulher foi relegada especial atenção ao longo da história, também é preciso ter em mente o peso histórico dos processos de escravização de sujeitos negros, em que as mulheres negras não tinham sequer assegurado seu direito de serem vistas como mulheres, mas sim como “[...] unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p. 17). Quanto ao contexto de colonização brasileira, a distinção entre mulheres brancas e as ditas racializadas também pôs em funcionamento diferentes ideais, como argumenta Alves (2019, p. 54): “[...] de um lado, a mulher branca, membro dominado da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função procriadora; de outro, a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravo e objeto sexual”.

³⁴ Aqui chamamos atenção para o fato de que mulheres brancas não são desprovidas de raça, embora possam o parecer visto que “[...] é a raça dominante que se reserva o luxo de dispensar a identidade racial, enquanto a raça oprimida é diariamente lembrada de sua identidade racial. É a raça dominante que consegue fazer parecer que sua experiência é representativa” (Hooks, 2021, p. 222).

Assim, enquanto no século XIX se propagava o ideal de feminilidade – ideal esse, necessário dizer, voltado à mulheridade branca e cisgênero –, o qual concretizou o lugar da (quela que podia ser considerada como) mulher como mãe e esposa afetuosa e submissa, restrita ao ambiente doméstico e longe da corrupção do hostil mundo tido como masculino, os arranjos colocados em jogo pela escravidão tornavam esse um lugar não possível para as mulheres negras (Davis, 2016). Fragilidade, passividade, necessidade de proteção, inocência... tudo isso fazia dizer de um ideal de mulheridade branca, denuncia que pode ser compreendida quando Carneiro (2019, p. 314) provoca: “Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?”. A construção da mulheridade negra, por outro lado, recaiu em outros lugares: o da mãe e esposa castradora, o da mulher masculinizada e o da hiperssexualização, o qual faz falar da exploração sexual sofrida por mulheres negras desde o período da escravidão (Hooks, 2021). Desse modo,

A idealização do homem branco sobre a mulher branca como inocente e virtuosa serviu como exorcismo, o que teve como propósito transformar a imagem dela e afastá-la da maldição da sexualidade. [...] A mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para mulher branca como senhora virtuosa ocorreu concomitantemente à massiva exploração sexual das mulheres negras escravizadas – assim como a rígida moral sexual da Inglaterra vitoriana criou uma sociedade na qual a exaltação da mulher como mãe e cuidadora ocorreu concomitantemente à formação de um massivo submundo da prostituição (Hooks, 2021, p. 62-63).

Levando em consideração o exposto, interessa-nos, na presente subseção, apresentar achados de pesquisas conduzidas anteriormente e vinculadas a diferentes áreas do conhecimento, que permitam o entendimento, por parte do leitor, de alguns modos pelos quais a virgindade da mulher – e o corpo mulher-virgem – foi e persiste sendo significada por diversos discursos, dentre eles – mas não tão somente –, o discurso jurídico, o médico-científico e o religioso. Podemos constatar, já de início, que a virgindade – ou a sua ausência – é não raro procurada no corpo da mulher, ou seja, em aspectos físicos e anatômicos; aqui, surgem os indícios supostamente comprováveis desse estado de virgindade, sendo os mais comuns deles o hímen, o sangramento e a dor na penetração, o estreitamento do canal vaginal³⁵, um determinado estado de desenvolvimento dos seios e outras partes do corpo, e assim por diante (Duarte, 2000).

³⁵ Maiores questões relacionadas ao hímen, à dor e ao sangramento serão apresentadas e discutidas no momento das análises - ver subseção 4.5.

Nas sociedades ocidentais/ocidentalizadas, o Cristianismo assumiu papel relevante na modelação de valores e crenças compartilhados e, nos primeiros séculos da Igreja Católica, a virgindade feminina já era tema de tratados dos Pais da Igreja, como ficaram conhecidas as autoridades responsáveis pela constituição o pensamento católico em seus primórdios (Amorim, 2021; Dias, 2018). Ainda que nesses escritos o estado virginal não se encontrasse tão relacionado à anatomia, o corpo certamente consta como relevante no que esses teólogos têm a dizer acerca da mulher virgem.

Nesse sentido, talvez um dos casos mais exemplares sejam os tratados ambrosianos do século IV A.C., no qual o então bispo propôs a formulação de uma hierarquia dos corpos femininos na congregação: as virgens, em sua sacralidade corporal, estavam no topo dessa hierarquia, seguidas pelas viúvas, e só então pelas mulheres casadas (Dias, 2018). Assim, diz-se que a virgem, diferentemente das outras duas, conserva seu corpo santo, sagrado, tempo de Deus, além de fisicamente imaculado (Dias, 2018). Também nos tratados ciprianos, do século III A.C., o corpo da mulher virgem já era palco de doutrinações, como demonstra Amorim (2021). Ali, recebem atenção os usos a serem feitos desse corpo, visando alertar acerca dos riscos da vaidade para com ele, de tal modo que o estado virginal deveria transparecer também na aparência da mulher, havendo “[...] uma condenação ao uso de roupas de luxo, pérolas, ouro, de maquiagens, penteados extravagantes que atraem olhares e evocam desejos, paixões e sedução, fazendo com que o estado virginal seja rompido” (Amorim, 2021, p. 410).

Ademais, muito da importância relegada ao corpo e à anatomia em relação à virgindade da mulher se deve ao discurso médico-científico. Como nos contam Courtine e Vigarello (2008), o século XIX teve grande interesse “científico” pelo corpo, especialmente no que tange a categorizá-los e designá-los. Desse modo, ganha força a criação de bases teóricas e métodos para mapear as características físicas dos indivíduos e, a partir disso, identificá-los – aqui, não se trata somente de reconhecê-los enquanto determinado cidadão, mas também de inferir características “internas” com base no que se observa “exteriormente” –, “dispositivo que, estabelecido primeiramente para designar os suspeitos, pode estender-se para designar a todos. E isto pode igualmente despertar, de passagem, inquietantes vontades de controle e de suspeição” (Courtine; Vigarello, 2008, p. 342).

Em seu texto, Courtine e Vigarello (2008) comentam tais iniciativas especialmente no âmbito da identificação de pretensos suspeitos e criminosos, mas indicam que essa lógica de categorização dos corpos não se restringiu a esse fim. Além disso, já no fim do século XIX, a crença científica na “[...] existência de estigmas físicos definitivamente identificáveis já não é

considerada digna de crédito [...]” (Courtine; Vigarello, 2008, p. 347), o que não coincide, segundo os autores, em afirmar que a atenção do campo científico aos indícios físicos tenha desaparecido, mas sim que passou por reorientações, agora mais afastada da procura pelos “criminosos naturais”.

Tal interesse médico-científico culminaria, ao longo do século XX, na “[...] proliferação dos discursos sobre o sexo, os sexos e a sexualidade, como também pela intervenção médica sempre maior sobre o corpo sexuado, possibilitada na segunda metade do século XX pelos progressos científicos” (Sohn, 2008, p. 118), pondo em funcionamento a extrema observação do corpo da mulher. Mas o interesse das ciências por sua virgindade não surge aí, visto que essa já recebia considerável atenção pela área desde o fim do século XVIII, quando a ciência médica participou da naturalização da virgindade feminina, como relata Knibiehler (2016). “Decididos a evidenciar tudo o que distingue a mulher do homem, naturalistas e médicos filósofos exploram sem hesitar corpos femininos de todas as idades” (Knibiehler, 2016, p. 143). A saúde da mulher virgem, vista como futura esposa e mãe, então, ocupa espaço de grandes preocupações médicas em vista do papel que deveria vir a desempenhar, e a medicina se empenha em afastá-la de todos os supostos perigos à sua saúde virginal (Knibiehler, 2016).

Assim os médicos inauguram, à sua maneira, o que desde então é chamado de paternalismo: por uma preocupação com a proteção, eles se introduzem na esfera privada. Aliás, durante o período revolucionário, as ciências jurídicas e médica começam a se dar as mãos. A Medicina Legal progride, o direito privado sente seus efeitos. O destino das moças também (Knibiehler, 2016, p. 153).

Em seu texto acerca do histórico da medicina legal, Cêlho (2010) aponta que, embora seja difícil recuperar de forma definitiva seu marco inicial, Medicina e Direito já se relacionavam desde a Antiguidade. Foi no século XIX, porém, “[...] que a Medicina Legal se firmou pautada no conceito que a Justiça lhe atribuiu: o de produzir provas através da Ciência” (Cêlho, 2010, p. 359). Assim, o discurso jurídico passa a se alimentar cada vez mais do discurso médico-científico no que concerne aos ditos achados acerca do corpo da mulher virgem. Isso pode ser observado, por exemplo, pela observação de processos-crime brasileiros vinculados ao que ficou conhecido como crime de defloramento, previstos no Código Criminal do Império de 1830, Artigo 219 (Brasil, 1830), e no Código Penal de 1890, Artigo 267 (Brasil, 1890), os quais, em síntese e com breves alterações em cada código, criminalizava o ato de deflorar mulher virgem antes de determinada idade.

Estudos que se debruçaram sobre tais processos-crime, situados em diferentes cidades brasileiras, demonstram a importância relegada a aspectos anatômicos da mulher enquanto

indicativos de sua virgindade; aqui, eram retomados imaginários como o do hímen e o do sangramento e dor que supostamente acompanhariam seu “rompimento” (Caulfield, 2000; Duarte, 2000; Fausto, 2001; Freitas, 2015; Murrace, 2022). Desse modo, aqui cumpriu um papel relevante o que Duarte (2000) chamou de virgindade física “[...] (leia-se, o hímen) a qual seria um dos fatores constitutivo do valor social da mulher e elemento de presunção da sua castidade ou honestidade” (Duarte, 2000, p. 160-161, grifo do autor).

Isso posto, como argumenta Knibiehler (2016), a virgindade pode ser pensada a partir de múltiplas dimensões, as quais frequentemente estabelecem relações entre si. Desse modo, embora haja a dimensão física da virgindade feminina, podemos ainda pensar em uma dimensão moral, religiosa, psicológica, entre outras (Knibiehler, 2016). Duarte (2000) também refletiu sobre isso que chamou de virgindade moral, a qual postula como indicativo de virgindade a adequação da mulher aos comportamentos vistos como moralmente e socialmente recomendáveis para sua condição de virgem.

No que tange à temática da virgindade, essa foi a principal mudança no Código Penal de 1940, no qual o crime de defloramento deixa de existir e surge o crime de sedução, previsto no Artigo 217 (Brasil, 1940). A alteração relativizou o estado anatômico da virgindade, mas, em contraponto, colocou novo nível de foco na inspeção da vida das mulheres e, “[...] À medida que não mais se considerava possível deduzir a ‘honestidade’ de uma ‘moça’ da presença ou ausência do hímen, a única forma de se averiguar se ela era ‘honesta’ [...] seria demonstrando sua inexperiência sexual [...]” (Duarte, 2000, p. 160) por meio de um comportamento exemplar.

O que consideramos digno de apontar aqui é que, mesmo quando os elementos considerados pertinentes para definir ou provar a virgindade da mulher não são aqueles propriamente físicos, eles ainda acabam por se relacionar intimamente com a questão do corpo da mulher (não) virgem. Um bom indicativo a esse respeito é o fato de que, com a ascensão da virgindade moral no contexto jurídico narrado, o que passa a ser primordialmente considerado são os comportamentos da mulher, como narra Duarte (2000); tais comportamentos, porém, fazem dizer do que se faz do/com esse corpo, ou seja, que lugares frequenta essa mulher, em quais companhias e em que horários, por exemplo. Assim, atos desde ir a festas, quanto ser visitada pelo namorado sem a supervisão de um responsável e até mesmo trabalhar fora de casa podiam prejudicar a verossimilhança da virgindade feminina (Duarte, 2000; Santos, 2013; Vasconcelos, 2018).

Isso também pode ser observado nos já citados tratados católicos, visto que, em seu caráter doutrinário, esses textos tecem recomendações e restrições às possibilidades do corpo

da mulher virgem (Amorim, 2021; Dias, 2018). Os tratados ciprianos e ambrosianos fazem considerações sobre como esse corpo deve ou não ser ornamentado, de acordo com sua condição de virgindade, mas vai-se além: uma série de práticas, voltadas “ao mundo” e não ao divino, são vetadas a essas mulheres, pois ofereciam riscos a seu estado de virtude (Amorim, 2021; Dias, 2018). Dentre tais práticas condenáveis estavam, a título de exemplo, nos tratados ciprianos, “[...] estar entre consortes, ter conversações lascivas, proferir palavras torpes, discursos levianos, inflamar paixões, despertar sedução e falar inconveniências que diminuem a virgindade no corpo e na alma” (Amorim, 2021, p. 411-412).

Vemos que há, então, o funcionamento de modos de controle do corpo da mulher virgem, fato também compreendido se pensarmos a questão do pudor e da inocência. Segundo Knibiehler (2016), durante o século XVIII o pudor feminino – ou seja, a promoção do comportamento voltado ao autocontrole e à responsabilidade – foi naturalizado, perdendo espaço posteriormente para a inocência – esta, ao invés de promover o autocontrole, reside na ignorância, no desconhecimento –, de tal modo que “A inocência dissocia a virgindade da religião, da moral e da espiritualidade; ela retém as moças em sua infância. Sua ingenuidade reforça a supremacia masculina e alegra os homens experimentados” (Knibiehler, 2016, p. 164-165). Apesar de diferentes, podemos pensar, a partir do que Knibiehler (2016) apresenta, que ambos incidem sobre o corpo da mulher virgem ao promulgar ora um controle de si, ora um não saber sobre o próprio corpo e o corpo alheio.

Assim, vemos que, quando há o controle patriarcal e paternalista da virgindade feminina, tal controle sempre passa pela esfera do corpo (Knibiehler, 2016). Tendo já sido a preservação da virgindade da mulher do interesse da família, da sociedade, da Igreja e até mesmo do Estado, os meios para proteger essa virgindade dialogam com a imposição de restrições ao corpo feminino, tirando de seu alcance certas ações, companhias, locais, vestimentas (Amorim, 2021; Dias, 2018; Maia; Maia, 2012; Santos, 2013; Vasconcelos, 2018). Além disso, em contextos em que o sexo somente após o matrimônio era a norma, o maior risco às mulheres que tinham relações sexuais antes de estarem casadas era o de uma gravidez, a qual tornaria a relação de conhecimento público e a atribuiria o estigma social de mulher “perdida”, “prostituída”, “desonrada” (Esteves, 1989; March, 2009; Vasconcelos, 2018). Ora, e isso também não passa pelo corpo?

Isso posto, podemos alegar que, de um modo geral, no que diz respeito aos países ocidentais/ocidentalizados neste século XXI, a virgindade da mulher em muito se distanciou do caráter de obrigatoriedade que já possuiu em outros cenários; ainda assim, a virgindade e a

iniciação sexual seguem demonstrando ser temas que evidenciam questões concernentes à desigualdade de gênero (Altmann, 2007). Castro, Abramovay e Silva (2004), em estudo que visava estudar a sexualidade e a juventude, conduzido em quatorze capitais brasileiras, constatam que no caso das jovens, e diferentemente do que foi observado em relação aos jovens, “A ausência de experiência sexual é vista como uma estratégia de seleção para relacionamentos que entrelacem o sexual com o afetivo, em um plano de relação estável, do tipo matrimonial” (Castro; Abramovay; Silva, 2004, p. 74). Em pesquisa conduzida nos Estados Unidos, Palit e Allen (2016) chegaram a conclusões semelhantes, afirmando que “a masculinidade hegemônica promove a contínua prevalência de padrões sexuais duplos, em que a virgindade é percebida como mais valiosa - e mais identificável - para as mulheres do que para os homens” (Palit; Allen, 2016, tradução nossa).

É ainda preciso ter em mente o papel referencial do interdiscurso sobre o intradiscurso, determinado por aquele primeiro, como lembra Orlandi (2020a). Assim, discursos sobre a virgindade feminina seguem sendo produzidos, e, como todo dizer, encontram-se na relação entre constituição e formulação, assim como na tensão entre paráfrase e polissemia. Assim, todo discurso só pode fazer sentido porque se sustenta no já-dito, no que já faz sentido, seja reproduzindo ou desconstruindo os sentidos estabilizados (Orlandi, 2020a); e isso também é verdadeiro no que diz respeito ao tema da virgindade feminina.

E a presença desses discursos é vasta. Um pouco de atenção nos permite perceber a virgindade feminina sendo dita na ficção e fora dela: em filmes, séries, novelas, jogos, músicas, mas também nas casas, escolas, redes sociais, podcasts, programas de televisão, entre tantos outros. Além disso, os livros de romance parecem configurar hoje um terreno fértil para seu (re)aparecimento, especialmente na figura das protagonistas dessas histórias, assumindo por vezes considerável relevância em pontos do enredo. Títulos de grande sucesso podem ser citados como exemplos, como a saga iniciada pelo livro “Crepúsculo” (2008), “Cinquenta Tons de Cinza” (2012) – que surgiu, aliás, como uma *fanfiction* de “Crepúsculo” (2008) – e “After” (2014). Uma busca rápida na seção de livros eletrônicos da Amazon – empresa multinacional que corresponde atualmente a um dos principais canais de compra e venda de livros em muitos países, incluindo o Brasil – pelo termo “virgem” também facilita o entendimento da proporção que a virgindade da mulher tem ocupado na ficção escrita, como vemos na Figura 1 na qual a busca pelo termo retornou mais de três mil resultados.

Figura 1 – Busca pelo termo "virgem" na Loja Kindle da Amazon

1-16 de mais de 3.000 resultados para "virgem"

Resultados
Consulte as páginas dos produtos para ver outras opções de compra.

Capa	Título	Autor	Classificação	Preço	Disponibilidade
	A Virgem Condenada ao Mafioso Perverso: O BEBÊ REJEITADO	por S. D. Marinho Vendido por: Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda 17 jan. 2025	★★★★☆ 3.834	R\$0,00 Kindle Unlimited Grátis com assinatura Kindle Unlimited Sabe mais	Disponível instantaneamente Ou R\$ 1,99 para comprar
	A virgem comprada do Magnata: (Livro Único)	por Alina Damasceno Vendido por: Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda 23 jun. 2021	★★★★☆ 8.253	R\$0,00 Kindle Unlimited Grátis com assinatura Kindle Unlimited Sabe mais	Disponível instantaneamente Ou R\$ 1,99 para comprar
	Uma virgem para o libertino	por Jana C Vendido por: Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda 24 jan. 2025	★★★★☆ 116	R\$0,00 Kindle Unlimited Grátis com assinatura Kindle Unlimited Sabe mais	Disponível instantaneamente Ou R\$ 1,99 para comprar
	A virgem é mãe do meu filho	por Miss Grace Vendido por: Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda 31 jan. 2025	★★★★☆ 5	R\$1,00 Kindle Unlimited	Disponível instantaneamente Compre agora com 1-Click

Fonte: Reprodução

Nesse sentido, Allan (2020a, p. 1) irá argumentar que, no que concerne aos romances populares, há uma “[...] história e legado da virgem como uma personagem comum do gênero. [...] A virgem é quase essencial para o gênero”. Em artigo publicado pelo mesmo autor, ele chega a considerar a heroína virgem como um recurso narrativo padrão desses livros (Allan, 2011). Tal pensamento é corroborado por outros estudos anteriores, como os de Snitow (2001) e de Regis (2003). Por outro lado, quando se trata do protagonista masculino desses romances, o que se põe como dominante é a figura do herói sexualmente experiente (Allan, 2020b). Tal disparidade reforça os resultados de pesquisas anteriormente citadas e que, embora vinculadas a outras áreas, também pensam as distintas valorações da virgindade para homens e mulheres (Castro; Abramovay; Silva, 2004; Palit; Allen, 2016).

Como veremos mais adiante, no caso dos livros a serem analisados ao longo desta pesquisa, esse descompasso – a protagonista inocente e intocada e o protagonista de vasta experiência – se mantém. Ademais, cabe pontuar que, se nos romances populares a figura da heroína virgem já se faz notável, isso é ainda mais acentuado no caso dos romances de época, visto que “As sociedades nas quais se passam esses romances têm regras sociais rígidas, e a perda da virgindade antes do matrimônio para mulheres é explicitada proibida” (McAlister, 2015, p. 204, tradução nossa). Diante disso, e tendo em mente nosso objetivo de trabalhar com a coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e com suas *fanfictions*, o que buscaremos compreender, com atenção especial à estabilização e ao deslocamento de efeitos de sentido, é

como a mulher virgem, sua virgindade e sua primeira relação sexual são significados no *corpus* discursivo a ser trabalhado.

4 MODELANDO A MASSA: ANÁLISES EM TORNO

Embora o presente momento se dedique a tratar do caráter metodológico da Análise do Discurso, não podemos deixar de pontuar que para nós, analistas do discurso, teoria e metodologia não se separam, “há uma relação necessária entre objeto, as técnicas, a metodologia e a teoria na qual a análise se sustenta” (Orlandi, 2012, p. 19). Por isso mesmo falamos em um dispositivo teórico-metodológico, aspecto que buscaremos demonstrar ao longo das explicações que seguirão.

Dito isso, consideramos relevante iniciar nos posicionando em conformidade com Orlandi (2013, p. 3): “[...] a análise de discurso não é uma ciência exata. É uma ciência da interpretação. [...] o real com o qual trabalhamos é o real da interpretação. Que não se demonstra. Mostra-se. Topa-se com ele: o impossível de que não seja assim”. A análise de um material não chega a um e somente um resultado, visto que um mesmo material pode suscitar distintos gestos interpretativos a depender da questão, das bases teóricas e dos objetivos mobilizados, além dos modos pelos quais o analista constrói o dispositivo analítico (Orlandi, 2013).

Estamos, portanto, distantes das pesquisas em que, replicando-se contas, fórmulas e *softwares*, utilizando-se os mesmos compostos nas mesmas condições controladas, dever-se-ia alcançar um mesmo resultado que o atingido por outra pesquisa. Também por isso, a análise nunca está terminada, mas em suspenso; o que há, na verdade, é um efeito necessário de fim que permite que se tomem considerações acerca dos processos discursivos em jogo no objeto analisado. Vejamos:

A interpretação é aberta e a significação sempre incompleta em seus processos de apreensão. Há ineditismo em cada análise, e isto faz a riqueza da análise de discurso, seu caráter aberto e dinâmico. O objeto da análise é inesgotável face à possibilidade da compreensão dos processos discursivos possíveis. Com a análise não se objetiva interpretar o objeto submetido a ela, mas compreendê-lo em seu modo de significar. Assim, a análise não é sobre um objeto propriamente mas sobre o processo discursivo de que ele é parte. Como a análise de discurso, como dissemos, não é uma ciência exata é uma ciência da interpretação, ela não estaciona em uma interpretação, ela a interroga. Cabe ao analista, na elaboração de sua análise, e na explicitação de seus resultados, mostrar a eficácia de seus procedimentos e a consistência teórica com que a conduziu (Orlandi, 2013, p. 3-4).

Cabe então tecer algumas considerações acerca da diferenciação entre dispositivo teórico e dispositivo teórico, no âmbito da Análise do Discurso; para isso, nos apoiaremos em considerações formuladas por Orlandi (2020a). O dispositivo teórico, ou o dispositivo de

interpretação teórica, é somente um – embora, não estagnado, sempre sujeito a se movimentar –, uma vez que se alicerça nos princípios da disciplina de entremeio que é a AD, “[...] enquanto uma forma de conhecimento com seus conceitos e método. Ele se mantém inalterado, segundo a teoria do discurso, na construção dos diferentes dispositivos analíticos” (Orlandi, 2020a, p. 26). Por sua vez, o dispositivo analítico é construído por um determinado analista a fim de analisar um determinado material, com base em determinada questão de pesquisa e por meio da mobilização de determinados conceitos da AD; ou seja, é o dispositivo teórico após um processo de individualização para atender a certos propósitos de leitura que não outros (Orlandi, 2020a).

Embora se diferenciem, dispositivo teórico e dispositivo analítico se relacionam entre si, visto que o primeiro fornece as possibilidades a serem exploradas pelo segundo, ao mesmo tempo em que esse segundo pode promover deslocamento naquele primeiro (Orlandi, 2020a). A AD, de muitos modos, alicerça-se em idas e vindas: descreve-se para poder interpretar, interpreta-se para se poder descrever, pensa-se o dispositivo teórico para se poder construir o dispositivo analítico, pensa-se o dispositivo analítico para se poder caminhar com o dispositivo teórico. A semente para tal entendimento já estava posta por Pêcheux (2015a), quando tratou da movimentação necessária entre descrição e interpretação.

O caráter de idas e vindas da Análise do Discurso também foi abordado por Petri (2013), que fez considerações elucidativas ao apresentar a noção de pêndulo para pensar o fazer do analista. Podemos pensar em dois momentos no agir de um pêndulo: a inércia e o movimento – que acontece em um vaivém –, ambos igualmente necessários para que esse objeto possa ser o que é. O estado inicial é o da inércia, que também é transitório, sendo mesmo “[...] o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, sendo este último elemento considerado enquanto conjunto de noções básicas (provisoriamente) estabilizadas [...]” (Petri, 2013, p. 42). Já os lados em direção aos quais o movimento pendular irá se endereçar correspondem à teoria e à análise.

Assim como é possível no caso do pêndulo, também o trabalho do analista pode ter origem em qualquer uma dessas direções. Ora, pode-se iniciar o movimento do pêndulo tanto da direção Oeste quanto da Leste e o mesmo permanece verdadeiro ao pensarmos os gestos do analista, os quais podem

[...] ou não ter início na teoria. Às vezes, o movimento tem início no contato do analista com seu objeto de análise, isso se dá na fase inicial da análise ou em fases bem adiantadas do processo. Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou viceversa) que o pêndulo

agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise [...] o movimento pendular pode ter início na teoria ou na análise, sem prejuízo nenhum ao processo em si e, quanto aos resultados da análise, podemos dizer que dependem de uma série de elementos (teórico-metodológicos) mobilizados no decorrer do trabalho analítico (Petri, 2013, p. 42, grifo do autor).

Em nosso caso, adverte Petri (2013), há ainda de se considerar as resistências que incidem sobre esse movimento pendular, resistências essas advindas dos próprios materiais analisados, como pontuado por Orlandi (2010). “Muito embora isso não signifique nenhum prejuízo às partes, pelo contrário: só enriquece o processo”, reflete Petri (2013, p. 43) acerca de tais resistências, cujos efeitos nesse movimento entre teoria e análise não são imperfeições, mas compõem mesmo a singularidade do dispositivo analítico, defende a autora. Sendo desse modo, “[...] trabalhamos, então, da perspectiva de quem ‘lê’ diferentes materialidades, sendo esta leitura algo em movimento e, pela mobilização das noções teórico-analíticas sobre um *corpus*, é algo que pode explicitar como se dão os processos de produção de sentidos [...]” (Petri, 2013, p. 44, grifo do autor).

Sobre o caráter da metodologia da Análise do Discurso, Petri (2013) também tem apontamentos relevantes para se compreender do que estamos falando quando nos posicionamos no âmbito dessa disciplina interpretativa, ou seja, qual é o nosso fazer enquanto analistas do discurso e porque lutar por esse modo de fazer pesquisa. A autora nos diz que a Análise do Discurso trabalha com um dispositivo experimental, sempre em reconfiguração (Petri, 2013).

Quando falamos em experimental, entretanto, não nos referimos ao experimentalismo das ciências proclamadas como exatas, visto que na AD não é possível se falar em aplicação; isso em decorrência de que cada análise se diferencia de outras, afinal, o dispositivo analítico, embora construído através de um retorno à teoria, é particular a cada trabalho, ou seja, aos seus objetivos, materiais analisados, a questão indagada (Orlandi, 2010; Petri, 2013). Tal singularidade, porém, “[...] não significa não ter metodologia de análise, bem como não significa que qualquer um sob um pretexto qualquer possa desenvolver um dispositivo teórico-analítico em Análise de Discurso” (Petri, 2013, p. 41).

Devemos lembrar ainda que a AD mobiliza, com deslocamentos, objetos teóricos da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico; de modo que se pensa língua, sujeito e história para compreender os modos de produção de sentidos (Fernandes; Vinhas, 2019). Construir um método a partir da articulação de tais deslocamentos, porém, não foi uma ato isento de repercussões, acarretando “[...] uma desconfiança do campo científico da

reprodutibilidade de seu método, o que ocasionou uma significativa reformulação da teoria preliminar para sua própria permanência” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 135).

Em seu texto “Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso”, Fernandes e Vinhas (2019) buscam tratar da historicidade da metodologia da AD materialista, desde o momento em que o processo discursivo foi compreendido como uma maquinaria discursiva – fase a qual Pêcheux (2014c) veio a considerar como a primeira época da Análise do Discurso, a AD-1 –, até a assim dita terceira época da AD, quando o movimento entre descrição e interpretação ganha maior força. É aqui “[...] onde se reconhece que o analista também interpreta; não há mais apelo à objetividade, visto que se considera, na prática analítica, a especificidade do objeto teórico que funciona como estrutura e como acontecimento” (Fernandes; Vinha, 2019, p. 143). Tal consideração é relevante porque impacta diretamente no modo de se fazer análise e, cabe especificar, no modo pelo qual o analista se coloca frente à teoria e à análise.

Como se conduz uma análise, e em última instância uma pesquisa, colocando-se em recusa a noções como a de objetividade, neutralidade e universalidade? Posicionando-se não só na teoria da Análise do Discurso, mas também tomando ciência de sua própria instalação no processo discursivo visto que é essa instalação que torna o trabalho viável (Petri, 2013). Parece, portanto, que podemos pensar nos termos de “[...] um analista de discurso produzir uma instalação no interior de um discurso, promovendo o movimento pendular, via análises [...]” (Petri, 2013, p. 46).

Assim, ao invés de objetiva, a análise “[...] deve ser o menos subjetiva possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação” (Orlandi, 2020a, p. 62), característica que irá pôr em jogo a capacidade analítica do pesquisado face à teoria e, isso é muito importante, sua escrita – estamos nos referindo aos modos pelos quais o analista explicita a análise que realizou. Isso porque “[...] a escrita é fundamental para nos dar a medida do que conseguimos e do que não conseguimos compreender/dizer na situação de análise. Apontando sempre, quando a suspendemos (nunca a terminamos), para o que fica ainda por compreender” (ORLANDI, 2010, p. 20). Lembramos: a Análise do Discurso é uma disciplina não positivista, logo, também sem método deve se distanciar daqueles adotados pelas ciências positivistas (Fernandes; Vinhas, 2019).

Ainda, há de se reiterar que falamos aqui vinculados à Análise do Discurso materialista, mais especificamente, aquela conduzida atualmente em cenário brasileiro. Aqui, as ideias fortemente desenvolvidas na França entre 1960 e 1980, por Michel Pêcheux e seu grupo,

continuam vivendo e resistindo através do trabalho de pesquisadores comprometidos com fazer avançar a teoria prezando por uma singularidade,

E isso o campo discursivo brasileiro vem sabendo fazer, respeitando as diferentes trajetórias da Análise do Discurso no Brasil, os principais teóricos balizadores de cada linha e as especificidades conceituais de cada grupo de pesquisa. O que estamos buscando construir é uma Análise do Discurso própria sem submissão, mas com fidelidade referencial (Ferreira, 2008, p. 140, grifo do autor).

Fernandes e Vinhas (2019) irão também demarcar essa possibilidade de se falar em uma especificidade do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso tal como passou a ser desenvolvido no Brasil a partir de sua disciplinarização desses lados de cá; já “[...] sem a inquietação com o reconhecimento “científico” (científico-positivista) da teoria, posto que a própria concepção de ciência na qual a teoria está calcada é diferenciada” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 143). Aqui, os escritos de Eni Orlandi, que pensa o discurso como “[...] efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2020a, p. 20), contribuíram para a condução de desdobramentos no dispositivo teórico da AD, bem como em sua metodologia. Assim,

Ser analista de discurso no Brasil hoje significa o empenho em demarcar os limites e as especificidades do quadro teórico, não deixando banalizar o aparato conceptual construído, nem diluir os procedimentos de análise sob a forma de modelos úteis de aplicação imediata. Significa manter presente a ideia de ruptura e de resistência, traços fundadores da teoria que estão na base de muitos dos conceitos com os quais ela opera e que a faz enfrentar as evidências da significação. E significa também a sabedoria de não se fechar em guetos, reconhecendo nas diferentes abordagens discursivas elementos de visibilidade e de amadurecimento para a teoria (Ferreira, 2008, p. 140, grifo do autor).

Uma metodologia não passível de reprodução, não terminada, aberta a questionamentos, que carrega em seu cerne a possibilidade de deslocamento e reformulação e que deles se beneficia, que demanda do analista que este se compreenda instalado no processo discursivo e que considere a resistência dos materiais estudados, que pede um batimento, um processo dialético, um ir e vir entre análise e teoria (Fernandes; Vinhas, 2019; Petri, 2013); é essa a metodologia que tivemos em mente durante o desenvolvimento da presente pesquisa.

4.1 Tecendo o *corpus*

O discurso não é só um, não é completo e não é esgotável; é, ao invés disso, uma prática, um processo do qual, para estudo, recortamos determinados estados (Orlandi, 2020a). “É nesse

sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se diferencia por ser uma prática simbólica” (Orlandi, 2020a, p. 69).

Por isso mesmo, a delimitação do *corpus* não se propõe a atingir uma exaustividade em extensão, mas sim uma exaustividade vertical, ou seja, a alcançar profundidade na análise (Orlandi, 2020a). Ora, recortar certos estados de um processo discursivo significa também renunciar a outros deles, motivo pelo qual “[...] decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (Orlandi, 2020a, p. 61).

Mas o que seria recortar um estado do processo discursivo? Como um analista pode se deparar com o discurso ou, dizendo melhor, aquilo que é da ordem discursiva? De que um *corpus* é composto? O caminho de entrada do analista se dá pelo texto, aqui compreendido como unidade linguístico-histórica de análise, a qual “[...] se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (Orlandi, 2020a, p. 67). Isto é, pensamos o texto como aquilo que, independentemente de sua extensão ou materialidade, significa; o que não equivale a dizer que tudo e qualquer coisa significa dos mesmos modos, visto que

[...] há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita etc. A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (Orlandi, 1996, p.12).

O texto, fato de linguagem, não equivale ao discurso, é verdade. Tampouco, a nós analistas do discurso, o texto nos basta por si só. Ainda assim, “[...] é preciso tomar o texto como discurso, enquanto estado determinado de um processo discursivo” (Orlandi, 2012, p. 78). Veja, como dissemos anteriormente, essa unidade é para nós um caminho de entrada, visto que é preciso remetê-la ao discurso, podendo assim compreender as relações que constrói com a memórias, as formações discursivas que ali se organizam, como a ideologia se faz funcionar (Orlandi, 2020a).

Para que esse movimento seja possível, no entanto, é preciso considerar que o trabalho com diferentes materialidades significantes irá exigir que o analista organize um dispositivo analítico cujos procedimentos comportem sua especificidade, sendo muitas vezes necessário trabalhar em prol de uma ressignificação dos instrumentos teóricos da AD (Orlandi, 2013). Quer dizer, “[...] ao perceber a especificidade de determinada materialidade em certas condições de produção do discurso, o analista observa a possibilidade de essa materialidade ser objeto de discussão pelo viés da teoria materialista dos sentidos” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 145).

Desse modo, uma imagem, um som, um vídeo, um corpo, uma instalação, uma pintura, não deixam de ser compreendidos como textos, porém,

A natureza do significante (diferentes linguagens) intervém na produção do objeto e este objeto, por sua vez, constitui o modo de significação deste gesto simbólico. [...] certamente a textualidade, sua forma material, sua relação com a memória e com as condições de produção diferem quando difere sua materialidade significante. [...] com sua materialidade diferente ela constitui um objeto simbólico, significante, diferente e que produz efeitos de sentidos específicos à sua forma e sua materialidade (Orlandi, 2006, p. 5).

Mesmo quando a análise se propõe a trabalhar com o texto escrito, como é o caso da nossa pesquisa, ainda assim – e talvez especialmente aqui – é preciso que o analista esteja atento aos seus efeitos de transparência e de homogeneidade. Não podemos perder de vista o fato de que “Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia, etc.); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc.); quanto às posições do sujeito” (Orlandi, 2020a, p. 68). Diante disso, podemos concluir que um *corpus* de análise composto por recortes escritos não prescinde de um olhar cuidadoso para a materialidade.

Em verdade, no âmbito de uma AD materialista, não há análise que não precise tratar com relevância a questão da materialidade discursiva. Enquanto o *corpus* diz respeito majoritariamente ao dispositivo analítico, como mencionamos anteriormente, a materialidade discursiva vai mais além, residindo justamente nas bases teóricas da Análise do Discurso, ou seja, integrando sua epistemologia (Ferreira, 2023). “Ou seja: não só de *corpus* se constitui a materialidade, ela se constitui, poderia afirmar, de um real sócio-histórico, que se alia aos outros três para constituir sua natureza” (Ferreira, 2023, p. 312).

De tal modo, pode-se pensar aqui também em um movimento de ir-e-vir já que, assim como é através dos procedimentos analíticos que se esboça o que compõe e o que não compõe o *corpus*, também as materialidades significantes em jogo nesse *corpus* irão requisitar certos procedimentos de análise que não outros (Orlandi, 1998; Orlandi, 2013). Por isso mesmo, a constituição do *corpus* não é um momento anterior à análise, mas sim parte dela. Cabe então atenção à trajetória traçada nesse âmbito. No caso da presente pesquisa, podemos sintetizar os caminhos percorridos da seguinte forma, a grosso modo e em conformidade com Fernandes e Vinhas (2019): i) definição do objeto de análise a ser discutido a partir de uma análise materialista, ii) delimitação, no tempo e no espaço, do tema e das condições de produção do discurso, iii) constituição do arquivo de pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos sobre o

tema escolhido, e subsequente constituição do *corpus* discursivo, iv) seleção de Sequências Discursivas (doravante SD), pela operação de recorte, compondo assim o *corpus* de análise.

De tal modo, a questão do *corpus* é central pois é somente ele que “[...] poderá indicar quais são os elementos teóricos que serão efetivamente articulados no processo dialético entre teoria e análise, entre descrição e interpretação” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 146). São os recortes que compõem efetivamente o *corpus* de análise que demandam a articulação de certos conceitos teóricos da disciplina, não estando isso dado antecipadamente ao gesto de análise (Fernandes; Vinhas, 2019).

4.2 Tecendo análises

Entramos então no momento de articular as sequências discursivas selecionadas à teoria da disciplina da Análise do Discurso. E o fizemos tendo em mente o primado do significante sobre o significado, ou seja, o entendimento de que é preciso partir da descrição da materialidade para poder então interpretar, visto que “A linguagem constitui o sujeito em condições históricas determinadas e é na demanda significante, que se dá sempre na história, que o sujeito se significa e significa o mundo [...]” (Lagazzi, 2023, p. 317). Assim, é na/pela materialidade significante que apreendemos a formulação do discurso de um sujeito – formulação essa que poderia ter vindo a ser outras – e a própria formulação é já um gesto de interpretação, como nos diz Orlandi (2020a, p. 43-44):

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas.

Desse modo, se é no significante/materialidade/formulação que os gestos de interpretação se constituem e são apagados, adquirindo caráter de transparência e evidência, é também ali que devemos começar, colocando em dúvida tais evidências a partir da descrição da formulação desse discurso. Vejamos um exemplo clássico: dizer “invasão” equivale a deixar de dizer, por exemplo, “ocupação”, e é descrevendo a materialidade significante que podemos indagar “por que falar em invasão e não em ocupação?”, “de que modo se fala em invasão e

não em ocupação?”. Descrevemos para questionar a interpretação, abrindo nosso olhar enquanto analistas para possibilidades de dizer ali apagadas. Por isso Lagazzi (2023, p. 315) argumenta que “Encontrar-se nas diferenças, buscar o efeito *in absentia* da associação e seu primado sobre a ‘presença’ do dizer, do olhar, do escutar, do sentir são princípios que assentam a leitura e a compreensão discursivas em bases materialistas”.

Esse ponto de partida que é olhar para a materialidade é o que Orlandi (2020a) chamou de de-superficialização, quando analista se presta a refletir sobre o que é dito em um dado recorte, o modo como isso é dito, quem é que o diz, quais as circunstâncias em que isso é dito. Como dissemos, é através dessa descrição que podemos pôr em suspenso a evidência dos sentidos ali constituídos. É o momento para questionar a formulação que se apresenta diante de nós e para conduzir exercícios analíticos que nos auxiliem a manejar seus efeitos de transparência. Ou seja, pensar o que é dito em relação ao que não é dito, ao que poderia ter sido dito de outra forma, quais as relações de substituições possíveis, o que ali é silenciado, o que se dito de outra forma marcaria outras posições-sujeito no discurso, as paráfrases e as sinónimas. Como foi dito por Lagazzi (2015a, p. 177), “[...] é ao dar lugar à descrição pelo procedimento parafrástico, que a evidência de um sentido pode ser relativizada e o analista pode dar consequência ao movimento da interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos”.

É desse modo que nos distanciamos da superfície linguística, do texto, e passamos ao objeto discursivo, “[...] isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas” (Orlandi, 2020a, p. 64). Tratar essa impressão de realidade é o que nos possibilita remeter o intradiscurso – uma dada formulação – ao interdiscurso – memória discursiva –, interrogando quanto aos pré-construídos em funcionamento no recorte analisado, isto é, onde esses dizeres encontram sustentação).

Nesse momento, estamos pensando já em termos de formações discursivas, para então buscar compreender a relação dessas FDs com suas respectivas formações ideológicas. Aqui, cabe compreender como as FIs regem as FDs que incidem nos recortes analisados, isto é, como essas formações ideológicas se materializam no discurso por meio das formações discursivas. É quando entramos em contato com o processo discursivo, podendo delinear seus modos de funcionamento e compreender os “[...] processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições” (Orlandi, 2020a, p. 70).

Foi, portanto, nesse batimento entre análise e teoria e entre descrição e interpretação – levando em consideração o primado daquela primeira –, que conduzimos nossos gestos de

análise acerca dos materiais recortados da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e de suas *fanfictions*.

4.3 Constituinto o *corpus*

4.3.1 A coleção de livros “Os Bridgertons” (2013-2016), de Julia Quinn

A coleção de livros “Os Bridgertons” (2013-2016), cuja autora é a estadunidense Julia Quinn, conta oficialmente com oito romances, o primeiro deles originalmente publicado em janeiro de 2000, e o último, em junho de 2006. Há ainda outras publicações de Julia Quinn vinculadas à coleção, como um livro extra de epílogos, dois livros de antologias, entre outros. Os romances estão disponíveis em formato físico, digital e de áudio, foram traduzidos para mais de trinta e cinco (35) idiomas e contam atualmente com diversas edições: capa-dura, edições de luxo e comemorativas, diferentes capas.

Nos Estados Unidos, os livros de “Os Bridgertons” (2013-2016) são publicados pela Avon Books, editora fundada em mil novecentos e quarenta e um (1941) e atualmente selo da renomada HarperCollins Publishers, a segunda maior editora do “Big Five”, nome pelo qual ficaram conhecidas as cinco maiores editoras do mercado contemporâneo. No Brasil, o primeiro título da coleção foi inicialmente publicado pela editora Nova Cultural em formato de romance de banca, para depois ganhar nova edição pela Editora Arqueiro, que viria a lançar também os outros sete romances.

Ao longo do presente trabalho, temos nos referido à coleção como parte do subgênero dos romances de época ou, mais especificamente, dos romances de regência. É naquela primeira seção, inclusive, que a Editora Arqueiro os organiza em seu catálogo online. Nos Estados Unidos, porém, falar-se-ia mais usualmente em “historical romance”, “historical fiction” ou “period novel”; em seu *site* oficial³⁶, por exemplo, a autora Julia Quinn se descreve como “author of Historical Romance Novels”.

No Brasil, entretanto, a nomenclatura romance de época se mostra importante quanto à diferenciação do romance histórico. Enquanto estes último enfatiza com mais rigor referências, fatos e personagens históricos, combinando-os com narrativas e personagens fictícios, aquele primeiro não privilegia como mensagem principal os acontecimentos históricos de uma época,

³⁶ Ver: <https://juliaquinn.com/>. Acesso em 07 jan. 2025.

utilizando costumes, ambientações e regras de um dado contexto social passado como plano de fundo para uma trama – muitas vezes, amorosa.

Dito isso, segundo relata o *site* oficial da autora Julia Quinn,

Set between 1813 and 1827, the Bridgerton Series is a collection of eight novels, each featuring one of the eight children of the late Viscount Bridgerton: Anthony, Benedict, Colin, Daphne, Eloise, Francesca, Gregory, and Hyacinth. I didn't originally set out to write an eight-book series; at first it was just going to be a trilogy! But readers really took to the Bridgertons (and to the mysterious Lady Whistledown, whose gossip columns "narrated" the first four books), and I found myself rather enamored with the family, too³⁷.

Desse modo, “Os Bridgertons” (2013-2016) é uma coleção de romances de época regenciais que acompanha os irmãos da família Bridgerton, vinculada ao título de Visconde. É comum em coleções desse subgênero que um elemento central vincule todos os livros, mas que cada um deles narre uma história de amor diferente. Embora possam ser lidos separadamente, há uma ordem de leitura recomendada – a qual costuma coincidir com a de publicação – e personagens dos livros anteriores podem aparecer nos que se seguem. No caso de “Os Bridgertons” (2013-2016), o elemento que conecta a coleção é a própria família e, ao longo dos títulos, cada um dos oito irmãos tem seu momento de ser o protagonista no livro que corresponde a sua história de amor.

Em um primeiro momento de seleção de *corpus*, consultamos os oito romances, considerando as edições brasileiras publicadas pela Editora Arqueiro. O Quadro 1 a seguir apresenta, por ordem de publicação, seus títulos – em português –, o nome do casal protagonista de cada um deles, assim como seus respectivos anos de publicação original e da edição consultada.

Quadro 1 – Relação de títulos da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016)

Título	Casal protagonista	Ano de publicação	Ano da edição
O duque e eu	Daphne Bridgerton e Simon Basset	2000	2013
O visconde que me amava	Anthony Bridgerton e Kate Sheffield	2000	2013

³⁷ Ver: <https://juliaquinn.com/series/bridgertons/#description>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Título	Casal protagonista	Ano de publicação	Ano da edição
Um perfeito cavalheiro	Benedict Bridgerton e Sophie Beckett	2001	2014
Os segredos de Colin Bridgerton	Colin Bridgerton e Penelope Featherington	2002	2014
Para Sir Phillip, com amor	Eloise Bridgerton e Sir Phillip Crane	2003	2015
O conde enfeitado	Francesca Bridgerton e Michael Stirling	2004	2015
Um beijo inesquecível	Hyacinth Bridgerton e Gareth St. Clair	2005	2016
A caminho do altar	Gregory Bridgerton e Lucy Abernathy	2006	2016

Fonte: elaborado pela autora

Sendo assim, cada um dos oito títulos da coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016) foram lidos em sua íntegra em agosto e setembro de dois mil e vinte e três (2023). No momento da leitura, passagens que dialogavam com as temáticas discutidas na presente pesquisa – a lembrar, a virgindade feminina, a mulher virgem e a primeira experiência sexual feminina – foram destacadas com o auxílio de utensílios como canetas marca texto e *post-its*.

Uma vez que todos os livros haviam sido lidos, começamos o momento de transcrição das passagens destacadas. Para isso, foram criados documentos Word individuais para cada uma das obras, onde transcrevemos os trechos correspondentes previamente selecionados, preservando recursos como itálico e negrito e indicando a paginação. O Quadro 2 abaixo informa quantas passagens foram destacadas e transcritas em relação a cada um dos livros da coleção.

Quadro 2 – Quantidade de passagens destacadas por título de “Os Bridgertons” (2013-2016)

Título	Passagens destacadas
O duque e eu	66
O visconde que me amava	44
Um perfeito cavalheiro	44

Título	Passagens destacadas
Os segredos de Colin Bridgerton	31
Para Sir Phillip, com Amor	25
O conde enfeitado	10
Um beijo inesquecível	24
A caminho do altar	10

Fonte: elaborado pela autora

Ao fim dessa etapa, portanto, havíamos coletado duzentos e cinquenta e quatro (254) trechos nos livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016). Com essas passagens devidamente transcritas e salvas, era o momento de voltar nossa atenção às buscas de *fanfictions* que também viriam a compor nosso material de pesquisa.

4.3.2 As *fanfictions* em ambiente digital

Para a presente pesquisa, foram escolhidos dois *sites* para a coleta de *fanfictions* relacionados ao texto-fonte de “Os Bridgertons” (2013-2016). O primeiro deles é o repositório digital Archive of Our Own (AO3), criado pela Organization for Transformative Works (OTW), essa segunda criada em 2007 com o objetivo de “[...] serve the interests of fans by providing access to and preserving the history of *fanworks* and fan culture in its myriad forms”³⁸, sustentados pela crença de que os trabalhos criados por fãs são transformadores e, portanto, legítimos. Para isso, a organização gere projetos que possibilitem o acesso e a preservação da história da cultura de fãs e dos trabalhos desenvolvidos nesse contexto, sem fins lucrativos ou comerciais. Um desses projetos é o AO3, descrito em seu *site* como um “[...] central hosting place for *fanworks* using open-source archiving *software*”³⁹. É um local que arquiva *fanfictions*, mas também desenhos, artes digitais, vídeos e outros tipos de trabalhos realizados por fãs.

No momento da elaboração desta pesquisa, o AO3 contava com mais de sete (7) milhões de usuários e hospedava mais de treze (13) milhões de trabalhos, vinculados a mais de sessenta (60) mil *fandoms*. O *site* se apresenta em inglês, mas é possível encontrar trabalhos em diversos outros idiomas, como francês, coreano, português e outros. É possível ler a maioria dos trabalhos publicados sem a necessidade de criar uma conta no repositório; mas em geral é

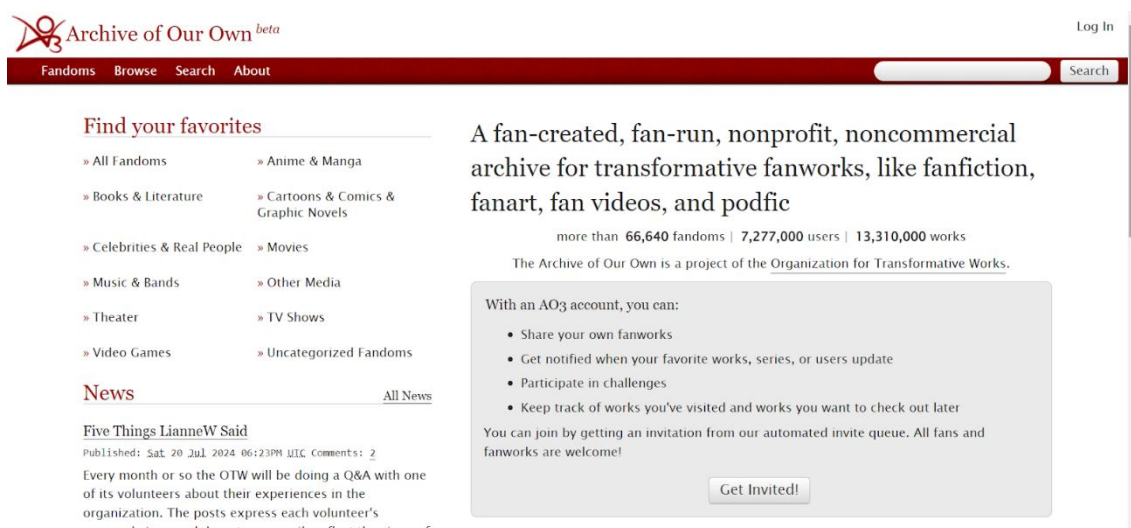
³⁸ Ver: <https://www.transformativeworks.org/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

³⁹ Ver: <https://archiveofourown.org/about>. Acesso em: 07 jan. 2025.

necessário cadastro para deixar comentários, publicar *fanworks* e salvar histórias. O cadastro se dá após a entrada em uma fila de espera e o recebimento de um convite por *e-mail*.

Chama atenção a organização do repositório, tanto em relação à indexação de trabalhos quanto à arquitetura do *site*. Informações sobre o AO3, a OTW, termos de uso, *software* e modos de navegação são facilmente encontradas através do menu principal e do menu de rodapé. A arquitetura do *site*, especialmente em relação à página inicial e ao menu principal, dá destaque aos *fandoms*, à navegação e à busca pelas produções, como se pode visualizar na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Página inicial do repositório AO3



Fonte: Reprodução

A organização dos trabalhos, tanto em âmbito de publicação quanto em âmbito de busca, se dá através de sete tipos de *tags*. O AO3 define *tags* como “[...] a keyword or phrase that provides information about a work, and can be made by anyone creating content such as works or bookmarks on the Archive of Our Own (AO3)⁴⁰”. As *tags* possibilitam que os usuários busquem e filtrem trabalhos publicados no repositório, visto que ao buscar ou selecionar uma determinada *tag*, é possível recuperar todos os trabalhos referentes a ela.

Dito isso, o AO3 adota os seguintes tipos de *tags*: Rating – *tags* referentes à classificação indicativa, são divididas entre todas as audiências, adolescentes e adiante, maduro e explícito – , Warnings – em que os autores podem informar sobre a presença de conteúdos que possam ser considerados alarmantes, como por exemplo cenas gráficas de violência –, *Fandoms* – essas

⁴⁰ Ver: https://archiveofourown.org/faq/tags?language_id=en#whatisatag. Acesso em: 07 jan. 2025.

tags caracterizam o(s) *fandom*(s) abordados naquele trabalho –, Categories – descrevem seis categorias que versam sobre os tipos de relacionamento presentes no trabalho, por exemplo, casais entre pessoas do gênero feminino, entre pessoas do gênero masculino e feminino, mais de um tipo de relação ou relações com múltiplos parceiros, entre outras –, Characters – os nomes dos personagens principais do trabalho, relacionados ao *fandom* escolhido –, Relationships – relata os relacionamentos amorosos entre os personagens do trabalho – e, essas últimas de uso opcional, Additional ou Freeform, as quais:

[...] cobrem quaisquer detalhes não especificados por outras categorias, incluindo quaisquer avisos de conteúdo não englobados pelos Avisos do Archive. *Tags* adicionais úteis indicam coisas como gênero do trabalho, conceitos relacionados a *fandoms* contidos na obra, a comunidade para a qual o trabalho foi criado, quando a obra se passa em relação ao material de origem, locais ou conceitos relacionados a determinados *fandoms* (AO3, [20--], tradução nossa)⁴¹.

Durante nossas pesquisas, constatamos alguns pontos acerca do uso prático das *tags* adicionais. O primeiro deles é que, apesar de não serem obrigatórias, seu uso é amplamente difundido nos trabalhos publicados, parecendo fazer parte da cultura tanto de autores quanto de leitores. Essas *tags* parecem ter destaque semelhante ao do título e do resumo em oferecer aos leitores uma visão prévia do que podem esperar daquela obra, de modo que os autores a utilizam para destacar e alertar quanto a atributos de sua criação que podem tanto atrair ou afastar certos leitores. É nesse campo que os autores inserem informações sobre as características do enredo, tropes literários – por exemplo, “enemies to lovers” –, qualidades mais exploradas ou alterações de características dos personagens, entre outros. As figuras abaixo ilustram esses usos:

⁴¹ No original, em inglês: “Additional (or freeform) *tags* cover any details not specified by other categories, including any warnings for content not covered by the Archive Warnings. Useful additional *tags* indicate things like genre of the work, fandom concepts contained in the work, the community the work was created for, when the work takes place in relation to the source material, or fandom-specific locations or concepts”. Ver: https://archiveofourown.org/faq/tags?language_id=en. Acesso em: 20 jul. 2025.

Figura 3 – Primeiro exemplo do uso de *tags* no AO3

E **♀** **✓** [Col and Pen make a P movie](#) by [Mimimoon2007](#) 01 Jun 2023
[Bridgerton \(TV\)](#), [Bridgerton Series - Julia Quinn](#)

No Archive Warnings Apply, [Colin Bridgerton/Penelope Featherington](#), [Colin Bridgerton](#), [Penelope Featherington](#), [Benedict Bridgerton](#), [Tessa \(Bridgerton\)](#), [Harry Dankworth](#), [Mutual Pining](#), [Masturbation](#), [Hand Jobs](#), [Awkward Flirting](#), [Loss of Virginity](#), [Porn Video](#), [Porn with Feelings](#), [Poverty](#), [Colin being a fuckboi](#)

Extreme problems, extreme solutions, right?

After all, it was that or end up on the street.

What was wrong with shooting a porn movie between friends?

No way that could turn into a disaster, right?

Language: English Words: 43,047 Chapters: [10/10](#) Collections: [1](#) Comments: [180](#) Kudos: [591](#) Bookmarks: [68](#) Hits: 18,649

Fonte: Reprodução**Figura 4** – Segundo exemplo do uso de *tags* no AO3

E **♀** **✓** [Corrupting Innocence](#) by [moulesfrites \(evilcookie\)](#) for [wantisamlindyla](#) 19 Oct 2023
[Bridgerton \(TV\)](#), [Bridgerton Series - Julia Quinn](#)

Rape/Non-Con, **Underage**, [Colin Bridgerton/Penelope Featherington](#), [Colin Bridgerton](#), [Penelope Featherington](#), [Regency](#), [Extremely Dubious Consent](#), [Voyeurism](#), [Exhibitionism](#), [Manipulation](#), [Gaslighting](#), [Grooming](#), [Corruption](#), [Vaginal Fingering](#), [Come Swallowing](#), [sexual awakening](#), [Slut Shaming](#), [Loss of Virginity](#), [Painful Sex](#), [Pregnancy Scare](#), [dark themes](#), [Sexual Predator Colin](#), [teenage penelope](#), [Don't Like Don't Read](#), [SP Kinktober 23](#)

Penelope gets her first glimpse of a naked man when she watches Colin bathe in the lake. It does things to her she never imagined.

When she is discovered, she also discovers the consequences of her peeping...

Kinktober day 14: Voyeurism/Exhibitionism & Kinktober day 19: Dub-Con
 Read the tags.

Language: English Words: 4,889 Chapters: [1/1](#) Collections: [1](#) Comments: [13](#) Kudos: [512](#) Bookmarks: [87](#) Hits: 14,167

Fonte: Reprodução

As imagens apresentam *printscreens* de duas *fanfictions* de “Os Bridgertons” (2013-2016) publicadas no Archive of Our Own, sendo que a primeira, “Col and Pen make a P movie”⁴², apresentada na Figura 3, consta em nosso *corpus* de análise, diferentemente da segunda, “Corrupting Innocence”⁴³, vista na Figura 4. As *tags* adicionais eleitas pela autora da primeira *fanfic* informa, por exemplo, que o trabalho inclui cenas de masturbação, narra perda de virgindade e envolve um vídeo pornô. No caso da segunda *fanfic*, há alertas sobre a presença de manipulação e temas sombrios, informando sobre a caracterização do personagem Colin como um predador sexual e da personagem Penelope como uma adolescente, além de uma advertência: “Não gosta, não leia” – em inglês, “Don’t Like Don’t Read”.

⁴² Ver: https://archiveofourown.org/works/45226051?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

⁴³ Ver: <https://archiveofourown.org/works/50954362>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Além disso, o uso de *tags* no AO3 pode divergir de seu funcionamento em outros *sites*, visto o modo pelo qual as *tags* são organizadas internamente, fator que altera seus modos de recuperação. As *tags* são organizadas por um time de voluntários responsáveis por

[...] to standardize canonical *tags* and synonym relationships as much as possible, while keeping in mind that different *fandoms* (and people) organize information about their *fandoms* differently. The aim, then, is not a perfect tagging scheme, but clarity, differentiation between similar *tags* with different concepts, prevention of single *tags* with different meanings, and ease of use for as many people as possible⁴⁴.

Desse modo, há um trabalho de avaliar as *tags* utilizadas no repositório, canonizando aquelas mais comuns e que servirão como formas de agrupar outras *tags* sinônimas, e estabelecendo *metatags*, ou seja, “a canonical *tag* with *subtags* under it, used to group together similar but not synonymous terms”⁴⁵. O impacto disso para as buscas é que, ao procurar por determinada *tag*, os resultados recuperados irão incluir também aqueles vinculados à *tag* canônica. Cabe exemplificar com algo que dialogue com nossa pesquisa. As *tags* “Sexual Inexperience”, “Virginity” e “Loss of Virginity” são todas canônicas, mas a *tag* “Sexual Inexperience” é a *metatag* de “Virginity” que, por sua vez, é *metatag* de “Loss of Virginity”. Por isso, ao pesquisar trabalhos com a *tag* “Sexual Inexperience”, serão também recuperados trabalhos da *tag* “Virginity” e, conseqüentemente, da *tag* “Loss of Virginity”.

A complexidade dos meios de busca e filtragem de resultados é comemorada por alguns usuários, mas também já foi apontada por outros como um fator que gera dúvidas e receio na hora de utilizar o repositório. À parte de preferências pessoais, fato é que o modo pelo qual é o AO3 organizado beneficia pesquisas que contemplem trabalhos nele publicados, como é o nosso caso.

Cabe então falar sobre o outro *site* no qual buscamos *fanfictions* que pudessem integrar nosso *corpus*. Trata-se do Spirit *Fanfics* e Histórias que, diferentemente do AO3, que só está disponível para acesso por navegador, pode ser acessado por navegador ou através de aplicativo para iOS e Android. De acordo com a página de diretrizes de conteúdo, “O Spirit é uma plataforma de autopublicação de livros, sejam eles no formato de *Fanfics* ou de Histórias Originais”⁴⁶. Essa é uma diferença em relação ao AO3, que hospeda somente *fanworks*, embora estes possam pertencer a diversos tipos de mídia.

⁴⁴ Ver: https://archiveofourown.org/wrangling_guidelines/2. Acesso em: 07 jan. 2025.

⁴⁵ Ver: https://archiveofourown.org/wrangling_guidelines/2. Acesso em: 07 jan. 2025.

⁴⁶ Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/diretrizes>. Acesso em: 07 jan. 2025.

A seção “Sobre” do *site* fala sobre as vantagens da autopublicação, o que são *fanfics* e o impacto social do Spirit; por outro lado, faltam informações sobre a história do Spirit⁴⁷ e a organização do *site* ou do app. Assim como ocorre com o AO3, o Spirit é gerido por uma equipe de administradores voluntários, sendo eles cinco administradores no momento da pesquisa, além de sete embaixadores, responsáveis por orientar outros usuários e divulgar o Spirit em suas redes sociais. Embora seja possível buscar por membros, não encontramos informações sobre a quantidade de usuários cadastrados no *site*, de trabalhos publicados e de quantos *fandoms* estavam presentes no Spirit.

É possível ler os trabalhos publicados sem a necessidade de cadastro, mas este é necessário para publicar histórias e deixar comentários em outras obras. Para realizar o cadastro é necessário somente informar um *e-mail* e uma senha e escolher um nome de usuário. Embora o uso do *site* seja gratuito, há ainda a opção de assinar uma conta premium pelo valor anual de quarenta e nove (49) reais e noventa (90) centavos, no momento da consulta realizada por nós. A conta premium garante ao usuário um emblema no seu perfil, maior limite de envio para imagens de capa com maior qualidade, espaço ilimitada para adicionar histórias na biblioteca offline, e navegação sem anúncios. Segundo o Spirit, através da opção da conta premium “[...] o usuário além de ter os benefícios acima, pode apoiar a plataforma a ter maiores meios de manter e desenvolver o sistema, duas coisas muito difíceis, ainda mais em tempos de crise mundial”⁴⁸.

Cabe discorrer sobre os modos de organização das *fanfictions* e como o usuário pode realizar buscas dentro do Spirit. Voltemos então ao início. A seguir, a Figura 5 e a Figura 6 apresentam a página principal e o menu de rodapé da versão em navegador, respectivamente:

⁴⁷ Em buscas externas ao *site* do Spirit, pode-se encontrar a informação de que sua criação data de 2001, vinculada a Túlio Henrique. Originalmente nomeado como Amnsp, em 2003 passaria a se chamar Spirit e, a partir de 2013, Spirit *Fanfics* e Histórias. Fonte: <https://observatoriodoaudiovisual.com.br/blog/spirit-fanfiction/#:~:text=Originalmente%20um%20espa%C3%A7o%20de%20discuss%C3%A3o,por%20diversas%20reformula%C3%A7%C3%B5es%20desde%20ent%C3%A3o>. Acesso em: 23 jul. 2024.

⁴⁸ Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/premium>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Figura 5 – Página inicial do Spirit



Fonte: Reprodução

Figura 6 – Menu de rodapé do Spirit



Fonte: Reprodução

Pode-se ver que, na página principal apresentada na Figura 5, não há nenhuma forma de acesso direta aos trabalhos publicados na plataforma, nem espaço para buscá-los. O menu principal conta apenas com as opções de fazer login ou cadastro, “Sobre”, “Premium”, “Segurança” e “Ajuda”. É preciso realizar login ou cadastro, ou selecionar uma das opções do menu visto na Figura 6 para ter acesso a um outro menu, exposto na Figura 7 abaixo, onde constam as opções de ver os trabalhos recentemente publicados, aqueles em destaque, buscar gêneros, categorias e *tags* e acessar as histórias publicadas pelo usuário.

Figura 7 – Segundo menu principal do Spirit



Fonte: Reprodução

Com as possibilidades inauguradas por esse novo menu, vagamos pelas outras páginas as quais ele dava acesso. A lista de gêneros apresentada para a busca é sucinta e apresenta opções como ação, aventura, crônica, conto, epopeia, ficção, literatura feminina, terror e horror, entre outras. As categorias dizem respeito aos textos-fontes aos quais as *fanfics* podem estar vinculadas; dentre as dezoito categorias existentes, estão por exemplo a de livros, quadrinhos, games, celebridades e filmes.

A seção de *tags* exibe tanto a possibilidade de pesquisar uma *tag* específica, quanto de navegar por todas as *tags* existentes no Spirit, cuja apresentação não parece obedecer a nenhum critério em específico – as *tags* não estão ordenadas por ordem alfabética ou pela quantidade de histórias vinculadas a elas, por exemplo. Também não há indicativos de que haja um trabalho semelhante ao que ocorre no AO3, isto é, o de avaliar, agrupar, setorizar e hierarquizar as *tags* em uso. Isso foi demonstrado durante nossas buscas por *fanfictions* referentes ao *fandom* de “Os Bridgertons” (2013-2016), em que encontramos três diferentes *tags* em uso: “Bridgertons”, “Os Bridgertons” e “Bridgerton”.

A *tag* que constava nas buscas dentro da página “Categorias”, no *site*, era a “Os Bridgertons”, simultaneamente alocada tanto na categoria de “Livros” quanto na de “Séries, Novelas, Doramas & TV”. Por esse motivo, mais adiante iríamos optar por conduzir nossas pesquisas dentro dessa *tag* em específico, a qual acolhia o maior número de trabalhos. O que cabe chamar atenção nesse momento é o fato de que as ferramentas de indexação e busca disponíveis no Spirit podem ser consideradas sensivelmente menos específicas do que aquelas encontradas no AO3 e, embora isso possa não prejudicar a experiência de grande parte dos

usuários, certamente impõe empecilhos em tarefas como as nossas, que são favorecidas por páginas que disponham de mapas de navegação mais claros e ferramentas de busca mais sofisticadas. No Spirit, por exemplo, ao entrar na área dos trabalhos de um determinado *fandom*, não é possível filtrar livremente os resultados utilizando como critério outras *tags*, apenas com uma lista oferecida previamente pelo próprio *site*.

Como mencionaremos mais adiante, as diferentes funcionalidades e do Archive of Our Own e do Spirit *Fanfic* e Histórias impactaram diretamente as decisões que viriam a pautar nossas buscas por *fanfictions* em cada um dos *sites*.

4.3.2.1 Buscas no Archive of Our Own (AO3)

As buscas no repositório *multifandom* Archive of Our Own (AO3) ocorreram no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Como mencionado anteriormente, esse *site* oferece ferramentas de busca elevadas, proporcionando uma recuperação mais precisa de trabalhos – em nosso caso, *fanfictions* – de acordo com os critérios de seleção previamente definidos pelo usuário. Junto a isso, o fato de as *tags* serem de preenchimento obrigatório, além de parecerem compor a cultura de uso do AO3, também facilitou nosso processo de busca.

O começo de nossas buscas esteve em nos situar no campo dos trabalhos indexados sob a *tag* de *fandom* “Bridgerton Series – Julia Quinn”, dentro da categoria “Books & Literature” – “Livros e Literatura” –, que, à época, contava com um total de seis mil duzentos e oitenta e seis (6286) resultados. Aqui, cabe mencionar que a maioria dos trabalhos incluídos nessa *tag* também foram indexados sob a *tag* de *fandom* “Bridgerton (TV)”, da categoria “TV Shows” – “Programas de televisão” –, referente à adaptação audiovisual em formato de série realizada pela produtora Shondaland em parceria com o serviço de *streaming* Netflix, com lançamento em 2020 e ainda em andamento. Assim, embora nossas buscas tenham partido das *fanfictions* indexadas na categoria de livros e literatura, não descartamos aquelas que também faziam adesão à categoria de programas de TV.

Considerando a quantidade de trabalhos recuperados, foi preciso estabelecer algum critério que nos possibilitasse filtrá-los, chegando a uma quantidade que tornasse nosso estudo viável dentro do tempo disponível para sua execução. Para isso, optamos por fazer uso das já apresentadas *Tags* Adicionais, aquelas de preenchimento livre por parte dos autores das *fanfictions*. Quanto às *tags* adicionais, essa categoria é definida pelo repositório como “[...] a *tag* that can be added to a work on Archive of Our Own (AO3) to provide information about its

contents that doesn't fit into other *tag* types. You can add any information that you'd like users to know about your work in this field”⁴⁹.

A escolha por determinadas *tags* que não outras se deu pelos seguintes pontos: levou-se em conta, primordialmente, o conhecimento prévio da pesquisadora quanto às *tags* frequentemente utilizadas pelo *fandom* de Bridgerton para tratar do tema da virgindade, conhecimento esse adquirido durante o processo de escrita do projeto de pesquisa, mas também por sua experiência enquanto leitora desses trabalhos; ademais, consideramos a organização das *tags* adicionais moderada pelo AO3 – tal organização, observamos, baseia-se em controlar relações de hierarquia, equivalência e associação entre as *tags* adicionais mais comumente utilizadas no repositório.

Desse modo, foram escolhidas sete dessas *tags*, relacionadas ao tema da virgindade – sem um recorte de gênero –, para filtrar os trabalhos encontrados. Em todos os casos, utilizamos a barra de pesquisa para configurar algumas diretrizes: os trabalhos deviam ser ordenados por data de postagem (de mais a menos atual) e poderiam incluir somente as *Tags* de *Fandom* “Bridgerton Series – Julia Quinn” e “Bridgerton (TV)” – excluindo, por exemplo, *fanfictions* que mesclassem esses textos-fontes com outros, como a franquia Star Wars ou os livros de Harry Potter.

As *Tags* Adicionais elencadas, bem como a quantidade de trabalhos recuperados em cada uma delas, em um recorte circunscrito à *tag* de *fandom* “Bridgerton Series – Julia Quinn”, estão expostos no Quadro 3, abaixo. Há de se reparar que as *tags* “Virginity” e “Sexual Inexperience” foram apresentadas juntamente; isso decorre do fato de que aquela primeira foi definida, pelo AO3, como uma *metatag*⁵⁰ dessa última – sendo assim, por fim optamos por levar em consideração a segunda.

Quadro 3 – Relação entre *Tags* Adicionais e quantidade de trabalhos recuperados

<i>Tag</i> adicional	Trabalhos recuperados
Virginity / Sexual Inexperience	70
Loss of Virginity	59
Virginity Kink	2

⁴⁹ Ver: https://archiveofourown.org/faq/glossary?language_id=en#freeformdef. Acesso em: 07 jan. 2025.

⁵⁰ Segundo as diretrizes do AO3, “*Metatags* act as a ‘basket’ for other *tags*, while remaining a usable *tag* themselves. They collate *tags*, grouping similarities and making browsing easier. *Tags* are grouped together as *subtags* under *metatags*”. Fonte: https://archiveofourown.org/wrangling_guidelines/14#Freeforms. Acesso em: 27 mar. 2024.

<i>Tag</i> adicional	Trabalhos recuperados
First Time	76
Wedding Night	16
Sexual Awakening	9

Fonte: elaborado pela autora

Nas buscas por tais *tags* foram recuperados, ao todo, duzentos e trinta e dois (232) resultados. Como algumas das *fanfictions* faziam uso de mais de uma dessas *tags* concomitantemente, foi preciso considerar a possibilidade de, nesse montante, existirem trabalhos repetidos. Por isso, transcrevemos os títulos e os autores recuperados em cada uma dessas buscas em uma mesma planilha Excel. Em seguida, utilizamos a funcionalidade de “Análise Rápida” para identificar todos os valores duplicados, cujas células foram marcadas em vermelho. Os valores não duplicados permaneceram como células sem cor. Através da função “Classificação Personalizada”, estabelecemos, respectivamente, os seguintes comandos, todos considerando a mesma coluna: 1) classificar em cor da célula (sem cor), separando-as na parte superior; 2) classificar em cor da célula (vermelho), separando-as na parte inferior; 3) classificar em valores das células, ordenando de A a Z. Tais comandos foram registrados na Figura 8.

Figura 8 – Classificação personalizada

Fonte: Elaborado pela autora

Desse modo, os valores duplicados foram agrupados um após o outro. Nós então mantivemos apenas um exemplar de cada, eliminando assim as repetições. Isso feito, classificamos novamente a lista geral, apenas em ordem alfabética. Ao fim do processo,

descobrimos que o total de *fanfictions* recuperadas, sem repetições, havia sido de cento e quarenta e três (143) trabalhos.

O próximo passo foi, de volta ao repositório AO3, pesquisar cada uma dessas *fanfictions* por título e autor. Já com a *fanfiction* aberta, o Archive of Our Own oferece a possibilidade de fazer *download* do trabalho em sua íntegra nos formatos AZW3, EPUB, MOBI, PDF e HTML; fator que facilitou com que pudéssemos lidar com a quantidade total de trabalhos recuperados. Para o nosso caso, julgamos mais adequado baixar os arquivos em formato PDF.

Com esse material em mãos, era necessário traçar algum caminho de entrada até o tema que nos interessava – a lembrar, a virgindade feminina. Elaboramos então uma lista de palavras-chave, em inglês, a serem buscadas nesses arquivos em PDF. Quanto às palavras-chave definidas, cabe fazer alguns esclarecimentos: a escolha desses termos que não outros (sempre) possíveis se deu com base nas experiências de leitura da pesquisadora diante desses materiais e levou em consideração os enunciados já destacados nos livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016). Assim, tanto no caso dos termos em inglês – correspondentes às buscas no AO3 – quanto no caso dos termos em português – correspondentes à busca no Spirit, a serem apresentadas em breve –, demos preferência à escolha de palavras que estivessem presentes nos livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), mas também a palavras que a pesquisadora havia constatado serem de uso frequente para dizer da virgindade feminina, da mulher virgem e de sua primeira relação sexual nas *fanfictions* provenientes dos livros em questão. Essa constatação prévia foi possível pelo fato de a pesquisadora ter sido, ela mesma, antes e durante o momento da elaboração do projeto de pesquisa que daria origem à presente dissertação, uma leitora de *fanfictions* da coleção, tendo se familiarizado com os termos recorrentes nessas obras. Dito isso, o Quadro 4 apresenta as palavras-chave escolhidas e sua tradução para o português.

Quadro 4 – Palavras-chave para busca nas *fanfictions* coletadas no AO3

Palavras-chave (inglês)	Palavras-chave (português)
Virginity	Virgindade
Virgin	Virgem
Virtue	Virtude
Hymen	Hímen
Maidenhead	Virgindade/Hímen
Deflower	Deflorar
Chaste	Casta

Palavras-chave (inglês)	Palavras-chave (português)
Untouched	Intocada
Innocence	Inocência
Innocent	Inocente
Barrier	Barreira
Entrance	Entrada
Stain	Mancha

Fonte: elaborado pela autora

Com tais termos definidos, fizemos uso da aplicação Foxit PDF Reader (versão 2023.3.0.23028) e, através da função Busca Avançada, buscamos cada uma das palavras-chave de forma simultânea em todas as *fanfictions* baixadas e já abertas na aplicação – possibilidade fornecida pelo Foxit. Em alguns dos casos, limitamos a busca a palavras inteiras – foi o caso do termo “hymen”, por exemplo –, já em outros casos julgamos mais adequado não selecionar essa opção – no caso do termo “deflower”, por exemplo, também nos interessava resgatar resultados com o sufixo “-ed”.

Os resultados dessas treze (13) buscas, exportados em PDF pelo Foxit, foram lidos em sua íntegra pela pesquisadora, que consultou as passagens encontradas e destacou aquelas que contemplavam o tema da pesquisa. Em seguida, em uma planilha Excel, foram inseridos todos os títulos das *fanfictions* referentes às passagens destacadas, bem como suas respectivas páginas, organizadas de acordo com as palavras-chave de sua busca. Em processo semelhante ao realizado anteriormente, foram identificadas as *fanfictions* duplicadas. Em seguida, as obras foram ordenadas do seguinte modo: daquelas que mais haviam se repetido nas buscas àquelas que menos haviam se repetido.

A *fanfiction* que aparecia, com passagens adequadas aos objetivos de pesquisa, em um maior número de buscas se repetia em sete (7) palavras-chave. Além disso, três (3) *fanfictions* apareceram em seis (6) buscas, quatro (4) em cinco (5) buscas, quatro (4) em quatro (4) buscas, treze (13) em três (3) buscas, vinte e três (23) em duas (2) buscas e trinta e seis (36) apareceram somente em uma (1) busca.

Importante salientar que o número de repetições não garantia a entrada de uma determinada *fanfiction* no *corpus* de pesquisa, tampouco a descartava. Tal organização serviu somente para estabelecer, ao menos a princípio, uma ordem de leitura e consulta a esses materiais, visto a inviabilidade de ler todos eles em sua íntegra. Portanto, a partir desse

momento tínhamos um total de oitenta e quatro (84) *fanfictions* a partir das quais coletar nosso *corpus*.

4.3.2.2 Buscas no Spirit *Fanfics* e Histórias

As buscas no *site multifandom* Spirit *Fanfics* e Histórias foram realizadas no dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro e no dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e quatro. Diferentemente do Archive of Our Own, as ferramentas de busca e indexação de obras aqui são mais simples, comprometendo a eficácia e a especificidade de nossas pesquisas. O primeiro passo foi localizar os trabalhos relacionados ao texto-fonte estudado. As *fanfictions* de “Os Bridgertons”, que à época somavam cento e sessenta e nove (169), constavam simultaneamente na categoria “Livros” e na categoria “Séries, Novelas, Doramas & TV”.

Em sua maioria, as opções de filtro oferecidas pelo *site* – por exemplo, incluir ou excluir determinados personagens, definir uma classificação indicativa, escolher quantidades mínimas e máximas de palavras, entre outros – não foram utilizadas, visto que não contribuíam para nossos critérios de seleção. Nesse âmbito, só selecionamos a opção de não incluir crossovers, a fim de não recuperar trabalhos que envolvessem também outros textos-fontes – notamos, antes dessa medida, considerável recorrência de crossovers com o mangá e anime Naruto e com grupos de KPOP. Quanto à ordem de apresentação dos trabalhos, escolhemos a de “Mais Populares”.

Cabe elucidar aqui sobre a existência de *tags* no Spirit. Embora essa função esteja disponível no *site*, é seguro afirmar que sua gestão e apresentação são precárias, especialmente se comparadas às observadas no AO3, e seu uso não parece ter se tornado uma cultura entre os usuários – ou, ao menos no caso dos usuários que publicaram *fanfics* de “Os Bridgertons”.

Exemplo disso é o fato de que, na página de resultados, a barra de filtros oferecia a possibilidade de selecionar algumas *tags* específicas, mas não dava a opção de pesquisar manualmente por uma determinada *tag* – possibilidade que existe no AO3. Precisamos então recorrer à página “*Tags*”, onde, através de pesquisas, encontramos algumas *tags* relacionadas ao nosso tema, como “Virgindade”, “Perda De Virgindade” e “Virgem”. Também aqui, no entanto, não era possível relacionar essa busca às *fanfictions* de “Os Bridgertons”.

Diante disso, optamos por seguir nossas pesquisas dentre os resultados em geral recuperados em “Os Bridgertons”. Embora isso representasse um decréscimo na especificidade dos achados, consideramos como um contraponto positivo à decisão tomada no contexto do

AO3: visto que nem todas as *fanfictions* que falam sobre a virgindade feminina necessariamente destacam esse fato por meio do uso das *Tags* Adicionais – o que acarreta em dizer que materiais dignos de análise certamente haviam nos escapado naquele repositório –, coletar resultados de forma menos recortada, nesse segundo momento, poderia remediar esse fato.

Isso considerado, o segundo desafio encontrado foi a impossibilidade de fazer o *download* da obra em sua íntegra em qualquer formato, como havíamos feito com as *fanfictions* do AO3. Desse modo, era necessário, através de ferramentas disponibilizadas pelo navegador de internet Google Chrome, salvar cada capítulo individualmente em formato PDF, para depois utilizar um editor a fim de unir todos os capítulos de uma *fanfiction* em um único arquivo.

Necessário dizer que tal fato prejudicou a celeridade desse primeiro momento de coleta de *corpus*. Por isso, optamos por fazer apenas o *download* dos quarenta (40) primeiros trabalhos recuperados em nossa busca, cujos critérios de filtragem foram especificados acima. Essa quantidade equivale a 67,6% do total de *fanfictions* então publicadas em “Os Bridgertons” e representa 57,2% da quantidade de *fanfictions* baixadas por nós através do Archive of Our Own.

Feito isso, já com esses arquivos disponíveis para análise, foi preciso novamente recorrer a uma lista de doze (12) palavras-chave que nos proporcionasse uma entrada nos materiais coletados. Alguns desses termos equivalem a aqueles em inglês adotados nas buscas realizadas no AO3, enquanto outros consideram a especificidade dos trabalhos publicados no Spirit, com base em leituras prévias realizadas pela pesquisadora durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa. O Quadro 5 apresenta as palavras-chave que conduziram nossas buscas:

Quadro 5 – Palavras-chave para busca nas *fanfictions* coletadas no Spirit

Palavras-chave
Virgindade
Virgem
Deflora
Inocência
Inocente
Pura
Sangue
Mancha
Virtude
Entrada

Palavras-chave
Barreira
Intocada

Fonte: elaborado pela autora

Após determinar as palavras-chaves a serem utilizadas, voltamos a fazer uso da função Busca Avançada da aplicação Foxit PDF Reader para realizar as buscas dos termos de forma simultânea nos documentos baixados previamente. Assim como ocorreu em inglês, as buscas variaram entre limitar a pesquisa a palavras completas – como “sangue”, por exemplo – e casos em que julgamos mais adequado não fazer essa limitação através de funcionalidade oferecida pelo Foxit – foi o caso de “deflora”, por exemplo, vide que sufixos como “-r” e “-ção” eram de igual interesse à pesquisa.

Os resultados dessas dez (10) buscas foram lidos integralmente, momento no qual a pesquisadora destacou as passagens que dialogavam com o tema de pesquisa. Novamente, após esse momento se fez uso do *software* Excel para a criação de uma planilha onde foram transcritos os títulos das *fanfictions* cujas passagens haviam sido destacadas e suas respectivas páginas, organizadas em relação às palavras-chaves às quais correspondiam. Bem como fizemos no caso das *fanfictions* coletadas no AO3, aqui também identificamos as *fanfictions* duplicadas – ou seja, aquelas com mais de uma passagem destacada –, para então ordená-las do maior ao menor número de repetições.

Duas (2) *fanfictions* tiveram seis (6) repetições nas buscas pelas palavras-chaves. Além disso, duas (2) *fanfictions* apareceram em cinco (5) buscas, uma (1) *fanfiction* em quatro (4) buscas, três (3) *fanfictions* em três (3) buscas, quatro (4) *fanfictions* em duas (2) buscas, e três (3) *fanfictions* apareceram em uma única busca. Cabe mencionar que, bem como no caso do AO3, a quantidade de repetições não serviu como fator determinante para a entrada desses trabalhos no *corpus* de pesquisa, mas sim como um modo de organizar a ordem de leitura e consulta realizadas pela pesquisadora.

4.3.3 Constituição e organização do *corpus*

Após a coleta de *fanfictions* no AO3 e no Spirit, realizamos as leituras e desmarcamos passagens que dialogassem com os temas de pesquisa por meio da opção de grifar texto do Foxit PDF Reader. Uma vez finalizado esse processo, começamos o momento de filtragem de

todas as passagens destacadas, tanto dos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016) quanto das *fanfics*, a fim de selecionar aquelas que de fato fariam parte do *corpus* de análise.

Considerando que tínhamos a pretensão de organizar um *corpus* com cerca de doze (12) recortes, estávamos cientes de que essa fase seria a mais complexa até aqui. Especialmente tendo em vista que, como diz Orlandi (2020a), a constituição do *corpus* por si só já representa um primeiro gesto de análise na medida em que, o trabalho necessário de optar por um recorte que não outro possível, organizá-lo de um determinado modo que não outro, são movimentos que abrem caminhos para certas leituras ao mesmo tempo que deixam outras em suspenso.

No âmbito das nossas escolhas, cabe mencionar pontos que buscamos não perder de vista. O primeiro deles era o de que os processos parafrásticos e polissêmicos ocupavam papel central em nossa pesquisa, visto que foi primordialmente através dessa tensão que nos dispusemos a refletir sobre os discursos sobre a virgindade feminina, a mulher virgem e a primeira experiência sexual feminina. O segundo é que um de nossos objetivos de pesquisa era compreender os modos pelos quais, nos deslizamentos dos textos-fontes de “Os Bridgertons” (2013-2016), suas *fanfictions* faziam funcionar estabilizações e deslocamentos de efeitos de sentido.

Desse modo, as passagens destacadas nos livros da coleção em muito guiaram nossas escolhas, em sua condição de ponto de partida de nossa pesquisa. Foi a partir delas que olhamos para as passagens destacadas nas *fanfictions*, para então retornar nosso olhar àquelas primeiras. Buscamos, então, selecionar escolher recortes que enriquecessem nossa proposta de explorar o jogo entre o já dito e o ainda a se dizer, ou seja, entre paráfrase e polissemia (Orlandi, 2020a). Diante de uma passagem advinda dos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016) que, por exemplo, pusesse em voga o hímen, acreditamos que poderia ser proveitoso buscar passagens das *fanfictions* que com isso dialogassem, fosse pela presença ou pela ausência do hímen, por outros modos de dizer sobre ele, por dissonâncias ou consonâncias.

Ao fim desse processo, foram selecionados doze (12) recortes. Admitimos se tratar de um *corpus* de análise sucinto, principalmente se o pensarmos em relação a todo o processo de coleta e leitura de material – tanto no âmbito dos livros quanto no das *fanfictions* – realizado por nós. Justificamos essa escolha pelo fato de a Análise do Discurso privilegiar, como mencionamos anteriormente, a exaustividade vertical, que “[...] deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os ‘dados’ como merdas ilustrações” (Orlandi, 2020a, p. 61).

Desse modo, embora um *corpus* de análise composto por mais recortes também pudesse constituir uma escolha relevante, talvez nos apresentando outros aspectos dignos de investigação, a metodologia da AD nos confere a possibilidade de não objetivar “[...] a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável” (Orlandi, 2020a, p. 60), de tal modo que defendemos que a extensão do *corpus* de análise por nós constituído não fere a qualidade da pesquisa. Além disso, pontuamos que as coletas anteriores ao fechamento do *corpus* – ou melhor, seu efeito de fechamento – não devem ser vistas como desperdiçadas, visto que, a partir do desenvolvimento do presente trabalho, esses outros recortes possíveis poderão ser estudados com um maior direcionamento em pesquisas futuras, tanto nossas quanto de outros pesquisadores interessados na temática.

Dito isso, quanto ao modo pelo qual foram apresentados os recortes no momento das análises, optou-se por criar uma padronização que facilitasse a identificação do texto do qual cada recorte foi extraído. Todas as passagens que compõem o *corpus* foram identificadas em negrito como “Recorte”, seguidas de número cardinal que indicasse a ordem de sua apresentação. No caso dos recortes extraídos dos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016), há ainda, entre colchetes – “[]” – a letra maiúscula “B”, em referência ao nome da coleção, seguida de número cardinal correspondente à ordem de publicação. O livro “O duque e eu” (2013a), sendo o primeiro livro publicado da coleção, por exemplo, teve seu recorte apresentado do seguinte modo: “Recorte x [B1]”.

Já no caso das *fanfictions*, a identificação se deu, também entre colchetes, por uma primeira letra que representasse em que local aquela *fanfic* foi recuperada por nós – ou seja, “A” no caso do Archive of Our Own e “S” no caso do Spirit *Fanfics* e Histórias – e por uma segunda letra que remetesse ao título da *fanfiction* em questão; nesse último caso, as letras utilizadas foram as primeiras de cada título, com exceção de artigos.

O Quadro 6 a seguir apresenta os livros e as *fanfictions* cujos recortes integraram o *corpus* de análise, bem como suas respectivas identificações entre colchetes e a quantidade de recortes vinculados a cada um deles.

Quadro 6 – Relação entre obra, identificação e número de recortes

Título	Identificação	Recortes
O duque e eu	[B1]	2

Título	Identificação	Recortes
Um perfeito Cavaleiro	[B3]	2
Os segredos de Colin Bridgerton	[B4]	2
Col and Pen make a p movie	[AC]	1
Don't you remember	[AD]	1
Love Arranged	[AL]	1
Special Tea Time	[AS]	1
Mais valiosa que um diamante	[SM]	1
Polin o amor vence todas as coisas	[SP]	1

Fonte: elaborado pela autora

Desse modo, o *corpus* de análise foi composto por doze (12) recortes discursivos, os quais advieram de três (3) livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e de seis (6) *fanfictions*, sendo duas (2) dessas coletadas no Spirit *Fanfics* e História e quatro (4) no Archive of Our Own.

4.4 Apresentação do *corpus*

Diante do *corpus* de análise selecionado, cabe tomar um momento para fornecer algumas informações e reflexões que podem se mostrar relevantes posteriormente, especialmente a fim de situar o leitor acerca dos livros e *fanfictions* dos quais provêm os recortes a serem analisados.

4.4.1 Das tramas dos romances

Começaremos então pelos livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) cujos recortes integram o *corpus*. São eles, em ordem de lançamento: “O duque e eu” (2013a), “Um perfeito cavaleiro” (2014a) e “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b). Antes de tudo, como mencionamos anteriormente, a coleção se passa entre os anos de 1813 e 1827, sendo ambientada na Inglaterra da Era Regencial, e acompanha a família Bridgerton, vinculada a um viscondado.

São, ao total, oito (8) romances, e cada um conta a história de um dos irmãos da família – em ordem de idade, Anthony, Benedict, Colin, Daphne, Eloise, Francesca, Gregory e Hyacinth – e seus pares românticos. Os três livros cujos integram o *corpus* de análise têm como protagonistas, respectivamente, Daphne Bridgerton e Simon Basset, Benedict Bridgerton e Sophie Beckett e, por fim, Colin Bridgerton e Penelope Featherington.

Daphne, a mais velha das irmãs mulheres, é a protagonista do primeiro livro da coleção. Seu romance se dá com o duque de Hastings, Simon Basset, o qual possui uma posição alta na aristocracia britânica, superior à da família Bridgerton. O enredo do livro pode ser brevemente descrito com o que se chama de um “fake dating” – em português, “namoro falso” –, ou seja, histórias em que os personagens precisam, por alguma razão, fingir estar em um relacionamento – no caso desse livro, Simon propõe fingir estar cortejando Daphne para que ela consiga melhores propostas de casamento e possa se casar –, dinâmica da qual irá decorrer o apaixonamento de ambos e o início de um romance verdadeiro.

Embora comece a se apaixonar, Simon tenta resistir ao sentimento, fato que o leitor conhece se dever a mágoas relacionadas a sua infância, as quais se arrastaram ao longo de sua vida adulta. Único filho do falecido duque de Hastings, Simon tardou a falar e, posteriormente, descobriu-se que ele era gago. Ainda criança, então, foi renegado pelo pai, experiência que o traumatizou. É contado que, com muito esforço e o auxílio de sua ama, Simon aprendeu a se comunicar sem gaguejar, cumpriu seus estudos como era habitual aos jovens de sua classe social, nunca tendo perdoado o que lhe ocorreu na infância. Assim, Simon se torna decidido a não se casar e a nunca ter filhos, em uma forma de vingança, visto que o pai havia se preocupado ao longo de toda a vida com a sucessão hereditária de seu título de duque.

Desse modo, sabendo que Daphne vem de uma família grande e que anseia por ser mãe, ele não se permite pensar em se casar com ela e a prender a um futuro frustrado. As narrações do personagens relatam esforços constantes a fim de não desejar Daphne, resistir à tentação de se aproximar demais dela ou de seduzi-la; enfim, de ter qualquer atitude que pudesse comprometer o fato de que “[...] precisava deixá-la intocada para outro homem” (Quinn, 2013a, p. 74). Apesar disso, os dois acabam se beijando durante um baile, no jardim. Eles são flagrados, no entanto, por Anthony, irmão mais velho de Daphne e melhor amigo de Simon.

O visconde exige que Simon se case com a irmã, reparando o mal feito a sua reputação, mas Simon recusa, preferindo morrer em um duelo com Anthony do que tomar a mão de Daphne em matrimônio. Ela, consegue, no entanto, convencê-lo, alegando que eles podem ter sido vistos e que, caso o beijo se torne de conhecimento público, ela estaria arruinada. Simon

diz a Daphne que ele não pode ter filhos e que, caso eles viesse a se casar, ela nunca poderia realizar seu desejo de ser mãe. Mas Daphne diz a ele que “– Se não se casar comigo – comentou ela em voz baixa –, vou estar acabada. [...] Ninguém vai me querer. Serei mandada para algum canto esquecido do país... [...] nunca vou me casar. Você sabe disso. [...] Serei vista para sempre como uma perdida” (Quinn, 2013a, p. 160). O casal, então, concorda com um noivado.

Pouco antes de seu casamento, a mãe de Daphne conversa com ela sobre a noite de núpcias, mas demonstra muito constrangimento diante do assunto e não consegue passar informações esclarecedoras à filha, que até o momento não sabia nem mesmo que os ditos deveres conjugais possuíam alguma relação com ter filhos. Daphne descobre essa relação durante essa conversa, mas não a compreende de fato, diante das poucas informações fornecidas pela mãe⁵¹. Também não consegue deduzir exatamente como se daria a consumação do casamento, nem qual seria seu papel ali. Ela chega a questionar a mãe algumas vezes, interrogando: “– Mas o que eu devo fazer? / – O seu marido saberá – respondeu Violet de forma recatada. / – Não quero fazer papel de boba, mamãe. / Violet soltou um gemido. / – Você não vai fazer papel de boba. Confie em mim. [...]” (Quinn, 2013a, p. 178).

A primeira relação sexual entre eles se dá, então, após o matrimônio, na noite de núpcias do casal. Como mencionamos, Simon havia dito a Daphne que não podia ter filhos. Durante o ato sexual, no entanto, ele pratica o que se costuma chamar de coito interrompido, ou seja, um método contraceptivo pouco confiável em que se retira o pênis da vagina antes que ocorra a ejaculação. O fato é que Simon, ao dizer que não podia ter filhos, referia-se a uma decisão vinculada a sua relação com o seu falecido pai, e não a uma incapacidade fisiológica; mas isso não foi informado a Daphne. Ele repete a prática do coito interrompido em todas as relações posteriores a essa, mas sua esposa, no entanto, a princípio não compreende esse gesto, visto que seu conhecimento acerca do sexo era inexistente antes do casamento e, após casada, tudo o que havia descoberto e aprendido fora através do marido⁵².

⁵¹ Durante a conversa, Daphne se encontra ansiosa para descobrir os segredos mantidos escondidos das moças solteiras, como ela. Diante da escassez de informações relatadas pela mãe, ela faz perguntas e questionamentos, buscando decifrar as falas constrangidas de Violet. Em um certo momento, há o seguinte diálogo entre elas, com a primeira fala sendo de sua mãe: “– Eu já lhe disse tudo o que minha mãe me disse. Não seja uma boba nervosa e faça o possível para ter um filho. / Daphne ficou boquiaberta. / – *O quê?* / Violet soltou uma risada nervosa. / – Eu me esqueci de mencionar a parte sobre o bebê? / – Mamãe! / – Muito bem. Os seus deveres conjugais... quer dizer, a consumação... é como se fazem os bebês (Quinn, 2013a, p. 178-179, grifo da autora). Vemos que, embora Violet conte à filha que a gravidez depende desses deveres conjugais, não esclarece de que modo isso se dá, nem especifica o que exatamente seriam esses deveres. Diante dessa nova informação, Daphne chega a pensar que Simon talvez não seja capaz de consumir o casamento, já que o ato lhe é dito como algo que dá origem a um filho e ele havia a contado que não podia ter filhos.

⁵² A inexperiência de Daphne aparece em diversos momentos do romance e sua inocência – ou seja, sua ignorância em relação ao sexo – é um dizer fortemente presente no momento em que é narrada a sua primeira relação sexual, inclusive em diálogos da personagem com Simon. Em um certo momento, ele a pergunta, por exemplo: “– Daphne

No entanto, Daphne tem acesso a novas informações que até então não possuía durante uma conversa com a governanta da propriedade do duque. A descoberta acontece por acaso, visto que o tema em questão era a mãe de Simon, a qual passou anos sem conseguir dar um herdeiro ao marido e, quando o fez, morreu no parto. A governanta diz a Daphne que a culpa na demora para que o casal tivesse filhos recaía sobre a antiga duquesa, mãe de Simon, como se somente ela pudesse talvez ser infértil, e não o marido. Ela conta a Daphne que costumava dizer a duquesa que “– Eu sempre lhe falava isso, mas ainda assim ela se sentia mal. Eu dizia... [...] Bem, eu falava o que minha própria mãe me dizia. Não há nada que nasça sem que uma semente forte e saudável seja plantada” (Quinn, 2013a, p. 208).

Quando Daphne e Simon se relacionam sexualmente novamente e ele pratica o coito interrompido mais uma vez, a personagem associa o que a governanta havia dito sobre a semente masculina com o líquido – o esperma – que Simon sempre ejaculava nos lençóis. “Ela não disse nada, apenas olhou para o ponto molhado no outro lado da cama. As sementes dele. [...] Ele lhe dissera que não podia ter filhos. Havia mentido para ela” (Quinn, 2013a, p. 217). Dando-se conta de que o marido não lhe dissera toda a verdade, ela imediatamente começa a questioná-lo sobre o porquê de não poder ter filhos, e ele tenta desviar do assunto. É então que ela acusa: “– Você mentiu para mim! – gritou Daphne. – Nunca vou perdoá-lo por isso! [...] Você se aproveitou da minha ignorância. [...] Deve ter ficado maravilhado quando percebeu que eu não sabia quase nada sobre relações conjugais (Quinn, 2013, p. 218). O desconhecimento de Daphne acerca de tudo relacionado ao sexo previamente ao casamento, como era a norma social para mulheres de sua posição⁵³, surge como algo que possibilitou que ela fosse alegadamente enganada por ele.

– começou ele suavemente, massageando os dedos dela –, você tem alguma noção do que acontece entre um homem e uma mulher? / – Não faço a menor ideia – admitiu ela com franqueza” (Quinn, 2013a, p. 194). Mais adiante, temos também a passagem “– Ah, Daphne – falou ele, soltando um arquejo –, você tem muito a aprender. [...] Eu posso lhe ensinar – sussurrou” (Quinn, 2013a, p. 194). Por fim, forneceremos um último exemplo, ainda na mesma cena, em que Daphne alega que “– Eu gostaria de não ser tão inocente. / Uma onda de riso sacudiu o peito de Simon. / [...] – Eu estava rindo – explicou ele baixinho, apoiando-se nos cotovelos a fim de olhar para o rosto dela – porque pensei que estou morrendo de felicidade com sua inocência – Roçou os lábios dela com os seus numa carícia suave. – Estou honrado de ser o único homem a tocar em você assim. / Os olhos dela brilharam com tanta pureza que Simon quase se desmanchou (Quinn, 2013a, p. 200).

⁵³ A distinção entre a proteção da inocência e reputação das mulheres na sociedade é posta em jogo na coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016) de forma ocasional e não muito aprofundada, mas permite a compreensão de que mulheres que não pertencessem à alta sociedade não poderiam contar com o mesmo nível de proteção de suas virtudes, podendo isso ser uma chance para a experimentação da vida sexual e/ou um fator que as colocava em posição de maior risco diante de assédios e abusos. Quanto ao primeiro caso, talvez um exemplo apropriado seja uma passagem em “O duque e eu” (2013a) na qual Daphne conversa com sua mãe e, diante da informação de que algumas mulheres consideram o dever conjugal ruim, pergunta: “– É mesmo? – quis saber Daphne, curiosa. – Então por que vejo tantas criadas saindo às escondidas com os lacaios?” (Quinn, 2013, p. 177). Quanto ao segundo caso, comentaremos mais adiante como, em “Um perfeito cavalheiro” (2014a), a ocupação da protagonista Sophie

Esse irá se tornar o principal impasse entre o casal, principalmente depois de um evento particularmente problematizado pelos leitores do livro, inclusive dentre alguns fãs da coleção. Depois de uma discussão, Daphne muda suas coisas para outro quarto da propriedade e se nega a retornar para o quarto que dividia com Simon. Ele sai de casa e volta consideravelmente bêbado. Daphne deixa que ele durma na sua cama, e ela também dorme, mas acorda cerca de uma hora depois e sente Simon ereto. A princípio, ela pensa que ele está acordado, mas percebe que ele ainda dorme e vê nisso uma oportunidade. “[...] Daphne sentiu uma estranha e inebriante onda de poder. Percebeu que o tinha sob seu controle. Ele dormia e talvez ainda estivesse bêbado. Ela poderia fazer o que quisesse” (Quinn, 2013a, p. 238).

Então ela abre as calças de Simon e o toca. Ele acorda, embora ainda esteja em um estado alterado de consciência, mas parece responder aos estímulos. Daphne sobe sobre ele, dando início ao sexo⁵⁴, agora com ela por cima. Em um dado momento, ela percebe que ele está perto do orgasmo. Depois disso, há a seguinte passagem:

– Ah, meu Deus! – ele deixou escapar de repente, com a voz rouca e primitiva de desejo. – Eu vou... eu não posso...
Os olhos dele se fixaram nela com uma expressão estranha e suplicante, e ele fez uma fraca tentativa de se afastar.
Daphne o segurou com toda a sua firmeza.
Então ele explodiu dentro dela, com a intensidade do orgasmo fazendo seus quadris se erguerem da cama, empurrando-a junto. Ela colocou as mãos embaixo dele, usando toda a força para segurá-lo embaixo dela. Não o perderia desta vez. Não deixaria passar esta chance.
Os olhos de Simon se abriram quando ele se deu conta, tarde demais, do que havia feito. Mas seu corpo estava muito cansado e não havia como interromper o poder do clímax. Se estivesse por cima, talvez tivesse conseguido se afastar, mas deitado embaixo dela, vendo-a se tocar daquele jeito, não havia nada que pudesse fazer para conter o próprio desejo.
Quando seu maxilar se contraiu e a tensão muscular fez seu corpo arremeter, Simon sentiu as mãos de Daphne deslizarem para baixo dele, pressionando-o contra o próprio ventre. Viu a expressão de puro êxtase em seu rosto e de

como criada desenha outros contornos quanto a sua inexperiência. Em um trecho desse livro, na narração do personagem Benedict, é dito que “Ela era uma arrumadeira, ora. Mesmo que fosse virgem – e seu comportamento levava a crer que era –, ela com certeza já vira um homem antes. Arrumadeiras estavam sempre estrando e saindo de quartos sem bater, levando toalhas, lençóis e tudo o mais. Era inconcebível que jamais tivesse deparado com um homem nu por acidente” (Quinn, 2014a, p. 104). Ora, como Knibiehler (2016) havia argumentado em seu apanhado acerca da história da virgindade feminina, a condição social da mulher possuía impacto relevante em sua condição de pudor ou inocência. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

⁵⁴ Cabe pontuar que é digno de questionamento se o mais apropriado seria chamar o que é narrado no livro de “sexo”, ao invés de, por exemplo, “abuso sexual” ou “violência sexual”, visto que a protagonista, sóbria e acordada, havia iniciado o ato com Simon, alcoolizado e desacordado, vendo em seu estado uma chance de conseguir com que ele fizesse algo que sabia que ele não desejava fazer – no caso, ejacular durante a penetração e correr o risco de engravidá-la. Embora o livro não traga maiores problematizações acerca do acontecimento, é dito no próprio romance que “Daphne o excitara enquanto ele dormia, se aproveitara dele enquanto ainda estava bêbado e o segurara dentro dela até que ele despejasse sua semente em seu corpo” (Quinn, 2013a, p. 240).

repente percebeu o que havia acontecido. Ela tinha feito aquilo de propósito. Tinha *planejado* aquilo (Quinn, 2013a, p. 240, grifo da autora).

Como dissemos, o acontecimento não chega a ser propriamente endereçado ou problematizado no romance. O conflito entre os personagens se torna a tentativa de Daphne de engravidar, indo contra o desejo de Simon de não ter filhos; e a questão do que poderia ser entendido como um abuso sexual é de certo modo ignorada⁵⁵. O casal chega a ficar separado, ainda que casados, por um curto período de tempo, mas acabam por se entender e, por fim, Simon repensa sua decisão e os dois têm filhos.

Dos três livros relacionados ao *corpus* de análise, “O duque e eu” (2013a) é o único em que a protagonista se casa virgem – embora ela e Simon já tivessem se beijado antes do matrimônio, motivo exato pelo qual são forçados a se casar, quando Anthony, o irmão mais velho e Visconde, flagra-os. Dentre os outros volumes da coleção, mais três têm como protagonistas mulheres pertencentes à família Bridgerton – Eloise, de “Para Sir Phillip, com amor” (2015a), Francesca, de “O conde enfeitiçado” (2015b), e Hyacinth, de “Um beijo inesquecível” (2016b).

Curiosamente, todas elas, com exceção de Hyacinth, casam-se virgens, incluindo Daphne. Afirmarmos que isso é curioso se deve ao fato de que, no caso dos livros protagonizados pelos irmãos homens da família – a saber, Anthony, de “O visconde que me amava” (2013b), Benedict, de “Um perfeito cavalheiro” (2014a), Colin, de “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), e Gregory, de “A caminho do altar” (2016a) –, todas as protagonistas femininas, a princípio não pertencentes à família, têm sua primeira relação sexual antes do casamento, com exceção de Kate, par romântico de Anthony.

O segundo livro a integrar o *corpus*, terceiro da coleção, é “Um perfeito cavalheiro” (2014a), cujos protagonistas são Benedict Bridgerton e Sophie Beckett. A história bebe no conto de fadas da Cinderela, com algumas alterações, em uma espécie de reconto regencial. No prólogo, descobrimos que Sophie é a filha “bastarda” de um Conde. Quando ele se casa com uma mulher chamada Araminta, viúva e mãe de duas filhas do primeiro casamento, Rosamund e Posy. Com a morte do Conde, Araminta mente acerca de seu testamento e faz Sophie de criada, sujeita aos maus-tratos e caprichos dela e de suas duas filhas.

⁵⁵ Embora a adaptação da Netflix não seja nosso foco no presente trabalho, é relevante pontuar que a cena foi adaptada para a série e que, embora Simon não estivesse alcoolizado, Daphne ainda se aproveita de sua posição durante o sexo para conseguir que ele ejacule durante a penetração. A cena foi criticada e problematizada por alguns dos telespectadores. Além disso, na série a questão toma ainda outros contornos quando consideramos que Simon é um personagem negro e Daphne, branca. Para maiores considerações, ver Lynn (2024).

É então que, alguns anos depois, chega à casa da família um convite para o baile de máscaras oferecido por Violet Bridgerton, a mãe dos oito irmãos e viúva do falecido Visconde. Sophie é impedida de ir por sua madrasta, Araminta, mas com a ajuda de outros criados, que a viram crescer, consegue ir disfarçada ao baile – o que é facilitado pelo uso coletivo de máscaras. Lá, com seu vestido prateado, ela chama a atenção de Benedict, os dois dançam e, ao ir para um lugar afastado da propriedade, trocam um beijo. À meia-noite, porém, ela precisa fugir do baile, deixando para trás apenas uma de suas luvas, tudo que Benedict tem de pista para procurá-la, sua dama de prateado, por cerca de quase dois anos, sem sucesso.

Parte de seu insucesso se deve ao fato de que, após Araminta descobrir que Sophie havia comparecido ao baile e cativado um Bridgerton, ela expulsa a enteada de casa. A jovem, com cerca de vinte anos, havia encontrado então um trabalho como arrumadeira da família Cavender, em uma propriedade fora de Londres. Por um acaso do destino, porém, ela e Benedict se reencontram, quando ele alegadamente a salva de uma tentativa de violência sexual⁵⁶, e a leva consigo até sua propriedade, com a promessa de depois levá-la para Londres e conseguir um emprego para ela na casa da mãe dele. Sophie reconhece Benedict, mas ele não a reconhece, sem a máscara, com os cabelos mais curtos e consideravelmente mais magra.

Ao chegarem a sua propriedade, um chalé no campo, Benedict adoece por conta da chuva que pegaram ao longo do trajeto de carruagem. Sophie então cuida dele e, quando os caseiros aparecem, passa a ajudá-los com os afazeres da casa. Eventualmente, os dois voltam a se beijar, ainda sem que Benedict saiba que Sophie e a dama de prateado são a mesma pessoa. Depois do beijo, ele pede a ela que vá para Londres com ele e more com ele. Isso, no entanto, não é um pedido de casamento, mas sim um convite para que Sophie seja sua amante, o que ela

⁵⁶ A tentativa de estupro se dá por parte do filho da família Cavender e mais outros dois amigos, em uma festa que o herdeiro havia dado na propriedade da família na ausência de seus pais. O filho, Phillip, agarra Sophie e chama os outros dois, momento em que há a seguinte conversa: “– O que acham, rapazes? Devo atender ao pedido da dama? / – É claro que não! – retrucou o mais jovem dos dois. / – Dama pode ser um substantivo um pouco inadequado, não acha? – disse o outro, o mesmo que comentara que Phillip oferecia as melhores festas. / – É verdade! – respondeu Phillip. – É uma arrumadeira, que, até onde sabemos, é uma raça que nasce para servir. – Deu um empurrão em Sophie, atirando-a na direção de um dos amigos. – Pronto. Dê uma olhada na mercadoria” (Quinn, 2014a, p. 82). Quando confrontado por Benedict, que intercede em defesa de Sophie, o filho alega: “– É *minha* casa – replicou Cavender –, e ela é *minha* criada. Vai fazer o que eu quero. / – Eu não sabia que a escravidão era legalizada neste país – murmurou Benedict. / – Ela tem que fazer o que eu mando!” (Quinn, 2014a, p. 84, grifo da autora). Trazemos tais trechos para comentar como, em comparação com as personagens vinculadas à aristocracia – ou seja, aquelas que podiam ser considerada damas e cuja reputação e “inocência” merecia alegada proteção máxima, proteção que envolvia por exemplo, mas não somente, serem mantidas ignorantes acerca das relações sexuais, não poderem andar desacompanhadas, especialmente se estivessem com homens que não fossem seus parentes –, as personagens mulheres de outras classes sociais – neste caso, mais especificamente aquelas que atuavam como criadas –, as quais nem ao menos poderiam ser consideradas como damas, são colocadas em um lugar não só de falta de proteção, como também de exploração sexual, vistas como “mercadoria”, propriedade de seus patrões e obedientes a eles.

recusa – afinal, como ela lembra, sua mente havia sido a amante do falecido pai de Sophie, fato ao qual ela atribui seu sofrimento como uma dita bastarda.

A trama segue basicamente nesse impasse entre ambos. Até que, já em Londres, enquanto Sophie trabalha para Violet Bridgerton, ela e Benedict acabam se relacionando sexualmente nas acomodações de solteiro de Benedict. Depois da relação, ele acredita que ela tenha concordado implicitamente em se tornar sua amante. Sophie, no entanto, recusa a proposta novamente e ambos começam uma nova discussão sobre o tema, em que Benedict diz a ela: “Você sabe que eu não posso me *casar* com você. / – Claro que sei – explodiu ela. – Eu sou uma criada, não uma idiota. / [...] – Seria difícil para você também – continuou ele baixinho. – Mesmo que eu me casasse com você, você não seria aceita. A sociedade sabe ser cruel” (Quinn, 2014a, p. 214, grifo do autor).

Finalmente, em um momento próximo ao fim da trama, Benedict se dá conta de que Sophie e a dama de prateada são a mesma pessoa, o que também gera uma discussão entre o casal. Mas Sophie revela a ele que é a filha “bastarda” de um conde. É nesse momento que Araminta descobre que Sophie voltou a Londres e consegue uma justificativa para mandar prendê-la. Violet e Benedict, entretanto, conseguem fazer com que Sophie seja solta, alegando que ela se trata da noiva de Benedict, o que também surpreende a protagonista –, e Violet utiliza de sua posição social para acordar com Araminta que ela confirme para a sociedade que Sophie era a pupila do falecido conde, ocultando assim seu nascimento fora do casamento e viabilizando seu casamento com Benedict.

O casal, portanto, termina o livro casado, mas, note-se que essa possibilidade é sustentada, ao menos na trama, apenas ao passo em que se encontra um modo de Sophie deixar de ser uma mera criada e passar a ser uma pupila de um conde – quando, na realidade, ela era sua filha “bastarda”, possibilidade também aparentemente não possível de ser sustentada. No epílogo desse terceiro livro, há um momento em que a narração deixa Benedict e Sophie e se volta à autora, até então misteriosa, Lady Whistledown. O livro se encerra, então, com a autora largando sua pena e refletindo sobre talvez ser o momento de seguir em frente com sua vida – sua coluna já durava, afinal, onze anos.

Sigamos então ao próximo livro, “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), o quarto da coleção, focado no casal Colin Bridgerton e Penelope Featherington. Penelope, no entanto, indiretamente tem papel importante na coleção como um todo, visto que ela é a autora por trás

da coluna de Lady Whistledown⁵⁷, cujos excertos abrem os capítulos dos livros do primeiro ao quarto livro – neste, os excertos vão só até o capítulo dez. Colin é o quarto terceiro dos filhos da família Bridgerton e passou sua vida adulta viajando para além da Inglaterra. O que sabemos sobre Penelope a princípio é que ela é a melhor amiga de Eloise Bridgerton – uma das irmãs mais novas de Colin –, é apaixonada por Colin desde seus dezesseis anos e é considerada uma “solteirona” por ainda não ter se casado aos vinte e oito anos.

O livro começa quando Colin volta de uma de suas viagens, dessa vez para o Chipre. Não sendo o primogênito dos Bridgertons, nem o segundo filho – o qual poderia vir a se tornar Visconde caso o irmão mais velho falecesse sem deixar herdeiros –, o personagem sofre com a falta de um objetivo, um propósito de vida. Enquanto isso, Penelope, a única ainda não casada dentre as três filhas da família, vive com sua mãe, Portia, com quem tem uma relação complicada, visto que Portia frequentemente subestima e ofende a filha. A perspectiva de morar com Portia para sempre, então, a perturba, embora Penelope ainda não saiba exatamente que outra coisa poderia fazer com sua vida – afinal, dificilmente ela, uma mulher solteira da alta sociedade, poderia simplesmente sair viajando sozinha pelo mundo como Colin.

Além de conviverem nos relativos mesmos círculos sociais, Colin e Penelope também se conheciam por conta da proximidade entre ela e a irmã de Colin, Eloise. Os dois se reencontram, então, em um baile em abril de 1984, ano em que a temporada londrina está sendo descrita como enfadonha pelos membros da sociedade, fato que a coluna de Lady Whistledown corrobora. Lady Danbury – uma senhora viúva descrita como infame por suas atitudes irreverentes –, então, lança uma proposta pela qual ninguém podia esperar, nem mesmo Penelope: oferece mil libras para a pessoa que conseguir desmascarar Lady Whistledown. O desafio logo se espalha e dá início a uma busca incessante pela identidade da columnista, tornando o trabalho de Penelope ainda mais perigoso. Ela, afinal, havia escrito sobre os acontecimentos da vida de diversos membros da alta sociedade ao longo de onze anos, muitas das vezes revelando informações as quais muitos prefeririam manter em segredo.

Penelope já pensava, como dissemos, em encerrar a coluna, ou pelo menos em fazer algo diferente com sua vida. Diante da pressão imposta pelo desafio de Lady Danbury, ela eventualmente decide que esse é o melhor momento para deixar a coluna de lado, então publica um último número anunciando sua aposentadoria. Antes disso, no entanto, acontecem algumas

⁵⁷ Ao longo dos três primeiros livros e até cerca da metade deste quarto, a identidade de Whistledown é desconhecida tanto para os personagens de “Os Bridgertons” (2013-2016) quanto para os leitores. Há, inclusive, especulações entre os personagens sobre a identidade da escritora, nos livros anteriores e nesse. Alguns questionam se Lady Whistledown é jovem ou velha, solteira, viúva ou casada, e até mesmo se é de fato uma mulher.

interações entre Colin e Penelope, importantes para a aproximação entre os dois e o início de um relacionamento mais próximo, ainda que em nível de uma amizade. Ela, um dia, encontra sem querer o diário em que ele escreve sobre suas viagens, e começa a ler o conteúdo das páginas. Quando Colin aparece e a surpreende em meio à leitura, fica furioso com Penelope e acaba cortando a mão sem querer. Penelope o ajuda com o ferimento e ele, mais calmo, pergunta a ela o que achou das escritas de seu diário. Nesse momento, algo parece mudar no que diz respeito à percepção de Colin sobre Penelope: ele repara em seus olhos, dá-se conta do quanto ela é inteligente e a narração confessa que ele não quer que ela vá embora.

A partir desse momento, o destino intercede para que eles se encontrem no mesmo lugar mais vezes, trocando conversas sempre que possível. Até que um dia Colin vai visitá-la em sua casa. O motivo da visita é que Colin está preocupado com Eloise – mais especificamente, que Eloise seja a Lady Whistledown. Os motivos da suspeita são que, segundo Colin, ela vive com as mãos sujas de tinta depois de passar horas trancada no quarto, além de ser enxerida. Penelope o assegura de que ele está errado em sua suspeita, mas ele não acredita. Ela diz ainda que, ainda que Eloise fosse de fato Lady Whistledown, isso não seria tão ruim assim. Colin, no entanto retruca. Segundo ele, “[...] seria terrível. Ela estaria arruinada. [...] Tem ideia de quantas pessoas aquela mulher já insultou ao longo dos anos? [...] Todo mundo a detesta [...] Seja lá quem for Lady Whistledown [...], quando ela for desmascarada, não poderá mostrar o rosto em Londres” (Quinn, 2014b, p. 117).

Embora aqui já tenhamos relevado que Penelope é a escritora por trás da coluna, convém lembrar que nesse momento a informação não havia ainda sido revelada nem mesmo aos leitores. A discussão entre eles segue, então, e Colin pontua que, ainda que Eloise não seja Whistledown, bastaria que alguém suspeite dela e comece um boato para que outras pessoas acreditasse e ela acabasse arruinada, incapaz de provar sua inocência. Ele dá o seguinte exemplo “– Suponhamos que eu dissesse a todo mundo que seduzi você. [...] Você estaria arruinada para sempre – continuou ele, agachando-se perto da beirada do sofá, de forma que ficassem mais ou menos da mesma altura. – Não importaria que nós nem ao menos tivéssemos nos beijado” (Quinn, 2014b, p. 120).

A menção a um possível beijo parece mudar algo entre eles. Colin é surpreendido ao perceber que, naquele momento, sente vontade de beijar Penelope. E é mais surpreendido ainda quando Penelope pergunta se pode pedir um favor a ele; ela pede que ele a beije. Ela garante que não espera nada dele, mas que já é uma “solteirona” e que não quer morrer sem ter sido beijada. Colin a beija, dando-se conta de que também desejava o beijo. Penelope, por outro

lado, eventualmente encerra o momento agradecendo a Colin por ter lhe concedido o favor. O agradecimento o ofende de algum modo, especialmente quando ele percebe que ela achava que ele a havia beijado por pena. Colin, então, vai embora.

É pouco depois desse beijo que Lady Whistledown publica a coluna anunciando sua aposentadoria. Mas será a vez de Penelope se surpreender, assim como toda a sociedade londrina, porque Cressida Twombly – outrora uma jovem solteira de destaque na sociedade, agora uma viúva em más condições financeiras – anuncia ser ela mesma a Lady Whistledown, e exige o pagamento de Lady Danbury. O anúncio se dá em meio a um evento público e Colin percebe que Penelope reage mal, parecendo indisposta, triste e contrariada. Quando Lady Danbury questiona Penelope sobre a jovem acreditar ou não no que Cressida está afirmando, Penelope nega: “Eu sempre gostei de Lady Whistledown [...] E meu coração ficaria partido se eu descobrisse que ela era alguém como Lady Twombly” (Quinn, 2014b, p. 159).

A ofensa de Penelope se deve não só ao fato de Cressida estar mentindo – o que, nesse momento da trama, nós leitores não sabemos com certeza –, mas também e principalmente ao fato de Cressida ter sido uma pessoa extremamente cruel com Penelope ao longo dos anos, o que vemos em livros anteriores da coleção. Chegamos então em um momento crucial da trama, porque no dia seguinte Colin está a caminho da casa de Penelope para conversar com ela, quando a vê entrando em uma carruagem de aluguel sozinha. Ele pede a seu chofer que siga a carruagem de aluguel, e fica chocado quando o caminho traçado se afasta cada vez mais das áreas da alta sociedade, adentrando uma área da cidade em que uma moça bem nascida como ela nunca deveria ir, principalmente desacompanhada.

Quando Penelope desce da carruagem, ela vai até uma igreja. Colin a segue. Dentro da igreja, ela passava pelos bancos da igreja, constando-os, até parar em um deles, sentar-se, tirar um envelope da bolsa e o colocou no bolso das costas do banco. Quando ela se levanta para ir embora, Colin anuncia sua presença. Ele questiona o que ela faz ali e, por mais que Penelope tenta despistá-lo, não consegue. Colin pega o envelope que ela havia escondido no banco momentos atrás. Penelope implora que ele não o abra, mas Colin pensa que, já que ela leu seu diário, nada o impede de ler o que estiver no envelope. Ele também teme que ela esteja trocando correspondências com um homem, que tivesse mentido sobre nunca ter sido beijada. Então ele abre o envelope e, lendo seu conteúdo, descobre junto com os leitores que Penelope é Lady Whistledown. O que ela havia escrito era uma última coluna, depois de sua aposentadoria, feita especificamente para desmentir Cressida.

Colin manda que Penelope entre na carruagem dele e, lá dentro, eles começam a discutir. Colin insiste que Cressida ter se anunciado como Whistledown é a fuga perfeita para que Penelope nunca seja descoberta. Segundo ele, publicar uma coluna desmentido Cressida só faria com que as pessoas continuassem especulando sobre a identidade da escritora, até eventualmente a descobrirem. Penelope, por outro lado, diz ser incapaz de aceitar que Cressida leve o crédito por anos de seu trabalho, por seu legado. O que ele enxerga como culpa, ela entende como crédito. O que começa como uma discussão, no entanto, eventualmente se transforma em um casal trocando beijos dentro da carruagem, que segue de volta rumo à propriedade da família de Penelope.

Ela pensa que eles não terão nada, que ele jamais se casaria com ela, mas decide que tem esse momento único da vida para criar boas memórias, sem limites. Mas antes que algo (ainda mais) além possa acontecer, a carruagem para, tendo chegado ao seu destino. Penelope se prepara para entrar escondida em casa, torcendo para que ninguém tivesse visto que ela chegara na carruagem de Colin Bridgerton. Ele se recusa e diz que entrará com ela, intenção que ela não compreende. É então que a personagem é surpreendida com um pedido de casamento. Colin não entende o espanto que parte dela, já que “Posso lhe garantir [...] que jamais me comporto da forma como acabei de me comportar com uma mulher da sua estirpe sem lhe fazer uma proposta de casamento” (Quinn, 2014b, p. 194w).

Depois do pedido feito à mãe dela, Portia, e do anúncios aos Bridgertons e à alta sociedade, é organizada uma festa de noivado para Penelope e Colin. Em meio à comemoração, no entanto, há um pequeno problema. Sem o conhecimento de Colin, Penelope havia enviado aquela última coluna – a que desmentia Cressida – para impressão, estipulando que sua entrega se desse dias depois da festa de noivado. Mas a coluna começa a ser entregue ainda durante o evento. Na cabeça de Colin, Penelope havia concordado em não publicar a coluna, depois do que haviam debatido na carruagem e, principalmente, depois do pedido de casamento. Penelope, no entanto, nunca havia se comprometido a não fazer a publicação.

Ele, então, fica furioso com ela durante a festa e consegue uma desculpa para que ambos saiam do salão, levando-a ao quarto que era dele quando morava na propriedade dos Bridgertons. O casal volta a discutir acerca do assunto Whistledown, sem chegar a grandes resoluções. Mas em meio a discussão, de algum modo, Colin percebe que a ama, entendimento que se encaminha para que Penelope tenha sua primeira relação sexual com Colin, no antigo quarto dele e antes do casamento, embora após já estarem noivos. E eles logo se casam, visto

que Colin consegue antecipar a data do casamento. O tema Whistledown, no entanto, permanece sensível mesmo depois do matrimônio, ainda que Penelope insista na aposentadoria.

O problema chega a seu auge na reta final da história. Cressida descobre que Penelope é a escritora anônima responsável pela coluna e, como não conseguiu receber o dinheiro prometido por Lady Danbury, chantageia Penelope, exigindo uma alta quantia em troca de seu silêncio. Penelope conta a Colin, que promete buscar uma solução. Em pouco tempo o leitor descobre como Colin pretendia resolver a situação. Ele assegura o apoio de seu irmão Anthony, visconde, e de seu cunhado, Simon, e aproveita um baile a ser dado por sua irmã, Daphne, a duquesa, para contar à alta sociedade ele mesmo que sua esposa é Lady Whistledown.

A plateia fica em silêncio por um momento, mas Lady Danbury o interrompe iniciando uma leva de aplausos. A ela, se seguem Anthony, depois Simon, depois das mulheres da família Bridgerton e Featherington, e, eventualmente, todos os presentes. Na trama, assumindo a narrativa e assegurando o apoio de membros relevantes da sociedade, Colin conseguiu com que mesmo aqueles que não gostaram da revelação fossem pressionados a aparentar comemorá-la. Penelope, então, não fica arruinada perante a sociedade. Ao invés disso, o casal termina o epílogo feliz, esperando um filho e realizado. Colin encontra seu propósito ao decidir publicar seus diários de viagem, com a ajuda de Penelope; e ela começa a se aventurar na escrita de romances. Mais um vez, tudo acabou bem.

4.4.2 Da escolha das protagonistas

O panorama que oferecemos acerca das três obras da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) escolhidas serve a dois principais propósitos. O primeiro deles é facilitar a compreensão dos recortes a serem analisados, de modo que, durante as análises, o leitor possa estar situado acerca dos personagens citados nas passagens, bem como da trama geral dos livros dos quais foram coletados cada um dos recortes. O segundo, e talvez o mais relevante, é justificar nossa escolha por esses três livros em específico, depois de um trabalho extenso de coleta e entrada nos oito romances da coleção.

Diante da vastidão de recortes possíveis, fomos aconselhados, durante a participação em eventos científicos com arguição, a focar em personagens femininas específicas que colocassem em jogo distintos lugares sociais dentro do universo da coleção. Consideramos essa perspectiva válida, de modo que começamos a pensar em como realizar essa seleção. A tarefa, no entanto, não era fácil, visto que há pouca distinção social dentre as protagonistas dos livros. Todas elas

são mulheres brancas, nascidas na Inglaterra, criadas com base no que era condizente com a educação dada a mulheres da alta sociedade no período que serve de cenário para as histórias da coleção. Não há, entre as protagonistas – ou entre os personagens em geral, na realidade –, por exemplo, uma mulher negra, ou sáfica, muito menos uma mulher trans. De certo modo, acreditamos que isso representa uma lacuna a ser deixada por nosso trabalho, visto que não poderemos analisar discursos em relação à virgindade feminina que não se limitem a uma branquitude, cisgeneridade e heteronormatividade.

Por outro lado, defendemos que a própria ausência dessas mulheres em papel de protagonismo já aponta, na coleção, para uma invisibilização e um silenciamento de suas existências, apagando os dizeres possíveis acerca de sua virgindade. O que, a nosso ver, reforça a afirmação de Hooks (2021, p. 222), quando aponta que “É a raça dominante que consegue fazer parecer que sua experiência é representativa”. E, embora se pudesse argumentar que a invisibilização dessas mulheres decorre de promover uma fidedignidade histórica – lembramos, a coleção se passa na Inglaterra durante a Era Regencial, mais especificamente entre 1813 e 1827 –, podemos ainda discutir que os romances de época, inclusive os de “Os Bridgertons” (2013-2016) dispõem constantemente de liberdades criativas acerca dos períodos que lhes servem de plano de fundo. Assim, embora mantenham algumas características e convenções do momento histórico, ainda estão repletos de incongruências que desafiam sua fidedignidade, sem as quais o andamento das tramas muitas vezes teria de ser completamente modificado.

A própria premissa de que Penelope, uma jovem mulher da alta sociedade com cerca de dezessete anos, pudesse ter criado uma coluna como a de Lady Whistledown nos parece de uma liberdade considerável, ainda que com uma ajuda inicial do advogado de seu falecido pai – o qual, a princípio, fez os arranjos com o tipógrafo. Houveram colunas sociais naquela época, é verdade, mas é no mínimo criativo pensar que uma mulher em sua posição, de alta classe e solteira, pudesse sustentar uma persona misteriosa por onze anos, tendo que eventualmente “[...] trabalhar diretamente com o tipógrafo. Idealizamos um sistema de distribuição e os pagamentos continuaram a ser feitos da mesma forma: numa conta aberta em meu nome” (Quinn, 2014b, p. 284).

E como mencionamos anteriormente, essa missão incluía, certas vezes, que Penelope saísse de casa desacompanhada, entrasse em carruagens de aluguel e fosse a áreas da cidade de Londres completamente afastadas dos lugares em que alguém como ela poderia circular, em especial estando completamente sozinha. Esse é um mero exemplo, mas o gênero e a coleção estão repletos de licenças criativas as quais não correspondem com a realidade social da alta

sociedade retratada. Todos os casais protagonistas, inclusive, ao menos trocam um beijo antes de casarem – frequentemente, mais do que isso –; o que talvez não fosse impossível de acontecer, mas que certamente não seria considerável aceitável. Além disso, as oportunidades em que as jovens se encontram desacompanhadas para que isso aconteça parecem realmente artifícios da ficção.

Portanto, em outros dizeres, poderia ser sustentada a possibilidade de que fossem explorados, em papel de protagonismo, personagens fora dos limites da branquitude e da cis-heteronormatividade, por exemplo. Tanto o é, que a adaptação conduzida pela Netflix tentou realizar tal movimento – não sem colocar em jogo algumas problemáticas, é bem verdade – apoiada em uma teoria não comprovada de que a rainha Charlotte teria ascendência negra. Na série, então, a rainha é interpretada pela atriz Golda Rosheuvel, a qual se considera birracial. Assim, a adaptação criou uma Era Regencial alternativa, em que o casamento de Charlotte com George III teria instaurado a possibilidade de ascensão de pessoas negras à alta sociedade inglesa.

A personagem Lady Danbury, por exemplo, essencial para a trama do quarto livro da coleção, recebeu maior destaque na série desde a primeira temporada e é interpretada pela atriz negra Adjoa Andoh. O protagonista do primeiro livro – e da primeira temporada –, o duque Simon, também foi interpretado por um ator birracial, Regé-Jean Page. A protagonista do segundo livro, Kate Sheffield, bem como sua irmã Edwina Sheffield, na série se tornam Kathani (Kate) Sharma e Edwina Sharma, interpretadas respectivamente por Simone Ashley e Charithra Chandran, ambas atrizes com ascendência indiana. A protagonista do terceiro livro – que na série será a quarta temporada –, Sophie Beckett, tornou-se Sophie Baek na série e será interpretada por Yerin Ha, uma atriz coreana-australiana filha de pais sul coreanos. John Stirling e Michael(a) Stirling, personagens do sexto livro da coleção, também são interpretados por atores negros, Victor Alli e Masali Baduza.

Há ainda uma tentativa na adaptação, inexistente nos livros da coleção, de incluir personagens que fujam à questão da heteronormatividade, mas não há representação de personagens fora da cisgeneridade, por exemplo – nem, até onde sabemos, de atores e atrizes. Alguns personagens de apoio não são heterossexuais, o que não se limita a eles. Na adaptação, Benedict Bridgerton, protagonista do segundo livro e da quarta temporada da série, mantém relações com mulheres e também com homens. Francesa Bridgerton, protagonista do sexto livro e ainda sem temporada definida, casa-se com John Starling na terceira temporada da série – ele é seu primeiro marido, que irá falecer misteriosamente no prólogo do livro que foca na

personagem. Seu par romântico após o falecimento de seu marido, Michael Starling no livro, na série foi adaptado como uma mulher, Michaela Starling.

Tudo isso não se dá, no entanto, sem problemáticas, tanto por parte da produção da série quanto por parte do fãs. Muitos dos atores citados acima sofreram ondas intensas de ódio nas redes sociais devido a sua escalção. E, embora seja verdade que os ataques não se limitam a eles, certamente é preciso reconhecer que o ódio disseminado a esses membros do elenco assume diferentes contornos do ódio voltado a atores brancos, por exemplo. A escalção de Regé-Jean Page, intérprete do primeiro protagonista da série, Simon Basset, um ator birracial, foi alvo de racismo disfarçado de críticas pelos próprios fãs dos livros que seriam adaptados. À época, a hashtag NotMyDuke foi levantada por fãs revoltados com o fato do ator não se parecer com a descrição física do personagem feita nos livros pela autora Julia Quinn. O argumento da falta de semelhança física é carta na manga comum quando atores negros são escalados para papéis originalmente – ou presumidamente – brancos, uma tentativa desonesta de atacar a escalção se isentando de parecer racista⁵⁸.

Regé-Jean Page não foi o único a sofrer com isso no elenco da adaptação de “Os Bridgertons” (2013-2016), mas foi o primeiro – visto que protagonizou a temporada de estreia – e há quem especule que sua decisão de se retirar da série tenha relação com o racismo sofrido e, talvez, com uma possível falta de apoio por parte da produção da série, a companhia Shondaland, e do *streaming* Netflix. Poderíamos nos estender no tópico, bem como debater acerca dos avanços e problemáticas colocados em jogo por essa reimaginação da Era Regencial proposta pela adaptação⁵⁹, mas é necessário que recordemos aqui a questão que discutíamos previamente, isto é, a da escolha pelos livros das protagonistas Daphne, Sophie e Penelope como fonte dos quais foram selecionados os recortes para análise.

Voltemos então a nossa intenção de eleger personagens femininas específicas da coleção de livros “Os Bridgertons” (2013-2016) que possibilitassem pensarmos os discursos acerca da virgindade a partir de diferentes lugares sociais. Como mencionamos, a tarefa foi dificultada

⁵⁸ Os exemplos são extensos, mas nos restringiremos a um relativamente atual. O caso ocorreu quando a atriz Leah Jeffries foi escalada para interpretar a personagem Annabeth Chase – uma personagem originalmente branca e loira – em uma adaptação de livros infantojuvenis conduzida pelo *streaming* Disney+, cuja estreia se deu em 2023. O autor dos livros, Rick Riordan, que participou ativamente da adaptação e de sua escalção precisou, inclusive, fazer um pronunciamento diante dos discursos de ódio que a atriz vinha recebendo. “Vocês estão chateados/desapontados/bravos porque uma atriz negra foi escalada para viver uma personagem que foi descrita como branca nos livros... vocês estão julgando o quanto ela é apropriada para esse papel com base apenas e exclusivamente em sua aparência. [...] Amigos, isso é racismo” (tradução nossa). Ver: <https://variety.com/2022/tv/news/percy-jackson-rick-riordan-racism-leah-jeffries-casting-1235263216/>. Acesso em 17 jun. 2025.

⁵⁹ Para maiores considerações, ver trabalhos como o de Lynn (2024), Davisson e Hunting (2023), Froide (2023), Hanus (2023), Harris e Sanders (2023), Prescott (2023) e Sipe (2023).

pela relativa ausência de protagonistas que fugissem ao fato de serem brancas, nascidas na alta sociedade e heterossexuais. Relembramos ainda que, embora essa seja uma lacuna a ser deixada por nosso trabalho – imposta, de certo modo, pelos próprios livros –, sustentamos que a inexistência, na coleção, de mulheres com outras vivências delinea quais são as representações femininas – e das virgindades femininas – ali (não) habilitadas a serem pensadas, ditas, significadas.

Dentro desse panorama homogeneizado de personagens, nossa seleção se deu pelos detalhes, pelas minúcias, de modo que chegamos às protagonistas Daphne, Sophie e Penelope, cujas histórias de seus correspondentes livros foram sintetizadas na presente subseção. Daphne, a primeira protagonista da coleção, talvez seja a personagem da série que mais corresponda aos ideais impostos às mulheres no cenário retratado. Ela é jovem, casa-se virgem – embora já tenha sido beijada antes do matrimônio, motivo pelo qual se dá o casório –, tem sua primeira relação sexual somente depois de já ser uma esposa, desconhecendo inteiramente até então de que se trata o sexo e, em toda sua ignorância e inocência – protegidas ao longo de uma vida por acompanhantes e restrição de informações –, é alegadamente enganada pelo marido. Após reflexão, pareceu-nos propício, portanto, escolhê-la logo de início.

Já a escolha de Sophie se deu pelo fato de ela ser, provavelmente, a protagonista com a situação social mais contrastante em relação às demais. Afinal, ainda que tenha crescido em uma casa da alta sociedade e recebido uma educação exemplar, Sophie é uma “filha bastarda” – a formulação é utilizada de forma constante ao longo do terceiro livro, referindo-se ao fato de Sophie ter sido concebida fora do casamento, sendo tida então como uma filha ilegítima –, como vimos. Assim, enquanto seu pai está vivo, ela é tratada como sua pupila. Após sua morte, entretanto, passa a ser responsável pelos afazeres da casa, submetida às ordens e caprichos de sua madrasta. E, eventualmente tendo sido expulsa de casa pela madrasta, Sophie se torna uma criada – primeiro na propriedade dos Cavender, depois no chalé de Benedict e, por fim, na casa de Violet Bridgerton. Desse modo, ela é o mais próximo que a coleção passa de ter uma protagonista fora da alta sociedade, o que nos pareceu relevante.

E, por último, temos Penelope. Em seu livro, no qual a personagem terá sua primeira relação sexual, ela é mais velha do que as outras duas personagens escolhidas – aos vinte e oito anos, já é vista e descrita como uma “solteirona”. Ainda mais interessante do que isso é o fato de a personagem se distanciar de certo modo do ideal feminino da alta sociedade da Era Regencial ao ser descrita como uma mulher que possui um trabalho remunerado – embora Sophie também trabalhe, isso se dá de outras formas e enquanto ela se encontra do lado de fora

da alta sociedade. Penelope, sem sair de sua posição social de privilégio, conduz e lucra desde os dezessete anos com a escrita de sua coluna *Lady Whistledown*, acumulando uma renda própria de quantia considerável, situação improvável para uma mulher em sua posição social, especialmente sendo solteira. Em alguma medida, a personagem dribla a proteção social à virtude feminina, indo além da esfera doméstica reservada às mulheres; ela escapa sozinha de casa, vai a partes inapropriadas da cidade, faz acordos de negócio diretamente com um tipógrafo homem, de classe distinta da sua. A nosso ver, tais pontos indicavam que a escolha dessa personagem também poderia ser significativa.

4.4.3 Das tramas das *fanfictions*

Uma vez situados acerca dos romances cujos recortes integram o *corpus* de análise, é importante também que o leitor esteja ciente, em termos sucintos, de que se tratam as *fanfictions* indicadas anteriormente no Quadro 6. Aqui, iremos apresentá-las na mesma ordem em que foram dispostas no citado quadro. Como algumas ultrapassam os livros da coleção em extensão, enquanto outras se encontram incompletas, não entraremos nas minúcias de seus enredos, focando ao invés disso nos elementos principais de sua sinopse e nos fatos e circunstâncias que o leitor precisa conhecer para compreender os recortes. Tampouco nos aprofundaremos na apresentação de personagens – visto que já falamos sobre ele acima –, a menos que haja alguma alteração significativa, em relação aos romances, nas *fanfictions*.

Começamos então pela *fanfiction* “Col and Pen make a P movie” (2023), publicada em inglês⁶⁰ no repositório Archive of Our Own (AO3), composta por dez capítulos. Os protagonistas são, como o título sugere, Colin e Penelope, o mesmo casal canônico do quarto romance da coleção⁶¹. Na *fanfiction*, no entanto, ao invés do cenário regencial, temos a chance

⁶⁰ Foi publicada também, de maneira quase simultânea, no mesmo repositório e pelo mesmo usuário, a *fanfiction* em francês. Ver: https://archiveofourown.org/works/45226771?view_full_work=true. Acesso em: 10 jun. 2025.

⁶¹ Ao longo da presente seção poder-se-á perceber que esse é um casal que protagoniza muitas das *fanfictions* apresentadas. Tal fato não se deve a uma predileção nossa, mas sim a alguns elementos cuja menção é relevante. Como mencionamos anteriormente, embora a coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) já fosse muito conhecida no âmbito dos romances de época, sua adaptação para a Netflix impulsionou seu alcance, fazendo com que os livros ganhassem novos leitores a medida em que suas temporadas eram anunciadas ou estreadas, fato que também se traduz em um volume considerável de *fanfictions* produzidas com foco no casal com maior destaque no momento. Em maio de 2022, foi anunciado pelo *streaming* que a terceira temporada da série teria como foco o casal Colin e Penelope, a qual estreou em maio de 2024. Desse modo, a condução de nossa pesquisa, iniciada em agosto de 2023, e principalmente o momento de constituição do *corpus* discursivo, foi concomitante ao momento em que o fandom estava amplamente envolvido com esse casal, relendo seu livro, tecendo teorias e produzindo de forma intensa *fanfictions* em que os dois constam como protagonistas. Ver: <https://oestadoce.com.br/arte-agenda/netflix-anuncia-o-casal-que-sera-o-foco-da-3a-temporada-de-bridgerton/> e <https://www.adorocinema.com/noticias/series/noticia-1000079185/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

de presenciar esses personagens em uma Inglaterra de ambientação contemporânea. Colin ainda é um Bridgerton, e a família mantém aqui sua alta condição social e financeira. Aos dezoito anos, ele recebe da família quinze milhões de libras em um fundo fiduciário o qual, a princípio, ele considera sem fim.

Com a quantia, Colin embarca em uma série de viagens pelo mundo, sem poupar recursos, até que, aos vinte e um anos, o dinheiro acaba. Ele se vê obrigado a pedir ajuda ao seu irmão mais velho, Anthony. A ajuda, entretanto, vem com duas condições: que Colin ingresse na Universidade de Cambridge, onde deve estudar administração de negócios, e de que Colin passasse a se sustentar dali em diante. Caso ele cumprisse essas exigências, receberia um novo montante de dinheiro aos trinta anos de idade.

Então Colin vai atrás de Penelope, que aqui tem dezoito anos. Melhor amiga de Eloise, como nos livros, e amiga bem mais próxima de Colin na *fanfiction*, a protagonista não vem de uma família com estabilidade financeira. Com exceção da casa em que moram, vizinha a da família Bridgerton, a família de Penelope ficou falida após seu falecido pai perder todas as reservas financeiras – inclusive aquela destinada para pagar sua universidade. Quando ela é aprovada em Cambridge, considera desistir da ideia. É quando Colin vai procurá-la e a convida para dividir um apartamento com ele. Os dois acreditavam que, se encontrassem um apartamento pequeno e barato, certamente conseguiriam juntos se manter durante os anos da graduação.

Mas isso não deu muito certo. No começo da *fanfiction*, eles já devem quinhentas libras à companhia de energia, além de precisarem arranjar mais mil libras para pagar o aluguel do mês. Um dia, chegando em casa, eles são surpreendidos com o corte de energia devido a atrasos de pagamento. Sem luz, aquecedor e esperanças, eles começam a beber e conversar. Em um determinado momento, o tópico se torna suas vidas amorosas e sexuais. É então que Penelope conta a Colin que é virgem. Pouco depois, Colin, que na *fanfiction* é descrito como alguém com múltiplas parceiras sexuais, lembra de um conhecido que ganha duzentas mil libras por mês gravando filmes pornô.

Penelope fica incrédula, mas diz que uma quantia como essa resolveria todos os problemas financeiros deles. Colin leva o comentário a sério demais: “Imagina, um filme poderia resolver todos os nossos problemas. A gente conseguiria pagar pelo apartamento, ter energia, aquecimento!” (Col and pen make a p movie, 2023, capítulo 3, tradução nossa). Penelope recusa veementemente e, além disso, lembra a ele que, como ela havia mencionado antes, ela é virgem. Segundo ele, então,

“Você não vê, Pen? Isso que é perfeito! Você seria única! Você poderia conseguir muitas visualizações em um filme sobre uma garota que perde sua virgindade! Dá pra chamar de *Eu deflorei minha companheira de quarto e ela quer mais!*”. “Que original!” ela exclamou sarcasticamente. “Mas você parece estar se esquecendo de um detalhe importante! Eu não estou interessada em fazer um filme pornô!” (Col and pen make a p movie, 2023, capítulo 3, grifo do autor, tradução nossa).

No dia seguinte, no entanto, ela muda de ideia e diz que eles deveriam fazer o filme. Afinal, eles estão de fato falidos e sem saídas. Fica acordado, então, por exigências de Penelope, que ela tem o direito de desistir a qualquer momento, que o vídeo não será postado em *sites* como o Pornhub ou o Youporn, etc., e que nada poderia mudar na amizade deles. Colin fica reticente, no entanto, e diz que “Pen, eu não posso te pedir para fazer isso! Seria a sua primeira relação sexual, é importante demais para lucrar com isso. Você devia fazer isso com um cara por quem você fosse louca!” (Col and pen make a p movie, 2023, capítulo 4, tradução nossa). Mas Penelope insiste, já que, segundo ela, eles precisam de dinheiro e gravar o vídeo parece uma fonte fácil e rápida de conseguir a quantia. A história então narra os preparativos, a gravação e as consequências dessa decisão para o relacionamento de Penelope e Colin.

A próxima *fanfiction*, também publicada em inglês no AO3, recebeu o nome de “Don’t you remember” (2022-2023) e conta com vinte e dois capítulos. Os protagonistas são Benedict e Sophie, casal canônico do terceiro livro da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016). A ambientação é na Era Regencial, assim como no livro, mas o enredo difere já em sua premissa daquele da obra que referencia. Aqui, Benedict é ferido por uma pancada na cabeça durante um trajeto a cavalo durante uma forte tempestade e perde a consciência perto da fazenda em que Sophie vive com seu pai. Após resgatá-lo, Sophie tem a impressão de já o conhecer de algum lugar, achando suas feições familiares, mas não consegue descobrir onde os dois poderiam já ter sido apresentados.

Pai e filha se revezam nos cuidados a Benedict, que passa por uma forte febre. Quando ele finalmente abre os olhos, Sophie se dá conta de que realmente já o conhecia. O protagonista acorda, no entanto, sem lembranças de seu passado. Não sabe quem é, de onde vem, qual sua família. Mas ele diz se lembrar vagamente de uma mulher de vestido prateado – embora Benedict ainda não saiba, essa mulher é Sophie. Quando ela pergunta a ele qual é seu nome, ele consegue responder apenas Ben, e ela deduz que ele se chame Benjamin. O pai promete ir à cidade e perguntar acerca de um homem chamado Benjamin desaparecido com a aparência daquele que eles resgataram, na esperança de descobrir quem ele seria ou se algum conhecido

estaria a sua procura. Enquanto isso, Benedict permanece na fazenda, tentando aprender como ajudar com os trabalhos necessários na propriedade.

A trama se desenvolve, então, principalmente em torno do envolvimento desses personagens, de Benedict tentando recobrar sua memória, do fato de ele não saber que ela é a dama de prateado, mas ela se lembrar dele e do momento em que se conheceram, e do apaixonamento entre os dois nesse cenário. A primeira relação sexual de Sophie acontece no capítulo dezessete, depois de Benedict recuperar a memória e descobrir quem é sua família, quando eles ainda não são casados ou mesmo noivos. Na realidade, de forma semelhante ao que ocorre no quarto livro, “Um perfeito cavalheiro” (2014a), nesse momento os dois acreditam que não existiria a possibilidade de ficarem juntos, agora que estão cientes da diferença social na qual se encontram. Mas, assim como ocorre no livro, no final da *fanfic* o casal consegue ter um relacionamento.

A seguir, temos a *fanfiction* “Love Arranged” (2022-2023), publicada em inglês no repositório Archive of Our Own. A história se encontra incompleta e conta atualmente com vinte e oito capítulos, tendo o último deles sido publicado em janeiro de 2023. Trata-se do tipo de *fanfiction* que se distancia do material canônico no qual se baseia, instaurando novas possibilidades, como um casal não previsto anteriormente. Assim, Anthony Bridgerton – protagonista do segundo livro da coleção e par canônico de Kate Sheffield – e Penelope Featherington – protagonista do quarto livro da coleção e par canônico de Colin Bridgerton – são apresentados em “Love Arranged” (2022-2023) como um casal.

No enredo da *fanfiction*, Anthony e Penelope são encontrados juntos em um labirinto durante um baile na casa dos Bridgertons. O fato de ele, um homem solteiro, e ela, uma mulher solteira, terem ido parar no mesmo local, sem a presença de um acompanhante, é fruto do acaso. Penelope fugira para o labirinto a fim de evitar um potencial marido que sua mãe, Portia, tentava arranjar para ela, e Anthony se aproximara do labirinto após ser rejeitado por Kate, sem saber da presença de Penelope no local. Quando se deparam um com o outro, os dois iniciam uma breve conversa e Penelope se machuca, cortando a perna em um arame. Anthony se oferece para olhar o ferimento, repousando o pé dele no seu joelho e pedindo que ela retirasse a meia que vestia para que ele pudesse limpar o machucado.

Os dois, porém, são surpreendidos pela chegada de mais pessoas ao labirinto, dentre elas a mãe e uma das irmãs de Anthony, Violet e Eloise Bridgerton, e a mãe de Penelope, Portia. Devido ao fato de ambos estarem sozinhos, fisicamente próximos, e de que Penelope estava sem sua meia, a situação é lida como uma interação completamente inapropriada e escandalosa.

Portia alardeia que Penelope estaria agora destruída socialmente e, diante de tal situação, Anthony age rapidamente e, em uma tentativa de salvar a reputação da jovem, alega ter ido com ela ao labirinto justamente para pedi-la em casamento. Por conta desse mal entendido, então, os dois acabam noivos.

O casamento ocorre no nono capítulo da *fanfiction*, e a história gira em torno, principalmente, do romance improvável entre esses dois personagens, levando ainda em consideração como foram superados os sentimentos amorosos prévios de Anthony por Kate e Penelope por Colin. A consumação do matrimônio – aqui, estamos fazendo referência ao sexo com penetração, visto que outros tipos de interação entre eles já haviam ocorrido anteriormente – ocorre somente no vigésimo quinto capítulo, intitulado “Welcome to marital Bliss” – em português, “Bem-vindos à Felicidade conjugal”.

A última das *fanfictions* publicadas em inglês cujos recortes integram o *corpus* de análise é a “Special Tea Time” (2023), a qual conta com quatro capítulos e se encontra concluída no Archive of Our Own. A história segue o casal canônico Colin Bridgerton e Penelope Featherington e toma como ponto de partida acontecimentos dos livros da coleção e da adaptação da Netflix. No quarto livro, “Um perfeito cavalheiro” (2014a), Penelope escuta por acaso Colin dizer a seus irmãos que não quer se casar com Penelope, momento em que ele a confronta e alega que nunca havia lhe pedido que se casasse com ela. A adaptação da Netflix propôs uma reimaginação da cena no final da segunda temporada – protagonizada por Anthony e Kate –, em que Penelope ouve Colin afirmar a outros membros homens solteiros da alta sociedade que não considerava cortejar Penelope. Na série, ela não o confronta diretamente, de modo que ele não sabe que ela o ouviu,

Após a estreia da segunda temporada, foi anunciado pelo *streaming* que a terceira temporada seria a de Colin e Penelope, mudando assim a ordem dos livros, visto que o terceiro romance da coleção conta a história de Benedict e Sophie. Os fãs passaram então a escrever *fanfics* vinculadas ao livro do casal, mas também ao que poderia vir após esse acontecimento da série. “Special Tea Time” (2023) é uma dessas histórias. Assim, ao retornar de viagem e descobrir a mágoa de Penelope por ele, Colin busca reconquistar sua amizade se oferecendo para ajudá-la a conseguir um marido. Para isso, propõe-se a dar lições de como ela poderia conquistar cortejos e chamar a atenção de potenciais noivos.

Tais lições acontecem uma vez por semana, na casa da família Bridgerton, onde Colin reside e a qual Penelope tem fácil acesso, já que é próxima da família há muitos anos. Em segredo, eles passam a se encontrar e Colin tenta fazer com que Penelope conquiste mais

confiança em si mesma. Em uma dessas visitas, entretanto, Penelope bebe por engano uma grande quantidade de um chá entorpecente que Colin trouxera consigo em uma de suas viagens ao exterior. O estado alterado de consciência faz com que ela haja de forma não usual, inclusive flertando com Colin, contando sobre o fato de nutrir sentimentos amorosos por ele e confessando ser a autora por trás da coluna de Lady Whistledown. É então que Colin, quem nunca havia se dado conta de que poderia ver Penelope como mais que uma amiga, percebe-se atraído por ela, chegando à conclusão de que ela também o interessa romanticamente.

A relação sexual acontece no terceiro capítulo da *fanfiction*, quando Penelope já não está mais sob o efeito do chá. Diferentemente dos livros da coleção, é relevado no quarto e último capítulo que Colin, assim como Penelope, também era virgem até então. Essa *fanfiction* – mas também há outras em que esse fato ocorre – aponta então para possibilidades distintas daquelas presentes nos livros, em que todos os protagonistas masculinos são apresentados como homens sexualmente experientes frequentemente considerados até mesmo como libertinos, em contraste com as protagonistas mulheres, as quais sempre têm sua primeira relação sexual com seus respectivos pares românticos.

A próxima *fanfic* selecionada, publicada em português no Spirit *Fanfics* e Histórias, recebe o nome de “Mais valiosa que um diamante” (2023), encontra-se concluída e possui vinte capítulos. O casal em questão também é o par canônico Penelope e Colin. Essa história também retoma alguns pontos da segunda temporada da adaptação da Netflix, junto a elementos do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b). Aqui, Penelope resolve tentar superar seus sentimentos por Colin e a esperança de que eles possam ser correspondidos, ao invés disso focando em sua carreira como Lady Whistledown e em encontrar um marido razoável. Colin, por outro lado, retorna de viagem ansioso por reencontrar a amiga, a qual não escapou de seus pensamentos durante seu tempo longe de Londres.

Após seu retorno, no entanto, ele tem dificuldade em conseguir se encontrar com Penelope, visto que ela o evita propositalmente. A protagonista tenta se ocupar de garantir a possibilidade de continuar publicando sua coluna, e para isso recorre a ajuda de um jovem chamado Theo Sharpe, o qual encarrega de tratar com os tipógrafos e da distribuição dos jornais e com quem eventualmente desenvolve uma relação de amizade. Com o avançar do enredo, Penelope e Colin se aproximam novamente, superando o conflito no qual se encontravam e se envolvendo romanticamente. O relacionamento culmina em um noivado por amor.

A primeira relação sexual entre o casal acontece no capítulo dezesseis. No momento, o casal não está casado, e Penelope havia rompido o noivado com Colin devido ao fato de estar

sendo chantageada acerca de sua identidade como Lady Whistledown. Ele se recusa a aceitar o rompimento e a encontra no salão dos fundos de uma igreja na qual ela e Theo haviam construído uma pequena tipografia. Após confrontá-la e ambos discutirem, os dois acabam se relacionando, mas ela foge no meio da noite, depois que Colin adormece, ainda decidida a não prejudicá-lo por conta da chantagem que sofre. A história avança, no entanto, e o casal termina a *fanfiction* juntos, com seus principais obstáculos superados.

A última *fanfiction* cujos recortes integram o *corpus* de análise da presente pesquisa é “Polin o amor vence todas as coisas” (2022), publicada em português no Spirit. A história se encontra atualmente concluída, contando com trinta e dois capítulos ao todo. O par romântico que protagoniza a obra também é composto por Colin Bridgerton e Penelope Featherington, mas no momento inicial da trama Colin acaba de se casar com uma terceira personagem, Marina. É do conhecimento do leitor, desde a sinopse, que Marina havia se casado com Colin após se relacionar sexualmente com outro homem, engravidar e ser por ele abandonada. Ela encontra em Colin, então, uma forma de salvar sua reputação, além de garantir seu futuro e o de seu filho. Colin, que não tem ciência desses fatos, pensa-se apaixonado por Marina, mas ela não o ama, embora dissimule um sentimento.

Na *fanfic*, assim como nos livros da coleção, Penelope é próxima da família Bridgerton e sempre foi apaixonada por Colin. Diferentemente dos livros, no entanto, Penelope aqui é prima de Marina, elemento herdado da adaptação da Netflix. Nos livros, Marina é um personagem que existe, mas se trata de uma parente distante dos Bridgerton e nunca chega a se relacionar com Colin. Ela foi casada, no entanto, com Phillip Crane – protagonista do quarto livro da coleção e par romântico canônico de Eloise Bridgerton. Na primeira temporada da série, Marina é apresentada como uma prima da família Featherington e fica noiva de Colin, mas também acaba por se casar com Phillip.

A *fanfiction*, então, reimagina elementos dos livros da coleção e da adaptação, propondo uma história em que Colin e Marina chegam de fato a se casar, mas o casamento não é feliz e ela falece no décimo capítulo. A suposta primeira relação sexual de Marina – isto é, com Colin, na noite de núpcias – é significada na *fanfiction*, embora tome outros contornos visto que a personagem está omitindo o fato de, na realidade, não ser mais virgem. Sua primeira relação de fato havia ocorrido com outro personagem, George, irmão de Phillip nos livros e na adaptação para *streaming*, envolvimento do qual resultou a gravidez de Marina e o risco de “[...] cair em desgraça, após ter engravidado de um homem que a havia abandonado” (Polin: o amor vence todas as coisas, 2022, sinopse). Tal desgraça dialoga com as considerações de estudos como o

de Esteves (1989), March (2009) e Vasconcelos (2018), quanto aos riscos que históricos de estigma social às mulheres decorrentes de terem relações sexuais antes de estarem casadas, especialmente quando tal fato se tornava de conhecimento público, o que muitas vezes se dava por conta de uma gravidez inesperada – como é o caso de Marina.

O título da *fanfiction*, no entanto, já denota que, apesar disso, o casal Polin – junção dos nomes Penelope e Colin – irá vencer os obstáculos apresentados no começo da trama e ficar juntos, o que de fato ocorre. O primeiro beijo do casal acontece no décimo sétimo capítulo, e a primeira relação sexual no vigésimo nono, quando Colin e Penelope já estão noivos, mas ainda não casados.

4.5 Gestos de análise

Visto o que foi apresentado até o presente momento – ou seja, acerca do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso, dos estudos de gênero e sua possível relação com a temática da virgindade, da coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016) e das *fanfictions* –, é chegado o momento de mobilizar tais conhecimentos em nossos gestos de análise a partir do *corpus* discursivo construído nesta pesquisa. Iniciaremos nossas análises pelo Recorte 1, extraído do livro “O duque e eu” (2013), primeiro da coleção trabalhada, e o Recorte 2, retirado da *fanfiction* “Special tea time” (2023), publicada em inglês no repositório Archive of Our Own.

Recorte 1 [B1]

– Estou aqui para lhe dizer – prosseguiu Violet, com a voz um pouco mais animada – que seus deveres conjugais não precisam ser desagradáveis. Mas o que *eram* deveres conjugais? (Quinn, 2013a, p. 177, grifo do autor).

Recorte 2 [AS]

“Na verdade, eu deveria perguntar como uma boa dama como você adquiriu conhecimento sobre relações conjugais”, ele riu para esconder sua ansiedade. Colin não tinha dúvidas de que, quando Penelope entrara em sua casa hoje, ela era pura como neve fresca. No entanto, para uma inocente – ou, bem, até então inocente – ela sabia demais [...] (Special tea time, 2023, capítulo 4, tradução nossa)⁶².

Cabe oferecer um breve contexto acerca de cada uma dessas obras. Em “O duque e eu” (2013) acompanhamos a protagonista Daphne Bridgerton, a filha mulher mais velha da família, com cerca de vinte e um anos, que participa de sua segunda temporada em Londres – momento

⁶² Ver: https://archiveofourown.org/works/44238827?view_full_work=true. Acesso em: 28 fev. 2025.

em que se davam muitos noivados e até mesmo casamentos entre os membros da aristocracia – e encontra dificuldades em encontrar um marido aceitável.

É então que Daphne conhece o duque de Hastings, Simon Basset, melhor amigo do irmão mais velho da protagonista, Anthony Bridgerton. Embora Simon não queira se casar, ele propõe a Daphne fingir que a corteja, para que assim ela possa atrair melhores pretendentes, cujo interesses seriam despertados ao vê-la sendo desejada por um membro de alto prestígio na sociedade. Os dois, no entanto, acabam se apaixonando, embora não o confessem. Após se beijarem – algo que, por si só, já seria o suficiente para arruinar a reputação da protagonista – e serem vistos por Anthony, Daphne consegue convencer Simon a se casar com ela.

Assim, o Recorte 1 apresenta uma conversa entre Daphne e sua mãe, Violet, na véspera do casamento daquela primeira, em que Violet instrui a filha acerca dos deveres conjugais a serem por ela desempenhados após seu matrimônio. Enquanto Violet informa à filha que “seus deveres conjugais não precisam ser desagradáveis”, Daphne se questiona, em sua narração: “Mas o que eram deveres conjugais?”. Como alegamos anteriormente, em uma análise devemos partir daquilo que se apresenta materialmente, tendo sempre ciência de que o que foi dito poderia, em outras circunstâncias, ter sido dito de um outro modo, ou não ter sido dito, o que colocaria em jogo diferentes modos de significação (Orlandi, 2020a). Afinal, se “[...] o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise” (Orlandi, 2020a, p. 80).

Desse modo, se ao invés de “Mas o que eram deveres conjugais?”, o que constasse no recorte fosse, por exemplo, “Ela desconfiava o que eram deveres conjugais”, “Ela já sabia o que eram deveres conjugais”, ou ainda “Embora não devesse, ela havia descoberto o que eram deveres conjugais”, estaríamos diante de sentidos outros – que, embora possíveis, aqui não puderam aparecer. Em verdade, até mesmo uma versão em que o verbo “eram” não estivesse com o efeito de itálico – ou seja, simplesmente “Mas o que eram deveres conjugais?” – já mobilizaria diferentes sentidos.

É precisamente essa relação entre o dito e não dito que nos possibilita começar a esboçar os modos pelos quais o discurso significa (Orlandi, 2020a). E isso não só no que se refere a outras possibilidades de dizer que aqui não puderam ser ditas, mas também, como pontua Orlandi (2020a), no que tange à compreensão de que o dizer – enquanto formulação, intradiscurso – se sustenta em um não-dito que atua sobre ele em seu valor referencial – aqui, estamos pensando no interdiscurso, que em ausência presente determina o intradiscurso. Só pode fazer sentido que a personagem nada conheça sobre os ditos “deveres conjugais” se esse

sentido já existir nas redes de memória, tendo sido esquecido para que possa retornar no intradiscurso (Orlandi, 2020a).

De tal modo, é possível pensar que o Recorte 1, no qual a protagonista Daphne, uma mulher virgem cuja família compunha a aristocracia britânica da Era Regencial, demonstra desconhecer por completo do que se tratam as relações sexuais – os deveres conjugais –, irá dialogar com tramas do interdiscurso que fazem falar aspectos do que Duarte (2000), ainda que em outro contexto, formulou como virgindade moral. Mais especificamente, dialoga com o já-dito da inocência outrora imposta às mulheres virgens, que, como apresentou Knibiehler (2016), tratava-se da imposição, por parte da sociedade e mais diretamente da família, de um estado de ignorância, ingenuidade e desconhecimento às virgens. A proteção paternalista que cria as condições para esse não-saber e o impõe acaba também por infantilizar essas mulheres, e a “A maravilhosa inocência é beatificada. A ‘verdadeira moça’ deve ser não apenas virgem de corpo, mas também de mente e coração – nada deve saber, suspeitar ou desejar” (Knibiehler, 2016, p. 167). No Recorte 1, tais memórias discursivas são retomadas e reproduzidas, dando sustentação ao pré-construído da virgem ingênua e ignorante – ou seja, aquela que algo desconhece – em relação ao sexo, à libido, ao seu próprio corpo e ao corpo dos demais.

Vejamos então o Recorte 2. A *fanfiction* “Special Tea Time” (2023) conta com quatro capítulos, e gira em torno dos personagens Colin Bridgerton, o terceiro irmão da família, e Penelope Featherington, um casal canônico da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) – mais especificamente, do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b). Na *fanfic*, Colin, amigo de Penelope e por quem ela sempre foi secretamente apaixonada, oferece-se para lhe dar aulas que possibilitem que a jovem encontre um marido e consiga se casar. No entanto, em uma das visitas de Penelope, a personagem acaba tomando por acidente uma grande quantidade de um chá entorpecente que Colin trouxera de uma de suas viagens ao exterior. Sob o efeito da droga, Penelope confessa seus sentimentos pelo amigo, flerta com ele e confessa ser a Lady Whistledown, autora do famoso folhetim de fofocas sobre a alta sociedade. Em meio à situação, Colin se dá conta de que também nutre sentimentos românticos por Penelope e se vê atraído por ela.

Depois que o chá deixa de fazer efeito, ambos conversam sobre as revelações feitas pela protagonista e acabam se relacionando sexualmente, o que é seguido por um pedido de casamento feito por Colin – o qual, inicialmente, Penelope recusa – e por uma confissão de que ele, assim como Penelope, também era virgem até aquele momento. Diante disso, Penelope o questiona sobre como ele soubera o que fazer durante a relação dos dois, ao que ele responde

alegando que havia seguido seus instintos e o que sabia de histórias que já havia escutado de outros homens.

É nesse momento que se dá o Recorte 2, quando ele diz a ela que “Na verdade, eu deveria perguntar como uma boa dama como você adquiriu conhecimento sobre relações conjugais”. Não que desconfie de sua virgindade, já que a narração conta que ele “não tinha dúvidas de que, quando Penelope entrara em sua casa hoje, ela era pura como neve fresca”. Porém, chama a atenção de Colin que “para uma inocente – ou, bem, até então inocente – ela sabia demais”. Novamente, vamos nos deter a alguns exercícios parafrásticos. Dizer que “ela sabia demais” não é o mesmo que dizer, talvez, que “ela sabia algumas coisas”; aqui, somos chamados a pensar como o advérbio de intensidade “demais” faz falar não só de um saber, mas de um saber amplo, em demasia, em excesso, para além. E poderíamos nos perguntar, no contexto do recorte, o que seria “saber demais”; visto que Penelope nunca havia se engajado em nenhum tipo de relação sexual anterior, parece correto supor que o conhecimento teórico acerca do sexo já pudesse ser considerado como esse excesso em relação à norma da ignorância.

Chama ainda nossa atenção o fato de Colin questionar “como uma boa dama como você adquiriu conhecimento sobre relações conjugais”. Ora, o uso da construção “boa dama” coloca em jogo diferentes processos daqueles que funcionariam em uma formulação outra como, possivelmente, “Eu deveria perguntar como uma mulher adquiriu conhecimentos sobre relações sexuais”. Assim, sabendo ainda que Penelope faz parte da alta sociedade, é possível elaborar que há aqui um aspecto que diz respeito à classe socioeconômica: não é toda e qualquer mulher que pode se encontrar “protegida” de adquirir esses conhecimentos, mas sim aquelas tidas como boas damas, o que pode estar vinculado à posição ocupada por essa mulher na estratificação social da Inglaterra regencial representada.

Se não isso, poderíamos também pensar que a formulação “boa dama” faz dizer de uma possível boa reputação de Penelope e/ou de sua família, reputação essa importante no âmbito da virgindade moral pensada por Duarte (2000); ainda assim, há aspectos de classe que influenciam na possibilidade de se sustentar essa reputação, visto que, no cenário proposto por “Os Bridgertons” (2013-2016), não eram todas as mulheres que podiam ficar confinadas à segurança de suas casas e de círculos sociais tidos como mais seguros, longe do mundo do trabalho e dos bairros considerados como perigosos e impróprios para damas, ou mesmo contar sempre com um acompanhante de confiança – como uma mãe, criada, irmãos, etc. – que zelasse

por sua virtude –, o que novamente nos leva a crer que vale a pena considerar aqui a incidência de uma instância que diz respeito à classe⁶³.

Isso dito, chamamos atenção para outra questão. Mesmo diante da ciência dos conhecimentos de Penelope sobre as relações conjugais – conhecimentos que, por norma, ela não deveria possuir –, a personagem ainda é dita no Recorte 2 como uma “boa dama”, “pura como neve fresca”, “uma inocente”. Todas essas formulações, especialmente “pura como neve fresca” e “uma inocente” se referem ao fato de a personagem ser, até então, virgem, ou seja, caracterizam sua virgindade, de modo que “pura” e “inocente” funcionam aqui em relação de paráfrase com “virgem”. Além disso, ela não é dita somente como “pura”, há ainda uma intensificação: ela era “pura como neve fresca”. A menção à neve nos leva a pensar a questão da memória da cor branca em sua relação com o estado virginal feminino. Como conta Knibiehler (2016), a partir de uma certa altura foi essa a cor eleita para simbolizar a virtude das virgens: “[...] como a pérola, como o nácar, como a neve ou como o lírio. O branco agora é a cor virginal por excelência” (Knibiehler, 2016, p. 166), o que atingiria proporções máximas quando, com a popularização do vestido de noiva branco, esse viesse a ser associado à virgindade da noiva por sua cor.

Bom, ainda que saiba demais, Penelope é dita como “pura” e “inocente”, mas poderia não o ser. Era possível que nos deparássemos com formulações outras, como “Por já saber sobre relações conjugais, quando entrara na casa Colin hoje, ela já não era pura como neve fresca”, ou “Por já saber sobre relações conjugais, quando entrara na casa Colin hoje, ela já não era pura”, ou mesmo “Ela sabia demais, portanto, não era mais uma inocente”. Também não teríamos os mesmos sentidos em funcionamento caso nada fosse dito sobre o assunto. Não são esses os casos que se materializam no Recorte 2, no qual, apesar desse conhecimento – não previsto para uma “boa dama” como ela –, a protagonista ainda pode ser dita como “pura como neve fresca” e “uma inocente”. De tal modo, podemos considerar que, ainda que “pura” e “inocente” constem em relação de paráfrase com “virgem”, no Recorte 2 essas formulações dissociam o sentido de virgindade da ignorância, admitindo a existência de virgens tidas como legítimas – legitimidade conferida pelos desígnios de “pura” e “inocente” – que sabem demais.

Por conseguinte, no Recorte 2, assim como no Recorte 1, também são retomados e reafirmados a memória discursiva da virgindade moral, o já-dito da ignorância como norma para a virgem e o já-dito do controle sobre a mulher; filiação ao interdiscurso que sustenta

⁶³ Isso fica bem representado quando pensamos a personagem Sophie, que ocupa a posição de criada durante parte da história, momentos nos quais se encontra majoritariamente desprovida desses ditos cuidados de ordem paternalista.

mesmo o pré-construído do estranhamento diante de uma mulher virgem que supostamente sabe demais. No entanto, apesar de retomadas e, em alguma instância, reafirmadas, tais memórias são também desconstruídas – ou, ao menos, atualizadas – no discurso do Recorte 2, diferentemente do que acontece no Recorte 1. Atualizadas porque, apesar da retomada da memória discursiva da virgindade moral, além de aqui a personagem ser virgem e ainda assim saber o que não deveria, esse saber não exclui sua caracterização como “pura” e “inocente”.

Assim, enquanto no recorte extraído do livro “O duque e eu” (2013), a ignorância é o que se concretiza – lembramos que, no Recorte 1, Daphne nada sabe sobre o assunto, fato acentuado pelo uso do recurso de itálico quando ela se questiona “Mas o que *eram* deveres conjugais?” –, no recorte retirado da *fanfiction* “Special Tea Time” (2023) a norma da ignorância é recuperada, mas essa ignorância não se concretiza – Penelope, sendo uma “boa dama”, não deveria saber sobre as relações conjugais, mesmo assim o sabe. Em ambos os recortes, porém, “virgem” – de forma mais específica, “mulher virgem”, e, em relação de paráfrase, “inocente”, “pura” – parece se opor ao saber e ao conhecimento, embora isso se dê de formas distintas; são modos diferentes de se relacionar com uma mesma memória.

Sustentamos então a possibilidade de que estamos diante de duas posições-sujeito as quais marcam diferentes modos de se relacionar com os saberes de uma mesma formação discursiva. Lembramos que entendemos posição-sujeito em sua relação constitutiva com a memória discursiva, sendo o modo específico pelo qual o sujeito do discurso se relaciona com o sujeito universal da FD (Zoppi-Fontana, 2017). Assim, enquanto no Recorte 1 vemos funcionar uma posição-sujeito a qual parece se caracterizar por uma identificação mais plena – quão plena quanto possível – com a memória discursiva da dimensão moral da virgindade da mulher, no Recorte 2 testemunhamos uma outra posição-sujeito, a qual demonstra uma identificação menos plena com tal recorte do interdiscurso, colocando em voga um movimento de distanciamento e questionamento. São, desse modo, diferentes modos de tomar posição em relação à forma-sujeito do que acreditamos poder considerar como uma Formação Discursiva Paternalista, cujo saber do sujeito universal se filia a aspectos do interdiscurso que retomam o já-dito da proteção da mulher pela opressão e pelo controle, subjugando-as a um lugar de incapacidade de gerir suas próprias vidas, limitando sua autonomia.

A seguir, analisaremos o Recorte 3, extraído de “O duque e eu” (2013), e o Recorte 4, proveniente da *fanfiction* “Polin: o amor vence todas as coisas” (2022), publicada em português no Spirit *Fanfics* e Histórias. Como apresentamos anteriormente, “O duque e eu” conta a história de Daphne e seu par romântico, Simon. O Recorte 3 se passa após o casamento do casal

e narra os pensamentos de Simon no momento da noite de núpcias. Já a *fanfiction* “Polin: o amor vence todas as coisas” (2022) tem como protagonistas os já mencionados Colin e Penelope; no entanto, nessa obra Colin começa a história recém-casado com uma outra personagem, Marina. O Recorte 4 também narra a noite de núpcias de Colin e Marina. Embora Colin acredite que sua esposa seja virgem, ela já havia se relacionado sexualmente com um outro parceiro, tendo se casado com Colin para evitar a ruína social ao se descobrir grávida e não obter respostas para as cartas enviadas ao pai da criança. Vejamos.

Recorte 3 [B1]

Era a primeira vez dela. Simon era seu primeiro amante – seu *único* amante, ele pensou com uma ferocidade atípica –, e tinha a responsabilidade de garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela (Quinn, 2013a, p. 197, grifo do autor).

Recorte 4 [SP]

Ele estava no banheiro tentando se acalmar, pensando em tornar aquele momento único, afinal seria a primeira vez de Marina. Colin nunca havia se deitado com uma moça virgem antes, mas sabia que precisava tornar a experiência boa para ela (Polin o amor vence todas as coisas, 2022, capítulo 1)⁶⁴.

Como dissemos, o Recorte 3 se passa momentos antes da dita “primeira vez” de Daphne, e apresenta os pensamentos de Simon acerca do evento. Ele pondera sobre ser “seu primeiro amante”, mas não só, também “seu único amante, ele pensou com uma ferocidade atípica”, em que “único” é intensificado pelo uso de *itálico*. É dito ainda que Simon “tinha a responsabilidade de garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”. No Recorte 4, em condições semelhantes, somos apresentados aos pensamentos de Colin, que também reflete sobre “tornar aquele momento único, afinal seria a primeira vez de Marina”. Ficamos cientes que de, embora ele nunca tenha tido relações sexuais com uma mulher virgem anteriormente, ainda assim “sabia que precisava tornar a experiência boa para ela”.

Cabe, mais uma vez, pensar possibilidades outras aos dizeres formulados nos recortes, já que “[...] ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] O modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (Orlandi, 2020a, p. 33). Em ambos os casos, por exemplo, ao invés de se falar sobre a “primeira vez” da mulher, havia a possibilidade de surgir aí um dizer outro, como “era/seria a primeira vez dos dois”, podendo essa “primeira vez” se referenciar tanto ao fato dos personagens masculinos também

⁶⁴ Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/polin-o-amor-vence-todas-as-coisas-23861465>. Acesso em: 28 fev. 2025.

serem virgens⁶⁵ quanto ao fato de que essa seria a primeira relação sexual que esses casais em específico viveriam juntos. No Recorte 3, poder-se-ia dizer que “Simon desejava que ela pudesse encontrar seu prazer”, e não que ele “tinha a responsabilidade de garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”. De modo semelhante, no Recorte 4, um dizer outro possível seria o de que Colin estava “pensando em tornar aquele momento único para os dois”; ou, ao invés de que ele “sabia que precisava tornar a experiência boa para ela”, uma formulação que se parecesse mais com “sabia que encontrariam o melhor caminho juntos”. Além disso, como não pensar que, retornando ao Recorte 3, a significação seria outra se nada fosse dito acerca de Simon ser o “primeiro amante [de Daphne] – seu *único* amante”, ou mesmo se a palavra “único” não constasse aí em itálico?

No entanto, o que se textualiza pela via do discurso no Recorte 3 e no Recorte 4 é que a “primeira vez” é somente da mulher – Daphne e Marina, respectivamente –, nunca dos dois, ainda que aquela fosse a primeira relação sexual entre aqueles casais. No Recorte 4, inclusive, é dito que “Colin nunca havia se deitado com uma moça virgem”, mas isso tampouco faz com que seja possível enunciar ali essa relação como uma “primeira vez” também para ele. Além disso, em ambos os recortes – e isso fica especialmente evidenciado no Recorte 4 – essa “primeira vez” da mulher consta como justificativa para que o homem seja aquele a ocupar a posição de autoridade no sexo, ou seja, aquele capaz e que deve conduzir a relação, “garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”, “tornar a experiência boa para ela”.

No Recorte 3, outra justificativa para o papel de agência masculina é a de que Simon seria o “primeiro amante [de Daphne] – seu *único* amante”, formulação que legitima e autoriza o discurso de que o personagem deva ser o responsável pela relação sexual, devendo “garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”. A referência ao fato de ser o primeiro e único amante da mulher, a qual é acompanhada na narração por uma “ferocidade atípica” por parte de Simon, também resgata o já-dito da mulher como propriedade privada do homem – seja do marido, do pai, dos irmãos.

Beauvoir (2016a, p. 217) chega a considerar que é “[...] de uma maneira mais imediata que a virgindade da mulher é exigida quando o homem encara a esposa como sua propriedade

⁶⁵ Cabe mencionar que nos oito romances de “Os Bridgertons” (2013-2016) nenhum dos homens protagonistas começam a história virgens, em contraponto às mulheres, as quais, sem exceção, têm a sua dita “primeira vez” com seus respectivos pares românticos. Isso por vezes se altera nas *fanfictions*, sendo um exemplo a *fanfic* “Special tea time” (2023) - publicada no AO3, da qual foi extraído o Recorte 2 anteriormente analisado -, em que o personagem Colin revela que, assim como Penelope, também era virgem antes de os dois se relacionarem sexualmente. A virgindade de um protagonista masculino nas *fanfictions* da coleção permite vislumbrar como esse é um não-dito nos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016), mas dizer possível em discursos filiados a outras redes de memórias, colocando em jogo diferentes efeitos de sentido.

peçoal”. Reatualiza-se, no discurso, assim, a memória da posse do homem sobre a mulher; ele é seu primeiro amante, seu único amante, só ele vai e pode tê-la. Resgatamos aqui a fala de Beauvoir (2016a, p. 217): “[...] nada se afigura mais desejável ao homem do que o que nunca pertenceu a nenhum ser humano [...] o que só ele tocou e penetrou parece-lhe, em verdade, ser criação sua”. Esses são já-ditos que, esquecidos, podem (res)significar com efeito de origem e evidência no Recorte 3, justamente porque “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (Orlandi, 2020a, p. 30).

Desse modo, a “primeira vez” feminina é motivo para o direito e o dever do homem de ocupar o papel de agência na relação sexual. No Recorte 3, a “primeira vez dela”, junto ao fato de Simon ser “seu primeiro amante – seu *único* amante”, conferem-lhe a “responsabilidade de garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”. O efeito de posse atribuído à mulher virgem nesse recorte também pode ser lido como fator que contribui para sua passividade, deixando assim o papel de agência para o homem. No Recorte 4, a “primeira vez de Marina”, sendo ela supostamente uma “moça virgem”, motivam a necessidade de que Colin tenha a ciência de que “precisava tornar aquela experiência boa para ela”. Enfim, tudo se passa como se houvesse aí uma relação transparente de nexos causal entre a “primeira vez” feminina e a autoridade masculina para conduzir o sexo, tornando-o prazeroso ou uma boa experiência.

Transparência essa que é, em realidade, produzida no/pelo discurso do sujeito, através do trabalho da ideologia e do inconsciente (Pêcheux, 2014b). Portanto, essa relação, nada tem de natural, mas sim de naturalizada, ou seja, cristalizada pela memória discursiva que faz dizer dos papéis de gênero tradicionais, em especial no que tange à “primeira vez” feminina. Memória discursiva essa que sustenta o pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da relação sexual e, mais precisamente, da “primeira vez” da mulher. Assim, funciona aqui o já-dito do homem experiente, o polo ativo da relação, aquele que conduz – porque pode e porque deve – e que inicia a mulher; bem como o já-dito da mulher virgem como a inexperiente, o polo passivo da relação, aquela que é conduzida e iniciada pelo homem. Recortes do interdiscurso que, determinando o intradiscurso, fazem falar que

Toda a iniciação relativa à união carnal é oficialmente reservada ao marido, que deve poder dispor da virgem que lhe é entregue e moldá-la a seu bel-prazer, segundo suas conveniências pessoais. Ele deve ser “o primeiro” não apenas pelo prazer fantasiado de deflorar uma virgem, mas também para continuar a ser o único senhor da relação - “eu a tive virgem ela me será fiel (Knibiehler, 2016, p. 167-168).

No entanto, cabe chamar atenção a algo que se faz presente em ambos os recortes: nos dois casos, é dito de uma preocupação dos personagens masculinos em como será essa “primeira vez” das mulheres. No Recorte 3, por exemplo, fala-se explicitamente em prazer, quando Simon visa “garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela”. Já no Recorte 4, não se fala exatamente em prazer, mas é dito que Colin sabe que “precisava tornar a experiência boa para ela” – o que suscita questionamentos sobre o que seria uma “experiência boa”, ou ainda, o que suporia esse personagem masculino ser uma “experiência boa” de “primeira vez” para uma mulher.

Sobre isso, é importante fazer alguns apontamentos. A preocupação expressa nos recortes acerca do prazer ou de uma boa experiência da mulher na relação sexual – mais especificamente, na primeira relação – parece demarcar a determinação por condições de produção contemporâneas e liberais acerca da sexualidade feminina, filiando-se à memória discursiva do direito da mulher ao prazer sexual. Ao mesmo tempo, essa parece ser uma memória dominante no que tange ao subgênero dos romances de época, constituindo, junto às grandes histórias de amor romântico narradas neles, o que poderíamos considerar como parte da liberdade artística do subgênero, visto que pouco tem a dizer sobre os matrimônios e as relações matrimoniais da alta sociedade inglesa durante a Era Regencial. Lembramos também que esses livros são, em sua vasta maioria, escritos e lidos por mulheres; as quais podem ser vistas, ainda e em última instância, como produtoras e consumidoras. Se há aí uma relação intrínseca de consumo, é preciso que o produto agrade quem o consome, e pensamos que os dizeres acerca do prazer feminino atendem a tal demanda.

Assim, faz-se presente nos discursos dos recortes a questão do prazer da mulher – ou, no Recorte 4, da “boa experiência” – já desde a dita “primeira vez”. Nos livros de “Os Bridgertons” (2013-2016), inclusive, as protagonistas sempre experenciam o orgasmo, desde sua primeira relação sexual, e com aparente facilidade, ainda que na maioria dos casos pouco ou nada conheçam sobre o ato sexual e sobre seus próprios corpos – como vimos, por exemplo, no Recorte 1. O prazer lhes é garantido, ao menos a princípio, pelas habilidades masculinas. No Recorte 3 e no Recorte 4 também é isso que funciona: o prazer e uma boa experiência por parte da mulher são almejados e exaltados, mas não são algo que está nas mãos dessas mulheres, sob seu controle; ao invés disso, devem ser proporcionados pelos homens e só podem ser acessados por meio deles, aqueles que sabem, podem, conduzem.

Assim, os recortes podem ser lidos como filiados a memórias discursivas de duas ordens. A primeira delas seria a memória dos papéis tradicionais de gênero, em que o homem

ocupa o papel ativo do sexo, enquanto a mulher ficaria restrita a uma participação passiva. Como argumenta Rieth (1997, p. 10), “A iniciação sexual se coloca como um espaço privilegiado para a discussão de gênero, assumindo significados diferentes no tornar-se homem, tornar-se mulher”. Já a segunda retoma a memória discursiva do direito feminino ao prazer e à satisfação sexual. A primeira, dos papéis de gênero tradicionais, marca no Recorte 3 e no Recorte 4 uma posição-sujeito identificada com uma Formação Discursiva Patriarcal. Essa posição se relaciona, não sem tensão, com uma outra, mobilizada a partir da segunda memória mencionada, posição-sujeito essa que responde a uma Formação Discursiva Feminista Neoliberal.

Desse modo, essas distintas posições-sujeito presentes nos recortes dão indícios de que sobre esses discursos incidem ao menos duas diferentes formações discursivas. Como apresenta Orlandi (2012), no mesmo texto podem ser observadas mais de uma formação discursiva, as quais poderão estabelecer relações “[...] de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação etc.” (Orlandi, 2012, p. 76). Assim, em relação à primeira posição-sujeito, temos uma filiação à Formação Discursiva Patriarcal, a qual torna possível o dizer que fomenta e legitima a (re)atualização dos papéis tradicionais de gênero, em um compromisso ideológico com o poder hegemônico cristalizado em nossa sociedade que institui a desigualdade de gênero.

Já quanto à segunda posição-sujeito mencionada, podemos pensar a incidência da Formação Discursiva Feminista Neoliberal. Tal FD possibilita os dizeres de uma sexualidade proveitosa à mulher, ou seja, faz com que se possa falar em prazer, gozo, desejo, satisfação relacionados à experiência feminina; porém, isso se dá sem o compromisso de combater ou mesmo tratar as estruturas que historicamente cerceiam a liberdade sexual feminina, de modo que se pode pensar que tal apelo acrítico ao prazer da mulher diz mais de uma demanda capitalista neoliberal marcada por estratégias comerciais e/ou de consumo diante dos interesses de um público-alvo e de um feminismo *mainstream*, do que propriamente de uma subversão dos poderes hegemônicos.

Pensamos tal FD em diálogo com o trabalho de Fraser (2009), que, ao refletir sobre o destino do feminismo em um contexto neoliberal, pontua os modos pelos quais “[...] este capitalismo preferiria confrontar mais as reivindicações para o reconhecimento e não as reivindicações para a redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres [...]” (Fraser, 2009, p. 28). Desse modo, a FD Feminista Neoliberal produz, no Recorte 3 e no Recorte 4, um discurso em que o

se pode e deve dizer é o prazer/satisfação sexual feminina, ao passo em que uma crítica à distribuição social e política de poder entre os gêneros parece constar como aquilo que não pode e não deve ser dito.

Ainda assim, são FDs que, nos recortes, se relacionam em relativo confronto, visto que a primeira determina dizeres que negam a agência feminina e o pleno reconhecimento da mulher como indivíduo, enquanto a segunda determina dizeres que evocam superficialmente a luta das mulheres por seus direitos. Sabemos, alinhados à disciplina da Análise do Discurso, que os textos são heterogêneos, mas também que há a produção de um efeito de unidade, o que se dá pela “[...] relação de dominância de uma formação discursiva sobre as outras, na constituição do texto” (Orlandi, 2012, p. 79). Desse modo, embora incidam sobre o Recorte 3 e sobre o Recorte 4 as FDs Patriarcal e Feminista Neoliberal, podemos afirmar que é a dominância da FD Patriarcal que assegura aos recortes seu efeito – que é ideológico discursivo – de unidade. Assim, apesar de funcionar nos discursos analisados o sentido do direito feminino – mais especificamente, da mulher virgem – ao prazer sexual, esse é dominado por sentidos outros postos determinados pela FD Patriarcal, como o homem enquanto aquele que detém o direito/dever de conduzir o ato sexual – e, nos casos vistos, a “primeira vez” feminina – e, no caso do Recorte 3, o da mulher virgem enquanto objeto de posse.

Passemos então ao Recorte 5, proveniente do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” – o quarto da coleção, cuja história gira em torno do casal Colin e Penelope, como mencionamos anteriormente –, e ao Recorte 6, da *fanfiction* “Don’t you remember” (2022-2023), publicada originalmente em inglês no Archive of Our Own. O Recorte 5 se passa no momento da primeira relação de Colin e Penelope, quando ambos já estão noivos, mas ainda não casados. A *fanfiction* “Don’t you remember” (2022-2023), por sua vez, apresenta o casal do terceiro livro da coleção, “Um perfeito cavalheiro” (2014a), Benedict Bridgerton – segundo filho homem mais velho da família – e Sophie Beckett. O trecho também ocorre durante a primeira relação sexual do casal, enquanto Benedict masturba Sophie momentos antes de ocorrer a penetração, quando o casal não está casado ou mesmo noivos.

Recorte 5 [B4]

– Ah, Deus – gemeu ele. – Isto vai doer. Não há nada que eu possa fazer, mas, eu lhe prometo, é só desta vez, e não vai doer demais.

– E como você sabe? – indagou ela (Quinn, 2014b, p. 258).

Recorte 6 [AD]

Ele suspeitava que qualquer passeio particularmente vigoroso a cavalo teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem quando chegasse a hora (Don't you remember, 2022-2023, capítulo 17, tradução nossa)⁶⁶.

Daremos início a nossas leituras pelo Recorte 5, excerto retirado do momento em que ocorre a primeira relação sexual da personagem Penelope. O trecho começa com uma fala de Colin, que informa a ela que “Isto vai doer. Não há nada que eu possa fazer, mas, eu lhe prometo, é só desta vez, e não vai doer demais”. Diante dessa fala, Penelope o indaga: “E como você sabe?”. Ao tecer nossos exercícios parafrásticos, começaremos insistindo em um ponto já comentado durante outras análises: é preciso dizer que, em outras conjunturas, seria possível uma formulação que nem ao menos materializasse dizeres sobre a suposta dor na primeira relação sexual feminina.

Isso posto, ainda que essa dor fosse dita, sua presença poderia se textualizar de outras formas. No Recorte 5, a dor comparece na fala masculina com tons de uma certeza que a colocam como algo incontornável, ou seja, impossível de não vir a ser – “isto vai doer. Não há nada que eu possa fazer”. Em outras possibilidades estruturais, no entanto, poderíamos nos deparar com formulações em que essa constasse enquanto um poder vir a ser. Cabe fornecer alguns exemplos. Dizeres como “Pode ser que isso doa” ou “Creio que não vá doer”, os quais colocariam em jogo ponderações quanto à experiência dolorosa, ao invés de “Isto vai doer”, que não abre margem para dúvidas; “Talvez eu possa evitar” ou “Não sei se há algo que eu possa fazer”, os quais relativizariam o papel masculino na alegada dor da primeira relação da mulher, e não “Não há nada que eu possa fazer”, o qual parece afastar a possibilidade de tentativas para promover a ausência da dor; “Acho que vai ser só desta vez”, “Talvez vá doer só desta vez” ou “Pode doer também nas próximas vezes”, os quais promoveriam um afastamento de uma suposta relação necessária entre a dor feminina durante o ato sexual e a primeira relação, ao invés de “eu lhe prometo, é só desta vez”, o qual restringe a dor somente à essa primeira relação; “Não sei o quanto pode doer” ou “Acredito que não vá doer demais”, os quais instaurariam uma incerteza quanto à intensidade da suposta dor, e não “não vai doer demais”, no qual a intensidade alegada da dor pode operar em um caráter de indubitabilidade.

Há também de se refletir, entretanto, quanto à fala da personagem feminina Penelope, na qual é dito: “– E como você sabe? – indagou ela”. Considerando que esse dizer também poderia ser outro, é preciso dizer que formulações outras significariam de modos distintos ao dos recorte. Ao invés de um dizer de questionamento, poderíamos nos deparar com falas da

⁶⁶ Ver: https://archiveofourown.org/works/40327497?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

protagonista que se parecessem mais com “Se você está dizendo”, “Está bem”, “Imagino que você esteja certo”, ou mesmo em que o “E como você sabe?” não aparecesse e houvesse uma narração em que constasse “concordou ela”. Recordando as considerações tecidas por Lagazzi (2019) a partir do caráter relacional do valor, podemos afirmar que o dizer do Recorte 5 não passa ileso diante desses não-dizeres, mas sim é informado por eles.

Desse modo, diante de possibilidades que pusessem em funcionamento a dor da primeira relação sexual como questionável, possível ou circunstancial, somos levados a olhar para os modos pelos quais o Recorte 5 tem a dizer dessa dor – assim como do fato de ocorrer somente na primeira relação sexual e de seu grau de intensidade – como uma certeza na fala do personagem masculino – “Isto vai doer”, “eu lhe prometo, é só desta vez, e não vai doer demais”. Isto é, como algo inevitável. Pensando formulações que estendessem a possibilidade da dor da mulher durante o sexo a outras relações, não limitando-se à primeira, somos convocados a nos atentar para o fato de que o Recorte 5 parece tecer, na fala de Colin, uma relação estrita entre a dor e a primeira relação sexual feminina – “eu lhe prometo, é só desta vez” –, como se a dor pudesse se dever exclusivamente à virgindade e não a outros fatores anatômicos ou mesmo psicológicos. Ao mesmo tempo, considerar dizeres outros em relação à fala de Penelope, os quais pudesses fazer falar de uma concordância plena com o que lhe é informado pelo protagonista, também ressalta aos nossos olhos como, no Recorte 5, há um momento de questionamento diante das certezas tecidas anteriormente.

Antes de retornarmos a essas considerações, desejamos comentar acerca do Recorte 6, o qual acontece em um momento de relação íntima entre Benedict e Sophie na *fanfiction* “Don’t you remember” (2022-2023), momentos antes da primeira relação sexual do casal, e também de Sophie. No trecho, é dito que Benedict “suspeitava que qualquer passeio particularmente vigoroso a cavalo teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem quando chegasse a hora”. Novamente, ressaltamos que a dor – aqui dita especificamente como “dor da virgem” – poderia não ter aqui comparecido, ou que isso poderia ter acontecido de outras formas. Embora se mencione a dor, no Recorte 6, sua concretização parece ser questionada por Benedict, visto que ele “suspeitava” que essa poderia ser evitada por atividades prévias da mulher, tais qual um “passeio particularmente vigoroso a cavalo”.

Poderíamos, entretanto, pensar em outros dizeres que não vieram a ser. Formulações como “Ele suspeitava que mesmo um passeio particularmente vigoroso a cavalo não teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem” ou “Ele sabia que mesmo um passeio particularmente vigoroso a cavalo não teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem”, as quais descartassem

a probabilidade de a dor na primeira relação sexual ser amenizada por outras atividades fora do aspecto sexual. “Ele sabia que qualquer passeio particularmente vigoroso a cavalo teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem quando chegasse a hora” ou “Ele tinha certeza de que qualquer passeio particularmente vigoroso a cavalo teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem quando chegasse a hora”, nas quais a suspeita – “ele suspeitava que...” – desse lugar a uma asseveração; “dor da primeira vez” ou “possível dor”, ao invés da dita “dor da virgem”; “teria sido suficiente para diminuir a dor quando chegasse a hora” ou “teria sido suficiente para que ela não sentisse dor quando chegasse a hora”, no lugar de um dizer que apontasse para um livramento – “livrá-la da dor da virgem”.

Esses são exemplos de possibilidades outras que apontariam para outros lugares de produção do discurso e de sentidos, os quais nos ajudam a ler o recorte em análise em suas dadas filiações. Assim, tendo em vista outros dizeres, os quais poderiam colocar em jogo uma dor que não fosse dita como a “dor da virgem”, somos convocados a pensar em como o Recorte 6 faz dizer de uma dor própria à virgem, exclusiva dela e de sua primeira relação sexual. Pensando em formulações que convocassem certezas acerca dessa dor, de sua presença ou ausência, é possível apontar que o Recorte 6 põe em jogo, ao invés disso, uma suspeita, um não saber completo acerca dessa dor. E, diante de dizeres os quais convocassem uma certeza quanto à dor na primeira relação sexual, podemos delinear que o Recorte 5 parece fazer dizer da dita “dor da virgem” como existente, mas potencialmente evitável, não obrigatório, passível de suspeita, algo de que a mulher virgem poderia ser “livrada”.

É proveitoso aqui que recuperemos a fala de Vinhas (2020, p. 3, grifo da autora), segundo a qual “[...] saberes que *todo mundo sabe* podem interferir no processo de construção dos enunciados, caracterizados como algo anterior a essa construção: o pré-construído, ou seja, aquilo que antecede à construção do enunciado que o determina”. Diante disso e do que foi exposto mais acima, argumentaremos que o Recorte 5 e o Recorte 6 encontram, ambos, sua sustentação no pré-construído da presença da dor na primeira relação sexual feminina. Ou seja, que é por meio desse pré-construído que o que foi dito antes pode se fazer presente nos discursos do Recorte 5 e do Recorte 6.

Esse dito antes pode ser bem sintetizado pela consideração feita por Duarte (2000, p. 178), de que “[...] e a dor que desatina são [...] imagens, símbolos e convicções culturais que povoam o ‘saber’ popular sobre a primeira relação sexual feminina e seu conseqüente desvirginamento”. Esteves (1989) também fala da dor na primeira relação sexual como um emblema da perda da virgindade, e ressalta que “Verdadeiras ou falsas, são imagens que vão

sendo repassadas, internalizadas e cobradas” (Esteves, 1989, p. 114), aspecto essencial para nosso trabalho. Não é preciso que a presença de dor na primeira relação sexual seja realmente mandatória na experiência de todas as mulheres; o que nos é relevante é observar como essa presença é dominante na/pela via do discurso tendo em vista os recortes analisados, dominância que se sustenta na possibilidade instaurada pelo dito pré-construído.

“Admitir que existe um tipo de funcionamento do interdiscurso relacionado ao pré-construído significa assumir a determinação da alteridade no funcionamento do discurso: [...] o discurso-outro, advindo de outro lugar do complexo das FD, é atualizado”, é o que nos diz Vinhas (2020, p. 10). O pré-construído da presença da dor na primeira relação sexual feminina, que sustenta os dizeres do Recorte 5 e do Recorte 6, faz funcionar nesses recortes a memória discursiva da virgindade física, atualizando o já-dito da dor física como indício ou característica da primeira vez, sem deixar de dialogar com já-ditos como o do hímen, do sangue, do estreitamento do canal vaginal, etc., ainda que esses não estejam ditos no recorte.

A memória discursiva da virgindade física convoca o apelo à descrição, ao estudo e à categorização do corpo feminino, supostamente dotado de sinais anatômicos e fisiológicos os quais possibilitariam diferenciar um corpo virgem de um não virgem⁶⁷, condição para que a dor na relação sexual pudesse se tornar um dos emblemas da virgindade feminina, como foi considerada por Esteves (1989). Produção de conhecimento acerca do corpo feminino o qual alimentou “[...] estratégias médicas e familiares, essencialmente masculinas, de controle e dominação de nossas [das mulheres] sensações e emoções [...]” (Esteves, 1989, p. 34). Recorte interdiscursivo que parece definir o domínio de saber de uma formação discursiva na qual o que se pode e deve dizer é justamente de uma observação e controle do corpo feminino, a partir de sua relação com a memória discursiva da virgindade física, a qual faz poder falar, dotada de um efeito de transparência, de uma tradução confiável, pela via do corpo – nos recortes, a dor – de um estado feminino – aqui, a virgindade.

Produzidos no âmbito de tal FD, o Recorte 5 e o Recorte 6 são autorizados a resgatar os já-ditos relacionados à virgindade física, produzindo dizeres que relacionam a primeira relação sexual com um tipo de dor própria e específica à primeira vez e/ou à mulher virgem; seja essa dor formulada como incontornável – Recorte 5 –, como circunstancial – Recorte 6 – ou mesmo como questionável – recortes 5 e 6 –, ela significa a virgindade feminina, a mulher virgem e

⁶⁷ Acerca desse tópico, a consulta a estudos produzidos no âmbito da medicina da mulher e da medicina legal pode ser esclarecedora. Ver, por exemplo, Martins (2000), especialmente, embora não só, no que tange aos comentários acerca do trabalho de Pierre Roussel, o qual “[...] foi o primeiro médico iluminista a defender a especificidade da natureza feminina. Seu sistema consistia em definir o sexo, o corpo e a alma feminina como um todo homogêneo radicalmente diferente do homem” (Martins, 2000, p. 33).

sua iniciação sexual, sendo também por essas significada. Nos dizeres determinados por essa formação discursiva, a dor parece poder se naturalizar enquanto parte da primeira relação sexual da mulher, adquirindo, pela via discursiva, efeito de transparência, de evidência, como se houvesse uma plena correspondência entre dor e virgindade feminina – as formulações “Isto vai doer”, no Recorte 5, e “dor da virgem”, no Recorte 6, apontam nessa direção. Filiados a uma mesma formação discursiva, pensamos que os recortes se marcam ainda por formas específicas de se relacionar com o sujeito do saber de tal FD, ou seja, que fazem dizer de distintas posições-sujeito frente ao domínio de saber que os determina.

Assim, embora manifeste um questionamento acerca da dor da primeira relação feminina – aqui, estamos nos referindo à fala da protagonista, ao indagar “E como você sabe?”, diante da fala do outro personagem –, o Recorte 5 ainda parece ser majoritariamente dominado por uma relação de maior identificação com a FD na qual é constituído, produzido no âmbito de uma posição-sujeito na qual o caráter de evidência dessa dita dor se materializa de forma intensificada, permitindo que ela compareça como intransponível, óbvia, um sentido já dado e aqui validado – como vimos, o recorte é marcado por afirmações contundentes e imperativas, “Isto vai doer”, “Não há nada que eu possa fazer”, “eu lhe prometo, é só desta vez, e não vai doer demais”.

O Recorte 6, por outro lado, ainda que também mobilize e reproduza a memória da virgindade física e seja determinado pela mesma formação discursiva do Recorte 5, parece falar de uma posição-sujeito que reafirma a dor da primeira relação sexual da mulher – reafirmação que pode ser observada pelo dizer de uma “dor da virgem” –, mas a transloca de um lugar de indubitabilidade – aqui, estamos pensando em relação ao recorte anterior – para um lugar de dúvida, questionamento, suspeita, significando-a como uma possibilidade mais do que como algo inequívoco – lembramos que o recorte fala que “Ele suspeitava” que a atividade de andar a cavalo poderia livrar a mulher da dor na primeira relação. Desse modo, enquanto a posição-sujeito do Recorte 5 vai materializar que a primeira relação irá doer e que nenhuma atitude do protagonista pode mudar isso, a posição-sujeito do Recorte 6 mobiliza a ideia de que outras atividades – até mesmo não sexuais, visto que menciona o passeio a cavalo – poderiam resultar em uma ausência de dor, dor essa que adquire aqui contornos de algo eventual, passível ou não de ocorrer.

São, portanto, posições-sujeito distintas as quais marcam diferentes modos de identificação do sujeito do enunciado com o sujeito do saber da formação discursiva na qual se produzem os discursos dos recortes, em conformidade com o pensado por Courtine (2020).

Formação discursiva essa que, como dissemos, é definida por sua relação provisória com recortes do interdiscurso os quais põem em funcionamento já-ditos como o do controle do corpo feminino, dos indícios físicos da virgindade da mulher. Formação ideológica que projeta, na ordem do discursivo, uma formação ideológica cujo compromisso ideológico está em perpetuar o já sedimentado historicamente poder patriarcal moderno, isto é, uma estrutura socioeconômica de dominação masculina descrita por autoras como Beauvoir (2016a; 2016b).

Ao adentrar a via do discurso, tais compromissos ideológicos (re)criam a possibilidade da produção de sentidos os quais reiteram as desigualdades materiais entre os gêneros, as quais, como argumentado por Castro, Abromavay e Silva (2004), estendem-se ao campo da sexualidade e das experiências sexuais. De modo que a FD que determina os dizeres dos processos discursivos em funcionamento no Recorte 5 e no Recorte 6 podem produzir efeitos de sentido acerca da virgindade feminina. Assim, a mulher virgem aqui pode e deve ser dita como aquela que experencia uma dor particular referente à primeira relação sexual – ver o Recorte 5, “é só desta vez”, e o Recorte 6, “dor da virgem” –, bem como essa primeira relação pode ser significada como um evento caracterizado pela presença de dor, seja ela vista como incontornável (sentido dominante no Recorte 5) ou potencialmente evitável (Recorte 6).

Vamos agora à análise do Recorte 7, retirado do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), o quarto volume da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), e do Recorte 8, proveniente da *fanfiction* “Col and pen make a p movie” (2023), publicada em inglês no Archive of Our Own.

Recorte 7 [B4]

Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir a prova incontestável da inocência dela (Quinn, 2014b, p. 258).

Recorte 8 [AC]

“Nenhum close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido. Os espectadores terão que acreditar na minha palavra quando eu disser que sou virgem.” (Col and pen make a p movie, 2023, capítulo 4, tradução nossa)⁶⁸.

Começaremos retomando um panorama geral do citado livro, cujos protagonistas são Colin Bridgerton e Penelope Featherington. Na história, Penelope, já considerada uma solteirona, por ter vinte e oito anos e nunca ter se casado, é apaixonada por Colin desde os dezesseis anos. Ele, que no momento da história está com trinta e três anos, por outro lado, nunca a viu romanticamente, embora a considerasse com carinho devido a amizade longínqua

⁶⁸ Ver: https://archiveofourown.org/works/45226051?view_full_work=true. Acesso em: 28 fev. 2025.

entre Penelope e sua irmã, Eloise Bridgerton. No começo do livro, Colin acaba de retornar de uma de suas muitas viagens ao exterior e, a partir desse momento, os dois protagonistas passam a se encontrar por coincidência na cidade ou em eventos da alta sociedade londrina.

Em um dado momento da trama, Penelope resolve pedir um beijo a Colin, visto que já havia perdido a perspectiva de se casar e sempre fora apaixonada pelo amigo. Apesar das convenções da época proibirem tal comportamento, o beijo acontece e, depois disso, Colin se vê atraído e apaixonado por Penelope. O que ele não sabe sobre ela, embora eventualmente o descubra, é que Penelope escreve anonimamente e lucra há cerca de dez anos com as Crônicas da Sociedade de Lady Whistledown, na qual relata informações que descobre sobre os membros da alta sociedade; informações as quais, muitas vezes, essas pessoas prefeririam manter em segredo. A problemática disso é que, além do fato de que uma mulher na posição social dela não deveria ter uma ocupação/trabalho desse tipo – ou, mais especificamente, ocupação/trabalho algum –, caso descoberta, Penelope provavelmente sofreria com a revolta de todos aqueles expostos em suas colunas.

Apesar de descobrir seu segredo e embora os dois não cheguem a um consenso acerca da coluna, Colin a pede em casamento. Após a festa de noivado e uma discussão grave motivada por mais uma publicação de Penelope, os personagens se relacionam sexualmente, antes de estarem casados. O Recorte 7 narra um momento dessa relação, mais especificamente da penetração. No recorte é dito que “Quando [Colin] a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir a prova incontestável da inocência dela”. Recorremos novamente aos exercícios parafrásticos como meio de adentrar a análise. Lembramos que, com isso, visamos “[...] considerar, sim, o sujeito, e perguntar pelas posições que o constituem na relação com o discurso, colocando em suspenso as evidências das interpretações que o tomam enquanto sujeito ideológico” (Lagazzi, 2015b, p. 86). Desse modo, aqui podemos pensar em outros dizeres, não-ditos, que poderiam constar em outras condições, significando de modos distintos – mais ou menos próximos ao observado no recorte. Assim, um exemplo em que o hímen fosse dito, mas não colocado como “prova incontestável”, seria uma formulação como “Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir o hímen”⁶⁹. Poderíamos também

⁶⁹ Falamos aqui em hímen porque, embora nesse recorte em específico ele não seja nomeado, a observação de outras obras da coleção “Os Bridgertons” permite alegar que essa membrana é que está sendo dita aqui como “prova incontestável da inocência”. O hímen aparece explicitamente no terceiro livro da coleção, “Um perfeito cavalheiro” (2014a), na passagem “Avançou de forma implacável, entrando e saindo até atingir a frágil barreira do hímen” (Quinn, 2014a, p. 209). Em outra passagem, de “O visconde que me amava” (2013b), segundo livro publicado, durante a primeira relação sexual entre os personagens, é dito que “[...] mais um impulso e ele encostaria em sua virgindade [...]” (Quinn, 2013b, p. 222). No sétimo livro, “Um beijo inesquecível” (2016b), há um trecho em que se narra o personagem “[...] avançar ainda mais, rompendo a última barreira, agora completamente envolto

pensar em hipóteses em que a questão do hímen nem ao menos se fizesse presente, como “Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até penetrá-la por completo” ou “Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até unir seus corpos por inteiro”.

Tais possibilidades, entretanto, não puderam vir a ser e o que se textualiza no/pelo discurso é que “Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir a prova incontestável da inocência dela”. Podemos começar chamando atenção para o fato de que, ao que aparenta, no Recorte 7, de modo semelhante ao que ocorria no Recorte 2, “inocência” estabelece relação de paráfrase com “virgindade” – no Recorte 2, como vimos anteriormente, “inocente” estava em relação de paráfrase com “virgem” –, em uma espécie de não-dito que constitui outra maneira de se dizer o que foi dito sem alterar profundamente o sentido em jogo, ainda que signifique com nuances distintas (Orlandi, 2012). Isso considerado, uma outra forma de se dizer o Recorte 7 seria, por exemplo, “Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir a prova incontestável da virgindade dela”. Desse modo, pensamos que o hímen, “prova incontestável da inocência” está sendo dito, em última instância, como “prova incontestável” da virgindade da mulher – nesse caso, de Penelope. O discurso em funcionamento no Recorte 7, portanto, estabelece relações de coincidência entre hímen e a virgindade feminina, sendo que o primeiro provaria a segunda. Mas aqui ele não é dito somente como uma prova da inocência/virgindade – dentre outras talvez possíveis –, mas sim como “prova incontestável”. Prova última, definitiva, mais relevante, inegável, a rainha das provas que a todas suplanta.

Assim, se no Recorte 2 ser “inocente” se dissociava em alguma medida da ignorância e do não saber, também no Recorte 7 a “inocência” aparece materializada vinculada a outros aspectos que não o do desconhecimento, mas sim à “prova incontestável” que é o hímen. Com base no exposto, podemos argumentar que funciona aí o pré-construído do hímen como indício da virgindade da mulher, assim como o pré-construído de que a virgindade é um estado passível de comprovação – comprovação que, no Recorte 7, se dá em última instância pelo hímen. E se “[...] o dizer tem sua história” (Orlandi, 2012, p. 24), tais pré-construídos só podem funcionar por se relacionarem com outros dizeres que lhes servem de sustentação. São pré-construídos sustentados pela memória discursiva da virgindade física (Duarte, 2000) – no âmbito da qual, como vimos, o hímen ocupava papel relevante –, pelo já-dito da possibilidade/necessidade de

por ela (Quinn, 2016b, p. 186). Assim, a menção anterior ao hímen no âmbito da mesma coleção, no livro “Um perfeito cavalheiro” (2014a) - dito ali como uma “frágil barreira” - e a repetição do verbo “atingir” no trecho citado e no Recorte 7 nos levam a sustentar que a “prova incontestável da inocência dela” se trata também do hímen.

se provar a virgindade da mulher. São esses os mesmos recortes do interdiscurso que sustentam, ainda hoje, a realização dos chamados testes de virgindade, os quais supostamente visam averiguar se uma mulher é ou não virgem a partir da observação do hímen ou do tamanho do introito vaginal e da espessura interna do canal vaginal (Olson e García-Moreno, 2017).

Acerca do hímen, atualmente o que sabemos é que essa membrana mucosa (Hegazy; Al-Rukban, 2012; Hobday; Haury; Dayton, 1997), ou esse tecido membranoso (Mishori *et al.*, 2019), que circunda o canal vaginal – ou seja, não o cobre por completo, ao invés disso apresentando diferentes tipos de perfurações pelas quais se dá a saída do sangue menstrual, por exemplo, mas também de outras secreções –, pode ser encontrada em diferentes anatomias, variando quanto à sua espessura, localização, tipo de perfuração, e se modifica inclusive com o avançar da idade (Hegazy; Al-Rukban 2012; Mishori *et al.*, 2019; Velásquez; Briñez; Delgado, 2012). A relação do estado do hímen com a (não) virgindade da mulher, no entanto, pode ser dita como pouca ou nenhuma, não sendo assim um indício confiável de virgindade (Olson; García-Moreno, 2017; Raveenthiran, 2009).

Assim, ao menos de acordo com o que as pesquisas vêm indicando já há algum tempo, o hímen não constitui de fato uma “prova incontestável” da virgindade. Isso tampouco altera o fato de que, no discurso do Recorte 7, funciona o efeito de evidência que postula o hímen como essa “prova incontestável”. Como argumenta Orlandi (2020a, p. 65), “[...] as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua”. No Recorte 7, portanto, estamos diante de um pré-construído sustentado pela memória discursiva que faz falar o já-dito dos indícios fisicamente comprováveis da virgindade da mulher, sendo o hímen talvez um dos mais relevantes e propagados (Duarte, 2000). Poder-se-ia alegar, é claro, que o romance “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b) naturalmente retrataria os achados e conhecimentos médicos da época em prol de uma verossimilhança histórica, e, como alega Knibiehler (2016), as sociedades ocidentais do século XIX relegavam papel especial ao hímen e à sua proteção. É um argumento suficientemente bom, de fato.

Porém, ainda que não pretendamos nos aprofundar nessas questões, cabe fazer algumas observações. A primeira delas é um certo grau de liberdade existente nos romances de época que, embora se situem em momentos passados determinados, ainda contam com a possibilidade de reinventar e/ou transgredir certos contextos históricos em prol do desenrolar da trama e, claro, do final feliz entre o par amoroso. Isso acontece também na coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), na qual podemos testemunhar acontecimentos e comportamentos que, se não

impossíveis para a Era Regencial, certamente o seriam improváveis ou ao menos reprováveis. Vejamos, e esse é um mero exemplo dentre muitos outros: quatro dos casais protagonistas – a saber, nos livros “Um perfeito cavalheiro” (2014a), “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), “Um beijo inesquecível” (2016b) e “A caminho do altar” (2016a) – têm relações sexuais antes do casamento, sendo que, no caso de “A caminho do altar” (2016a) essa relação acontece enquanto a protagonista está noiva de outro homem.

Outra observação a ser levantada é a de que, no sexto livro da coleção, “O conde enfeitado”, em que um dos personagens falece após uma dor de cabeça e outro personagem possui malária, faz-se uso da seção “Nota da autora” para prestar esclarecimentos acerca da causa da morte daquele primeiro – a saber, um aneurisma cerebral rompido, o qual não poderia ter sido descoberto na época – e sobre o descompasso entre as informações fornecidas sobre a malária no romance – equivalentes ao conhecimento da época – e o que a ciência já conhece sobre a doença atualmente, contando para isso com uma explicação extensa⁷⁰. Não há nenhum tipo de iniciativa semelhante em relação ao hímen em nenhum dos oito livros da coleção, embora a maioria deles – se não todos – o mencionem, ainda que mais ou menos explicitamente.

⁷⁰ “Quanto à malária, trata-se de uma doença existente desde a Antiguidade. Por meio de registros históricos, observou-se que a exposição ao ar quente e úmido está associada a febres periódicas, fraqueza, anemia, falência renal, coma e morte. O nome da doença vem da expressão italiana para “ar ruim” e reflete a crença em nossos ancestrais de que o ar, em si, era o culpado. Em *O conde enfeitado*, Michael cita o “ar pútrido” como a fonte de sua doença. Hoje sabemos que a malária é, na verdade, infecciosa. As condições climáticas quentes e pantanosas não são as únicas causas, mas servem de solo fértil para a reprodução de mosquitos do gênero *Anopheles*, vetor da infecção. Durante uma picada do inseto, a fêmea injeta organismos microscópicos no infeliz hospedeiro humano. Esses organismos são parasitas unicelulares do gênero *Plasmodium*. Há quatro espécies de *Plasmodium* que podem infectar as pessoas: *falciparum*, *vivax*, *ovale* e *malariae*. Uma vez na corrente sanguínea, esses microorganismos são levados até o fígado, onde se multiplicam em ritmo frenético. No espaço de uma semana, dezenas de milhares de parasitas são liberados outra vez na corrente sanguínea, onde infectam os glóbulos vermelhos e se alimentam da hemoglobina que se encontra em seu interior e que carrega o oxigênio. A cada dois ou três dias, através de um processo sincronizado pouco compreendido, os filhotes desses parasitas surgem de dentro dos glóbulos vermelhos, causando febres altas e calafrios violentos. No caso da malária *falciparum*, as células infectadas podem se tornar pegajosas, grudando-se à parte interna dos vasos sanguíneos do rim e do cérebro, levando à insuficiência renal e ao coma – e à morte, caso o tratamento demore a ocorrer. Michael teve sorte. Pegou a malária *vivax*, que persiste no fígado da pessoa infectada por décadas, mas raramente a mata. A exaustão e as febres causadas por ela, no entanto, são graves. Ao final do livro, Michael e Francesca temem que o aumento das crises signifique o fracasso da batalha contra a doença. Na verdade, no caso da malária *vivax*, isso não teria importado. Não é possível saber quando um portador da malária *vivax* poderá ter uma crise de febre (a não ser no caso de imunossupressão, como em pacientes com câncer, grávidas ou pessoas com aids). Na verdade, em alguns pacientes as febres nunca mais ocorrem e eles permanecem saudáveis pelo resto da vida. Gosto de pensar que Michael tenha sido um dos afortunados, mas mesmo que não tenha sido esse o caso, não há motivo para crer que não tenha vivido até uma idade bem avançada. Além do mais, como a malária é, estritamente, uma doença transmissível por via sanguínea, ele não poderia tê-la passado para os membros de sua família. A causa da malária ainda não seria compreendida durante décadas após a ambientação de *O conde enfeitado*, mas o tratamento básico já era conhecido: havia a possibilidade de cura pelo consumo da casca da árvore tropical *cinchona*” (Quinn, 2015b, Nota da Autora).

Isso posto, cabe olhar agora para o Recorte 8, antes de relacioná-lo ao Recorte 7. A *fanfiction* “Col and pen make a p movie (2023)” conta com dez capítulos, e também tem como protagonistas Colin e Penelope. Essa *fanfiction* se trata do que se conhece como Alternate Universe (AU) – em português, Universo Alternativo –, ou seja, trabalhos os quais alteram “[...] elementos canônicos da obra [...] pode levar os personagens de uma determinada obra de origem para um cenário radicalmente diferente, mudar o gênero em que suas aventuras ocorrem e/ou alterar uma ou mais de suas profissões, objetivos ou histórias de fundo”⁷¹.

No caso de “Col and pen make a p movie” (2023), ao invés da Era Regencial britânica, a história possui uma ambientação contemporânea. Colin e Penelope, amigos de longa data, são universitários que dividem o aluguel de um apartamento. Quando os dois se veem drasticamente endividados e Penelope conta a Colin que ela é virgem, surge a ideia de gravarem juntos um filme pornô em que ele “tiraria” sua virgindade. Apesar de reticente a princípio, Penelope eventualmente concorda, mas estabelece algumas condições. O Recorte 8 trata de uma delas, em que a personagem afirma que não aceitará fazer “Nenhum close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido. Os espectadores terão que acreditar na minha palavra quando eu disser que sou virgem”.

O que não é o mesmo que dizer, por exemplo, “Nenhum close-up da minha buceta para mostrar meu hímen”, deixando de fora o fato de ele não ter sido “rompido”. Também não equivale a dizer “Eu aceito um close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido. Sei que os espectadores não vão acreditar somente na minha palavra quando eu disser que sou virgem”, ou “Já que todo mundo sabe que hímen não prova virgindade, os espectadores vão acreditar na minha palavra quando eu disser que sou virgem”. Os sentidos também seriam certamente outros se nada fosse mencionado acerca do hímen ou sobre a questão de essa virgindade ser ou não acreditada.

Desse modo, assim como no Recorte 7, o hímen também se faz presente no Recorte 8. Aqui, porém além de ser mencionado explicitamente, algo se acrescenta: ter sido ou não rompido. Retornaremos nesse ponto em um momento. Em comum, os dois recortes têm o fato de que colocam o hímen como indicativo relevante da virgindade da mulher. Afinal, na falta de um “close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido”, que aparentemente poderia comprovar a virgindade alegada, é preciso então que se acredite “na minha palavra quando eu disser que sou virgem”; segue em jogo aí a discursivização da

⁷¹ Tradução nossa. Ver: https://fanlore.org/wiki/Alternate_Universe. Acesso em: 01 mar. 2025.

virgindade feminina como algo que precisa ser acreditado, o que pode se dar de diferentes formas.

No Recorte 8 há a recusa da protagonista de comprovar sua virgindade mostrando/provando seu hímen não rompido. Ainda assim, o hímen – e aqui, especificamente o hímen dito não rompido – é posto como algo capaz de provar a virgindade feminina, comprovação que se daria por meio de uma filmagem em close-up⁷² da vagina. E se introduz aí uma nova possibilidade de garantia capaz de atuar como fiadora da virgindade declarada pela personagem: sua própria palavra e o peso da honestidade contida nela, na qual “os espectadores terão que acreditar”. Instaura-se, então, no Recorte 8, a possibilidade de a virgindade da mulher ser comprovada pela palavra da mulher, tendo os espectadores que acreditarem que ela diz a verdade. Coloca-se, entretanto, a possibilidade de que essa informação não seja acreditada visto que a palavra, sendo menos palpável, física e visível do que a filmagem aproximada do hímen, poderia abrir maior margem para o descrédito do que essa última. Através da filmagem, dita como capaz de “mostrar que meu hímen não foi rompido”, o hímen – observável, medicamente analisável, supostamente objetivo, imparcial e definitivo – mantém em alguma medida o seu apelo de atestar se uma mulher (não) é virgem. Ainda assim, no Recorte 8 há a recusa de fazer comparecer essa prova, oferecendo como única garantia a palavra da mulher.

Desse modo, também no Recorte 8, assim como no Recorte 7, vemos funcionar o pré-construído da virgindade como um estado passível de comprovação – que aqui se endereça aos possíveis espectadores do filme pornô a ser gravado –, ou seja, de que há aspectos capazes de se fazer crer ou não na virgindade feminino, e o pré-construído do hímen como indício da virgindade da mulher. Esse último, porém, é em alguma medida relativizado diante da oferta de outros meios pelos quais se poderia provar essa virgindade. Porém, aqui o Recorte 8 é sustentado por uma memória discursiva que não comparecia no Recorte 7, a saber, a memória discursiva da virgindade física, pelo já-dito do hímen não rompido como atributo necessário ao corpo da mulher virgem – e, por extensão, o hímen rompido como característica do corpo da mulher não virgem. Faz-se falar o tão difundido “[...] mito de que o hímen é necessariamente rasgado após a relação sexual” (Rogers; Stark, 1998, p. 414, tradução nossa). Aqui, relação sexual se refere àquela com penetração – cabe deixar posta a questão acerca de que penetração

⁷² Como não encontramos palavra ou termo que expressasse o mesmo conceito exposto no texto original em inglês, optamos por manter a formulação em inglês. Desse modo, close-up é uma forma de se fotografar ou filmar que captura algo com muita proximidade, permitindo uma visão mais detalhada do que uma filmagem normal. Consideramos o uso da palavra “zoom”, ainda do inglês, mas mais conhecida no Brasil. No entanto, close-up e zoom diferem entre si: enquanto o close-up diz respeito à aproximação física da câmera em relação ao objeto ou pessoal filmado/fotografado, a proximidade do zoom é alcançada através de recursos da própria câmera ou de uma lente específica, não havendo a necessidade de se aproximar fisicamente daquilo que é fotografado/filmado.

seria essa, mas acreditamos que ela não necessariamente esteja restrita ao pênis, visto o receio de muitas jovens de “romper” o hímen por acidente, como ao usar absorventes internos ou ao inserir os dedos na vagina para se masturbar⁷³.

Assim, tudo se passa como se um hímen não rompido/intacto/íntegro equivalesse a um corpo feminino virgem, e um hímen rompido/rasgado/não íntegro denunciasse a não virgindade da mulher. Sabemos, em uma perspectiva de análise discursiva, que isso não depende de uma vontade do enunciador, mas sim do modo pelo qual se dá sua identificação com certas instâncias do interdiscurso que não outras, as quais irão determinar a formulação no âmbito de condições de produção dadas (Orlandi, 2020a). Assim, no Recorte 8 a relação parafrástica entre hímen não rompido e virgindade feminina se constitui como evidência, ainda que já existam precedentes científicos sobre a equivocidade dessa correspondência⁷⁴, visto que “[...] alterações na anatomia do tecido himenal NÃO são necessariamente indicativos de ter tido relação sexual (consensual ou não) [...] Na maioria casos, não há correlação entre a aparência de um hímen e a história relatada de relações sexuais anteriores” (Mishori *et al.*, 2019, p. 3, tradução nossa).

Não podemos deixar de mencionar que o Recorte 8 coloca em jogo diferentes condições de produção em relação ao Recorte 7, não só por sua situação enquanto *fanfiction* – cujos processos editoriais são deveras distintos daqueles observados em livros publicados por editoras comerciais –, mas também por se tratar de uma AU com cenário contemporâneo. Afinal, a ambientação contemporânea poderia fortalecer a possibilidade de filiação com redes de memória alinhadas aos atuais conhecimentos acerca do hímen, ou seja, uma memória discursiva que des-relaciona hímen e virgindade. Veja, falamos em possibilidade, não em garantia, visto que “Quando afirmamos que há uma determinação histórica dos sentidos, não estamos pensando a história como evolução e cronologia: o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (Orlandi, 2020a, p. 32). E, como podemos ver, essa possibilidade não se textualiza.

⁷³ Exemplos que demonstram a dúvida acerca do que afetaria a “integridade” do hímen baseada no medo de “rompê-lo” são vastos e facilmente encontrados mesmo no Brasil contemporâneo. A título de ilustração, apresentamos aqui alguns materiais para consulta. Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quem-e-virgempode-usar-absorvente-interno-entenda-duvida-levantada-no-bbb24/>, <https://doutorjairo.com.br/assista/da-pararomper-o-himen-durante-masturbacao/> e <https://www.donacoelha.com/blog/como-se-masturbar-sendo-virgem/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

⁷⁴ Afinal, o hímen é uma membrana elástica que pode, especialmente no caso de garotas e mulheres que já passaram da puberdade, esticar-se no momento da penetração (Mishori *et al.*, 2019; Olson; García-Moreno, 2017; Raveenthiran, 2009). Autores como Mishori *et al.* (2019) se posicionam, inclusive, em prol da não utilização de termos como “intacto” e “rompido” para descrever o estado do hímen, além de contraindicar a realização de exames que visem concluir acerca da (não) virgindade da mulher através da observação do estado dessa membrana.

Os dizeres do Recorte 8 são marcados não só pelos pré-construídos da virgindade como um estado passível de comprovação e do hímen como indício da virgindade da mulher, mas também pelo pré-construído do hímen intacto enquanto elemento intrínseco ao estado de virgindade. Pré-construído esse que pode ser testemunhado também em discursos outros, como os concernentes à himenoplastia – cirurgia de reconstrução do hímen, realizada sob diferentes e complexos contextos, mas que também foi capturada em um uso possível como forma de presentear o parceiro com uma dita nova virgindade – e a produtos de sex shop comercializados como hímens artificiais⁷⁵. Além disso, constam também em discursos de muitos vídeos e contos pornográficos que têm como temática central a virgindade feminina e a dita defloração⁷⁶. As relações parafrásticas tecidas entre o hímen – e, mais especificamente, entre o hímen intacto – e a virgindade da mulher, um já-dito que funciona em outros lugares, é retomada no Recorte 8, especialmente no que diz respeito à produção de filmes pornô que, ao tematizar a virgindade, elencam o hímen não rompido como comprovação.

Tendo em vista o exposto, podemos dizer que tanto o Recorte 7 quanto o Recorte 8 estabelecem, pela via discursiva, uma relação direta entre hímen e virgindade feminina, embora isso se dê de formas diferentes. Pensamos que isso ocorre pelo fato de ambos se localizarem em distintas posições-sujeito, no âmbito de uma mesma formação discursiva. No Recorte 7, marca-se o uma posição-sujeito que consideramos como uma identificação mais plena com a memória da virgindade física e com o já-dito da virgindade feminina como algo passível de ser provado, reproduzindo a formulação do hímen como “prova incontestável” de um corpo virgem feminino. O Recorte 8, por sua vez, ao apresentar a palavra da mulher como aquilo em que “os espectadores terão que acreditar” no que tange à sua virgindade, marca uma outra posição-sujeito que, em certa medida, desafia a memória discursiva da virgindade física, na qual o hímen seria imperativo, embora essa mesma memória sustente a possibilidade de se falar em um “close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido”.

Tais posições-sujeito, em suas identificações mais ou menos plenas, respondem ao domínio de saber de uma mesma FD, que institui o corpo da mulher como espaço privilegiado

⁷⁵ Análises acerca da cirurgia e do hímen artificial foram conduzidas em estudos anteriores de nossa autoria, especialmente em Amorim, Garcia e Sousa (2022).

⁷⁶ A produtora de filmes adultos “Defloration TV”, por exemplo, especializada na produção de conteúdo voltado à “perda” da virgindade feminina, tem como protocolo registrar e exibir fotografias e filmagens aproximadas do hímen das mulheres que aparecem em seus vídeos, medida tomada para “confirmar” a virgindade. Já em um conto publicado *online*, que encontramos em uma busca rápida, a título de ilustração, há a seguinte narração: “[...] pude sentir o momento exato em que o hímen se rompeu [...] fazendo que ela desse um forte grito, seu corpo tremeu, depois ficou todo languido e imóvel deitado sobre o meu corpo, foi a dor do rompimento do hímen”. Ver, respectivamente: <https://defloration.tv/freetour.php> e <https://www.casadoscontos.com.br/texto/2014011676>. Acesso em 01 mar. 2025.

de observação e categorização com o objetivo de controle. Desse modo, filia-se e é – provisoriamente – definida por recortes interdiscursivos de um olhar patriarcal sobre o corpo da mulher, capaz e no direito de avaliá-lo ao mesmo tempo que define os critérios dessa avaliação. É nesse âmbito que o hímen, uma membrana sem função biológica definitivamente conhecida (Hobday; Haury; Dayton, 1997), pode ser dito como algo tão profundamente determinante para se avaliar a existência ou não da virgindade da mulher. Como diz Knibiehler (2016, p. 145), “O hímen, frágil e questionável, se presta a todas as interpretações ideológicas. As sociedades que sonham com a liberdade sexual e aceitam, ao menos em princípio, a emancipação sexual das jovens não atribuem à virgindade sentido ou valor e ignoram o hímen”. Não é sem causa que o hímen pode, nessa formação discursiva que determina o dizer dos recortes 7 e 8, ocupar posição tão relevante em relação à virgindade. Segundo Orlandi (2012, p. 77), “Uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras da mesma formação discursiva e o sujeito-falante aí se reconhece”. Na formação discursiva que incide sobre o Recorte 7 e sobre o Recorte 8, hímen e virgindade – da mulher – se relacionam proximamente em sentido, estabelecendo entre si relações de paráfrase, de tal modo que a virgindade depende do hímen e o hímen produz – e ainda prova – a virgindade.

O Recorte 9, a seguir, foi retirado do terceiro livro da coleção “Os Bridgertons”, “Um perfeito cavalheiro” (2014a), o qual foca na história de Benedict Bridgerton e Sophie Beckett. O momento narrado é uma conversa entre os irmãos Anthony, o único já casado dos três personagens presentes, Benedict, protagonista do livro, e Colin. Já o Recorte 10 veio da *fanfiction* “Mais valiosa que um diamante” (2023), publicada no Spirit *Fanfics* e Histórias em português, cujo casal protagonista é Colin Bridgerton e Penelope Featherington, par canônico do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b). O trecho se passa após a primeira relação sexual do casal, que se deu sem que eles estivessem casados, em um salão nos fundos de uma igreja transformado em tipografia para os negócios da Lady Whistledown, coluna de fofocas da alta sociedade da qual Penelope é secretamente a autora. Ao acordar, Colin não encontra Penelope e nesse momento é surpreendido pela entrada de Theo Sharpe – na *fanfiction*, parceiro de Penelope na publicação de sua coluna – que o confronta sobre ter passado a noite com ela.

Recorte 9 [B3]

– “Dolorosa conversa de casamento”? – repetiu Anthony com um sorriso divertido. – Posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim.

Benedict manteve a expressão impassível. Havia encontrado uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie (Quinn, 2014a, p. 226).

Recorte 10 [SM]

– E pelo visto ela lhe concedeu muito mais. – Ele olhou para o lençol, Colin acompanhou seu olhar, e viu uma pequena mancha de sangue no lençol branco, prova de que ela se entregou a ele [...] (Mais valiosa que um diamante⁷⁷, p. 485).

No Recorte 9 a conversa entre os irmãos é iniciada pelo mais novo dos três, Colin Bridgerton, que reclamava do fato de sua mãe, Violet Bridgerton, estar tentando o convencer a procurar uma noiva, interação que ele havia chamado de “dolorosa conversa de casamento”, fala retomada por Anthony em forma de uma interrogação, ao que complementa “Posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim”. A conversa se dá poucos eventos após a primeira relação sexual de Benedict e seu par romântico, Sophie. Diante do comentário de Anthony – “o defloramento da esposa não é tão doloroso assim” –, diz-se que “Benedict manteve a expressão impassível” e que “Havia encontrado uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie”.

A esse respeito, alguns exercícios parafrásticos são proveitosos. Começamos pela fala de Anthony, no lugar da qual poderíamos ver surgir algo diferente da certeza materializada – “posso garantir” –, como, por exemplo, “Não sei se o defloramento da esposa é tão doloroso assim”, “Nem sempre o defloramento da esposa é tão doloroso assim”, “Será que o defloramento da esposa é tão doloroso assim?”, “O defloramento da esposa não é nada doloroso”, ou ainda se nada se dissesse acerca da suposta dor da dita defloração. Todos dizeres, possíveis em outras conjunturas, visto que “[...] todos os sentidos são sentidos possíveis e, em certas condições de produção, há de fato dominância de um sentido sem por isso se perder a relação com os outros [...]” (Orlandi, 2012, p. 26).

Assim, formulações outras, as quais poderiam colocar em jogo a incerteza, a dúvida, o questionamento, a negação acerca do nível da dor do “defloramento da esposa”, ou mesmo não entrar nesse mérito, aqui não se concretizam, em seu lugar havendo a dominância de um sentido que pode fazer falar da garantia masculina – a formulação é creditada ao personagem Anthony – acerca do nível dessa dor feminina – é a esposa que é deflorada –, em “posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim”. Além disso, o que consta no recorte como “defloramento”⁷⁸ poderia receber outras denominações, as quais fariam funcionar sentidos

⁷⁷ Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/mais-valiosa-que-um-diamante-24671630>. Acesso em: 08 set. 2024.

⁷⁸ Maiores elaborações acerca da relação entre a primeira relação sexual feminina e formulações como “deflorar”, “defloração” e “defloramento” foram trabalhadas por nós em trabalho anterior em Amorim e Sousa (2024), referenciado na lista bibliográfica desta pesquisa. Ver também Fernandes e Souza (2021), em trabalho acerca dos verbetes “estupro” e “estuprar” em dicionários de língua portuguesa, no qual discutiram também como “[...] os termos ‘desonrar’, ‘deflorar’, que estão relacionados à etimologia da palavra do latim *stupro* [...] fazem retornar os sentidos de estupro como um ato praticado com mulheres virgens, materializado em termos como ‘deflorar’ e

outros, como “a perda da virgindade”, “a primeira relação”, “a primeira vez”, “a noite de núpcias”, entre outras.

Mas o que se materializa é a formulação “Posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim”, diante da qual irá se falar acerca do sangue. Parece então se estabelecer, e voltaremos a esse ponto posteriormente, uma relação entre a suposta dor do defloramento e o sangramento da mulher nesse ato sexual, em que a formulação daquela primeira parece chamar de algum modo esta segunda – “Havia encontrado uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie” –, sustentando-a em sua possibilidade mesmo de ser dita no recorte.

Sendo assim, impossível não iniciar nosso procedimento parafrástico apontando que havia a possibilidade de nada surgir no Recorte 9 acerca do sangramento feminino – cristalizado como um indício físico da virgindade feminina, como expomos em mais detalhes na subseção 3.1 –, mesmo após se fazer dizer da dor do “defloramento” – dor essa que também configura historicamente um indício físico dessa virgindade. Como lembra Duarte (2000, p. 155), em seu estudo acerca das representações da virgindade feminina a partir de processos-crime, “Freqüentemente, o momento da primeira relação sexual de uma mulher foi sempre associado à ocorrência de dor e sangramento [...] Tão forte é o valor simbólico do sangue e da dor, que sua manifestação é descrita, às vezes de forma dramática e traumática [...]”.

Ademais, ainda que se falasse desse sangramento, isso poderia ocorrer de outros modos. O que no Recorte 9 aparece como “uma manchinha de sangue” poderia ser dito apenas como “uma mancha de sangue”, “uma grande mancha de sangue”, “uma poça de sangue”. Outros sentidos também entrariam em jogo caso, ao invés da concretização desse sangramento, constasse uma formulação como “Não havia encontrado nenhuma mancha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie”. Mas o que se marca no recorte é “uma manchinha de sangue”, colocando em pauta não só a existência do sangramento, mas ainda caracterizando-o em relação ao seu tamanho – é “uma manchinha”, o que evidencia seu tamanho pequeno marcado pelo uso diminutivo de “mancha”.

O sangramento, então, parece ser dimensionado – ele não é tão grande assim, é uma “manchinha de sangue” – assim como a dor, no mesmo recorte – “o defloramento da esposa não é tão doloroso assim”. No Recorte 9, portanto, diz-se da dor e do sangramento da primeira relação sexual feminina, mas não só, esses são também qualificados: há dor, há sangue, mas

‘desonrar’. Essas definições se pautam em uma memória da língua, em relação necessária com sentidos instalados alhures [...] Ou seja, desonrar e deflorar se constituem como sentidos de tornar a pessoa impura, desonrada, deflorada, desvirginada [...]” (Fernandes; Souza, 2021, p. 21-22, grifo do autor).

não tanta, e não grandioso, respectivamente. Anteriormente, tomamos Duarte (2000) para pensar a questão do que o autor chamou de virgindade física – ou seja, a visão que compreende e relaciona a virgindade feminina com base na presença de certos atributos físicos, ou na ausência deles. Embora essa pesquisa esteja circunscrita a um contexto particularmente específico – discutindo os processos-crime de sedução e de defloração entre 1960 e 1974 no município brasileiro de Campos dos Goytacazes –, dialoga com considerações alcançadas por outros autores, como Knibiehler (2016), a qual ressalta a possibilidade de pensar a virgindade através de diferentes dimensões, dentre elas a física⁷⁹.

Tendo isso em mente, lembramos que Orlandi (2012, p. 22, grifo da autora) nos conta como “[...] toda discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata de um discurso, mas de um *continuum* [...]”. Desse modo, podemos defender que a menção à dor do dito defloração e ao sangramento da primeira relação sexual retoma outros dizeres, ditos em outros lugares, recorrendo ao interdiscurso em seu caráter referencial, conforme Orlandi (1998; 2007), para mobilizar a memória discursiva da virgindade física, a qual possibilita que faça sentido falar nessa dor e nesse sangue, justamente por esses serem sentidos já existentes e operantes nessa rede de memória. A memória discursiva da virgindade física faz falar, então, de que “[...] sangue e dor eram coisas que efetivamente deveriam acontecer e serem perceptíveis no momento em que uma virgem viesse a ser deflorada; fosse ela uma ‘moça de família’ ou uma ‘largada’, sendo virgem, ao ser desvirginada, sentiria dor, sangraria [...]” (Duarte, 2000, p. 169). Desse modo, defendemos que no Recorte 9 a presença da dor e do sangue na primeira relação sexual feminina podem ser pensados como pré-construídos⁸⁰ de processos discursivos já sedimentados que operam no recorte analisado.

Descansemos tais reflexões por um momento enquanto discutimos o Recorte 10, da *fanfiction* “Mais valiosa que um diamante” (2023). Como dissemos, o recorte se passa no momento em que Theo encontra Colin na tipografia onde se conduziam os negócios da coluna da Lady Whistledown, no dia seguinte à primeira relação sexual de Penelope com Colin. Diante da ausência de Penelope, Colin questiona Theo sobre o paradeiro da personagem e é

⁷⁹ Cabe ressaltar que tais dimensões não se encontram isoladas umas das outras, mas sim estabelecem diferentes relações entre si, compondo assim diversas configurações a depender do contexto sócio-histórico estudado (Knibiehler, 2016). A dimensão religiosa, por exemplo, frequentemente dialoga com as dimensões moral e física, como pode ser exemplificado através da construção teórica da subseção 3.1 deste trabalho, em que discorremos acerca dos tratados dos primeiros séculos da Igreja Católica.

⁸⁰ Aqui, entendemos pré-construído como aquilo que “[...] remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado e articula o sujeito em sua relação com o sentido [...]” (Lagazzi, 2019, p. 303).

confrontado por Theo, culminando no trecho do Recorte 10, que começa com o dizer de Theo: “E pelo visto ela [Penelope] lhe concedeu muito mais”. A narração conduz então ao lençol do colchão em que Colin e Penelope haviam se relacionado, onde é dito que haveria “uma pequena mancha de sangue no lençol branco”, alegadamente “prova de que ela se entregou a ele”.

Tendo em vista os exercícios parafrásticos que iremos propor, novamente é preciso ressaltar que, mais do que tudo, a questão do sangue poderia não ter vindo a ser no Recorte 10, o que por si só colocaria em jogo processos de significação deveras distintos, assim como no Recorte 9. Isso posto, ainda que constasse, isso poderia ocorrer de outras formas. O que aqui é dito como uma “pequena mancha de sangue” poderia ser apenas uma “mancha de sangue”, entre outras possibilidades que se aproximam daquelas formuladas em relação ao Recorte 9 – onde se dizia de uma “manchinha de sangue”. Também poderia não ser dito como uma mancha, em uma formulação como “um pouco de sangue”, por exemplo.

Além disso, o “lençol branco”, sobre o qual se pode ver a “pequena mancha de sangue”, poderia ser de muitas outras cores: por que não um lençol amarelo, azul ou de cor não especificada? Assim como essa dita “pequena mancha de sangue no lençol branco” poderia, ainda que aparecesse, não ser falada como “prova de que ela se entregou a ele”. O Recorte 9 é um exemplo frutífero desse outro dizer possível, visto que ali consta uma “manchinha de sangue sobre o sofá depois de fazer amor com Sophie”, e, ainda que o sangue seja relacionado à primeira relação sexual da personagem, já que é vista “depois de [Benedict] fazer amor com Sophie”, esse sangue não é dito como uma “prova” de que a relação sexual – ou, como dito em outro trecho do Recorte 9, o defloramento – tenha ocorrido.

Ademais, além da formulação “prova de que ela se entregou a ele”, outros dizeres possíveis seriam, por exemplo, “indício de que ela se entregou a ele”, “levantando a suspeita de que ela se entregou a ele”, “mostrando que talvez ela tivesse se entregado a ele”; todos os quais colocariam em voga sentidos distintos daqueles de fato materializados no Recorte 10. Aqui, o que temos, no entanto, é o sangue como “prova de que ela se entregou a ele” e como aparente indicativo de que “pelo visto ela lhe concedeu muito mais”. Em outros dizeres possíveis, poderíamos nos deparar com formulações outras que não “concedeu” – “e pelo visto aconteceu muito mais”, “e pelo visto ela fez muito mais”, ou mesmo “e pelo visto ela lhe entregou muito mais”, repetindo o “entregou” que aparece posteriormente no recorte – e diferentes de “ela se entregou a ele” – como “prova de que eles haviam dormido juntos”, “prova de que eles haviam se relacionado”, “prova de que algo havia acontecido entre eles”, entre outras.

Desse modo, no Recorte 10, o que se concretiza é a menção ao sangramento na primeira relação sexual feminina – onde poderia haver sua ausência –, o dizer desse sangramento como uma “mancha de sangue” – quando se poderia pensar em “um pouco de sangue”, por exemplo –, o dimensionamento do tamanho desse sangramento ao se dizer que se trata de “uma pequena mancha de sangue” – como se fosse evidente, no recorte, que o sangramento estivesse ali, acontecesse, não pudesse ser nenhum, mas também não pudesse ser muito, intenso, grande –, a marca do lençol que não é qualquer um, de qualquer cor, mas sim um “lençol branco”, sobre o qual se encontra a dita “pequena mancha de sangue”, mancha essa que inclusive é aqui apresentada como “prova de que ela se entregou a ele”.

É possível ainda pensar que a virgindade feminina – supostamente atestada pela “pequena mancha de sangue no lençol branco” – é aqui dita como uma concessão – “e pelo visto ela lhe concedeu muito mais” – e uma entrega feminina – “ela se entregou a ele” – endereçada ao homem – no caso do recorte, o personagem Colin. No último caso, o da entrega, cabe pontuar que a mulher não entrega algo ao homem – um exercício possível seria “ela entregou sua virgindade a ele” – mas sim a si mesma, afinal “ela *se* entregou a ele” (grifo nosso). Assim, no Recorte 10 a entrega da virgindade da mulher funciona de modo equivalente à entrega dessa mulher em si a um outro, um homem. Entrega essa que, assim como a concessão, é (com)provada pela “pequena mancha de sangue no lençol branco”.

No que diz respeito a essa entrega e a essa concessão, há achados de outros autores que corroboram a possibilidade de se pensar em um memória em (re)atualização. Segundo Rieth (1997, p. 10), por exemplo, “Circula unânime entre as mulheres o sentimento de entrega em relação ao ato sexual, dando o caráter valorativo de raro à virgindade”. Tratando-se de um trabalho publicado no final de década de 1970, há de se questionar se esse ainda seria mesmo um sentimento unânime. Mas, ao menos no caso do Recorte 10, o sentido dessa entrega é recuperado e posto em funcionamento. Giddens (1993) também argumenta sobre como, para a mulher, a virgindade é vista como uma entrega, frequentemente circundada por narrativas românticas. O que corrobora também com achados de outros estudos, como de Pelloso, Carvalho e Higarashi (2008, p. 117), segundo o qual

[...] o garoto tem sua iniciação sexual porque é homem, é macho e, de tal forma, suprime-se a necessidade de apontar qualquer outra justificativa. Para as garotas, a justificativa volta-se mais para o nível psicológico, individual e doméstico, designando motivações como o amor e a vontade de querer conhecer melhor a pessoa com a qual se envolveram. Essas diferenças são extensivas aos sentimentos vividos após a experiência sexual.

Mais do que isso, podemos pensar no fato de que, até demasiado recentemente, a mulher virgem – isto é, ao menos pela norma – era entregue em casamento por sua família e, mais especificamente, por seus parentes masculinos (Beauvoir, 2016a). Junto à noiva, e como condição para o matrimônio, era entregue também sua virgindade, o direito do marido de ser “o primeiro”, de assegurar a legitimidade dos filhos gerados (Knibiehler, 2016). E, mesmo depois, quando os casamentos arranjados e acordados pelas famílias foram progressivamente caindo em desuso, a virgindade ainda poderia vir a ser desejada ou mesmo exigida pelo marido; basta lembrarmos que, por exemplo, o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1916), considerava a “falta” de virgindade por parte da mulher como prerrogativa para a anulação de casamentos, disposição que só deixou de valer em 2003. Segundo os artigos 218 e 219 – deste último, inciso IV – do mencionado código, “É também anulável o casamento, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro. [...] Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge: [...] O defloramento da mulher, ignorado pelo marido” (BRASIL, 1916).

Talvez por já-ditos como esse seja possível que, no Recorte 10, diga-se que “ela se entregou a ele” (grifo nosso), ao invés de outras formulações – como “ela entregou sua virgindade a ele”, apresentada por nós anteriormente como possibilidade outra. Cabe frisar que esse recorte foi obtido em uma *fanfiction* publicada em português no Spirit, um *site* brasileiro. E estudos como o de Rieth (2002), apresentam, entre seus achados, essa mesma formulação – “se entregar” – em relação à virgindade da mulher e ao início de sua vida sexual.

Anteriormente, em relação ao Recorte 9, mencionamos a memória discursiva da virgindade física e o pré-construído da presença do sangue na primeira relação sexual feminina, os quais também são (re)tomados nesse Recorte 10. Aqui, porém, há uma particularidade nos modos de filiação a essa memória: o sangue não somente está presente na primeira relação da mulher, ele a prova por meio da mancha deixada/encontrada no lençol branco. Knibiehler (2016) já havia comentado a questão do sangue como prova, afirmando que “[...] a defloração com sangue é transformada em emblema, se não prova, da virgindade feminina. A defloração com sangue tem todas as aparências de uma satisfação masculina” (Knibiehler, 2016, p. 59). A autora relaciona esse fato ao vigésimo segundo capítulo do livro Deuteronômio, quinto livro da Torá, da religião judaica, compondo o Velho Testamento da Bíblia. No capítulo, é dito que, caso o marido acusasse a esposa de não ter lhe sido entregue virgem, os pais da mulher poderiam defendê-la apresentando aos anciãos os assim ditos “[...] sinais da virgindade de minha filha. E

estenderão a roupa diante dos anciãos da cidade. Então os anciãos da mesma cidade tomarão aquele homem, e o castigarão” (Deuteronômio 22:17-18).

Até esse momento, segundo Knibiehler (2016), as ditas provas apresentadas pelos pais antes do casamento eram o sangue da última menstruação da mulher, comprovando assim que ela não estava grávida. Mas, “Para o bem da causa, o tipo de sangue muda: o da menstruação é substituído pelo da defloração” (Knibiehler, 2016, p. 60). A causa citada diz da necessidade de se assegurar, sem chance de erros, a autenticidade dos filhos em relação a linhagem paterna, o que se efetivou por meio de uma “[...] preocupação masculina de colocar a sexualidade feminina sob um controle estrito [...]” (Knibiehler, 2016, p. 60). Entra em jogo, então, essa prova em sangue, apresentada e vista na roupa, no tecido. Ainda, Beauvoir (2016a, p. 216) nos conta sobre um costume em que “[...] na manhã seguinte ao casamento se exhibe o lençol ensanguentado aos pais e amigos”.

Knibiehler (2016) também declara a existência desse costume, embora não o considere generalizado, mas há controvérsias acerca da facticidade de sua prática. Tendo sido de fato praticado ou não, é certo que o costume existe no/pelo discurso, sendo o pré-construído do sangue na primeira relação sexual feminina algo anterior e exterior sustentado pela memória da virgindade física, viabilizando que falar nesse sangramento possa fazer sentido nas formulações, isto é, no intradiscurso, ao qual podemos ter acesso. Não é preciso ir longe para se pensar em exemplos⁸¹, sendo o Recorte 10 apenas um deles. No recorte, portanto, falar em “uma pequena mancha de sangue no lençol branco, prova de que ela se entregou a ele” é uma possibilidade amparada por esse pré-construído e por essa memória. E, embora no Recorte 9 também seja dito da relação entre o “defloramento” da mulher e o sangramento – “Havia encontrado uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie” –, ali o sangue não aparece necessariamente como uma “prova” – talvez seja relevante pontuar, ainda, que o

⁸¹ Ainda assim, forneceremos alguns, escolhidos de forma bastante livre e sucinta. Em coluna do veículo jornalístico Revista AzMina, é apresentado o relato de Andréa Romão, em que ela conta como “A história do lençol manchado de sangue me perseguiu durante muitos anos. Quem cresceu nos anos 90 sabe bem quantas mocinhas sofreram nos filmes e novelas por terem se entregado antes da hora a uma paixão ou ao simples desejo e na noite de núpcias teriam de explicar a falta de sangue no lençol matrimonial”. Tanto o é que, na novela “O Clone”, transmitida pela emissora Globo entre 2001 e 2002, ao descobrir que sua noiva não é virgem, o personagem Said se corta e mancha o lençol com seu próprio sangue, para salvá-la da desonra. Em outra novela da emissora, em exibição entre 1999 e 2000, “Terra Nostra”, ambientada no Brasil de fins do século XIX e começo do século XX, tendo sido acusado de se deitar com uma Rosana e obrigado a se casar com ela, o personagem Matteo exhibe o lençol com sangue após a noite de núpcias com Rosana para provar que ela era, na realidade, virgem até o matrimônio, tendo mentido para conseguir se casar com ele. Ver, respectivamente: <https://azmina.com.br/colunas/minha-virgindade-nao-tem-nada-a-ver-com-meu-himen/>, <https://globoplay.globo.com/v/1421902/>, <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2281069791950937&id=150344261690178&set=a.2275229102535006>. Acesso em: 09 jun. 2025.

sangramento na primeira relação sexual feminina não é mencionado em nenhum dos outros oito romances da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), nem naqueles que vêm antes nem naqueles que vêm depois desse terceiro livro, o que nos dá margem a considerar a possibilidade de que, no Recorte 9, a questão da “manchinha de sangue” realmente pudesse não ter a dizer sobre um caráter de “prova”.

Além do que diz respeito à questão da prova, ambos os recortes se distinguem ainda por outros dois principais pontos. O primeiro é que, enquanto o Recorte 10 fala da virgindade feminina como uma concessão – “e pelo visto ela lhe concedeu muito mais” – e uma entrega – “ela se entregou a ele” –, o Recorte 9 não o faz. Por outro lado, o Recorte 9 irá fazer dizer especificamente do que se chama de “defloramento”, o que não consta no Recorte 10. O segundo ponto diz respeito ao fato de o Recorte 9 colocar em funcionamento não só a presença do sangue na primeira relação sexual feminina – “uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie” –, como também a presença da dor – “posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim” –, relacionando-os em alguma instância. Desse modo, no Recorte 9 podemos argumentar que a formulação também é sustentada pelo pré-construído da presença da dor na primeira relação sexual feminina, diferentemente do outro recorte. Já no Recorte 10 o dizer é possível também por se amparar no pré-construído da virgindade da mulher como uma entrega endereçada ao outro – mais especificamente aqui, a um homem.

Apesar de suas breves – mas não irrelevantes dissonâncias –, pudemos observar que ambos os recortes se relacionam à memória discursiva da virgindade física. Com a ciência de que “As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações” (Orlandi, 2022b, p. 117), acreditamos que os recortes apontam para saberes do interdiscurso os quais atuam definindo uma formação discursiva a qual determina dizeres acerca de um controle e de um vigiar sobre o corpo da mulher – e, mais especificamente, sobre o corpo da mulher virgem. Tal FD também foi observada determinando os dizeres dos recortes 5, 6, 7 e 8, sobre os quais discorreremos anteriormente.

FD essa que dialoga com o saber de uma memória a qual faz falar o já-dito do “[...] sangue que escorre por entre as pernas e mancha as roupas íntimas – às vezes, os lençóis – e a dor que desatina são [...] imagens, símbolos e convicções culturais que povoam o ‘saber’ popular sobre a primeira relação sexual feminina e seu conseqüente desvirginamento” (Duarte, 2000, p. 178). Tornando possível, desse modo, que a mulher virgem seja significada, nos

recortes como aquela que sangra em sua primeira relação sexual – Recorte 9 e Recorte 10 –, bem como que essa relação é marcada – ou, em diálogo com os trechos, talvez se poderia dizer “manchada” – pela presença de sangramento – Recorte 9 e Recorte 10–, podendo esse inclusive adquirir o papel de elemento capaz de provar a virgindade feminina – Recorte 10.

Passemos agora ao Recorte 11, do livro “Um perfeito cavalheiro” (2014a), e ao Recorte 12, da *fanfiction* “Love Arranged”, publicada em inglês no Archive of Our Own. O Recorte 11 narra o momento logo após a primeira relação de Benedict e Sophie, a qual aconteceu no sofá do apartamento de solteiro de Benedict. Já o Recorte 12 apresenta um casal inexistente na coleção “Os Bridgertons” (2013-2016), a saber, Anthony Bridgerton – primogênito da família e protagonista do segundo livro da coleção, “O visconde que me amava” (2013b), o qual canonicamente compõe um casal com Kate Sheffield – e Penelope Featherington – protagonista do quarto livro da coleção, “Os segredos de Colin Bridgerton”, a qual canonicamente faz casal com Colin Bridgerton, irmão mais novo de Anthony. Esse último recorte se passa logo antes da primeira relação sexual de Penelope e Anthony, quando o casal já está casado há alguns capítulos – o casamento ocorre no nono capítulo da *fanfic*, e o recorte pertence ao vigésimo quinto capítulo.

Recorte 11 [B3]

Sophie sorriu e ficou ruborizada, porque não havia muito o que pudesse ser feito para diminuir seu embaraço. Não que se arrependesse de seus atos. Mas uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida. Simplesmente não era possível (Quinn, 2014a, p. 211).

Recorte 12 [AL]

Anthony se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez (Love Arranged, capítulo 25, tradução nossa)⁸².

Começamos tecendo algumas reflexões acerca do Recorte 11, que se segue à primeira relação sexual de Sophie, momento no qual a protagonista ainda não está casada ou possui qualquer tipo de compromisso com Benedict. Como nos informa o recorte, a relação sexual aconteceu “num sofá”, o que parece originar o fato de a personagem ficar “ruborizada” e “constrangida”, além de “seu embaraço”. Tal constrangimento não se deve, segundo o recorte, a um arrependimento acerca do ato sexual – como é dito, “Não que se arrependesse de seus atos” –, mas ao entendimento de que “uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida. Simplesmente não era possível”.

⁸² Ver: https://archiveofourown.org/works/42643833?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

Dediquemo-nos, então, a alguns exercícios parafrásticos. É possível começar pontuando como, no Recorte 11, a virgindade da mulher é dita como algo que se perde – “uma mulher não perdia a virgindade num sofá” –, para isso deixando de formular outras possibilidades acerca da primeira relação sexual feminina, como dizeres que colocassem em jogo essa relação como um início da vida sexual ou um ganho de experiência – “uma mulher não tinha sua primeira vez num sofá, “uma mulher não fazia sexo pela primeira vez num sofá”, ou “uma mulher não começava sua vida sexual num sofá”, por exemplo.

Além disso, é especificamente a virgindade da mulher que é dita como algo que não se poderia perder “num sofá” sem que isso resulte em “ao menos um pouco” de constrangimento, bem como “embaraço” da sua parte. Aqui, parece se formular que quem não pode “perder” a virgindade em um lugar como um sofá sem se sentir constrangida é necessariamente “uma mulher”. Construções outras – como, por exemplo, “Ninguém perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangido” ou “Qualquer pessoa que perdesse a virgindade num sofá se sentiria pelo menos um pouco constrangida” –, abririam possibilidades para além da especificidade presente no recorte – “uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida”.

Também cabe pontuar que, em outras condições, poder-se-ia falar na “perda” da virgindade da mulher em um sofá sem que se dissesse nada a respeito do mencionado embaraço/rubor/constrangimento. Ou, ainda que esses fossem ditos, a formulação poderia apontar para sua recusa – vejamos, seriam possibilidades como “Sophie não ficou ruborizada ou sentiu qualquer embaraço, já que não era constrangimento algum uma mulher ter sua primeira relação sexual em um sofá”, “era possível uma mulher perder a virgindade num sofá sem se sentir nem um pouco constrangida”, “havia mulheres que perdiam sua virgindade num sofá sem se sentir constrangidas”. A presença de embaraço e constrangimento poderia também instaurar a possibilidade do arrependimento da mulher – “Ela se arrependia de seus atos. Afinal, uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida. Simplesmente não era possível” –, o que não acontece no Recorte 11, no qual há a presença do embaraço/rubor/constrangimento mesmo que a protagonista “não se arrependesse de seus atos”.

Desse modo, ao pensar outros dizeres, possíveis em condições que não as de produção do recorte, podemos vislumbrar que as formulações materializadas no excerto não têm a dizer de uma transparência da linguagem, ainda que funcionem como evidências no discurso, mas sim de processos de significação os quais apontam para uma possibilidade dentre outras (Orlandi, 2020). Assim, é possível pensar que o Recorte 11 coloca em jogo a virgindade

feminina como uma perda em potencial, além de fazer dizer da existência de certas condições – ou, mais especificamente, lugares, como o sofá – inadequados para a “perda” da virgindade da mulher, inadequação da qual derivariam sentimentos como o de constrangimento e embaraço.

A leitura de que poderia haver condições discursivizadas como inapropriadas para a primeira relação sexual feminina – no caso do Recorte 11, o fato do ato ter acontecido em um sofá – põe em jogo o entendimento de que se poderia também pensar em condições discursivizadas como apropriadas para esse mesmo evento – o Recorte 12, a ser comentado mais adiante, pode dar pistas acerca desse último caso. A pertinência – ou impertinência – dessas condições se delinea precisamente no/pelo discurso, amparando-se no pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação da mulher. O estabelecimento do que seria ou não propício ao momento dessa primeira relação parece ser uma produção cultural, especialmente se considerarmos o quanto as normas dispostas se alteram a depender do contexto social e histórico, apanhado que pode ser visualizado a partir de obras como a de Knibiehler (2016). Um exemplo de fácil acesso é a não tão distante obrigatoriedade – embora nem sempre cumprida – de que a primeira relação sexual da mulher se desse somente após seu casamento, com seu então marido. Prescrição que, caso descumprida, poderia incorrer em uma série de punições, mais costumeiramente direcionadas às mulheres, como mencionamos anteriormente com base em trabalhos como os de March (2008) e Schemes e Magalhães (2015).

No entanto, em outras conjunturas, é possível também pensa em prescrições de teor preferencial ou recomendável, mas não necessariamente obrigatório. Nesse sentido, pesquisas conduzidas contemporaneamente são elucidativas, ao fornecer mapeamentos acerca das motivações e circunstâncias envolvendo a iniciação sexual das novas gerações de mulheres, os quais demonstram que, mesmo diante de um cenário com maior liberdade sexual, permanecem em funcionamento ideais quanto à primeira relação sexual feminina, atualmente mais voltados ao sentimento amoroso e a narrativas românticas acerca da escolha do que seria o melhor momento, o melhor parceiro, o melhor local, etc. (Altmann, 2007. Castro; Abramovay; Silva, 2004).

Como pontuam Castro, Abromavay e Silva (2004, p. 86), “[...] moralidade e costumes informam historicamente a cartografia de sentidos sobre iniciação sexual e virgindade, assim como o controle sobre a reprodução biológica”. As normas e/ou recomendações variam e, como vimos podem ser atravessadas por discursos médicos, jurídicos, religiosos ou outros, podendo cobrir desde parâmetros mais gerais – como o do sexo após o casamento – quanto

mais específicos – se a mulher deve estar despida ou vestida, qual a posição apropriada, se devem haver testemunhas presentes durante o ato, entre outros exemplos –, e acreditamos que possam colocar em jogo distintos níveis de possíveis repreensão diante de seu não cumprimento.

Diante disso, o que cabe ter em mente é que as prescrições relativas ao início da vida sexual frequentemente colocam em jogo distintos papéis para homens e mulheres (Rieth, 1997). Além disso, como sabemos, Scott (1995, p. 86) pensa que “[...] gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Assim, no que diz respeito ao Recorte 11, somos convocados a pensar a memória discursiva da desigualdade de gênero, a qual sustenta a formulação de prescrições acerca da primeira relação sexual feminina que façam funcionar disparidades de poder entre o gênero feminino e masculino, reforçando hierarquias socialmente produzidas. Se é possível, no eixo do intradiscorso, produzir sentidos em relação à virgindade que sejam diferenciados por gênero, é porque tal diferenciação já existe no eixo referencial do interdiscorso, como viemos pontuando com base nas teorizações de Orlandi (2020).

O pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação sexual da mulher, portanto, não deixa de se relacionar com o recorte interdiscursivo que aponta para a desigualdade de gênero, especialmente no âmbito de que “A sexualidade circula numa dimensão onde pode ser construída e explicitada a passividade/subjugação feminina e exerce um poder ao moldar vontades, desejos [...]” (Castro; Abramovay; Silva, 2004, p. 84). Assim, a partir desse pré-construído, bem como o da virgindade feminina como algo a ser perdido⁸³, o Recorte 11 torna possível o dizer de que, para uma mulher, a “perda” da virgindade em um sofá traz consigo a necessária experiência do constrangimento, do embaraço,

⁸³ Beauvoir (2016a, p. 190) nos diz que, historicamente, “O corpo da mulher é um objeto que se compra; para ela, representa um capital que ela é autorizada a explorar”. Sua virgindade, especialmente quanto mais associada à dimensão física, não deixa de fazer parte dessa exploração, de tal modo que Knibiehler (2016, p. 12) chega a comentar que “As moças virgens logo se tornaram preciosos objetos de troca entre as famílias”, sendo sua condição virginal algo de valor simbólico mas também muitas vezes econômico. Desse modo, podemos pensar ainda que, mais do que um início da vida sexual ou um ganho de experiência, a primeira relação sexual da mulher muitas vezes se traduz em uma perda material, a depender das conjunturas nas quais ocorre; isto é, perda de acesso e possibilidade de usufruto de um corpo virgem, objeto passível de exploração, ou mesmo perda da posição de mulher virtuosa, honesta e respeitável de acordo com a moral vigente, para tornar-se uma mulher em posição estigmatizada, vista como prostituída, perdida, desonrada, entre outros, como discutido por estudos tais quais os de De March (2009), Schemes e Magalhães (2015) e Vasconcelos (2018). Interessante pontuar que, na coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016) e em muitas das *fanfictions* derivadas dela, apesar de uma grande liberdade criativa tomada pela autora, a ambientação na Era Regencial também coloca em jogo o perigo da desonra, caso a mulher fosse descoberta tendo algum tipo de relação inapropriada com um homem – o que não se restringe ao sexo, mas também a beijos, toques, visitas desacompanhadas. Em “O duque e eu” (2013a), por exemplo, depois que Simon e Daphne se beijam, o irmão da protagonista, Anthony, exige que Simon retrate a reputação da irmã por meio do casamento e, quando Simon se recusa, o desafia para um duelo; quando Simon eventualmente aceita se casar com Daphne, é precisamente depois de ela argumentar que eles poderiam ter sido vistos e que, caso ele não a desposasse, ela seria vista como uma perdida e teria suas chances de se casar arruinadas.

independentemente do arrependimento quanto à relação – afinal, “não havia muito o que pudesse ser feito para diminuir seu embaraço” e “Simplesmente não era possível [que uma mulher não se sentisse ao menos um pouco constrangida tendo perdido a virgindade num sofá]”.

Pensemos agora, então, o Recorte 12, excerto que retrata um momento anterior à primeira relação sexual do casal protagonista da *fanfiction* em questão, quando Penelope e Anthony já se encontram casados e habitando a mesma residência. Desse modo, quando o casal resolve realizar o ato sexual, é dito que “Anthony se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua [de Penelope] primeira vez”. Assim como o recorte anterior, o Recorte 12 parece colocar em jogo efeitos de sentido acerca dos cenários possíveis para a primeira relação sexual feminina. A fim de tratar o efeito de evidência do discurso, novamente nos dedicaremos a propor alguns exercícios parafrásticos.

Aqui, o local que consta no discurso como aquele da “primeira vez” da protagonista é a cama, silenciando possibilidades outras como, por exemplo, outros móveis ou mesmo outros ambientes que não um quarto – talvez um sofá, como é o caso do Recorte 11, um beco, um jardim, uma hospedaria⁸⁴. Mais do que isso, a cama é dita aqui como o único lugar possível para essa relação, visto que “Anthony se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez”. Tendo tal ponto em mente, cabe mencionar que formulações outras – como, quem sabe, “Anthony considerou levar Penelope para outro lugar que não a cama em sua primeira vez” – colocariam em jogo leituras distintas, que não aquelas que apontassem a cama como possibilidade única para a primeira relação sexual da mulher.

Chama também atenção a construção de que “Anthony se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez”, na qual Anthony consta enquanto sujeito ativo da oração, realizando a ação. Teríamos outros sentidos em

⁸⁴ Os exemplos fornecidos poderiam ser outros e se pretendem enquanto exercícios que possibilitem pensar outras possibilidades frente aquela que veio a se concretizar no recorte. Com a exceção do beco, cabe mencionar, todos foram pautados em passagens dos próprios livros da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016). No primeiro livro da coleção, “O duque e eu” (2013a), por exemplo, temos duas passagens que colocam em questão a ambientação da primeira relação sexual feminina. São eles: “Mas ele não iria possuí-la numa hospedaria de beira de estrada, por mais limpa e arrumada que pudesse ser. Daphne merecia mais. Aquela seria sua única noite de núpcias, e ele faria com que fosse perfeita” (Quinn, 2013a, p. 185) e “ – Não vou possuí-la numa hospedaria de beira de estrada – continuou ele – Acho que você merece mais respeito do que isso” (Quinn, 2013a, p. 191). Em “O visconde que me amava” (2013b) a questão também entra em pauta: “Mas não era a hora nem o local. Não que ele fizesse questão de esperar pelos votos do matrimônio. Para todos os efeitos, ele já se declarara em público e ela era dele. Mas não queria fazê-la se deitar no gazebo do jardim de sua mãe. Ele tinha mais orgulho – e mais respeito por ela – que isso” (Quinn, 2013, p. 186). Em “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), o sofá reaparece: “Não podia possuí-la agora. Ela iria ser sua esposa. Haveria muito tempo para amassos ao meio-dia em sofás, mas ele queria usar uma cama pelo menos na primeira vez. Devia isso a ela (Quinn, 2014b, p. 222). Em todos esses casos, retirados da própria coleção, vemos que as opções que fogem à cama e ao quarto são descartadas e associadas a desmerecimento, imperfeição e desrespeito, nos dois primeiros trechos, desrespeito e falta de orgulho, no terceiro trecho, e como menos do que se devia à mulher, no quarto trecho.

funcionamento caso fosse dito que “Penelope se recusava a ter sua primeira vez em qualquer lugar que não fosse a cama”, na qual Penelope apareceria como sujeito ativo. No recorte, porém, o que se materializa é o homem no lugar de sujeito ativo, o que pode ser entendido como algo que adquire contornos relevantes para além da sintaxe. Afinal, é possível entender que o que funciona é que Anthony, um homem, é aquele que detém o papel – ou o poder – de escolha quanto à “primeira vez” feminina, no caso, da protagonista Penelope.

Tal alegação se deve à observação de que é ele que “se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez”. Pouco aqui é dito, portanto, sobre uma possível decisão da mulher acerca do lugar considerado adequado pelo homem para sua primeira relação sexual – não se sabe, por exemplo, se Penelope também se recusaria a ir para algum lugar além da cama, se preferiria a cama, se optaria por outro local. Isso é relevante porque uma formulação outra, como “Anthony perguntou a Penelope onde ela gostaria de ter a sua primeira vez”, colocaria em funcionamento outros processos de significação, os quais ajudam a informar os sentidos produzidos no/pelo Recorte 12.

Diante disso, podemos considerar que o Recorte 12 põe em jogo a primeira relação sexual feminina como um evento para o qual há condições – ou, de modo mais preciso, lugares – mais adequadas, bem como um momento sobre o qual o homem pode ocupar papel de agência, atribuindo a si decisões acerca da “primeira vez” da mulher, sendo que essa última parece ocupar um papel passivo, dado sua ausência de decisões – embora seja a “sua primeira vez”, não é ela que opta por ir ou não para a cama, mas sim “Anthony que se recusava” que a relação se desse em outras configurações.

Se no caso do Recorte 11 tínhamos a formulação de que existem condições inapropriadas para a primeira relação sexual feminina – lembramos, o sofá –, informando também quanto à existência de condições potencialmente apropriadas, os dizeres do Recorte 12 tornam possível o entendimento de que a cama concentra em si o maior potencial possível de adequação para a “primeira vez” da mulher, enquanto dá pistas para a compreensão de que os cenários inadequados poderiam ser entendidos como “qualquer lugar que não fosse a cama”.

Tais possibilidades não nascem no Recorte 12, mas sim se amparam em pré-construídos e em certos recortes do interdiscurso para que possam ser formuladas, ou seja, retomam sentidos já-ditos que as viabilizem, como esclarece Orlandi (2020). Assim como o Recorte 11, na construção do Recorte 12 parece se respaldar em construções anteriores e exteriores as quais apontam para o pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação da mulher, prescrição essa que pode ser entendida como social e histórica, ou seja, como algo

produzido e cristalizado, e que, como argumentamos anteriormente, coloca em jogo diferenciações por gênero (Castro; Abramovay; Silva, 2004).

Além disso, também podemos argumentar que o Recorte 12 encontra sustentação no pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da “primeira vez” da mulher, assim como os recortes 5 e 6 analisados anteriormente. É um pré-construído que, como dissemos, estabelece relações com filiações da memória discursiva as quais fazem falar os papéis tradicionais de gênero, ao reproduzir o já-dito do homem como o polo ativo, agente, dominante, positivo, etc., e da mulher como o polo passivo, submisso, negativo. Ao falar sobre a feminilidade, Beauvoir (2016b) aponta que essa envolve, para a mulher, “[...] realizar-se como passiva, a aceitar a dependência” (Beauvoir, 2016b, p. 79). Ela destaca o fato de que “Nas canções, nos contos, vê-se o jovem partir aventurosamente em busca da mulher; ele mata dragões, luta contra gigantes; ela se acha encerrada em uma torre, um palácio, um jardim, uma caverna, acorrentada em um rochedo, cativa, adormecida: ela espera” (Beauvoir, 2016b, p. 37).

A autora ainda disserta sobre o modo como a condição feminina tende a atribuir à mulher a posição de objeto – que se volta à imanência, que recebe a ação –, ao contrário do homem, que detém o direito e os meios para ocupar a posição de sujeito – que busca a transcendência, que exerce a ação. Sabendo que o intradiscursos é determinado pelo interdiscursos, bem como que o interdiscursos possui caráter referencial e objetivo (Orlandi, 2020; 2022a), podemos argumentar que é a memória discursiva acerca do papel tradicional de gênero da mulher e do homem que determinam a formulação do Recorte 12. Considerando que “[...] é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão de sentido-lá [...] O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato” (Orlandi, 2020a, p. 47), podemos pensar que o sentido-lá do que se espera de um homem e do que se espera de uma mulher atuam tornando dizível que o personagem homem Anthony possa ocupar a posição de quem toma decisões acerca da primeira relação sexual de sua esposa, a protagonista Penelope.

Aqui, tais já-ditos são retomados, de modo que se reiteram os papéis socialmente designados a e esperados de ambos os gêneros, com delineamentos específicos à primeira relação sexual feminina, a qual é dita como o evento em que o papel ativo do homem pode se concretizar, em contraponto ao papel passivo da mulher. É possível pensar também em uma filiação à memória discursiva da virgindade moral – mencionada anteriormente durante a análise dos recortes 1 e 2 –, a medida em que a posição da mulher virgem enquanto aquela que não – deveria – sabe(r), ignorância e ingenuidade que coloca a responsabilidade da iniciação

sexual nas mãos do homem, aquele que sabe, que conhece e que por vezes já possui experiências prévias. Desse modo, o referencial às memórias discursivas dos papéis tradicionalmente instituídos de gênero e da virgindade moral permite que o Recorte 12 evoque o sentido-lá de que “[...] as sexualidades masculina e feminina aparecem como distintas: a sexualidade masculina é considerada ativa, espontânea, [...] enquanto a sexualidade feminina é vista em termos de sua relação com a sexualidade masculina” (Bland, 1981, p. 57).

Assim, vemos que, no Recorte 12, a “primeira vez” é da mulher, mas a decisão – de se recusar a “levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama” – é do homem, quem pode julgar e ditar as condições supostamente mais apropriadas para essa relação sexual. A cama, no excerto, não é escolhida pela mulher virgem; nada sabemos, na realidade, acerca de suas possíveis escolhas concernindo sua virgindade e sua “primeira vez”. Tais formulações dialogam com as considerações de Beauvoir (1967) acerca da iniciação sexual feminina, ao argumentar que

[...] os costumes conferem ao homem o papel de iniciador. [...] Desde suas primeiras experiências, há geralmente no homem atividade, decisão [...] este é que dirige as relações entre ambos; o homem é muitas vezes mais velho, mais sabido e admite-se que é quem tem a responsabilidade dessa aventura nova para ela [...] Amante ou marido, é ele quem a conduz ao leito onde só resta entregar-se e obedecer (Beauvoir, 1967, p. 118-119).

Isso posto, lembramos que, como dito anteriormente, o sujeito da enunciação produz o discurso ao falar a partir de uma posição-sujeito que não outra, sustentando seu dizer em certos pré-construídos os quais, por sua vez, demarcam um determinado modo de se relacionar com o interdiscurso (Lagazzi, 2015a). Ao pensar a respeito dos recortes aqui em pauta, argumentamos que o Recorte 11 se ampara no pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação da mulher e no pré-construído da virgindade feminina como algo a ser perdido, estabelecendo relação referencial com a memória discursiva da desigualdade de gênero. Enquanto isso, o Recorte 12 encontra sustentação no pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação da mulher – assim como o Recorte 11 – e no pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da “primeira vez” da mulher – assim como o Recorte 5 e o Recorte 6 –, de modo a fazer funcionar na formulação a memória discursiva dos papéis tradicionais de gênero e da virgindade moral.

Sabendo que uma formação discursiva é definida por sua relação provisória com o interdiscurso, delineando assim o domínio de saber de uma dada FD em um determinado estado, como foi apontado por Courtine (2016), a identificação das mencionadas memórias discursivas é parte fundamental para o entendimento acerca da formação discursiva que, no Recorte 11 e

no Recorte 12, atuam determinando os dizeres (im)possíveis. Cabe ressaltarmos alguns pontos. No Recorte 11 temos dizeres que aproximam a primeira relação sexual feminina de certas condições enquanto a afastam de outras – as quais podem ser compreendidas como menos apropriadas, visto que levam à dita inescapável experiência de embaraço e constrangimento por parte da mulher –, sendo tais dizeres delimitados à iniciação sexual feminina – afinal, é dito especificamente que “uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida. Simplesmente não era possível”. E no Recorte 12 se apresentam dizeres que também indicam a prescrição de certas condições para a primeira relação sexual da mulher, prescrição essa que parece passar pelo crivo masculino, e não pelo feminino – como vimos, era “Anthony [que] se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez”.

Tais leituras acerca dos recortes nos permitem alcançar “[...] vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória no interior de sua formulação. Um texto, como dissemos, é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis [...]” (Orlandi, 2022b, p. 113), levando-nos a ter de considerar uma formação discursiva cujo interdiscurso seja marcado pela desigualdade de gênero e pelos papéis tradicionais de gênero. São recortes do interdiscurso os quais fazem falar de uma dominação hegemônica patriarcal, a qual recorre a diversos modos de disparidade de poder para submeter o gênero feminino, restringindo-o de direitos, acessos, liberdades, entre outros.

Por esse motivo, é possível considerar que o Recorte 11 e o Recorte 12 são produzidos no interior de uma Formação Discursiva Patriarcal, a qual torna possíveis os dizeres que promulgam normais sociais para a vida sexual feminina distintas daquelas em voga para os homens, o que pode implicar em uma posição de passividade feminina – Recorte 12 –, mas também em uma série de punições no caso de possíveis transgressões – Recorte 11. No âmbito da dita FD, estamos pensando no compromisso ideológico com o controle sistemático exercido sobre a mulher – em nosso caso, mais precisamente a mulher virgem –, o qual passa pela fiscalização de seu corpo, suas emoções, suas ações, bem como pela categorização moral do sexo. Os discursos dos recortes abrem ainda a oportunidade de pensar como cada um deles estabelece relacionamentos específicos com o domínio de saber dessa FD Patriarcal, o qual instaura parâmetros de controle para a sexualidade feminina, mais especificamente aqui no que tange à sua primeira relação sexual.

Assim, o Recorte 11 é produzido no interior da FD Patriarcal, retomando a memória discursiva da desigualdade de gênero e obtendo sustentação no pré-construído da prescrição de

condições e cenários para a primeira relação da mulher e no pré-construído da virgindade feminina como algo a ser perdido, como alegamos anteriormente. Para além da filiação a essa formação discursiva que não outra, é possível pensar que o modo pelo qual o sujeito do enunciado se identifica com a FD em questão – ou, mais especificamente, com seu sujeito do saber – diz respeito a uma posição-sujeito marcada pela recuperação de um suposto cenário ideal para a dita “perda” da virgindade feminina, mas também por uma espécie de infração a esse ideal, o que não se dá sem um movimento de punições.

Trata-se de um modo de identificação que adere à existência de moldes mais ou menos adequados para a primeira relação sexual feminina, faz falar a possibilidade de um cenário que poderia ser visto como fora do normativo – aqui, o sofá –, mas reforça sua identificação ao domínio do saber da FD ao discursivizar que a escolha do sofá como local para a “perda” da virgindade da protagonista acarreta em constrangimento e embaraço incontornáveis – “não havia muito o que pudesse ser feito para diminuir seu embaraço” e “Simplesmente não era possível [que uma mulher perdesse a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida]” –, mesmo sem que haja arrependimento pela parte da mulher.

Quanto ao Recorte 12, sua produção também se dá no interior da FD Patriarcal, sendo determinado pela memória discursiva dos papéis tradicionais de gênero e se tornando possível pelo amparo do pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação da mulher e do pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da “primeira vez” da mulher, como vimos acima. É possível ainda pensar os modos pelos quais se dá a filiação do sujeito do discurso ao Sujeito Universal da FD, por meio de uma posição-sujeito que se marca não só pela recuperação do caráter normativo pelo qual é significada a primeira relação sexual feminina, como também pela adesão do discurso do recorte a essa normatividade – pautada aqui pela cama e pelo papel de agência masculino. Um modo de identificação que reproduz a ideia de que haveriam circunstâncias, condições, locais apropriados ou inapropriados para a dita “primeira vez” da mulher – no Recorte 12, a cama pode aparecer como única possibilidade, visto que é descartado “qualquer lugar que não fosse a cama”, validação essa que passa exclusivamente pelo personagem homem.

Além disso, tal posição-sujeito se associa ao domínio de saber filiado a recortes do interdiscurso os quais dizem da cristalização dos papéis de gênero tradicionalmente masculinos, possibilitando que o homem conste, de modo mais amplo, como aquele que detém o direito de ser sujeito, de realizar a ação, de agir ativamente, e, de modo mais específico, cuja sexualidade se encontra no polo ativo, dominante; isto é, já-ditos que apontam construções sociais que

adquirem a aparência de dados essenciais e garantem a possibilidade de o homem ser dito como o iniciador na “primeira vez” feminina, ou seja, aquele com o poder e a responsabilidade de instrução, decisão, condução – em “Anthony se recusava a levar Penelope...”, vemos que é o homem que age, ele que recusa opções e privilegia outras, ele que leva a mulher até o lugar que escolhe. Assim, essa posição-sujeito adere ao já-dito da mulher – e de sua sexualidade – como um polo passivo, aquela que é iniciada, pela qual são tomadas decisões, mesmo que a “primeira vez” seja sua.

Sabemos que “As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que a empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, 2017, p. 20), ou seja, que a determinação das FDs sobre o discurso têm a dizer de uma projeção das formações ideológicas. É de um compromisso ideológico com o poder hegemônico patriarcal que (res)surge a possibilidade de fazer dizer i) a virgindade da mulher como algo passível de se perder (Recorte 11), ii) a mulher virgem como aquela sujeita ao constrangimento a depender de sua (não) adesão às normativas acerca da “perda” da virgindade (Recorte 11) ou ao papel de passividade diante das decisões referentes a sua própria “primeira vez” (Recorte 12), iii) a primeira relação sexual feminina como um momento para o qual há condições e cenários mais – a cama, no Recorte 12 – ou menos – o sofá, no Recorte 11, caso no qual o descumprimento das prescrições pode levar ao constrangimento por parte da mulher – adequados, ou como um evento dominado pelo homem (Recorte 12). Desse modo, podemos pensar que são essas filiações ideológicas que conferem, nos recortes, certos sentidos que não outros à virgindade feminina, à mulher virgem e à sua primeira relação sexual.

Dado o exposto, convém recordarmos nossa questão e nosso objetivo geral de pesquisa. Diante dos livros da coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016) e das *fanfictions* vinculadas a esses textos canônicos, havíamos elencado como questão a ser respondida o seguinte: no jogo constitutivo entre estabilização e deslocamento, há predominância de algum desses processos – parafrásticas e polissêmicos – nos discursos sobre a virgindade feminina produzidos nos referidos objetos de estudos? Nosso objetivo geral decorreu dessa questão, e foi formulado como o intuito de investigar o funcionamento da tensão entre estabilização e deslocamento de efeitos de sentido em discursos sobre a virgindade feminina nos romances de época “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*.

Como discutimos na Subseção 2.1 do presente trabalho com base em Orlandi (2012; 2020a), todos os dizeres existem na/pela tensão entre os processos parafrásticos – a

estabilização, a contenção, o mesmo, o dizível, aquilo que se mantém – e os processos polissêmicos – o deslocamento, a desestabilização, a ruptura, a multiplicidade, aquilo que ainda está por se dizer. Essa ambiguidade da linguagem – ela muda, mas também se mantém a mesma – é fonte de todo dizer, de todo discurso (Orlandi, 2012). Isso posto, era exatamente sobre essa tensão que pretendíamos lançar nosso olhar em relação aos discursos sobre a virgindade feminina em “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*. Cabe então agora discutir essa questão, levando em consideração os recortes analisados.

Como vimos, o Recorte 1 e o Recorte 2 colocam em jogo os pré-construídos da virgem ingênua e ignorante (Recorte 1) e do estranhamento diante de uma mulher virgem que supostamente sabe demais (Recorte 2), os quais fazem com que o efeito de sentido da instância moral da virgindade da mulher possa funcionar enquanto evidência nesses processos discursivos. Nos recortes, é retomada a memória discursiva da mulher virgem enquanto aquela que desconhece – ou deveria desconhecer – tudo o que tem relação com o sexo e a sexualidade, um dos recortes do interdiscurso que delinea a Formação Discursiva Paternalista, a qual incide sobre ambos recortes.

No entanto, os modos de identificação do sujeito do discurso com essa FD Paternalista não se dá da mesma forma: no Recorte 1, o discurso se marca por sua identificação com essa FD, de modo que falamos em uma posição-sujeito identificada com esse domínio de saber; enquanto no Recorte 2 o sujeito do discurso se contraidentifica com o domínio de saber dessa FD, por meio de uma posição-sujeito a qual demarca um distanciamento desse domínio de saber. Em ambos, portanto, se mantém – fruto dos processos parafrásticos – o efeito de sentido da mulher virgem que, como norma, deve ignorar o que são os “deveres conjugais” (Recorte 1), as “relações conjugais” (Recorte 2). Mas algo se desloca – obra dos processos polissêmicos –: no Recorte 2, extraído da *fanfiction*, embora seja retomado o já-dito dessa norma, esta não se concretiza, e sua transgressão não acarreta o questionamento da virgindade da mulher.

No que diz respeito ao caso do Recorte 3 e do Recorte 4, em ambos observamos o funcionamento do pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da “primeira vez” da mulher. É a memória discursiva da imposição dos papéis tradicionais de gênero que sustenta esse pré-construído, possibilitando o efeito de evidência, no Recorte 3 e no Recorte 4, que adquire o sentido da “primeira vez” da mulher como um evento a ser guiado e gerido pelo homem. Mas os dois recortes também são sustentados por uma memória de outra ordem, a saber, a do prazer sexual feminino, a qual faz falar nos recortes essa “primeira vez” como um momento em que a satisfação da mulher é não

só possível, mas desejável. Nos recortes, relacionam-se duas distintas posições-sujeito, a recordar, uma que diz respeito a um modo de identificação com a Formação Discursiva Patriarcal e uma outra que responde à Formação Discursiva Feminista Neoliberal.

Dessa relação de entre duas FDs distintas que incidem no mesmo recorte, há a dominância da FD Patriarcal, promovendo o efeito de unidade do texto e fazendo funcionar nos recortes o efeito de sentido do homem como aquele com o direito/dever de conduzir a primeira relação sexual da mulher e o efeito de sentido de que a satisfação sexual feminina – o prazer (Recorte 3) ou a boa experiência (Recorte 4) – só pode ser garantida através da agência masculina. Assim, pela via dos processos parafrásticos, muito se estabiliza entre o Recorte 3, extraído do primeiro livro de “Os Bridgertons” (2013-2016), e o Recorte 4, advindo da *fanfiction*: o efeito de sentido acerca do domínio do homem sobre a “primeira vez” da mulher, e do prazer feminino nessa experiência, mantém-se em ambos. Quanto aos processos polissêmicos, pudemos notar poucos deslocamentos entre os recortes; porém, talvez valha a pena mencionar que o efeito de sentido da mulher virgem como propriedade privada do homem, presente no Recorte 3, não se (re)atualiza no Recorte 4.

Ao analisarmos o Recorte 5 e o Recorte 6, buscamos demonstrar como em ambos funcionava o pré-construído da presença da dor na primeira relação sexual feminina, ancorado na memória discursiva da virgindade física, a qual coloca em jogo o já-dito da dor física como indício ou característica da comumente chamada primeira vez da mulher e o já-dito do controle do corpo feminino, responsáveis por tecer, pela via do discurso, uma relação estrita entre dor e essa primeira experiência sexual, tanto no Recorte 5 quanto no Recorte 6. A retomada dessa memória, a qual delinea as fronteiras instáveis da FD – que resta sem nomeação – que determina os discursos e que faz dizer de uma observação e controle do corpo feminino, torna possível que a mulher virgem seja significada como aquela que sente uma dor específica à primeira relação sexual (no Recorte 5 é algo que aconteceria “só desta vez” e, no Recorte 6, é dito como a “dor da virgem”), e que essa relação seja significada como um evento caracterizado pela presença de dor (Recorte 5 e Recorte 6).

Os modos de identificação do sujeito enunciativo com o sujeito de saber da formação discursiva na qual são produzidos os recortes, no entanto, parecem diferir. Enquanto no Recorte 5 nos deparamos com uma posição sujeito identificada com o saber dessa FD, podendo assim falar não só da existência dessa dor, mas colocá-la como uma certeza, como algo incontornável, sentido já-lá que é aqui validado. O Recorte 6, por outro lado, resgata a memória da virgindade física e do já-dito da dor na primeira relação sexual feminina, mas se marca em uma posição-

sujeito cujo modo de identificação possibilita dizer essa dor de um lugar de suspeita, questionamento, dúvida. Desse modo, embora se estabilizem, nos dois recortes, os efeitos de sentido acerca da primeira relação sexual como aquela na qual a mulher sente dor, o Recorte 6 desloca algo em relação ao Recorte 5 ao dizer não de uma dor intransponível, mas sim possível, bem como potencialmente evitável.

Esse jogo entre estabilização e deslocamento também é observado através dos gestos de análise conduzidos em relação ao Recorte 7 e ao Recorte 8, nos quais notamos o funcionamento dos pré-construídos do hímen como indício da virgindade da mulher (Recorte 7 e Recorte 8), de que a virgindade é um estado passível de comprovação (Recorte 7 e Recorte 8) e do hímen intacto enquanto elemento intrínseco ao estado de virgindade (Recorte 8). São pré-construídos sustentados pela memória da dimensão física da virgindade da mulher, os quais fazem funcionar nos processos discursivos analisados uma relação de paráfrase entre hímen e virgindade feminina, reproduzindo o efeito de sentido da virgindade feminina como algo que carece de ser provado (Recorte 7), mostrado (Recorte 8), e do hímen como elemento privilegiado para esse fim.

Assim, o Recorte 7 se caracteriza por uma posição-sujeito identificada com o domínio de saber de uma formação discursiva – a mesma a qual respondem os recortes 5 e 6, acreditamos – que determina como dizeres possíveis aqueles filiados à categorização e controle do corpo feminino. O Recorte 8, por outro lado, ao introduzir a possibilidade de a virgindade ser comprovada pela palavra da mulher, constitui-se por uma posição-sujeito contraidentificada com o sujeito universal dessa mesma FD, retomando o já-dito do hímen como comprovação da virgindade, mas de certo modo contestando-a, revoltando-se contra ela – afinal, essa é uma comprovação que, no recorte, a personagem se recusa a dar. Assim, se no Recorte 7 e no Recorte 8 se estabilizam os efeitos de sentido da virgindade como algo a ser (com)provado e do hímen como seu elemento de (com)provação, por outro lado, no Recorte 8, advindo da *fanfiction*, algo se desloca, visto que o já-dito de mostrar/observar o hímen para se constatar a virgindade é retomado, mas recusado, surgindo aí a palavra da mulher como único elemento necessário para atestar sua virgindade, palavra que terá de ser acreditada.

Comentemos, agora, o Recorte 9 e o Recorte 10, os quais se amparam majoritariamente no pré-construído da presença do sangue – ou do sangramento – na primeira relação sexual feminina. Assim como os recortes 5, 6, 7 e 8, aqui se faz presente a memória da virgindade física, a qual faz dizer de elementos supostamente identificáveis no/pelo corpo da mulher que teriam a testemunhar acerca de sua virgindade. Estamos diante, então, da noção de que o corpo

da mulher virgem seria um corpo discernível. Tais dizeres acerca da mulher virgem, e mais especificamente de seu corpo, são possíveis pela filiação dos discursos dos recortes à formação discursiva no âmbito da qual também foram produzidos os recortes 5, 6, 7 e 8, anteriormente mencionados, e a qual não demos conta de nomear.

O que podemos reafirmar é que tal FD parece ser definida por sua relação particular com recortes do interdiscurso – tais quais o da memória da virgindade física – que colocam em jogo já-ditos que apontam para a imposição de um controle da mulher, um controle que se assinala e demarca pelo atravessamento que tece com o corpo feminino. Desse modo, torna-se possível dizer, no Recorte 9 e no Recorte 10, da presença do sangue na primeira relação sexual feminina como um dos indícios categorizadores de um corpo de mulher virgem, seja esse sangue relacionado à dor e visto como parte da dita defloração (Recorte 9) ou como prova de uma suposta entrega/concessão feminina endereçada ao homem (Recorte 10).

Por fim, cabe endereçar os achados acerca do Recorte 11 e do Recorte 12. Ambos se encontram sustentados pelo pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação sexual da mulher, mas diferem em relação ao pré-construído da virgindade feminina como algo a ser perdido (Recorte 11) e ao pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da “primeira vez” da mulher (Recorte 12). Os recortes retomam, possibilitando seu dizer, as memórias discursivas da desigualdade de gênero e dos papéis tradicionalmente designados a cada um dos gêneros, bem como a da virgindade moral (Recorte 12). Assim, é no âmbito da determinação por uma Formação Discursiva Patriarcal, em seu compromisso ideológico com a manutenção estrutural de um poder hegemônico, que são produzidos os dois recortes. FD na qual o que pode e deve ser dito são efeitos de sentidos acerca da existência de prescrições, especificamente definidas para o gênero feminino, para que aconteça a primeira relação sexual.

Ainda assim, é possível observar especificidades referentes a cada caso. No Recorte 11, extraído de um dos livros da coleção de Julia Quinn, embora o pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação sexual da mulher também esteja em funcionamento, marca-se uma posição-sujeito a qual torna possível dizer de um rompimento com as normas prescritas, o que não ocorre sem que se coloque em jogo um caráter punitivo direcionado à mulher, mesmo que por seus próprios sentimentos. Enquanto isso, no Recorte 12 funciona uma posição-sujeito mais proximamente identificada com o domínio de saber da FD que determina o recorte, colocando em jogo o já-dito do homem como o agente ativo da relação,

e o da mulher como ser passivo; formulação na qual a prescrição é cumprida de forma normativa.

5 POLINDO A PEÇA (OU ESTIMANDO ALCANCES)

Como o título sugere, o presente capítulo, último deste trabalho, é um momento reservado à consideração (não tão) finais do que pudemos realizar ao longo da pesquisa. Vamos aqui, sucintamente, lembrar nossa questão de pesquisa, bem como nosso objetivo geral e específicos, buscando pontuar como os abarcamos ao longo dos capítulos escritos. Lembramos que nosso tema de pesquisa era o da virgindade feminina, isto é, a questão da virgindade relacionada à questão de gênero – em nosso caso, o feminino. Dada a extensão da temática, foi preciso delimitá-la a fim de viabilizar o trabalho de pesquisa. Assim, optamos por estudar os discursos produzidos acerca da virgindade feminina na coleção de romances de época “Os Bridgertons” ([2000-2006] 2013-2016) e em *fanfictions* derivadas desse material canônico e disponibilizadas em *sites multifandoms*.

Como nos diz Orlandi (2020a), no âmbito da AD, a questão de pesquisa é essencial para a construção de um dispositivo analítico. A nossa, como mencionamos anteriormente, foi a seguinte indagação: no jogo constitutivo entre paráfrase e polissemia, há predominância de estabilizações – processos parafrásticos – ou de deslocamentos – processos parafrásticos – nos discursos sobre a virgindade feminina produzidos na coleção de livros de romance de época “Os Bridgertons” (2013-2016) e em suas *fanfictions*? Foi essa a questão que serviu de base para o desenvolvimento de nosso objetivo geral, a saber, o de investigar o funcionamento da tensão entre estabilização e deslocamento de efeitos de sentido em discursos sobre a virgindade feminina nos referido *corpus*.

Além disso, também foram elencados por nós seis objetivos específicos de pesquisa, os quais lembraremos: i) em conformidade aos estudos discursivos, refletir acerca da relação entre linguagem, historicidade e discurso como aquela da qual advém a constituição, estabilização, (re)produção e (re)atualização de efeitos de sentido; ii) retomar os processos parafrásticos e os processos polissêmicos à luz da teoria de Análise de Discurso francesa de base materialista, conforme proposto por Michel Pêcheux e também desenvolvido por pesquisadores brasileiros como Eni Orlandi; iii) discutir a temática da virgindade feminina em relação aos estudos de gênero, especialmente no que tange à possibilidade de tomá-la como local privilegiado para a investigação dos papéis de gênero designados para a mulher, bem como das relações de desigualdade de gênero colocadas em jogo por tais papéis; iv) analisar, no batimento entre descrição e interpretação, recortes discursivos que põem em circulação efeitos de sentido sobre a virgindade feminina, a mulher virgem e a primeira relação sexual feminina,

extraídos da coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*; v) compreender como *fanfictions* inspiradas em obras antecessoras podem, no *corpus* em questão e a partir de condições de produção outras, marcar filiações discursivas similares ou distintas daquelas materializadas nos textos que referenciam; e vi) ponderar, com base nas análises conduzidas, se no *corpus* prevalecem processos parafrásticos ou polissêmicos no que tange aos discursos sobre a virgindade feminina presentes nos recortes.

Nossa pesquisa se situou no dispositivo-metodológico da Análise do Discurso filiada ao materialismo, contexto no qual elencamos um *corpus* discursivo, e posteriormente um *corpus* de análise, dividido em dois momentos. O primeiro deles dizia respeito à coleção de romances de época “Os Bridgertons” (2013-2016), da autora Julia Quinn. A coleção conta, ao total, com oito romances, publicados na seguinte ordem: “O duque e eu” (2013a), “O visconde que me amava” (2013b), “Um perfeito cavalheiro” (2014a), “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), “Para Sir Phillip, com amor” (2015a), “O conde enfeitado” (2015b), “Um beijo inesquecível” (2016b) e “A caminho do altar” (2016a). O segundo momento correspondia às *fanfictions* dessa coleção, buscadas nos *sites multifandom* Archive of Our Own (AO3) e Spirit *Fanfics* e Histórias⁸⁵, sendo que no primeiro *site* foram consultadas oitenta e quatro (84) *fanfics* e, no segundo, quinze (15) *fanfics*.

Diante desse material, realizamos a composição do *corpus* de análise, em conformidade com o previsto por Fernandes e Vinhas (2019), acerca das operações de recorte. Assim, o *corpus* de análise contou com doze (12) recortes, organizados do seguinte modo: seis (6) recortes advindos de três (3) livros da coleção – a saber, “O duque e eu” (2013a), “Um perfeito cavalheiro” (2014a) e “Os segredos de Colin Bridgerton” (2013b) – e seis (6) recortes advindos de seis (6) *fanfictions*, sendo quatro (4) delas referentes ao Archive of Our Own – “Col and Pen make a p movie” (2023), “Don’t you remember” (2022-2023), “Love Arranged” (2022-2023) e “Special Tea Time” (2023) – e duas (2) ao Spirit *Fanfics* e Histórias – “Mais valiosa que um diamante” (2023) e “Polin o amor vence todas as coisas” (2022).

A construção do *corpus* de análise teve em mente não uma exaustividade horizontal, ao invés disso buscando privilegiar uma exaustividade vertical, como postulado por Orlandi (2020a). Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, optamos por trabalhar com os livros da coleção protagonizados por personagens femininas que pudessem suscitar discussões acerca de

⁸⁵ À época da consulta, o AO3 contava com seis mil duzentos e oitenta e seis (6286) *fanfictions* de “Os Bridgertons” (2013-2016) publicadas, enquanto o Spirit somava cento e sessenta e nove (169) trabalhos, como foi descrito nas subseções “Buscas no Archive of Our Own (AO3)” e “Buscas no Spirit *Fanfics* e Histórias” deste trabalho.

distintas posições sociais⁸⁶ – a lembrar, Daphne, a personagem de maior concordância com as normas colocadas em jogo pelo cenário regencial, Sophie, dita como filha bastarda e que durante parte da trama ocupa a profissão de criada, e Penelope, a qual se distingue por sua condição de suposta solteirona e de autora anônima do *Lady Whistledown*.

Considerando tal *corpus* de análise, bem como nossa questão de pesquisa e objetivos, dividimos nosso trabalho em alguns momentos. Ao longo do primeiro capítulo, “Análise do Discurso: uma disciplina da interpretação”, buscamos dar conta do primeiro e do segundo objetivos específicos, para isso nos dedicando a apresentar o dispositivo teórico-metodológico da AD, cujo arcabouço teórico fundamentou a presente pesquisa. O segundo capítulo, “Onde gênero toca a virgindade”, visou dar conta de endereçar o terceiro objetivo específico, motivo pelo qual trouxemos o conceito de gênero para pensar os modos pelos quais o tema da virgindade é historicamente atravessado por ele. Por fim, os demais objetivos específicos – ou seja, o quarto, quinto e sexto – foram tratados no terceiro capítulo, “Modelando a massa: análises em torno”, no qual discorreremos acerca dos aspectos metodológicos de uma pesquisa filiada à Análise do Discurso, das etapas adotadas por nós para a constituição do *corpus* de pesquisa, da apresentação desse *corpus* e dos nossos gestos de análise.

Cabe recordarmos, em termos sucintos, de que se tratavam os doze (12) recortes selecionados, os quais foram organizados e analisados em pares. O Recorte 1, extraído do livro “O duque e eu” (2013a), dizia respeito ao momento em que, em sua noite de núpcias, a mãe de Daphne tenta informá-la acerca dos ditos deveres conjugais. O Recorte 2, retirado da *fanfiction* “Special Tea Time” (2023) captura um momento de conversa entre Colin e Penelope, no qual ele indaga o não previsto conhecido dela acerca das relações conjugais.

O Recorte 3, também do livro “O duque e eu” (2013a), aborda os pensamentos de Simon narrados no romance acerca do fato de Daphne estar prestes a ter sua dita primeira vez e sobre as responsabilidades dele no evento. O Recorte 4, da *fanfiction* “Polin o amor vence todas as coisas” (2023), também narra a preparação de um personagem masculino, neste caso Colin, antes da primeira vez de uma mulher, destacando atribuições a serem por ele desempenhadas durante o momento.

O Recorte 5, o primeiro a ser analisado acerca do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), está inserido na primeira relação sexual entre Colin e Penelope, mais especificamente no momento em que o protagonista avisa à personagem feminina acerca da dor

⁸⁶ Como dissemos anteriormente na subseção “Apresentação do *corpus*”, tal tarefa não foi facilitada pelo contexto imposto pela coleção de livros, visto que as personagens femininas são todas mulheres cis, héteros, brancas e – exceto Sophie durante uma parte da trama – vinculadas a famílias de alta classe social e econômica.

que viria a seguir. O Recorte 6, advindo da *fanfiction* “Don’t you remember” (2022-2023), foca na narração pelo ponto de vista de Benedict acerca da possível dor que Sophie sentiria em sua primeira relação sexual.

O Recorte 7, também do livro “Os segredos de Colin Bridgerton” (2014b), foi retirado do momento em que ocorre a penetração durante a primeira relação sexual do casal Colin e Penelope, penetração essa que encontra em seu caminho uma suposta prova física da inocência da personagem. O Recorte 8, advindo da *fanfic* “Col and pen make a p movie” (2023), trata-se de uma fala da personagem Penelope, a qual busca estabelecer condições para a gravação de um filme pornográfico, mais especificamente, a recusa em mostrar seu hímen de forma aproximada para comprovar sua virgindade.

O Recorte 9, o primeiro do livro “Um perfeito cavalheiro” (2014a), acontece poucos eventos após a primeira relação sexual do casal protagonista, Benedict e Sophie; em uma conversa com seus irmãos, Benedict menciona ter encontrado sangue no sofá em que tivera sua relação com a protagonista. O Recorte 10, da *fanfic* “Mais valiosa que um diamante” (2023), narra uma interação entre Colin e o personagem Theo Sharpe, em que esse segundo, ao ver o lençol com sangue no qual Penelope e Colin haviam tido sua primeira relação, confronta Colin.

O Recorte 11, também do livro “Um perfeito cavalheiro” (2014a), narra o pós imediato à primeira relação sexual de Sophie com Benedict e trata, principalmente, dos sentimentos experienciados por ela após ter perdido a virgindade – como é dito no recorte – em um sofá. O Recorte 12, último do *corpus* de análise e pertencente à *fanfiction* “Love Arranged” (2022-2023), narra momentos que antecedem a primeira relação de Anthony e Penelope, par não canônico na coleção, em que a narração, pelo ponto de vista dele, declara sua preferência de que a dita primeira vez aconteça em uma cama.

Como conta Orlandi (2020a), uma análise discursiva tem seu relativo início – relativo pois o próprio gesto de recortar um *corpus* já é também analítico, ainda de acordo com a autora – na de-superficialização do texto, isto é, a análise da materialidade linguística propriamente dita, desfazendo a impressão de realidade e evidência que funciona no texto. Para esse fim, Lagazzi (2015a) tem considerado como essencial o emprego do procedimento parafrástico, ou seja, de pensar criticamente a relação entre o dito e os não ditos (im)possíveis. Segundo Orlandi (2020a), após a de-superficialização, o analista deixa o texto de lado, tendo chegado ao objeto discursivo, nível no qual pode pensar com que formações discursivas os recortes estabelecem relação de determinação. A partir do delineamento dessas FDs, o analista deve buscar entendê-las em seu compromisso de cunho ideológico, relacionando-as às formações ideológicas que

projetam no discurso (Orlandi, 2020a). Além disso, lembramos que, segundo Pêcheux (2015a), o trabalho de análise é conduzido entre descrição e interpretação, bem como que, como diz Petri (2013), o trabalho do analista se dá em um gesto pendular entre teoria e análise. Esses foram entendimentos os quais buscamos preservar e praticar ao longo de nossa leitura do *corpus* de análise.

Assim, ao longo de nossas leituras pudemos identificar em funcionamento certos pré-construídos os quais davam sustentação às formulações por meio de construções que lhes eram anteriores, mobilizando assim determinados recortes do interdiscurso. O Recorte 1, por exemplo, ampara-se no pré-construído da virgem ingênua e ignorante em relação ao sexo, e o Recorte 2, no pré-construído do estranhamento diante de uma mulher virgem que supostamente sabe demais; sendo que ambos os pré-construídos fazem dizer da memória discursiva do aspecto moral da virgindade feminina. Porém, enquanto o Recorte 1 marca uma posição-sujeito identificada com o domínio de saber da Formação Discursiva Paternalista, no Recorte 2 opera uma posição-sujeito que se encontra mais distanciada desse saber.

O Recorte 3 e o Recorte 4, por sua vez, encontram-se sustentados no pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da primeira relação sexual da feminina, dialogando com a memória discursiva dos papéis tradicionais de gênero. Percebemos, nesses recortes, duas diferentes posições-sujeitos, uma em identificação com a Formação Discursiva Patriarcal e outra em identificação com a Formação Discursiva Feminista Neoliberal. Embora ambas FDs incidam sobre os recortes, acreditamos que haja a dominância da FD Patriarcal, caracterizada por seu compromisso ideológico com a manutenção estrutural da hegemonia do poder masculino.

Cabe endereçar de forma conjunta os recortes de 5 a 10. Isso pois, em uma principal instância todos esses estabelecem relação com um mesmo recorte do interdiscurso: a memória discursiva da virgindade física. Assim, enquanto o Recorte 5 e o Recorte 6 se sustentam no pré-construído da presença da dor na primeira relação sexual feminina, o Recorte 7 e o Recorte 8 colocam em jogo pré-construídos como o do hímen como indício da virgindade da mulher, e o Recorte 9 e o Recorte 10 se amparam no pré-construído da presença do sangue na primeira relação sexual feminina. Os mencionados recortes parecem ser determinados por uma mesma formação discursiva a qual, ainda que não tenhamos nomeado, identificamos por um poder e dever dizer de uma observação e controle do corpo feminino, projetando no discurso um compromisso ideológico com a perpetuação de uma estrutura socioeconômica de dominação masculina.

Por fim, o Recorte 11 e o Recorte 12 compartilham entre si o fato de se ampararem no pré-construído da prescrição de condições e cenários para a primeira relação sexual da mulher, mas se distinguem em relação ao pré-construído da virgindade feminina como algo a ser perdido, presente no Recorte 11, e ao pré-construído do gênero masculino como aquele com as qualidades necessárias à condução da primeira relação feminina, presente no Recorte 12 – assim como nos recortes 3 e 4, como dito anteriormente. Os recortes se diferenciam ainda quanto a seus modos de identificação ao domínio de saber da Formação Discursiva Patriarcal, visto que, enquanto no Recorte 11 vemos uma posição-sujeito na qual se pode, ainda que parcialmente, romper com as prescrições impostas, no Recorte 12 fala uma posição-sujeito no âmbito da qual a prescrição é cumprida de forma normativa.

Tais configurações permitem que, no *corpus*, circulem certos efeitos de sentido acerca da mulher virgem, da virgindade feminina e da primeira relação sexual da mulher. No *corpus*, a mulher virgem pode ser dita como aquela que (deveria) ignora(r) tudo que é concernente ao sexo (Recorte 1, Recorte 2, Recorte 12), como aquela que ocupa um papel passivo em sua própria primeira relação sexual (Recorte 3, Recorte 4, Recorte 12), como aquela que sente dor durante essa primeira relação (Recorte 5, Recorte 6, Recorte 9), como aquela cujo estado de mulher virgem é validado pelo hímen (Recorte 7 e Recorte 8), como aquela que é deflorada pelo homem (Recorte 9), como aquela que perde, entrega ou concede algo – a virgindade – ao iniciar sua vida sexual (Recorte 10 e Recorte 11), aquela que está sujeita a experimentar sentimentos de constrangimento e embaraço caso vá contra as normas prescritas para sua primeira relação (Recorte 10 e Recorte 11).

Já sobre a virgindade feminina funcionam efeitos de sentido que a significam como algo que estabelece relações parafrásticas com inocência e pureza (Recorte 1, Recorte 2 e Recorte 7), como um estado que justifica que seja o homem aquele responsável pela condução da primeira relação sexual (Recorte 3, Recorte 4, Recorte 12), como algo que impõe dor à mulher no momento da primeira relação (Recorte 5, Recorte 6 e Recorte 9), como um estado que se relaciona com a ocorrência de sangue na primeira relação (Recorte 9 e Recorte 10), como um estado passível de comprovação (Recorte 7, Recorte 8 e Recorte 10), como algo que é provado pelo hímen (Recorte 7 e Recorte 8) e pelo sangramento (Recorte 10), como algo a ser perdido pela mulher (Recorte 11).

Por fim, quanto à primeira relação sexual da mulher, os processos discursivos vão colocar em jogo significações as quais a estabelecem como um evento no qual o homem ocupa o papel ativo, e a mulher, o papel passivo (Recorte 3, Recorte 4 e Recorte 12), como um

momento em que a mulher deve sentir prazer e satisfação através da conduta masculina (Recorte 3 e Recorte 4), como uma experiência marcada pela presença da dor feminina (Recorte 5, Recorte 6 e Recorte 9) e de sangramento (Recorte 9 e Recorte 10), como um evento acerca do qual o homem pode expressar certezas e garantias (Recorte 5 e Recorte 9) ou suspeitas (Recorte 6), como um momento para o qual são socialmente prescritas normas à mulher, inclusive em relação ao local em que deveria ou não ocorrer (Recorte 11 e Recorte 12), podendo o descumprimento dessas normas resultar em punições (Recorte 11).

Dado o exposto, podemos afirmar que, no *corpus* de análise, alguns efeitos de sentido se destacam por sua presença dominante. São eles, por exemplo mas não somente: os efeitos de sentido nos quais o estado virginal e a mulher virgem são significados em uma relação de paráfrase com inocência/inocente e pureza/pura – isto é, ignorância, desconhecimento –; a virgindade feminina é significada como um estado que pode ser comprovado, sendo o hímen e o sangue indícios privilegiados para tal averiguação; a primeira relação sexual da mulher virgem é significada como um momento marcado pela presença de dor e sangramento; e a mulher virgem é significada como aquela que, em sua primeira relação, ocupa uma postura passiva e responsiva à condução masculina.

Isso posto, podemos então nos posicionar quanto à questão e ao objetivo geral de pesquisa. Como objetivo, havíamos formulado a investigação do funcionamento da tensão entre estabilização e deslocamento de efeitos de sentido em discursos sobre a virgindade feminina em nosso *corpus*. E, como questão, trabalhamos com a indagação que buscava saber se, nos discursos sobre a virgindade feminina circunscritos à coleção “Os Bridgertons” (2013-2016) e suas *fanfictions*, havia predominância de estabilizações – processos parafrásticos – ou de deslocamentos – processos polissêmicos –?

Quanto ao objetivo geral, é possível afirmar que essa investigação foi conduzida ao longo de todas as análises, nas quais buscamos nos atentar a essa tensão, mesmo quando deveras tênue e encontrada em minúcias. E é esse trabalho que nos dá a segurança para responder a pergunta de pesquisa. Dado tudo o que foi exposto até o presente momento, podemos afirmar que, no *corpus* em questão, há momentos em que o sentido (tenta) balança(r) entre os recortes advindos dos livros e aqueles que vêm das *fanfictions*, apontando para uma possibilidade outra.

Apesar disso, embora haja momentos no *corpus* em que a posição da qual fala o sujeito de um recorte não coincida com a posição da qual fala o sujeito de um outro recorte, não acreditamos que opere, no *corpus* de análise aqui estudado, uma desestabilização profunda dos sentidos em funcionamento, uma mudança semântica notável, a produção de dizeres que

pertencessem a formações discursivas as quais respondessem a compromissos ideológicos amplamente distintos. O que não é o mesmo que afirmar que absolutamente nada se desloca no *corpus*, visto que, como mostramos, há momentos em que se pode constatar o funcionamento de processos polissêmicos no que tange à significação da mulher virgem, sua virgindade e sua primeira relação sexual; embora tais momentos se deem em minúcias, sem romper radicalmente com a estabilização dos sentidos, ainda assim instauram outras possibilidades de dizer, motivo pelo qual propomos pensar que, no *corpus*, podemos testemunhar micro-deslocamentos⁸⁷.

Portanto, defendemos que, no contexto desta pesquisa e no que se refere aos discursos produzidos acerca da virgindade feminina – bem como da mulher virgem e de sua primeira relação sexual –, há sim a predominância de um processo sobre o outro: prevalecem os processos parafrásticos – ou seja, a estabilização, a manutenção, o mesmo, o já posto – em relação aos processos polissêmicos – quer dizer, a perturbação, o deslocamento, o diferente, o ainda não dito. Os dizeres do *corpus* de análise – tanto dos recortes dos livros em relação uns aos outros, quanto dos recortes das *fanfictions* postos em relação aos dos livros – tendem a se marcar, desse modo, pela preservação e continuação de sentidos vinculados aos mesmos domínios de saberes.

Destarte, há algo que vale menção. A noção de que o discurso nunca é originário, mas sim aponta para outros anteriores e abre possibilidades para outros dizeres futuros, é amplamente conhecida no âmbito da disciplina interpretativa e de entremeio que é a Análise do Discurso (2020a). Outro entendimento compartilhado entre os analistas do discurso é o de que, em última instância, uma análise não termina, isto é, não se dá por acabada inteiramente ou definitivamente; devido à incompletude da linguagem, o impossível de se dizer tudo, e mesmo à resistência dos materiais estudados, sempre resta algo a se dizer, de modo que a suspensão dada à análise opera enquanto um efeito de encerramento, não como um fim em si (Orlandi, 2010).

Diante disso, podemos dizer que nossa pesquisa não se pretende originária, como se estivesse dando início às discussões acerca da virgindade da mulher, e principalmente que não se pretende final, como se pudéssemos ter dado conta de explorar e explicitar tudo de relevante sobre o tema, ou mesmo sobre o *corpus* de análise por nós desenhado. Certamente, muito ainda resta ser estudado, pensado, problematizado e dito. Identificar e reconhecer tais pontos é também, pensamos, um momento importante em uma pesquisa. Depois de polir a peça já

⁸⁷ A nomenclatura “micro-deslocamentos” foi proposta pela Profa. Dra. Lígia Mara Boin Menossi de Araujo (UFSCar), na ocasião da Defesa da presente Dissertação.

terminada, o ceramista frequentemente a toma nas mãos, gira, observa de diferentes ângulos e, muitas vezes – ou, talvez em todas – encontra um detalhe que ficou por fazer, uma área em que a camada de esmalte se encontra menos espessa, uma aresta levemente machucada.

Cabe, então, fazer esse movimento. Começaremos afirmando que os caminhos possíveis de pesquisa acerca da temática da virgindade feminina permanecem inesgotáveis. Ao introduzir nosso trabalho, dissemos que a delimitação por nós escolhida era somente uma entre outras possíveis, em nada menos relevantes do que a nossa. Insistimos nesse ponto. Mas, mesmo que nos detivéssemos à delimitação que começa com a coleção de “Os Bridgertons” (2013-2016), convém ainda ressaltar que ela abriria margem para muitas outras configuração além das apresentadas aqui: nos livros há outras passagens que dialogam com o tema, poderiam ter sido coletadas *fanfictions* em outros *sites* – ou mesmo em redes sociais – ou tendo como base outros métodos de busca, organização e leitura. O estudo dos discursos acerca da virgindade feminina na adaptação de “Os Bridgertons” (2013-2016) conduzida pelo *streaming* da Netflix também poderiam se demonstrar proveitosos.

Porém, talvez mais relevante do que isso seja pontuar que, mesmo no que diz respeito ao *corpus* de análise desta pesquisa, há coisas que aqui repousam como (ainda) não ditas e cuja investigação futura tende a enriquecer o trabalho apresentado. Desejamos comentar dois desses pontos. O primeiro é a possibilidade de aprofundar as considerações acerca das formações discursivas que determinam os recortes, bem como de suas correspondências a determinadas formações ideológicas, as quais acreditamos que possam ser melhor exploradas quanto a seus compromissos ideológicos. O segundo diz respeito ao fato de que a pesquisa poderia ter a ganhar com a problematização das diferenças colocadas em jogo nos livros e nas *fanfictions* a partir de conceitos como o de autoria, buscando-se entender se as distintas posições institucionais desses objetos de estudo resultam em impactos consideráveis no que tange à produção de discursos acerca da virgindade feminina. Deixamos, então, tais apontamentos enquanto possíveis mapas para futuros feitos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **Uma história do setor de psicologia social da UFMG: invenções, teorias e práticas**, 2012, 139 fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ADORNO, G. Na dança das imbricações ou uma coreografia materialista: o discurso nas fronteiras. *In: Adorno, Guilherme et al. (org.). O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi*. Campinas: Pontes, 2019. p. 115-132.
- ALLAN, J. A. “And he absolutely fascinated me”: Masculinity and Virginité in Sherilee Gray’s *Breaking Him*. **Journal of Popular Romance Studies**, v. 9, p. 1-15, 2020a. Disponível em: https://www.jprstudies.org/2020/11/and-he-absolutely-fascinated-me-masculinity-and-virginité-in-sherilee-grays-breaking-him/#_ftn1. Acesso em: 20 fev. 2025.
- ALLAN, J. A. **Men, Masculinities, and Popular Romance**. London: Routledge, 2020b.
- ALLAN, J. A. Theorising Male Virginité in Popular Romance Novels. **Journal of Popular Romance Studies**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://www.jprstudies.org/2011/10/theorising-male-virginité/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ALTMANN, H. (1980). Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 333-356, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200004>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- ALVES, B. M. (1980). A luta das sufragistas. *In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-63.
- AMORIM, A. O. “**Você é virgem?**”: discursos sobre a virgindade feminina em livros best-sellers e em obras autopublicadas. 2022. 197f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.
- AMORIM, M. S. G. Gênero e virgindade no *De Habitu Uirginarum** (248- 249) de Cipriano de Cartago: imagens e discursos no início do cristianismo. **Epígrafe**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 396-415, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173736>. Acesso em: 07 jan. 2025.
- BALDINI, L. J. S. A análise de discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 117- 129, jan./jun. 2014.

BALDINI, L. J. S.; ZOPPI-FONTANA, M. G. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-20, 2014. Disponível em: https://decalagesjournal.org/wp-content/uploads/2024/09/decalagesvol1iss4_23_pecheux.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

BARBOSA FILHO, F. R. Althusser, Pêcheux e as estruturas do desconhecimento. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 6., 2013. **Anais** [...]. Porto Alegre: SEAD, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/AlthusserPecheux.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. v. 1.

BEAUVOIR, Simone de (1949). **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. v. 2.

BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIZIAK, J. S. Precariedades em alianças, deslocamentos e diálogos: possíveis contribuições de Bakhtin e Pêcheux (com Butler) para os estudos de gênero e sexualidades. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p 431-453, maio/out. 2019.

BLAD, L. "The Domain of Sexual: A Response", *Screen Education*, n. 39, 1981.

BORGES, A. L. V. Relações de gênero e iniciação sexual de mulheres adolescentes. **Revista Da Escola De Enfermagem Da USP**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 597-604, dez. 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Gqz7QRGRFZMSTWYqKCSHyZQ/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 28 fev. 2025.

BORGES, A. L. V.; NAKAMURA, E. Normas sociais de iniciação sexual entre adolescentes e relações de gênero. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 94-100, jan./fev. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2546>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: CLBR, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: CLBR, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARGO, A. R. L.; ABREU, A. S. C. *Fanfics: identidade e questões de autoria na convergência midiática digital*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA - SILEL, 3., 2013. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wpcontent/uploads/2014/04/silel2013_2175.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

CARNEIRO, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

CASSANA, M. F. Língua, discurso e gênero: uma análise em contraponto. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 4, p. 55-68, dez. 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20937>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CATTELAN, J. C. O efeito metafórico de metáfora/metonímia em Michel Pêcheux. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 125–141, 2021. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1474>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CÔELHO, B. F. Histórico da medicina legal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 105, p. 355–362, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67905>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COURTINE, J. J. (1981). O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 58-87.

COURTINE, J. J. (1982). Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 14 fev. 2025.

COURTINE, J. J. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo: As mutações do corpo. O século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-12.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965 – 1985). **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras/UFRGS**, Porto Alegre, n. 6, 1999, p. 5-18.

COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. Identificar - Traços, indícios, suspeitas. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo: As mutações do corpo. O século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 341-361.

DAVIS, A. (1981). **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, N. Z. "Women's History in Transition: The European Case", **Feminist Studies** (1975-76) 3:90.

DAVISSON, A.; HUNTING, K. From Private Pleasure to Erotic Spectacle: Adapting *Bridgerton* to Female Audience Desires. **Journal of Popular Television**, v. 11, número temático *Bridgerton*, p. 7-25, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1386/jptv_00090_1. Acesso em: 10 jul. 2025.

DIAS, L. R. S. Virgens, viúvas e casadas: representações do feminino no discurso ambrosiano (séc. IV). **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, Vitória, n. 11, p. 111-132, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/21820>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DUARTE, L. C. Representações da virgindade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 149-179, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635349>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ESTEVES, M. A. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, C.; VINHAS, L. I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v.19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/rRz87WNqcqHL9rbY3GrbPHq/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FERREIRA, M. C. L. Materialidade discursiva: de que matéria estamos mesmo falando? *In*: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui**. Campinas: Pontes, 2023. p. 307-313.

FERREIRA, M. C. L. O corpo como materialidade discursiva. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 3, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERREIRA, M. C. L. O discurso do corpo. *In*: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A. (org.). **Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2011. p. 89-105.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 39-46, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FERREIRA, M. C. L. Os desafios de fazer avançar a Análise do Discurso no Brasil com singularidade e liberdade. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 135-143, jul./dez. 2008.

FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Petrópolis, Vozes, 1971.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FREITAS, I. M. A. Gênero, corpo e sexualidade: as narrativas de processos-crime na Fortaleza do século XX. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5618>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FROIDE, A. M. The History behind *Bridgerton*. **Journal of Popular Television**, v. 11, número temático *Bridgerton*, p. 55-60, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1386/jptv_00093_1. Acesso em: 10 jul. 2025.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. (1981). **A Língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GOSSIP Girl (T1:E13 - A Thin Line Between Chuck and Nate). Direção de Norman Buckley. Roteiro: Felicia D. Henderson, Josh Schwartz e Stephanie Savage. [S. l.]: Warner Channel, 2008. (50 min.), son., color. Disponível em: <https://play.hbomax.com/video/watch/060eb28b-776a-4353-ae28-82a1c795c68a/39242408-8e5d-4da2-93dd-db30f4e523c5>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GREGOLIN, M. R. Tempos brasileiros: percursos da Análise do Discurso nos desvãos da história do Brasil. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007. p. 23-46. 214p.

GUIMARÃES, F. S. A Análise do Discurso e os significantes ideologia e inconsciente. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 45, n. 3, p. 802-814, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i3.643. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/643>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HANUS, S. L. Interracial Romances and Colorblindness in Shondaland's *Bridgerton*. **Media, Culture & Society**, v. 46, n. 3, p. 447-461, set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01634437231198440>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. (1971). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

HARRIS, T. M.; SANDERS, M. S. *Bridgerton: A Case Study in Critical Cultural Approaches to Racial Representations in Popular Culture*. In: NAKAYAMA, T. K.; HALUALANI, R. T. **The Handbook of Critical Intercultural Communication**. 2. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2023.

HEGAZY, A. A. A.; AL-RUKBAN, M. O. Hymen: facts and conceptions. **The Health**, [s.l.], v. 3, n. 4, p. 109-115, 2012.

HEILBORN, M. L. A primeira vez nunca se esquece. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 394-405, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12015>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HENRY, P. A história não existe? *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 31-56.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)”. *In*: GADET, F.; TAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p.

HERBERT, T. (1966). Reflexões Sobre A Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social. *In*: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 21-54.

HERBERT, T. (1969). Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 2015b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HOBDAV, A. J.; HAURY, L. ; DAYTON, P. K. Function of the human hymen. **Medical Hypotheses**, [s.l.], v. 49, n. 2, p. 171-173, ago. 1997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306987797902231>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HOOKS, B. (1981). **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

INDURSKY, F. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. **Cadernos do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, n. 20, dez. 1998, p. 07-21.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, F. GT de análise do discurso: sete anos de atividades. **Revista da Anpoll**, vol. 1, n. 1, 1994.

JAMES, E. L. **Cinquenta Tons de Cinza**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KNIBIEHLER, Y. **História da virgindade**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

KOGAWA, J. **Linguística e marxismo: condições de emergência para uma Teoria do Discurso Francesa no Brasil**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAGAZZI, S. A contradição no funcionamento das discursividades contemporâneas. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009. **Anais [...]**. Porto Alegre: SEAD, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/SuzyLagazzi.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.

LAGAZZI, S. Em torno da prática discursiva materialista. **Organon**, Porto Alegre, v. 30, n. 59, 2015b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/57217>. Acesso em: 9 fev. 2025.

LAGAZZI, S. Entre o amarelo e o azul: a história de um percurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 290–316, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657818>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LAGAZZI, S. Linha de passe: a materialidade significativa em análise. **RUA**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 173-182, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LAGAZZI, S. Materialidade discursiva: “não se pode dizer não importa o quê”. *In*: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd’hui**. Campinas: Pontes, 2023. p. 314-319.

LAGAZZI, S. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. *In*: FLORES, G. B.; NECKEL, N.; GALLO, S. (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a. 5 v., p. 177-189.

LÉON, J. LIMA, M. E. A. T. Études de certains aspects du fonctionnement de l'Analyse Automatique du Discours: Traitement des syntagmes nominaux en expressions figées et segmentation d'un *corpus* en séquences discursives autonomes. T. A. **Informations, revue internationale du traitement automatique du langage**, Paris, v. 20, n.1, p.25-46, 1979. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01143380>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LIMA, M. E. A. T. A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas. *In*: MARI, H. (org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 445-452.

LIMA, M. E. A. T. **A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, M. E. A. T. Análise do discurso e/ou análise do conteúdo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p.76-88, jun.2003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LINS, A. “É menino ou menina?” os efeitos do (re)conhecimento do corpo genitalizado nas condições de emergência de discursividades de gênero. *In*: FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (org.). **O corpo na análise do discurso: conceito em movimento**. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 131-147.

LISPECTOR, C. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020.

LYNN, E. Quasi-color consciousness: Casting, race, and sexual violence in Netflix's *Bridgerton*. **The Journal of Popular Culture**, v. 57, p. 308-319, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jpcu.13375>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

MACHADO, M. N. M. Análise do discurso: vivências, projetos, pesquisas. *In*: MACHADO, M. N. (org.). **Práticas de análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2018, p.11-37.

MACHADO, M. N. M. O Setor. *In*: BOMFIM, E. M. *et al.*(org.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João Del Rei: UFSJ: Programa de Pós-graduação da UFMG: ABRAPSO regional Minas, 2004, p.19-31.

MACHADO, M. N. M. Análise do Discurso e Psicologia Social: um vínculo esquecido. **Mnemosine**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41446>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MAIA, C. J.; MAIA, R. S. Gênero, sexualidade e sedução no discurso jurídico. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2416>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, D. Présentation. *In*: **Langages**. Les analyses du discours en France, Paris, n. 117, p. 5-11, 1995. Disponível em : http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1702. Acesso em 07 jan. 2025.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 17-30.

MANTOVANI, D. M.; SANTOS, R. M.; NASCIMENTO, T. Cazallas do. Estratégias neoconservadoras, gênero e família na disputa eleitoral de 2022. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 31, n. 2, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n292879. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/92879>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARCH, K. C. Da virgindade ao estigma: construindo identidades de gênero. **Guairacá - Revista De Filosofia**, Guarapuava, v. 25, n.1, p. 103-120, 2009. Disponível em:

<https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/1127/0>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MARIANI, B. Uma proposta de escuta discursiva. *In*: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C.C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui**. Campinas: Pontes, 2023. p. 34-40.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Disciplinarização dos Estudos em Análise de Discurso. **Gragoatá**, v. 18, n. 34, 6 jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32956>. Acesso em 07 jan. 2025.

MARTINS, A. P. V. **A medicina da mulher**: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. 2000. 311p. Tese (doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

McALISTER, J. A. **Romancing the virgin**: female virginity loss and love in popular literatures in the WestMacquarie University, jun. 2016. Disponível em: https://figshare.mq.edu.au/articles/thesis/Romancing_the_virgin_female_virginity_loss_and_love_in_popular_literatures_in_the_West/19441151. Acesso em: 20 fev. 2025.

McGUIRE, J. **Belo desastre**. 2 ed. Campinas: Verus, 2012.

MEDEIROS, J. M. M. A reação neoconservadora à política de assistência ao aborto no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/9fN9C9T5PY9QKpwrZFjY3df/?lang=pt#>. Acesso em: 07 jan. 2025.

MEYER, S. **Crepúsculo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MICHEL Pêcheux. **Langage et société**, n. 27, p. 85, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1984_num_27_1_2929. Acesso em: 14 fev. 2025.

MISHORI, R. *et al.* The little tissue that couldn't – dispelling myths about the Hymen's role in determining sexual history and assault. **Reproductive Health**, [s.l.], v. 16, n. 74, p. 1-9, jun. 2019. Disponível em: <https://reproductive-healthjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-019-0731-8>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MURRACE, T. B. Pequenas desonradas: estudo de casos de defloramento em São Paulo (1850-1870). **Revista Humanidades Em Diálogo**, São Paulo, v. 11, p. 235-248, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/176647>. Acesso em: 14 fev. 2025.

NOGUEIRA, L.; FERNANDES, R. C. F. Linguagem e metáfora nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci. **Entremeios**, Pouso Alegre, v. 14, p. 167-181, jan./jun. 2017.

OLSON, R. M.; GARCÍA-MORENO, C. Virginity testing: a systematic review. **Reproductive Health**, [s.l.], v. 14, n. 61, p. 1-10, maio 2017. Disponível em:

<https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-017-0319-0>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ORLANDI, E. P. (1999). **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020a.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 42, p. 21–40, 2011. DOI: 10.20396/ce.l.v42i0.8637139. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ce.l/article/view/8637139>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: Anais do I SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 1, 2003. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]**. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: uma ciência da linguagem. *In*: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui**. Campinas: Pontes, 2023a. p. 126-131.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2022.

ORLANDI, E. P. Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. **RUA**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 377–389, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8670835>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ORLANDI, E. P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinqüência. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010. p. 11- 42.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020b.

ORLANDI, E. P. Introdução: a leitura proposta e os leitores possíveis. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1998. p. 7-24.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 9-13, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ORLANDI, E. P. O corpo na Análise do Discurso: entrevista com Eni Orlandi. *In*: FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (org.). **O corpo na análise do discurso**: conceito em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2023b. p. 15-33.

ORLANDI, E. P. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. *In*: MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003b.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PALIT, M.; ALLEN, Katherine R. "Making Meaning of the Virginity Experience: Young Men's Perceptions in the United States." **Sexual and Relationship Therapy**, vol. 34, no. 2, 2016, pp. 137-152. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14681994.2016.1237771>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; TAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. (1971). Língua, "Linguagens", Discurso. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015c. p. 121-129.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, M. (1979). Questões iniciais (julho, 1979). *In*: CONEIN, B. et al. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016a. p. 17-19.

PÊCHEUX, M. (1980). Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, B. et al. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016b. p. 23-29.

PÊCHEUX, M. (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PÊCHEUX, M. (1983). A análise de discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, F.; TAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c. p. 307-315.

PÊCHEUX, M. (1983). Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 107-119.

PÊCHEUX, M. (1983). **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 7 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

PÊCHEUX, M. (1983). Papel da memória. *In: ACHARD, P. et al. Papel da memória.* Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. (1984). Especificidade de uma Disciplina de Interpretação (A Análise de Discurso na França). *In: ORLANDI, E. P. (org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux.* Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015g. p. 227- 230.

PÊCHEUX, M. (1984). Metáfora e Interdiscurso. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux.* Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015d. p. 151-161.

PÊCHEUX, M. (1984). Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux.* Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015f. p. 283-294.

PÊCHEUX, M. (1990). Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux.* Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015e. p. 141-151.

PÊCHEUX, M. Analyse de contenu et théorie du discours. **Bulletin d'Études et Recherches Psychologiques**, [s.l.], n. 3, p. 211-227, 1967.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In: ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

PÊCHEUX, M. Sur la conjoncture théorique de la psychologie sociale. **Bulletin de Psychologie**, v. 23 (4-5), n. 281, p. 290-297, 1969.

PÊCHEUX, M. Vers une technique d'Analyse du Discours. **Psychologie Française**, [s.l.], n. 15, p. 113-117, 1968.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In: GADET, F.; TAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

PÊCHEUX, M.; LEON, J.; BONNAFOUS, S.; MARANDIN, J. M. (1982). Apresentação da análise automática do discurso (1982). *In: GADET, F.; TAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 251-306.

PÊCHEUX, M. Analyse de discours et informatique. **Actes du Congrès International Informatique e Sciences Humaines**, p. 699-707, 1981.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do "dispositivo experimental" da análise de discurso. *In: PETRI, V.; DIAS, C. Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise.* Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 39-48.

PELLOSO, S. M., CARVALHO, M. D. B., HIGARASHI, Higarashi I. H. Sexualidade e gênero: um estudo com adolescentes em um município de pequeno porte do Noroeste do

Paraná. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 30, n. 2, p. 113-119, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307226623004>. Acesso em 10 jul. 2025.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRESCOTT, A.-R. After the Duke: Reflections on How *Bridgerton* Has Changed the Period Drama Conversation. **Journal of Popular Television**, v. 11, número temático *Bridgerton*, p. 61-73, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1386/jptv_00094_1. Acesso em: 10 jul. 2025.

QUINN, J. **A caminho do altar**. São Paulo: Arqueiro, 2016a. (Os Bridgertons; 8)

QUINN, J. **O conde enfeitado**. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2015b. (Os Bridgertons; 6)

QUINN, J. **O duque e eu**. São Paulo: Arqueiro, 2013a. (Os Bridgertons; 1)

QUINN, J. **O visconde que me amava**. São Paulo: Arqueiro, 2013b. (Os Bridgertons; 2)

QUINN, J. *Os Bridgertons*. São Paulo: Arqueiro, 2013-2016.

QUINN, J. **Os segredos de Colin Bridgerton**. São Paulo: Arqueiro, 2014b. (Os Bridgertons; 4).

QUINN, J. **Para Sir Phillip, com amor**. São Paulo: Arqueiro, 2015a. (Os Bridgertons; 5)

QUINN, J. **Um beijo inesquecível**. São Paulo: Arqueiro, 2016b. (Os Bridgertons; 7)

QUINN, J. **Um perfeito cavalheiro**. São Paulo: Arqueiro, 2014a. (Os Bridgertons; 3).

RAVEENTHIRAN, V. Surgery of the hymen: from myth to modernisation. **The Indian journal of surgery**, [s.l.], v. 71, n. 4, p. 224-226, jul. 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3452621/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

REGIS, P. **A Natural History of the Romance Novel**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

RIETH, F. Ficar e namorar: conhecer-se através do outro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 21., 1997. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1997. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st13-2/5301-flaviarieth-ficar/file>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ROBIN, R. Le hors-texte dans le discours politique. **Recherches et Théories (Université du Québec à Montréal)**, n. 19, 1979.

ROGERS, D. J; STARK, M. The hymen is not necessarily torn after sexual intercourse. **BMJ**, [S. l.], v. 317, n. 7155, aug. 1998. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1113684/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RUIZ, M. A. A. **Por uma ciência da linguagem no/do Brasil**: percursos e irrupções teóricas. 2019. 216f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SACHS, R. S. As representações de gênero e sexualidade em paródias de fãs na internet: o caso das *fanfics slash*. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 27, n. 54, p. 129-151, 30 jun. 2017.

SACHS, R. S. **Incesto e fan fiction**: entre interdito e transgressão. 2019. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SANTOS, D. S. No campo das promessas: casamento, virgindade e discurso jurídico nos crimes de sedução em Santiago do Iguape (Cachoeira/BA, 1940-1960). **Textura**, Governador Mangabeira, v. 6, n. 12, p. 153-162, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/187>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SARTI, M. M.; CHIARETTI, P. O lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso. **Revista Investigações**, Recife, v. 29, n. 2, p. 69-89, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1551>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173–186, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SCOTT, J. W. (1986). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SCOTT, J. W. (1988). Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, F. P. Discursos e práticas da virgindade no cristianismo e as virgens consagradas como prática ascética na igreja de nossos dias. **Interfaces**, Guarapuava, v. 12, n. 3, p. 209-219, 2021. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7002. Acesso em: 14 fev. 2025.

SIPE, W. J. Post-Racial Politics and the Mandate to Desire: Interracial Love as Liberation in *Bridgerton*. **Critical Studies in Media Communication**, v. 40, n. 5, p. 334–347, out. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15295036.2023.2251544>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SNITOW, A. “Mass Market Romance: Pornography for Women is Different.” **Women and Romance**: A Reader, edited by Susan Ostrov Weisser. New York University Press, 2001, p. 307-322.

SOHN, A.-M. O corpo sexuado. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo**: As mutações do corpo. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.

SOUSA, L. M. A.; GARCIA, D. A.; FARIA, D. O. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 33, p. 93-108, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao33/artigo4.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

SOUZA, M. F. C. de. Maria Emilia Amarante Torres Lima: um resgate da memória da Análise do Discurso no Brasil. *Bakhtiniana*. **Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. Port. 8–35, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/48332>. Acesso em: 9 fev. 2025.

TODD, A. **After**. São Paulo: Paralela, 2014.

VASCONCELOS, T. M. P. “MOÇA VIRGEM / MULHER HONESTA” VERSUS “PROSTITUTA”: A importância da virgindade feminina e a centralidade do corpo na construção dos binarismos de gênero em processos. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 119-131, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33685>. Acesso em: 07 jan. 2025.

VELÁSQUEZ, N.; BRÍÑEZ, N.; DELGADO, R. Himen. **Rev Obstet Ginecol Venez**, Caracas, v. 72, n. 1, p. 58-68, mar. 2012. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0048-77322012000100009. Acesso em: 14 fev. 2025.

VILAÇA, G.; D’ANDRÉA, C. Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 410–440, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703. Acesso em: 10 fev. 2025.

VINHAS, L. I. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 62, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8658800>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VINHAS, L. I. O corpo na Análise de Discurso: materialidade, lugar de enunciação, subjetividade. **Revista Língua&Literatura**, Frederico Westphalen, v. 23, n. 42, p. 143–163, 2021. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistalinguaeliteratura/article/view/3966>. Acesso em: 20 fev. 2025.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ZOPPI-FONTANA, M. G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; FONTANA, L. S. Corpo, gênero e raça: reflexões sobre uma abordagem discursiva do corpo. *In*: FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (org.). **O corpo na análise do discurso**: conceito em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 57-87.

APÊNDICE A – *CORPUS* DE ANÁLISE NA ÍNTEGRA

Recorte 1 [B1]

– Estou aqui para lhe dizer – prosseguiu Violet, com a voz um pouco mais animada – que seus deveres conjugais não precisam ser desagradáveis.

Mas o que *eram* deveres conjugais? (Quinn, 2013a, p. 177, grifo do autor).

Recorte 2 [AS]

“Na verdade, eu deveria perguntar como uma boa dama como você adquiriu conhecimento sobre relações conjugais”, ele riu para esconder sua ansiedade. Colin não tinha dúvidas de que, quando Penelope entrara em sua casa hoje, ela era pura como neve fresca. No entanto, para uma inocente – ou, bem, até então inocente – ela sabia demais [...] (Special tea time, 2023, capítulo 4, tradução nossa)⁸⁸.

Recorte 3 [B1]

Era a primeira vez dela. Simon era seu primeiro amante — seu *único* amante, ele pensou com uma ferocidade atípica —, e tinha a responsabilidade de garantir que aquela noite fosse mais que prazerosa para ela (Quinn, 2013a, p. 197, grifo do autor).

Recorte 4 [SP]

Ele estava no banheiro tentando se acalmar, pensando em tornar aquele momento único, afinal seria a primeira vez de Marina. Colin nunca havia se deitado com uma moça virgem antes, mas sabia que precisava tornar a experiência boa para ela (Polin o amor vence todas as coisas, 2022, capítulo 1)⁸⁹.

Recorte 5 [B4]

– Ah, Deus, gemeu ele. – Isto vai doer. Não há nada que eu possa fazer, mas, eu lhe prometo, é só desta vez, e não vai doer demais.

– E como você sabe? – indagou ela (Quinn, 2014b, p. 258).

Recorte 6 [AD]

⁸⁸ Ver: https://archiveofourown.org/works/44238827?view_full_work=true. Acesso em: 28 fev. 2025.

⁸⁹ Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/polin-o-amor-vence-todas-as-coisas-23861465>. Acesso em: 08 set. 2024.

Ele suspeitava que qualquer passeio particularmente vigoroso a cavalo teria sido suficiente para livrá-la da dor da virgem quando chegasse a hora (Don't you remember, 2022-2023, capítulo 17, tradução nossa)⁹⁰.

Recorte 7 [B4]

Quando a sentiu relaxar levemente, empurrou um pouco mais, até atingir a prova incontestável da inocência dela (Quinn, 2014b, p. 258).

Recorte 8 [AC]

“Nenhum close-up da minha buceta para mostrar que meu hímen não foi rompido. Os espectadores terão que acreditar na minha palavra quando eu disser que sou virgem.” (Col and pen make a p movie, 2023, capítulo 4, tradução nossa)⁹¹.

Recorte 9 [B3]

– "Dolorosa conversa de casamento"? – repetiu Anthony com um sorriso divertido. – Posso garantir que o defloramento da esposa não é tão doloroso assim.

Benedict manteve a expressão impassível. Havia encontrado uma manchinha de sangue no sofá depois de fazer amor com Sophie (Quinn, 2014a, p. 226).

Recorte 10 [SM]

– E pelo visto ela lhe concedeu muito mais. – Ele olhou para o lençol, Colin acompanhou seu olhar, e viu uma pequena mancha de sangue no lençol branco, prova de que ela se entregou a ele [...] (Mais valiosa que um diamante, 2023, p. 485)⁹².

Recorte 11 [B3]

Sophie sorriu e ficou ruborizada, porque não havia muito o que pudesse ser feito para diminuir seu embaraço. Não que se arrependesse de seus atos. Mas uma mulher não perdia a virgindade num sofá sem se sentir ao menos um pouco constrangida. Simplesmente não era possível (Quinn, 2014a, p. 211).

⁹⁰ Ver: https://archiveofourown.org/works/40327497?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

⁹¹ Ver: https://archiveofourown.org/works/45226051?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

⁹² Ver: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/mais-valiosa-que-um-diamante-24671630>. Acesso em: 08 set. 2024.

Recorte 12 [AL]

Anthony se recusava a levar Penelope para qualquer lugar que não fosse a cama em sua primeira vez (Love Arranged, (2022-2023), capítulo 25, tradução nossa)⁹³.

⁹³ Ver: https://archiveofourown.org/works/42643833?view_full_work=true. Acesso em: 08 set. 2024.

APÊNDICE B – GESTÃO DE DADOS

Seguindo o plano de gestão de dados submetido junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), os metadados anotados ao longo da realização da presente pesquisa estão disponíveis para consulta no repositório multidisciplinar de acesso aberto Zenodo, através de *datasets* em formato .csv (Comma Separated Values): DOI 10.5281/zenodo.17074465.

Além disso, a presente Dissertação ficará disponível em acesso aberto na Coleção de Teses e Dissertações do Repositório Institucional da UFSCar (RI UFSCar), em formato PDF, por meio da modalidade de autodepósito, conforme definido pela UFSCar. A Dissertação poderá ser recuperada por outros sistemas, como o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr).

No caso de eventuais publicações advindas do presente trabalho, daremos prioridade a periódicos com políticas de acesso livre. Além disso, sempre que permitido pelas políticas editoriais – a serem consultadas através de consulta ao Sherpa/Romeo e ao DIADORIM –, os artigos derivados da Dissertação serão disponibilizados em acesso aberto na Coleção de Artigos do RI UFSCar, por meio da modalidade de autodepósito, em formato PDF.